

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
**ROSSANA BRANDÃO TAVARES**

INDIFERENÇA À DIFERENÇA:  
espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero

RIO DE JANEIRO  
2015

Rossana Brandão Tavares

INDIFERENÇA À DIFERENÇA:  
espaços urbanos de resistência na  
perspectiva das desigualdades de  
gênero

Tese de doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e  
Urbanismo, Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, com requisito à obtenção do  
título de Doutora em Urbanismo

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Rachel Coutinho Marques da Silva

Rio de Janeiro

2015

Tavares, Rossana Brandão.  
T231 Indifereça à diferença: espaços urbanos de resistência na  
perspectiva das  
desigualdades de gênero / Rossana Brandão Tavares. Rio de Janeiro:  
UFRJ /  
FAU, 2015.

xiv, 230 f.: il.; 30 cm.

Orientador: Rachel Coutinho Marques da Silva.

Tese (doutorado) – UFRJ / PROURB / Programa de Pós-Graduação  
em Urbanismo, 2015.

Referências bibliográficas: f. 181 -193.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Rossana Brandão Tavares

### INDIFERENÇA À DIFERENÇA:

espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, com requisito à obtenção do título de Doutora em Urbanismo

Aprovada em 30 de novembro de 2015

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Rachel Coutinho Marques da Silva, Ph.D., Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup> Eliane da Silva Bessa, Dr<sup>a</sup>., Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup> Clara Maria de Oliveira Araújo, Dr<sup>a</sup>., Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup> Isabel Cristina Costa Cardoso, Dr<sup>a</sup>., Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup> Maria Laís Pereira da Silva, Dr<sup>a</sup>., Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense

Dedico esta tese a todas as mulheres que não são indiferentes.

## AGRADECIMENTOS

Não posso deixar de mencionar minha primeira referência feminista, minha querida e amada mãe. Apesar de suas contradições, é uma mulher que me faz cotidianamente lembrar que precisamos estar alertas, que todos os dias são oportunidades de resistência. Sua história de vida, permeada por inúmeras situações de opressão, me revelou a importância do feminismo para a construção de nossa autonomia. Minha avó materna (*in memoriam*), não menos importante, também sempre me surpreendeu. Mesmo não sendo feminista, foi uma protagonista em seu núcleo familiar, na escola onde lecionou a vida toda, e até em sua cidade natal. Uma super-mulher que emanava amor e solidariedade por onde passava.

Meus irmãos, os primeiros que me revelaram os desafios de ser mulher, mas que sempre me respeitaram, sempre me apoiaram, em todas as minhas escolhas. Meu pai pelo seu amor incondicional, seu apoio moral, material, mesmo sabendo que muitas vezes não concordasse com algumas escolhas e opiniões, nunca deixou de estar ao meu lado. Meu companheiro de vida, Amadeu, sempre se revelando disposto a ser um melhor homem do que foi no dia anterior. Foi uma pessoa chave para que eu conseguisse ir em frente na pesquisa da tese. Abriu mão de seu trabalho, dos laços com suas filhas, para me acompanhar na aventura no doutorado sanduíche. Minha permanência na França foi muito melhor porque você esteve comigo, compartilhando dessa experiência. Não há como agradecer seu desprendimento e dedicação.

Minhas companheiras de doutorado sanduíche, Bitiz, Iazana e Diana com quem troquei sorrisos, angústias, medos, mas também muitas ideias e reflexões. Às minhas colegas de turma, Ana Paula e Carol, que também me ajudaram com seu ombro e seu tempo nos momentos finais de produção da tese. Minha amiga e comadre, Laura, amiga de infância, Juliana, obrigada pelo companheirismo e amizade. Meus amigos faseanos, em especial, Aécio, Tatiana, Monica. Não há como agradecer a cumplicidade num dos momentos mais difíceis de minha vida. Sem vocês eu não teria força para escrever essa tese. Obrigada também pelas contribuições a minha pesquisa. Também não poderia me esquecer de Taciana, uma amiga de longe, mas sempre por perto.

A todas(os) moradoras(es) que participaram do Fórum Comunitário do Porto na favela da Providência. Como aprendi com vocês... Obrigada por nos deixarem resistir junto. A todas(os) as(os) integrantes do FCP, em especial, Isabel, Carol, Leticia e Ludimila. A todas as domésticas que entrevistei, obrigado por compartilhar

suas histórias de vida e de resistência como trabalhadoras.

Agradeço a minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Rachel Coutinho, por me apoiar nessa temática tão desafiadora. À *Professeure* Cecile Blatrix que me recebeu de portas abertas na AgroParisTech. Não posso deixar de mencionar Patrice e Anne Marie, assim como Yvonne e Mayte, as minhas amigas francesas que tornaram minha passagem pela França bem mais prazerosa e calorosa. Muito obrigada pelo apoio e pela amizade. Às professoras Marianne Blindon com seu grupo de doutorandas na geografia da Sorbonne, e a Helena Hirata do laboratório GTM, que também me guiaram nas minhas pesquisas realizadas em Paris. A minha querida professora, Laisinha, por suas considerações e observações que me ajudaram a seguir até o final dessa tese. Um especial agradecimento a Prof<sup>a</sup>. Ana Lucia Britto pela cumplicidade.

Aos meus colegas de trabalho na Unigranrio e na CCDHC/Alerj, pela compreensão nesse momento de produção da tese, em especial Alvaro e Beto, respectivamente, e as minhas colegas assessoras sempre inspiradoras e intrigantes. Todas são maravilhosamente maravilhosas. Aos meus sócios Gabriel, Renato e Tainá. Às minhas alunas e alunos da Unigranrio e da FAU/UFRJ, em quem consegui plantar a semente do debate de gênero na faculdade. Vocês me fazem acreditar que não podemos deixar de tentar.

Ao CNPq e ao convênio CAPES/COFECUB que apoiaram a realização dessa pesquisa, assim como às funcionárias do PROURB, sobretudo, Keila que sempre colabora não só comigo, mas com todo o corpo discente do programa.

Várias pessoas foram fundamentais para a construção dessa tese. Pessoas com as quais convivo diariamente, meus familiares, minhas amigas e amigos, meus colegas de trabalho, foram importantíssimos, mas consigo me lembrar daquelas que foram tão importantes quanto, como aquelas em que troquei um olhar ou rápidas impressões no metrô, ônibus, num restaurante, praça, biblioteca, no trânsito, na rua, no bar, em manifestações em função de assédios e violências múltiplas que nós mulheres sofremos cotidianamente. Foi a partir dessas experiências cotidianas, desde quando tomei consciência do significado de ser mulher nesta sociedade, que alimentaram meu desejo de produzir essa tese.

À minha filha que ainda nem nasceu e já está transformando a minha vida!

## RESUMO

TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença:** espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. 2015. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

Esta tese tem como objetivo principal realizar uma análise dos processos socioespaciais que revelam as desigualdades de gênero na cidade, tomando como base o acúmulo teórico-metodológico da teoria feminista. Nesse sentido, é apresentada uma reflexão crítica sobre as contradições de gênero no espaço urbano, especialmente em áreas periféricas da cidade do Rio de Janeiro, como as favelas. O intuito é oferecer, a partir da perspectiva de gênero, suporte para estratégias de estudos e intervenções urbanas. O trabalho expõe as possibilidades de crítica ao urbanismo contemporâneo, que ainda é baseado nas premissas universalistas e heteronormativas. Sendo assim, é apresentada uma análise em direção a uma proposta de construção dialética de um urbanismo que interfira no espaço urbano a partir das questões de gênero. A hipótese parte do entendimento de que as práticas sociais de gênero no espaço urbano desvendam processos de resistência, os quais são chamados de *espaços generificados de resistência*. Esse conceito conclusivo da tese é o resultado de uma tensão por justiça social, próxima ao reconhecimento de que emerge o tensionamento entre os interesses práticos e estratégicos das mulheres a partir de práticas sociais. O debate proposto se relaciona às contradições urbanas impostas por uma cidade constituída em mercadoria, levando em consideração, principalmente, a observação participante realizada na favela da Providência, na área portuária do Rio de Janeiro.

Palavras chave: gênero, teoria feminista, espaço urbano, urbanismo, práticas sociais, interesses de gênero.

## RÉSUMÉ

TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero.** 2015. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

Le but de la thèse est faire une analyse des processus socio-spatiale qui révèlent les inégalités de genre dans la ville, en tenant compte l'accumulation théorique et méthodologique de la théorie féministe. En ce sens, on présent une réflexion critique sur les contradictions de genre apparaît dans les zones urbaines, en particulier dans les zones périphériques de la ville de Rio de Janeiro, telles comme les favelas. À partir d'une perspective de genre, on a l'intention de présenter les possibles stratégies de recherche et d'intervention en milieu urbain. Il s'agit de exposer les possibilités critiques de l'urbanisme contemporain encore basé sur universalisme et hypothèses hétéronormatives. Par conséquent, il présente une analyse vers une proposition de construction dialectique de l'urbanisme qui interfère avec l'espace urbain à partir des questions de genre. L'hypothèse considère que la compréhension des pratiques sociales de genre dans l'espace urbain dévoilent processus de résistance, appelé espaces 'genré' de résistance. Ce concept achèvement de la thèse est le résultat d'une tension pour la justice sociale, à côté de la reconnaissance qui se pose de la tension entre les intérêts pratiques et stratégiques des femmes a partir des pratiques sociales. Le débat proposé concerne sur les contradictions urbaines imposées par une ville constituaient comme une marchandise, en tenant compte principalement de l'observation participante menée en Favela da Providencia, dans la zone portuaire de Rio de Janeiro.

Mots clés: genre, la théorie féministe, l'espace urbain, l'urbanisme, les pratiques sociales, les intérêts de genre.

## ABSTRACT

TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero.** 2015. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

The purpose of this thesis is to analyse the socio-spatial processes that reveal gender inequalities in the city, based on the theoretical and methodological accumulation of feminist theory. In this sense, a critical reflection on gender contradictions in urban areas, especially in peripheral areas of Rio de Janeiro, such as the *favelas*. The aim is to offer, from a gender perspective, support for urban research and intervention strategies. The work exposes the critical possibilities to contemporary urbanism which is based on universal and heteronormative assumptions. Therefore, it presents an analysis toward a proposal of dialectic construction of an urbanism that interferes in the urban space from gender issues. The hypothesis contemplates the understanding that social practices of gender in urban space unveil processes of resistance, which is called of *gendered spaces of resistance*, the result of a tension for social justice, next to recognition. This conclusive concept of the thesis is the result of a tension for social justice, near to the recognition that emerge the tension between the practical and strategic interests of women from social practices. The proposed debate relates to urban contradictions imposed by a city constituted as a commodity, taking into account mainly participant observation performed in favela da Providência, in the port area of Rio de Janeiro.

Key words: gender, feminist theory, urban space, urbanism, social practices, gender interests.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Em audiência pública no Ministério Público Federal em 2011 .....	44
Fotografia 2	Em reuniões organizadas pelo FCP na área portuária em 2011 .....	44
Fotografia 3	Foto de uma das ruas de Vila Autódromo às margens da lagoa com escombros de casas desapropriadas (abril de 2014) .....	46
Fotografia 4	Placa colocada em 1998 no endereço onde residia Olympe de Gouges – 20, Rue Servandoni, Paris.....	50
Fotografia 5	Trem da Supervia na Estação Triagem, no Rio de Janeiro (2014) ...	56
Fotografia 6	Interior do vagão rosa do Metrô Rio, na estação Carioca em hora de pico próximo às 18 horas (2015) .....	64
Fotografia 7	Mulher idosa em ponto de ônibus (2013) .....	82
Fotografia 8	Estação de trem da Supervia, em São Cristovão, durante performance teatral da Cia. Marginal da peça IN_TRANSITO, em 2014 .....	85
Fotografia 9	Presidenta Dilma Rousseff, o governador Sérgio Cabral e o prefeito Eduardo Paes durante visita ao Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2011 .....	99
Fotografia 10	Conjunto faixa 1 do Minha Casa Minha Vida, em Nova Friburgo, modelo de projeto que se repete por todo o país. ....	120
Fotografia 11	Vista do bairro do Leme na Favela da Babilônia (2012) .....	129
Fotografia 12	Mãe e filha em cortiço na Rua do Livramento (2011) .....	138
Fotografia 13	Vila Mimosa nos anos 80 .....	139
Fotografia 14	Casa de moradora de Vila Autódromo, uma das principais lideranças e resistentes, antes de seu despejo no mês de julho de 2015 .....	142
Fotografia 15	Moradoras da Favela da Providência e policiais da UPP durante manifestação contra a construção do teleférico na extinta Praça Américo Brum - julho de 2011 .....	146
Fotografia 16	Foto da antiga Praça Américo Brum quando as(os) moradoras(as) se preparavam para a manifestação contra a construção da estação do teleférico - julho de 2011 .....	154
Fotografia 17	Casa ameaçada na Ladeira do Barroso em função da construção do teleférico e de um prédio para moradia popular (fev. 2012) .....	160
Fotografia 18	Fachada dos fundos de casa na Ladeira do Barroso e demolição de casa vizinha (fev.2012) .....	161
Fotografia 19	Apê prédio demolido onde antes havia uma vila que fazia parte da mesma propriedade (fev. 2012) .....	162
Fotografia 20	Escadaria Ladeira do Barroso (fev. 2012) .....	163
Fotografia 21	Marcação de casas que foram sujeitas aos despejos de famílias na Favela da Providência – julho 2011 .....	165

Fotografia 22	Moradora discutindo com policiais da UPP em função de um protesto contra o teleférico (jul. 2012) .....	169
Fotografia 23	Outra moradora discutindo com policiais da UPP em função de um protesto contra o teleférico (jul. 2012) .....	170

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mulher de Le Corbusier e um sistema de proporção que espelha os pressupostos modernistas .....	52
Figura 2	Pôster do condomínio Novo Leblon, na Barra da Tijuca, nos anos 1970, chamando atenção para as mulheres e seus interesses como mães .....	102
Figura 3	Propaganda de empreendimento chamado Ilha Pura na Barra da Tijuca. Projeto de paisagismo elaborado pelo escritório Burle Max e projeto Vila dos Atletas pela Carvalho Hosken e Odebrecht Realizações Imobiliárias .....	103
Figura 4	Foto da revista francesa sobre os conjuntos habitacionais dos anos 70 na França .....	117
Figura 5	Mapa de Ambroise Tardieu – Distribuição das prostitutas nos 28 bairros da cidade de Paris .....	135
Figura 6	Perspectivas das propostas para área do Oratório na Providência ...	150
Figura 7	Mapa de Risco produzido pela Prefeitura do Rio de Janeiro em apresentação do projeto Morar Carioca da favela da Providência ....	153
Figura 8	Planta geral de intervenção do projeto Morar Carioca da Providência .....	158
Figura 9	Matéria do jornal OPOVO sobre as remoções na Providência .....	167

## LISTA DE SIGLAS

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BRT – Bus Rapid Transit  
CDURP – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto  
DEAM – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher  
DP – Delegacia de Polícia  
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
FCP – Fórum Comunitário do Porto  
GEORIO – Fundação Instituto de Geotécnica da Prefeitura do Rio  
HLM – Habitation à Loyer Modéré  
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
ISP – Instituto de Segurança Pública  
MPF – Ministério Público Federal  
NUAM – Núcleo de Atendimento às Mulheres  
NUTH – Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria do Estado do Rio de Janeiro  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OUC – Operação Urbana Consorciada  
PEU – Projeto de Estruturação Urbana  
PM – Polícia Militar  
SEPE – Superintendência Executiva de Projetos Especiais  
SMH – Secretaria Municipal de Habitação  
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora  
SEOP – Secretaria de Ordem Pública

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2</b>	<b>SOBRE OS PRESSUPOSTOS DE CONSTRUÇÃO DA TESE A PARTIR DA TEORIA FEMINISTA</b> .....	25
<b>3</b>	<b>CONTRA A INDIFERENÇA: URBANISMO COMO POLÍTICA PÚBLICA</b> .....	37
3.1	REDISTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO .....	38
3.2	DEBATE SOBRE UNIVERSALISMO .....	47
3.3	INTERESSES PRÁTICOS E ESTRATÉGICOS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES .....	56
<b>4</b>	<b>ESPAÇO URBANO PELA PERSPECTIVA DE GÊNERO</b> .....	72
4.1	ESPAÇO PARADOXAL EM GILLIAN ROSE .....	74
4.2	ESPAÇO DIFERENCIAL EM LEFEBVRE – UMA COMPARAÇÃO .....	86
4.3	PRÁTICAS SOCIAIS (E DE RESISTÊNCIA) NA ANÁLISE DO ESPAÇO URBANO .....	92
<b>5</b>	<b>URBANISMO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO</b> .....	98
5.1	MODELO E URBANISMO NORMATIVO .....	100
5.2	URBANISMO DO MEDO E O URBANISMO CONTRA O MEDO .....	108
5.3	IMPREVISIBILIDADE E URBANISMO DA POSSIBILIDADE .....	121
<b>6</b>	<b>CIDADE INDIFERENTE E DE POSSIBILIDADES</b> .....	129
6.1	A PROBLEMÁTICA URBANA DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO .....	132
6.2	ESTUDO SOBRE FAVELAS, LUGAR DE RESISTÊNCIAS .....	143
6.2.1	<b>Favela da Providência e o Morar Carioca</b> .....	148
6.2.2	<b>As implicações da resistência e da luta por interesses práticos versus estratégicos</b> .....	158
<b>7</b>	<b>ESPAÇOS GENERIFICADOS DE RESISTÊNCIA: POR UM URBANISMO DA POSSIBILIDADE E NÃO DO PODER</b> .....	173
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	179
	<b>APÊNDICES</b> .....	192
	<b>ANEXOS</b> .....	214

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos 10 anos, o Rio de Janeiro tem sofrido com inúmeras transformações urbanas que refletem um novo processo de mercantilização da cidade. Bairros antes abandonados se convertem paulatinamente em áreas elitizadas. Essas áreas concentram parte significativa dos investimentos, além de tornarem-se cada vez mais caras e excludentes. Novas centralidades são criadas que, por sua vez, demonstram a progressiva descaracterização da paisagem urbana carioca em nome de uma imagem de cidade global. Sediar megaeventos esportivos está neste rol de ações da gestão pública que busca estruturar o Rio de Janeiro para os interesses econômicos, políticos e sociais, ligados à perspectiva do empreendedorismo neoliberal, produzindo reflexos dramáticos para populações locais. O controle repressivo e discriminatório de práticas sociais e formas de apropriação do espaço urbano que se localizam fora da ordem normativa do urbanismo (a meu ver, ainda baseado nas premissas universalistas do modernismo), revela a correlação de forças sociais no espaço urbano que produzem resistências tanto das(os) dominados(as) quanto dos dominadores, tendendo a produção de homogeneidade, nodalidade, hierarquias e fragmentação. Nesse contexto de um modo de produção impositiva da cidade, as mulheres vivenciam esse processo de dominação de múltiplas formas, em que coexistem várias geometrias de opressão, determinadas por relações de poder heteronormativas sobre nossos corpos, práticas, interesses, subjetividades e identidades.

A violência contra as mulheres é uma dessas maneiras de incidência do poder heteronormativo, entendido como normas androcêntricas fundamentadas por um visão universalista e indiferente do mundo que, por sua vez, refletem a construção histórica do heterossexualismo machista de uma sociedade. Contudo, é possível perceber diferentes rebatimentos quando a espacializamos e a corporificamos. Se há a estimativa de que 1/5 da população feminina brasileira já sofreu algum tipo de violência, como divulgado na campanha da ActionAid (2014) “Cidades Seguras para as Mulheres”<sup>1</sup>, em áreas mais pobres das cidades esses índices são maiores. Segundo o Dossiê Mulher 2015, elaborado pela ISP (Instituto de Segurança Pública)

---

<sup>1</sup> A Action Aid é uma organização sem fins lucrativos e atua no Brasil desde 1999. Cf. ACTIONAID. Cidades Seguras para as Mulheres. Disponível em: <<http://www.actionaid.org.br/cidadessegurasparamulheres>>, Acesso em: 20 out. 2014.

do Governo do Estado do Rio de Janeiro, 56,8% das vítimas de estupro no estado foram mulheres negras, 76,6% solteiras e, na maioria dos casos, o esturador era um desconhecido (30,9%). Podemos concluir que mulheres jovens e negras que vivem em áreas mais violentas e precárias são as principais vítimas, sobretudo, se levamos em consideração que grande parte da população negra do estado reside nesses lugares. Além disso, é importante destacar que os municípios com maior índice de estupro são Seropédica, Itaguaí, Japeri, Queimados e Paracambi, municípios pobres da região metropolitana do Rio de Janeiro. Ademais, quando mudamos a escala da análise e olhamos para as favelas, a realidade ganha outros contornos mais contraditórios. O levantamento da ActionAid aponta que mulheres residentes em favelas consideram a casa como o lugar mais seguro para elas. Observamos uma contradição: grande parte dos agressores são pessoas próximas, conviventes da mesma residência, diferentemente dos dados gerais do município do Rio de Janeiro<sup>2</sup>. Esses dados apontam que lidar com as contradições de gênero impõe desafios significativos, especialmente quando levamos em consideração as variações espaciais.

Não obstante a esses processos geradores de desigualdades sociais, é notória a ausência de reflexões e pesquisas de fôlego, no campo do urbanismo, centradas no debate das desigualdades de gênero na cidade. Atualmente, é possível encontrar no meio acadêmico brasileiro iniciativas de debate, alguns artigos e trabalhos<sup>3</sup>. Porém, ainda é preciso avançar mais para que a problemática de gênero ganhe relevância.

Há alguns anos, militantes mulheres ligadas ao movimento de reforma urbana (ONGs, movimentos sociais urbanos e de moradia) têm pautado o assunto, seja internamente nos encontros e reuniões, seja nos espaços institucionais de participação. O foco basicamente é a questão do direito à cidade (LEFEBVRE, 2004), limitado às políticas setoriais urbanas, com maior ênfase na habitação popular, com enfoque nas mulheres pobres, a partir de demandas específicas. Comumente, surgem questões que estão no âmbito de seu papel tradicional no

---

<sup>2</sup> Segundo informações da delegacia que abrange a Rocinha, a maioria das ocorrências (60%) se vinculam à Lei Maria da Penha e a maioria dos agressores são parentes ou pessoas próximas. Cf. ATHILA, Deborah. Oito anos da lei que ampara as mulheres. Favela 247, Rio de Janeiro, 8 ago 2014. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/149448/Mulheres-sofrem-violencia-no-asfalto-ou-na-favela.htm>> Acesso em: 10 jan. 2015.

<sup>3</sup> Podemos citar o Arquitetas Invisíveis, um coletivo formado por estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNB.

espaço doméstico: creches, escolas, praças para as crianças etc. Estando envolvida neste debate no campo da reforma urbana, observo que há ainda desafios importantes nas reflexões políticas e teóricas a respeito das contradições de gênero na cidade. Entretanto, é importante ressaltar os esforços de realização de oficinas de formação, debates que culminam na produção de cartilhas, vídeos e livros de autoria coletiva<sup>4</sup>. Cotas nos espaços de representação dos conselhos das cidades, titularidade preferencial às mulheres nos programas de provisão habitacional e regularização fundiária, e construção de creches são as pautas comuns quando o assunto é gênero<sup>5</sup> e cidade. No entanto, não está em discussão a complexidade e as contradições vivenciadas pelas mulheres cotidianamente no espaço urbano, que limitam seu direito à cidade. A naturalização da invisibilidade de sua experiência, suas práticas e seus interesses é notória.

Diante das poucas reflexões sobre a temática, esta tese tem como objetivo principal oferecer, a partir da perspectiva de gênero, suporte teórico para estratégias de estudos e intervenções urbanas, expondo as possibilidades de crítica ao urbanismo contemporâneo, o qual ainda é baseado nas premissas universalistas e heteronormativas. Além disso, outros três objetivos se mostram importantes: elaborar uma análise teórico-propositiva dos processos socioespaciais que revelam as desigualdades de gênero na cidade, tomando como base o acúmulo da teoria feminista; emergir o tensionamento entre os interesses práticos e estratégicos de gênero problematizado a partir das práticas sociais frente às contradições impostas por uma cidade constituída como mercadoria, levando em consideração as resistências ao Programa Morar Carioca na favela da Providência, na área portuária do Rio de Janeiro; e propor um conceito, que aponte possibilidades para o campo do urbanismo que ainda se baseia nos pressupostos do modernismo: normativo, funcionalista e fechado.

É importante ressaltar que o foco são as mulheres, com base na perspectiva da construção social do que se entende como feminino frente às contradições de gênero em nossa sociedade e na sua produção espacial das cidades urbano-industriais. Nesse sentido, estabeleço um debate crítico sobre a definição do feminino a fim de evitar aproximações essencialistas a respeito das desigualdades

---

<sup>4</sup> Cf. GOUVEIA, Taciana (org). Ser, fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2008.

<sup>5</sup> Termo corriqueiramente usado como sinônimo de mulher. Problematizo o debate em torno do verbete gênero no próximo capítulo.

de gênero. Artigo basicamente a produção da teoria feminista com os estudos de gênero, de modo a evitar argumentos afinados a uma concepção de neutralidade científica que se baseia numa epistemologia androcêntrica. As categorias de análise basilares do trabalho são: *práticas sociais, mulheres e espaço urbano*, que se caracterizam como instrumentos significativos de pesquisa. Todavia, as categorias *interesses de gênero, redistribuição e reconhecimento* têm importância para a fundamentação das reflexões propostas

A hipótese desse trabalho parte do entendimento de que as práticas sociais de gênero no espaço urbano desvendam processos de resistência, chamados de *espaços generificados de resistência*, resultado de uma tensão por justiça social, próxima ao reconhecimento. Assim, elaboro reflexões que buscam emergir o tensionamento entre os interesses práticos e estratégicos das mulheres problematizado a partir das práticas sociais frente às contradições impostas por uma cidade constituída como mercadoria, tomando como base a favela da Providência na área portuária do Rio de Janeiro. Desse modo, acredito que a perspectiva de gênero oferece a possibilidade de apontar um caminho teórico-metodológico para a constituição de alternativas frente a um modelo de urbanismo associado à heteronormatividade.

Acredito que os espaços urbanos de resistência que se conformam cotidianamente na cidade pelas mulheres, através de práticas individuais e coletivas (por solidariedade e resistência), evidenciam a necessidade do urbanismo extrapolar a *heteronormatividade* que ainda o baliza. Tais espaços se constituem por práticas sociais de corpos estigmatizados e vistos como não pertencentes a tais espaços urbanos. Por isso, precisam resistir aos processos de opressão e afirmar sua diferença.

Para a estruturação do escopo desta tese, me permiti seguir o conselho de Michel Foucault que afirmava: “O intelectual não tem mais que desempenhar o papel daquele que dá conselhos. [...] O que o intelectual pode fazer é fornecer os instrumentos de análise” (1984, p. 86). Mesmo que ele esteja se referindo aos historiadores, acredito que essa sugestão foucaultiana nos ajuda a fundamentar nossos pressupostos: evitar os modelos e contribuir para sugestão de caminhos basilares de análise.

O conceito-chave da tese, *espaço generificado de resistência*, é um conceito aberto que visa amparar um olhar mais atento aos corpos cujas construções

heteronormativas do urbanismo são indiferentes. Assinalar no título a “indiferença à diferença” é uma forma de chamar atenção para um tema quase inédito no Brasil no campo do urbanismo: as desigualdades de gênero. Desigualdades estas ainda ignoradas pela maioria das(os) arquitetas(os) e urbanistas, mas que vêm ganhando aos poucos destaque no meio acadêmico e na mídia. Das Marchas das Vadias ao documentário belga (2012) *Femmes de la Rue* (Mulheres da Rua, em português), da estudante de cinema Sofie Peeters, em Bruxelas; do estupro coletivo a uma estudante de 23 anos em Nova Déli, em 2012, ao caso de estupro coletivo seguido de tortura a uma turista norte-americana, acompanhada de seu namorado francês, em uma *van* no Rio de Janeiro, em 2013; aos casos de assédio e estupro nos BRTs da cidade em 2015; exemplos recentes de mobilização, denúncia e eventos que não devem ser ignorados por nenhum campo, incluso o urbanismo.

Não estou reivindicando a crença por uma condição feminina no que se refere aos estudos urbanos, pois essa visão contribuiria por reafirmar uma identidade urbana das mulheres por sua natureza universal (ENGELS, 2003). Na verdade, busco o reconhecimento de que as nossas cidades são amplamente produzidas e moldadas segundo normas masculinas e heterossexuais que constroem o modelo universal a ser supostamente atingido. Por essa razão, não somente os dados acerca da violência contra a mulher no espaço urbano nos alertam sobre a necessidade de políticas e ações efetivas contra as desigualdades de gênero, mas as experiências objetivas e subjetivas das mulheres nesse espaço precisam ser problematizadas.

Por outro lado, não foco nas mulheres como vítimas desamparadas da cidade; pelo contrário. Apesar de viver em cidades controladas e desenhadas conforme a perspectiva da dominação masculina, ou seja, uma forma particular de violência simbólica que se infiltra nas relações sociais e na concepção de mundo (BOURDIEU, 1995), as mulheres são agentes ativos que frequentemente tentam reconceber a cidade, para desafiar e permear as fronteiras de gênero, através das práticas, cotidianamente (HUDSON; RÖNNBLUM, 2008). Desconstruir a indiferença a essa diferente forma de experimentar e conceber sua realidade é fundamental para construção desta tese.

Nesse sentido, o esforço desse trabalho é o de desenvolver uma análise teórico-propositiva que auxilie na incorporação das contradições de gênero, tomando como ponto de partida as favelas da cidade do Rio de Janeiro. A motivação parte da

percepção de que as favelas são lugares da cidade que se caracterizam por espaços urbanos onde se estabelecem uma relação dialética entre processos de resistência e segregação socioespacial. Assim, é possível perceber como uma visão pautada por dicotomias e oposições nos moldes heteronormativos dificulta a proposição de novos caminhos teóricos para o urbanismo, diante dos processos de resistência no espaço urbano.

Com isso, a estrutura da tese se caracteriza pela composição de argumentos inspirados da teoria crítica feminista no sentido de sensibilizar os(as) que ainda não tiveram contato com a problemática, assim como reivindicar o urbanismo com perspectiva de gênero como possível redundância no futuro. Isto posto, um urbanismo comprometido com a construção de cidades mais justas deverá estar atento não só a uma política urbana de redistribuição mas ao reconhecimento das diferenças tanto de gênero, quanto raça, geração, etc., além da dimensão de classe, e seus respectivos interesses.

Nesse sentido, estruturamos a tese em seis capítulos. No primeiro apresento os pressupostos de nossa tese que se baseiam fundamentalmente na teoria crítica feminista, salientando sua importância para a construção do objetivo da tese. Além disso, reforço a importância de escolher um dos caminhos dentre às múltiplas correntes da teoria com o propósito de deixar claro meu posicionamento teórico e metodológico. Assim, a disputa em torno do significado de gênero, a preferência por uma análise coexistensiva (KERGOAT, 2013) e a importância de considerar minhas histórias pessoais no âmbito da pesquisa<sup>6</sup> são questões discutidas nesse capítulo intitulado: “Sobre os pressupostos de construção da tese a partir da teoria feminista”.

No segundo capítulo, “Contra a indiferença: urbanismo como política pública”, divido o debate em três seções. Primeiramente, problematizo as reflexões de Nancy Fraser (2006) a respeito da redistribuição e do reconhecimento frente a um pretensão universalismo que buscaria a justiça social. Por isso, na segunda seção travo um debate sobre a importância de discutir o universalismo e o diferencialismo em nosso campo quando sugerimos a perspectiva de gênero, propondo a construção de um urbanismo como política pública, edificado a partir de novos pressupostos diante de um universalismo que considero excludente. Na terceira seção, trato do debate teórico acerca dos interesses das mulheres com vistas a operar nossa análise de

---

<sup>6</sup> Inspirada na metodologia do Black Feminism. Detalho as suas premissas no próximo capítulo.

forma dialética entre o cotidiano e o político, de modo a perceber a sua influência nas práticas sociais que, por sua vez, se rebatem no espaço.

No capítulo seguinte, “Espaço urbano pela perspectiva de gênero”, proponho a análise de dois conceitos: o espaço paradoxal, segundo Gillian Rose (1993), e o espaço diferencial em Lefebvre (2000; 2008), com intuito de estabelecer uma discussão que fundamente a pertinência de um olhar mais próximo das práticas sociais que estruturam a experiência do espaço urbano por parte das mulheres. Nesse momento da tese, apresento minha reflexão sobre a relevância de analisar as práticas sociais das mulheres como práticas de resistência no espaço urbano através de seus corpos. Os argumentos foucaultianos sobre poder e algumas reflexões sobre o corpo e performances da teoria *queer*<sup>7</sup> são levadas em consideração.

Posteriormente, no capítulo intitulado, “Urbanismo com perspectiva de gênero”, realizo uma crítica ao urbanismo buscando compreender os limites da incorporação do debate de gênero. Assim, apresento argumentos das possíveis causas da primazia normativa. Incorporo a análise de alguns esforços propositivos de um urbanismo com perspectiva de gênero, de urbanistas canadenses e espanholas, engajadas na temática, que acabam por concentrar na questão da segurança e da sensação de medo das mulheres, o que considero um equívoco metodológico. Nesse sentido, faço uma revisão bibliográfica com intuito de apresentar limites e possibilidades, onde a imprevisibilidade deve ser considerada no processo de construção de alternativas.

Por fim, no capítulo 6, “Cidade indiferente e de possibilidade”, busco associar as questões até então analisadas na tese com o caso da favela da Providência, na área portuária do Rio de Janeiro, de modo a apresentar como se espacializam as contradições de gênero, buscando apontar a realidade das favelas como ‘informante’ de possibilidades. Inicialmente, faço uma breve discussão sobre a

---

<sup>7</sup> A origem dessa teoria remete ao movimento queer nos EUA, em meados dos anos de 1980, inspirado basicamente no debate foucaultiano sobre sexualidade. O termo queer do inglês é historicamente associado aos vagabundos, perversos, prostitutas. Já foi associado também a famoso escritor inglês do século XIX, Oscar Wilde, e desde desse período começou a ser usado de forma pejorativa às pessoas homossexuais e transgêneros em geral. Com a obra de Judith Butler, “Problemas de Gênero”, nos anos 90, os estudos a respeito da teoria queer se ampliam. Basicamente a teoria queer busca questionar o que se entende como essencialmente masculino e feminino, ou seja, a construção social daquilo que o senso comum entende como estranho a respeito das identidades de gênero e sexualidade de um determinado indivíduo ou grupo. Cf. BUTLER, Judith. Trouble dans le Genre – le féminisme et la subversion de l’identité. Tradução: Cynthia Kraus. Paris: La Découvert/Poche, 2006.

problemática urbana do Rio de Janeiro enquanto cidade-mercadoria. Também discuto os fatores que caracterizam as favelas como categoria fundamental para pensar a forma como os estudos urbanos podem assumir as reflexões da teoria feminista, no sentido de desconstruir as indiferenças às diferenças e desigualdades. Por último, analiso as implicações da resistência e da luta por interesses práticos e estratégicos das mulheres na favela da Providência diante do Morar Carioca<sup>8</sup>, com intuito de evidenciar parte das práticas de resistência das mulheres. A importância disso, a meu ver, é perceber as possibilidades propositivas do urbanismo que partam das práticas sociais como pressuposto analítico.

O Capítulo 7, denominado “Espaços generificados de resistência: por um urbanismo da possibilidade e não do poder”, parte final do trabalho, tem como objetivo defender o conceito-chave, *espaços generificados de resistência*, assim como os princípios metodológicos para um urbanismo que não seja indiferente. Esse capítulo não se caracteriza pela conclusão da tese, uma vez que opto por apresentar um conceito que se justifica pelas análises aqui discorridas. Com isso, considero que o próprio conceito é uma conclusão.

Sobre as(os) autoras(es) acionados para produção da tese, destacamos algumas(ns). Tendo como ponto de partida a teoria feminista, nos baseamos nas reflexões da socióloga francesa Christine Delphy (1998; 2010; 2013) e da também socióloga brasileira Heleieth Saffioti (2013). Ambas apresentam o debate de gênero como um conceito não neutro onde estão imbricadas relações de poder fundamentais para a perpetuação da dominação e exploração masculina. A meu ver, tanto a perspectiva materialista como a culturalista e identitária contribuem para os objetivos do trabalho. Assim, levo em consideração as lutas e teorias decorrentes que ressignificam as possibilidades e o sentido do ser, como é o caso da teoria *queer*. Sara Ahmed (1998; 2006) e Judith Butler (2000; 2006) são as referências principais. Busco me concentrar nas suas reflexões sobre a pertinência de desconstrução teórica das concepções de gênero, e seus possíveis reflexos nas práticas sociais no espaço urbano. Também recorro aos aportes da urbanista australiana Leonie Sandercock (1998a; 1998b) e da geógrafa inglesa Linda McDowell (1999), com enfoque na importância da subjetividade e a interferência dos

---

<sup>8</sup> O Programa Morar Carioca é um programa de urbanização de favelas elaborado na gestão do prefeito Eduardo Paes no Rio de Janeiro, inspirado no antigo Favela-Bairro da era César Maia. O Morar Carioca em seus primeiros anos de implantação (a partir de 2011) foi responsável por inúmeros despejos em favelas cariocas.

aspectos culturais no espaço.

Nancy Fraser (2013; 2012; 2009; 2006), filósofa estadunidense, também surge nesta tese para fundamentar nosso debate político feminista, posto que ela reflete a importância sobre as políticas de *reconhecimento* diante da primazia da premissa da *redistribuição*. Assim como a socióloga paquistanesa Maxime Molyneux (2010), que apresenta a partir da pesquisa sobre as mulheres na Revolução Sandinista a questão acerca dos *interesses estratégicos* e *interesses práticos* das mulheres, a fim de auxiliar na ampliação do sentido da dimensão política do urbanismo e das práticas sociais (ou espaciais).

Com intuito de fazer a discussão das categorias de análise, *práticas sociais e espaço*, recorreremos à francesa Danièle Kergoat (2012) a partir das discussões sobre os desafios analíticos das *relações sociais versus práticas sociais*, e à geógrafa inglesa Gillian Rose (1993) a respeito do *espaço paradoxal*, estabelecendo um contraponto com Henri Lefebvre (2009; 2008; 2000; 1970) sobre *espaço diferencial*, conceitos importantes que contribuem na definição dos argumentos da tese. A proximidade a esse debate se deu, sobretudo, pelas reflexões da geógrafa brasileira Joseli Silva (2007; 2009; 2013) a respeito de gênero, sexualidade e espaço, além de Michel Foucault (1984; 2010; 2011), notoriamente reconhecido pelo debate sobre o corpo e o poder. Já a arquiteta e urbanista estadunidense Dolores Hayden (2003; 2005) e Jacqueline Coutras (1996; 1997; 2003), geógrafa francesa, juntamente a Boaventura Santos (2011), David Harvey (2006) e Ulrich Beck (1997), contribuem neste trabalho para as reflexões sobre o urbanismo na atual fase da modernidade, quando é possível apresentar argumentos dos desafios impostos ao debate levando em consideração a questão de gênero.

Com relação à metodologia aplicada para a produção deste trabalho, é possível afirmar que se refere a articulação de conceitos e análises da teoria crítica feminista e dos estudos urbanos, com as minhas experiências pessoais e profissionais, além dos dados e informações coletadas em campo a partir de observação participante na favela da Providência em função das resistências ao Programa Morar Carioca, da Prefeitura do Rio de Janeiro. A observação participante se deu no Fórum Comunitário do Porto (FCP)<sup>9</sup>, entre 2010 e 2014. Sendo assim,

---

<sup>9</sup> O Fórum Comunitário do Porto (FCP) foi um espaço construído com pessoas e organizações da sociedade civil com objetivo de frear os processos de violação de direitos humanos em função dos projetos de transformação urbana na área portuária, notadamente, o Porto Maravilha e o Morar

parte das reflexões expostas se baseiam em casos empíricos do cotidiano, tanto ao longo da construção da pesquisa quanto anteriores. É importante ressaltar que as minhas experiências são um ponto de partida, já que estabeleço um olhar sobre corpos e práticas que se diferenciam das minhas, as mulheres nas favelas do Rio de Janeiro.

Outras pesquisas também foram levadas em consideração, dentre elas a pesquisa sobre as domésticas no espaço urbano para o edital do documentário *Doméstica*<sup>10</sup>, e do trabalho de consultoria<sup>11</sup> realizado para ONU HABITAT/ONU MULHERES sobre o Morar Carioca e a perspectiva de gênero, em 2012. No conjunto de pesquisas realizadas, foram feitas 24 entrevistas<sup>12</sup> abertas e conversas no decorrer dessas experiências. Cabe destacar também as inúmeras reuniões realizadas pelo FCP, entre 2010 e 2012 (uma média de duas reuniões por mês); além de reuniões e audiências públicas com a Prefeitura, Defensoria Pública, Secretaria Estadual de Direitos Humanos e o Ministério Público Federal.

Apesar de tomar como um caso a favela da Providência, onde pude compartilhar das práticas de resistência com moradoras(es) e militantes do FCP, desde 2010, dificilmente seria possível condensar nesta tese toda a amplitude da experiência como observadora participante. Ao mesmo tempo que muitas das reflexões baseadas em casos empíricos, tanto ao longo da construção da pesquisa quanto anteriormente, fazem parte e compõem o mosaico de questões que se apresentam ao longo da tese. Por isso, não encaramos o Capítulo 6 como a parte referente ao estudo de caso. A favela da Providência é apenas um dos pontos de reflexão de construção teórica-propositiva que me desafio a propor.

Diante dessas questões, podemos afirmar que a tese não se delimita necessariamente por uma parte teórica e outra dita empírica, por mais que se possa recair nessa conclusão. A estruturação das análises apresentadas não segue essa formalidade. Por isso, não é possível classificar o esforço aqui apresentado como

---

Carioca.

<sup>10</sup> Cabe destacar a experiência de pesquisa realizada em função da produção de um artigo para o edital promovido pela produtora do documentário *Doméstica* de Gabriel Macaró (2012)<sup>10</sup>, quando tive a oportunidade de ampliar meu olhar sobre a dinâmica urbana de trabalhadoras na metrópole do Rio de Janeiro. Cf. TAVARES, Rossana Brandão. Corpos que chegam, que ficam e que vão. In: GUIMARAES, Vitor (org). *Doméstica: coletânea de textos + filme*. Desvia: Rio de Janeiro, 2015.

<sup>11</sup> Consultoria realizada a partir de uma seleção pública onde tive a oportunidade de pesquisar e analisar os projetos de urbanização em curso do Morar Carioca nas favelas da Babilônia, Chapéu Mangueira e Colônia Juliano Moreira.

<sup>12</sup> Ver Anexo 1 sobre a lista de entrevistadas(os).

uma simples verificação de uma hipótese de pesquisa. Na verdade, é uma construção dialética de reflexão teórica baseada nas múltiplas subjetividades e experiências da pesquisadora, enquanto mulher e feminista. Assim, ao meu ver, a perspectiva feminista é impulsionadora de um debate amplo sobre a necessidade de rompermos de vez com os paradigmas modernistas a que ainda estamos presos, por mais que se tente negá-los.

## 2 SOBRE OS PRESSUPOSTOS DE CONSTRUÇÃO DA TESE A PARTIR DA TEORIA FEMINISTA

O objetivo deste capítulo é apresentar quais são os aspectos que balizam a parte teórica da tese, assim como os seus pressupostos. A primeira questão a ser exposta se refere à importância de minhas histórias pessoais na construção da pesquisa. O conjunto de experiências se mostra relevante pois não acredito ser possível me colocar a parte da análise. Inspirada pela teoria do Feminismo Negro (*Black Feminism*) nos EUA, protagonizada por bell hooks [sic] (HOOKS, 2000b; 2000a; 1995; 1990)<sup>13</sup>, que defende a importância das histórias pessoais nas reflexões sobre o sistema de opressão sofrido pelas mulheres negras, levo em consideração que somos sujeitos partícipes dos processos de contradição social, inclusive como pesquisadoras (HOOKS, 1990; DORLIN, 2008), lugar privilegiado de reflexão. Para ela, o trabalho intelectual, consciente dos processos de opressão que operam sobre as mulheres negras, é fundamental para a descolonização e liberdade das mentes, com vistas a passar de objeto para sujeito (HOOKS, 1995). Para muitas, essa seria então a principal motivação de tornar-se uma intelectual.

Não sou negra. Em função disso, posso ser considerada por muitas(os) como uma intelectual que está numa posição privilegiada, e por isso recorrer às intelectuais negras e feministas seria uma contradição, tendo em vista a história do feminismo protagonizado por mulheres brancas de classe média ter privilegiado a estruturação da luta a partir apenas de suas experiências de opressão. De fato, isso pode ser verdade. Entretanto, a experiência de pesquisa na França<sup>14</sup> mostrou-me com mais clareza que as mulheres precisam estabelecer um processo de solidariedade mais amplo, desde o trabalho intelectual, da política, até as questões do cotidiano (HOOKS, 2000a). Lá, eu era uma pesquisadora latino-americana posicionada em situação marginal ao processo de produção de conhecimento, inclusive, sobre a realidade do meu país. No meu país, como mulher, em meu contexto de pesquisa no campo da arquitetura e urbanismo, novamente sou

---

<sup>13</sup> bell hooks, escritora estadunidense de Kentucky, é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins. Seu apelido é uma homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó, preferindo que seja escrito em letras minúsculas para que o foco seja o seu trabalho e não o seu nome. Ela tem papel fundamental na segunda onda do feminismo e na década de 90, vindo a consolidar suas ideias na chamada terceira onda.

<sup>14</sup> Tive a oportunidade de realizar doutorado sanduíche de novembro de 2012 a outubro de 2013 em Paris, na França, pelo convênio CAPES/COFECUB.

enquadrada como marginal que por fim impõe uma linha tênue entre a imposição e a autoimposição de uma marginalidade acadêmica. Meu corpo e meu gênero ganham significados diferentes inclusive pelo meu objeto de pesquisa. Os desafios se radicalizam.

Nesse sentido, não só o posicionamento de classe, raça, gênero, geração, mas onde nos localizamos no contexto social operam simultaneamente nas camadas de opressão sofrida por pessoas marginalizadas. Por essa razão, me sinto à vontade de recorrer ao *Black Feminism*, como esforço não só teórico e metodológico como político de produção deste trabalho. As minhas experiências são apenas um ponto de partida.

Tomar esse posicionamento se relaciona ao fato de defender a ideia de que precisamos quebrar a noção de 'neutralidade científica', pois todo o trabalho acadêmico é fundado em ideologias, princípios e objetivos que estão longe de ser um olhar distanciado de nossas experiências. Além disso, uma ciência que se denomina neutra parte da construção masculina do saber acadêmico que pressupõe uma imparcialidade para operar no controle de métodos, formas e resultados de pesquisa. Desse modo, se estabelece um processo de discriminação a partir da padronização de comportamentos, parâmetros, bibliografias e construção de teorias. Percebendo as condições da construção epistemológica com base nos princípios androcêntricos é que se mostra pertinente reconhecer a relevância de minhas experiências, a própria construção de subjetividades e meu posicionamento político e ideológico que induziram à pesquisa para esta tese.

Logo, é preciso chamar atenção sobre as motivações pelas quais me empenhei na realização da pesquisa de maneira a evitar proposição de uma espécie de manual para projetos urbanos com perspectiva de gênero. A proposição de recomendações para projetos de urbanização constitui uma experiência profissional que tive como consultora da ONU-HABITAT/ONU MULHERES, em junho e julho de 2012, quando analisei assentamentos e favelas da cidade: Colônia Juliano Moreira, Babilônia e Chapéu Mangueira. Esse processo contribuiu para a percepção de que, se as metodologias dos estudos urbanos e de elaboração dos projetos não forem transformados, serão mantidos os limites da incorporação da dimensão de gênero, tornando-se assim meros 'anexos'<sup>15</sup>. Ou mesmo, em sua banalização pela

---

<sup>15</sup> Ver Apêndice A.

simplificação através de um manual, dando a ideia de que apenas seguir suas instruções bastaria para a constituição de cidades mais inclusivas para as mulheres.

Além dessa experiência objetiva, este trabalho também opera a partir de experiências profissionais, de pesquisa e como militante na região metropolitana do Rio de Janeiro, iniciadas de forma mais intensa em 2004 como funcionária da ONG FASE (de 2004 a 2012). Atuei primeiramente no Fórum Nacional de Reforma Urbana como assistente da secretaria executiva e posteriormente com assessoria e educação popular em projetos na Baixada Fluminense e no Rio de Janeiro, notadamente na favela da Providência<sup>16</sup>. Ou seja, além da pesquisa, a análise aqui apresentada é fruto do acúmulo objetivo e subjetivo dessa trajetória.

No decorrer desta rota, a teoria crítica feminista se tornou um importante elemento de elaboração das reflexões e de crítica a respeito das contradições do espaço urbano. Dentre as questões mais marcantes, a essencialização do lugar da mulher em nossa sociedade, que por sua vez se reflete no modo como reproduzimos os espaços em nosso campo disciplinar.

Embora o pensamento de um “saber conectado” entre a razão e a emoção sugira transcender o dualismo da epistemologia positivista, a própria ideia de uma epistemologia feminista por vezes reforça o dualismo próprio do Iluminismo, de macho/feminino, de racional/irracional, mente/corpo, cultura/natureza. Esse é um problema particular na literatura ecofeminista, que por vezes aceita estes dualismos e, em seguida, tenta reverter o valor colocado sobre eles. Em outras palavras, ecofeministas concordam com argumentos iluministas que identificam as mulheres com a (mãe) natureza, sugerindo que a superioridade das mulheres reside nas suas qualidades de nutrir/amamentar e de admiradoras da paz (em comparação com o homem agressor e destruidor). Essa posição essencialista sobre a natureza das mulheres tem estado sob escrutínio (SANDERCOCK, 1998, p. 68, tradução nossa).

A autora de *Towards Cosmopolis: planning for multicultural cities* (SANDERCOCK, 1998), a partir dessas assertivas, concorda que não existe um método, uma ciência social feminista como algo desgarrado ou naturalmente inerente às feministas. Essa visão se originaria sobretudo daqueles que estão fora ou que não se incluem na teoria crítica. Nesse sentido, ela aponta três dimensões que contribuem para uma noção própria de uma epistemologia feminista que busca atingir criticamente o modo como a ciência tem sido produzida: as reflexões das mulheres negras (no caso, ela se refere ao *Black Feminism*), das feministas não-

---

<sup>16</sup> Também são consideradas, em parte, experiências profissionais recentes na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ.

ocidentais e da filosofia feminista pós-moderna. Esclarecer sobre os pressupostos metodológicos de um tema pouco discutido no Brasil no campo do urbanismo se faz necessário a fim de explicitar as motivações do caminho escolhido. Por ser uma dimensão social ainda impregnada de contradições na maioria das sociedades do mundo, esse posicionamento é fundamental para localizar o nosso lugar discursivo, suas rupturas, continuidades e limites (FOUCAULT, 1987).

A escolha da abordagem do tema a partir da teoria feminista, e não simplesmente da categoria de gênero, é uma compreensão de que não há neutralidade científica ou técnica possível. De modo geral, a perspectiva de gênero na ciência surge da tentativa de compreender como a subordinação é reproduzida e a dominação masculina é sustentada em suas múltiplas manifestações, buscando incorporar as dimensões subjetiva e simbólica de poder, para além das fronteiras materiais e das conformações biológicas (ARAÚJO, 2000).

Perante essa questão, é importante destacar que há um embate teórico sobre o que é *gênero*. Joan Scott<sup>17</sup> acredita ser uma noção e que gênero é independente da teoria crítica feminista, como mais uma categoria de análise. O que é relevante salientar, como Scott revela, é que nos últimos anos o uso do termo *gênero* tem sido de forma arbitrária e despolitizada (sobretudo, em debates e organismos internacionais de governos), ou mesmo criticado como um conceito que neutraliza a discussão sobre as opressões e esconde a pertinência da sexualidade na teoria feminista, como as(os) teóricas(os) *queers* que buscam desconstruir a construção social e o senso comum a respeito das sexualidades, dos desejos e das identidades de gênero. Estas são as primeiras a apontar a necessidade de romper com a heteronormatividade, ou seja, normas que marginalizam diferentes orientações sexuais. Uma das origens do debate sobre heteronormatividade surge no livro de Gayle Rubin (2010), quando problematiza o sistema sexo e gênero, e desejo e prática sexual.

Há controvérsias e discordâncias sobre o significado de gênero, tanto no debate acadêmico quanto no debate político e militante, variando conforme o país e a sociedade. Um exemplo mais evidente é o próprio uso dos termos *gênero* e *relações sociais de sexo*. O chamado *French Feminism* ou Feminismo Francês, segundo algumas autoras (KERGOAT, 2012; DELPHY, 1998), uma classificação

---

<sup>17</sup> Informação verbal na Conferência “Les bons usages du genre et quelques autres”, com Joan Scott do Institut for Advanced Study, no Pôle de Langues et Civilisation, Paris, em 25 de setembro de 2013.

errônea das feministas estadunidenses que, de forma geral, daria preferência às reflexões a partir das relações sociais de sexo (*rappports sociaux de sexe*, em francês), ligadas à problemática da *divisão sexual do trabalho*, criticando as desigualdades socialmente construídas, numa perspectiva quase essencialista. Porém, Delphy (2001), com intuito de mostrar o olhar redutor das estadunidenses sobre o feminismo francês, afirma usar a expressão *genre* desde 1976, logo após a expressão ter se popularizado através da antropóloga estadunidense Gayle Rubin (1975). Ou seja, não seria possível ainda reafirmar que as francesas têm uma tendência geral de debater a partir das relações sociais de sexo.

Christine Delphy é uma filósofa francesa, feminista materialista, que tem uma vasta produção no que se refere à reflexão sobre gênero. Em seu livro de dois volumes, chamado *L'ennemi principal* (O inimigo principal), reeditado recentemente, provoca discussões acaloradas, principalmente, pela entrada do debate acerca da sexualidade da teoria *queer*. No tomo 2, *Penser le genre* (DELPHY, 2013), é apresentada uma crítica ácida sobre o que ela chama de “reconhecimento da diferença na sociedade global” a partir da promoção do culturalismo como um modo de aceitar a hierarquia nas relações de gênero à custa da luta por igualdade (DELPHY, 2013, p. 14). Segundo a filósofa, para pensar o gênero, teríamos que evitar o culturalismo e ser fiéis à perspectiva materialista. Ela sugere que deveria se repensar a questão da relação com o sexo (feminino e masculino), considerando duas hipóteses para trabalhar. A primeira: que é mero acaso a coincidência entre sexo e gênero. Hipótese essa complicada, pois a relação entre sexo biológico e gênero é significativa e se confunde ao longo da história. A segunda: que gênero precede o sexo, onde a divisão social decorrente do sexo é um delimitador no qual serve para reconhecer e identificar os dominantes dos dominados(os), como um sinal, adquirindo valor simbólico. Esse simbolismo não escapou aos teóricos da psicanálise, tornando-se um ponto de chegada e não um ponto de partida, que conforme sua explicação é por outro lado o ponto cego entre psicanalistas e muitas feministas (DELPHY, 2013, p. 230).

De outra forma, Joan Scott (1995) inspirada por Derrida e Foucault compreende gênero como um saber sobre as diferenças sexuais, imbricado por relações de poder. Desse modo, para ela as diferenças sexuais biológicas são uma percepção construída entre corpos sexuados. O problema não estaria na diferença,

mas na sua concepção engessada e dual, fruto de um processo de construção de significados culturais cujas relações se estabelecem de formas hierarquizadas. Assim, a perspectiva de gênero não fixaria as categorias homens e mulheres, e seus corpos seriam entendidos do ponto de vista social, conseqüentemente, associados ao que se entende como gênero.

Os corpos não estão soltos no espaço. Assim como são biológicos, são corpos sociais que interferem e são interferidos, não só pela natureza, mas pela sociedade que os cerca. Na verdade, é o gênero que cria o sexo (DELPHY, 2013). Entretanto, isso não significa que somos metade cultura, metade natureza. Ao nosso ver, em acordo com Delphy, identificar a diferenciação entre os gêneros é caracterizá-los de forma dicotômica e essencialista, já que fixa os sujeitos e seus corpos em uma noção de equilíbrio entre um e outro. Ao contrário, a experiência social de gênero é totalmente instável, notadamente na contemporaneidade e nas cidades mais cosmopolitas do mundo.

Concordando com a necessidade de quebrar as hierarquias analíticas e com a reflexão que “diferentes são os homens, heterossexuais, brancos, eles não são diferentes de ninguém, ao contrário, são como todo mundo; esta diferença é um estigma” (GOFFMAN, 1976 *apud* DELPHY, 2013, p. 9), assumir que somos todas(os) diferentes é o principal avanço. Contudo, ainda as mulheres são consideradas as ‘diferentes’ de outros que não se encaixam entre ‘os iguais’. Por isso, há indiferença ‘dos iguais’ perante tamanha diversidade. E isso se reflete também no urbanismo.

Sexualidade, desejo, práticas, performances, identidade, cultura, história, lugar e ideologia estão em jogo no debate sobre gênero que se pretende travar neste trabalho. O sistema de significação de gênero, além de relacional, é efeito, é mutante e subjetivo. Contudo, se olharmos mais a fundo, é um lugar de posicionamento e/ou contestação política que corresponde ao lugar em que cada corpo se posiciona diante das relações de poder em uma sociedade (SCOTT, 1988; BUTLER, 2006; DELPHY, 2001; SAFFIOTI, 2013). Sendo assim, é um sistema de normas que perpassam todas essas questões que gostaria de também chamá-lo de heteronormatividade, já que a relação sexo e gênero basicamente se relaciona a essa tensão que parte não só de uma visão masculina e androcêntrica, mas também a partir de uma determinada sexualidade e expressão de desejos. Com isso, propomos uma análise com perspectiva de gênero que leve em consideração essa

prerrogativa heteronormativa, ampliando seu significado.

Os processos históricos de opressão às mulheres é uma construção social e cultural. As características e atribuições dadas ao *feminino* com argumentos biológicos: passividade, ausência, delicadeza, privado, etc.; e do *masculino*: virilidade, presença, poder, público, etc. permeiam todas as esferas da sociedade, das instituições e normas aos valores e costumes. E ainda justificam, por sua vez, indiferenças ao debate feminista, como é o caso do urbanismo no Brasil, apesar de avanços em diversos países anglo-saxões e latinos, como na América Latina, com destaque para Argentina através de Zaida Muxi Martínez (2006), atualmente radicada na Espanha, e Diana Agrest (2008).

A indiferença às diferenças é a base motora da teoria crítica feminista. Não a diferença biológica que justificou os processos de opressão às mulheres. Tomamos como central a herança da indiferença acerca das diferenças que não são estabelecidas pelas oprimidas, posto que os indivíduos *discriminados* não se constituem como grupo, mas pelos *discriminadores* que as constituem como grupo ou categoria (DELPHY, 2010). Por mais que na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão considere mulheres, crianças, idosos, ainda é um direito abstrato, redutor, egoísta e difícil de se afirmar plenamente no plano formal e jurídico, e que não se constituiu na moral da sociedade nem conseqüentemente na prática social (LEFEBVRE, 1970).

É fundamental reforçar que consideramos *mulheres* no contexto do debate de *gênero* na perspectiva materialista. Isto quer dizer que partimos das premissas marxistas que trazem aporte necessário para dissecar as relações sociais de gênero. Conforme Clara Araújo (2000), o pensamento marxista

permitiu a desnaturalização da subordinação da mulher, situando sua gênese num processo gerado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados; a interpretação da economia política em relação ao processo de trabalho capitalista e ao lugar do trabalho doméstico; e a análise sobre a ideologia, que oferece elementos para pensar outras dimensões das relações e dos conflitos sociais, para além dos vinculados à base material, mesmo quando mediados por esta. A perspectiva histórica e material possibilita pensar as práticas sociais, a construção das instituições, assim como os valores transmitidos através das gerações, como processos mutáveis, que ocorrem via uma agência humana ativa e dinâmica, embora não determinista (ARAÚJO, 2000, p. 65).

Essa questão é um grande ponto de tensão entre os(as) marxistas mais ortodoxos e feministas marxianas (que se apropriam da visão materialista do

marxismo de modo menos dogmático, incorporando reflexões culturalistas). Lefebvre (1970), quando problematiza a crise do pensamento marxista, afirma que o que Marx quis evidenciar não era uma teoria absoluta a partir da problemática das forças produtivas, mas analisá-las para mostrar que o capitalismo procura reduzir as práticas sociais às relações produtivistas. Ele continua afirmando que a práxis não serve de subterfúgio teórico para estabelecer uma hierarquia entre as contradições, mas as suas transformações na sociedade. Assim, grande parte dos argumentos antifeministas justificam sua discordância uniformizando as contradições, hierarquizando-as e impondo uma visão de práxis estanque e economicista.

Há uma linha tênue no âmbito da teoria crítica feminista em dar tamanha centralidade às dimensões simbólicas das relações sociais de gênero, desvinculando-se da base material. Clara Araújo (2000) chama atenção que nas análises pós-estruturalistas o conceito de gênero torna-se opaco, deixando de ser um meio para entender as trajetórias de dominação para tornar-se um conceito totalizador centrado apenas nos significados e símbolos de identidade deixando de lado as práticas materiais e a interseção com outras clivagens.

De fato, foi apenas com a inserção econômica da mulher na sociedade que se pôde vislumbrar um processo de emancipação feminina, como já afirmava Beauvoir (1970), mas ainda hoje as mulheres estão sujeitas a processos de opressão em que a dimensão econômica não é causa, mas efeito. Um efeito importante que não é subjetivo, mas material e histórico.

Se concluímos que, em aliança com o urbanismo, o modo como o espaço urbano das cidades é produzido não considera as mulheres, então seria preciso considerá-las frente a seus interesses e práticas sociais. Contudo, como os projetos e a política urbana podem traduzir tanto interesses práticos e estratégicos das mulheres, sem recair na armadilha de reforçar as contradições de gênero na mudança das condições materiais do espaço urbano?

Heleieth Saffioti (2013) analisa o modo no qual a mística feminina estabelece mecanismos altamente integradores em sociedades baseadas na ciência e na tecnologia, buscando mistificar a mulher no seu papel de esposa e mãe como únicas formas de realização. Esse processo impõe a valorização das ocupações não disputadas por homens, de forma a manter condições de desigualdade, restringindo as aspirações e interesses das mulheres; e barreiras à ascensão profissional das mulheres. Essas restrições conferem, ao mesmo tempo, restrições de *ser*, de *existir*

na cidade. A dimensão cultural é relevante, mas também a dimensão racial e geracional operam com as contradições de classe e de gênero. Por isso, concordamos com a opinião de analisar *coexistencialmente* essas dimensões, pensadas em termos aditivos (sexismo + racismo + classe), no sentido de reconhecer que os sistemas de opressão não devem ser analisados hierarquicamente. Aqui, tomamos as sugestões da socióloga francesa Danièle Kergoat (2012)<sup>18</sup> sobre a necessidade de olhar para as práticas sociais de forma coexistensiva<sup>19</sup> frente a esse somatório de categorias. A autora defende o debate das práticas sociais por esse viés como meio de evitar a fixação das categorias de análise em posições hierarquizadas, pois acabaria por utilizar o mesmo método de enquadramento das relações sociais pelo discurso dominante.

As posições são dinâmicas, renegociadas e incorporadas no tempo e no espaço de forma constante, processualmente. As categorias não são estáticas, são móveis, assim como os corpos e as práticas sociais. Por isso, não bastaria se concentrar nas relações sociais, como a perspectiva *interseccional*, mais comum entre feministas também preocupadas com a consideração de gênero e outros aspectos sociais.

Ciente de que a perspectiva teórico-metodológica é um desafio aos(as) que ainda não foram iniciados(as) numa área em cuja produção do conhecimento coexistem prática teórica e prática técnica, pode parecer panfletário ou controverso. Todavia, o debate acerca da problemática de gênero a partir da teoria feminista não é tão recente. Seu papel tem sido estabelecer uma crítica à ciência como mecanismo de fundamentação da pertinência analítica e propositiva da teoria feminista. Na década de 1970, por exemplo, se estabeleceu estreita relação entre o movimento feminista e os estudos sociais e culturais da ciência, contribuindo para argumentos dos(as) adeptos(as) ao “relativismo metodológico”, contrários(as) à implementação de um sistema de regras com intuito de obter validade universal (LOWY, 2009).

A geógrafa inglesa McDowell (1999) aponta que “estudiosas feministas

---

<sup>18</sup> Socióloga feminista que pesquisa sobre a sociologia do trabalho. É bastante estudada no Brasil, onde há diversos artigos publicados em português devido à parceria com Helena Hirata, brasileira e professora emérita na França.

<sup>19</sup> Em contraponto, ao difundido atualmente desde a sugestão do feminismo negro sobre a perspectiva da interseccionalidade. A proposta é entrecruzar as características sociais na análise no sentido de as desnaturalizar, considerando a co-construção das relações de poder como base das desigualdades.

tiveram de lutar muito para ganhar o reconhecimento da centralidade da *diferença sexual* e seus efeitos nas questões de *gênero* e *sexualidade* como um dos panos de fundo no modo como nos organizamos social e subjetivamente” (POLLOCK, 1996 apud MCDOWELL, 1999, p. 9, tradução nossa)<sup>20</sup>. Mecanismos de opressão às mulheres que se constituíram em barreiras simbólicas e formais de exclusão das mulheres das empreitadas científicas e profissionais. Hoje já é sabido como arquitetas foram ofuscadas por seus pares masculinos, como Eileen Gray<sup>21</sup> por Le Corbusier, e Denise Scott Brown<sup>22</sup> por Robert Venturi, seu marido e parceiro. Assim como ocorre entre arquitetos(as), casos semelhantes foram e são correntes em outros campos da ciência.

A teoria feminista desestabilizou a imagem de uma ciência hierarquizada, pura e desencarnada na qual naturaliza abordagens a respeito das mulheres como inferiores e incapazes. A desmistificação dos estereótipos femininos rompe com o enfoque universalizante e genérico das experiências e características femininas (SOIHET, 1989). Boaventura Santos (2011) quando discorre sobre a dificuldade de construir uma teoria crítica ressalta que os silêncios construídos “sob a capa dos valores universais autorizados pela razão [impôs] a razão de uma ‘raça’, de um sexo e de uma classe social” (SANTOS, 2011, p. 30). Desse modo, legitimaram-se múltiplas faces de dominação e opressão que, conseqüentemente, produziram múltiplas resistências, incluso a das mulheres.

Contudo, Linda McDowell (1999) salienta sobre a variedade de ‘feminismos’<sup>23</sup>, em diferentes alianças e análises a respeito do que oprime as mulheres. De certo modo, as múltiplas faces do feminismo influenciam nas abordagens da teoria feminista. Por exemplo, as primeiras lutas formalmente reconhecidas como

<sup>20</sup> Tradução do original em inglês: *Feminism has had to fight long and hard to win an acknowledgement of the organizing centrality of sexual difference, with its effects of gender and sexuality as one of the planes of social and subjective constitution.*

<sup>21</sup> Designer e arquiteta (1878-1976) irlandesa que contribui, assim como Le Corbusier, com o movimento modernista.

<sup>22</sup> Arquiteta, urbanista, professora e escritora estadunidense (1931 - ), parceira de seu marido no escritório Venturi, Scott Brown and Associates.

<sup>23</sup> De modo geral podemos dividir o movimento feminista do seguinte modo: Feminismo liberal: enfatiza a igualdade/igualdade entre mulheres e homens e acredita que a mudança pode ser atingida através de um reforma legal e social; Feminismo radical: salienta a diferença entre mulheres e homens e vê desigualdades de gênero como um sistema básico de poder que organiza as relações humanas; Feminismo socialista: combina ideias do marxismo com o feminismo radical sobre patriarcado e enfatiza a opressão às mulheres tendo como origem questões econômicas e culturais; Feminismo pós-modernista: trata de questões como sexo e gênero com a teoria pós-modernista e pós-estruturalista para chamar atenção aos múltiplos e contraditórios aspectos da identidade individual e coletiva, minando a possibilidade de uma categoria única: homem ou mulher (KROOK e CHILDS, 2010).

feministas na Europa e EUA estavam ligadas ao movimento sufragista que influenciou as latino-americanas. Posteriormente, na metade do século XX, o feminismo se encontra com a tradição socialista quando começou o desenvolvimento das primeiras teorias feministas, além de uma pauta mais ligada aos direitos civis, início do que se veio a chamar de feminismo de segunda onda. Nesse contexto, surgiu entre estadunidenses negras o feminismo negro (*Black Feminism*) que detalha as configurações do imperialismo, da sexualidade, feminilidade e do racismo. Ao mesmo tempo, avança questionando a visão binária e institucional das feministas tradicionais, pois têm como ponto de referência a visão da mulher branca ocidental. Figuras como bell hooks e Angela Davis<sup>24</sup> tiveram destaque na construção da teoria do feminismo negro. Já em fins dos anos 80, feministas liberais começam a se organizar nos EUA, onde é possível observar a emergência do feminismo em organizações e partidos de direita, baseados no feminismo de primeira onda. Na França, considerado país do feminismo, principalmente por conta de Simone de Beauvoir, durante décadas (anos 80 e 90) foi identificado por estadunidenses como um feminismo específico (*french feminism*) interpretado como diferencialista. Atributo refutado pela maioria das francesas, por questionar principalmente o universalismo político que impediria a representação paritária das mulheres (GALSTER, 2003). No Brasil, o feminismo de segunda onda (de modo geral, centrado na autonomia sobre o corpo, o prazer e o trabalho), em meados dos anos 60, se conforma num contexto de repressão política no período da ditadura militar, e, por isso, o viés de esquerda dominou o cenário militante. Por isso, questões do trabalho, os problemas da mulher trabalhadora e as ‘lutas gerais’ foram prioridade, mesmo com críticas dos partidos de esquerda que consideravam o movimento feminista supérfluo diante da ditadura (PEDRO, 2012). Sendo assim, foram difundidas nesse período reflexões ligadas à questão de classe, próximas ao feminismo socialista. Destacamos Heleieth Saffiotti (2013) e Heloneida Studart (1974).

Atualmente, em sua amplitude e pluralidade, os ‘feminismos’ lidam com a complexidade das abordagens sobre o poder relacionado à raça, classe,

---

<sup>24</sup> Atualmente professora emérita de História da University of California, ficou mundialmente conhecida por sua militância por direitos civis e os direitos das mulheres, e ter sido presa injustamente por sequestro, conspiração e homicídio. Seu caso tornou-se um dos julgamentos criminais mais polêmicos nos EUA, que suscitou no movimento “Free Angela”. Chegou a ser afastada do UCLA quando ministrava aulas, em fins dos anos 60, por conta de sua militância no partido comunista.

sexualidade, idade, habilidade física e assim por diante. Por essa razão, adotar a perspectiva da teoria feminista também implica em escolher um dos caminhos possíveis desse campo em processo fértil de transformação e de influência significativa na ciência.

Apesar de haver consensos sobre a importância da teoria crítica feminista, adotar esse posicionamento é um paradoxo. Já é possível observar quem prefira a reflexão de forma mais distanciada, tomando a perspectiva de gênero como premissa. No âmbito dessas contradições, a própria noção de gênero não é um consenso. É um conceito em disputa.

Esse caminho escolhido surge no sentido de superar o que Leoni Sandercock (1998) destaca em relação à visão que se tem sobre a teoria crítica feminista: produzir críticas que contribuem mais para a crítica da ciência do que uma teoria da transformação efetiva no cotidiano das mulheres. Ao nosso ver, o urbanismo com perspectiva de gênero tem nas mãos a possibilidade de ultrapassar essa barreira e desconstruir dúvidas quanto às possibilidades da teoria feminista.

### 3 CONTRA A INDIFERENÇA: URBANISMO COMO POLÍTICA PÚBLICA

O presente capítulo tem como objetivo apresentar argumentos de que não há possibilidade de transformação do urbanismo se não levarmos em consideração um dos maiores determinantes do modo como o campo se apresenta para a sociedade, a política. Nesse sentido, nos parece essencial localizar nossos pressupostos políticos cuja fundamentação não está dada, ou seja, ainda são reflexões em disputa que variam justamente pelo espectro que se analisa. Deste modo, partindo da perspectiva da teoria feminista construímos alguns argumentos fundamentais para a compreensão de nossas hipóteses sobre debate político que interferem na construção do urbanismo com perspectiva de gênero.

Sendo assim, dividimos esse parte da tese em três. A primeira destaca as reflexões de Anne Phillips (2009) e especialmente Nancy Fraser (2006, 2009, 2012, 2013), referência no debate sobre gênero e justiça social, a respeito da importância de levar em consideração o *reconhecimento* além da *redistribuição* na política. Trago esse debate a fim de problematizar a necessidade do campo do urbanismo e suas(eus) profissionais em se deter sobre a perspectiva do reconhecimento, além da redistributiva.

Na segunda divisão, destacamos parte da polêmica que se estabelece na ciência política entre o *universalismo* e o *diferencialismo*, debate presente na teoria crítica feminista, com intuito de desmistificar os véus do discurso universalista centrado na *igualdade*, deixando de lado a necessária incorporação da *justiça* que, por sua vez, se aproxima da perspectiva *diferencialista*. Nos baseamos em Henri Lefebvre (1970) e em Christine Delphy (2010), cujas ideias se contrastam sobre o tema, mas são instigantes a respeito dos desafios que se impõem *ao urbanismo como política pública*, posto que as premissas do urbanismo se baseiam num determinado universalismo que historicamente exclui as mulheres.

No fim deste capítulo, levantamos as seguintes questões: como e quando considerar os *interesses práticos* e os *interesses estratégicos* das mulheres? Como eles são apresentados e podem ser traduzidos? Maxime Molyneux (2010) nos oferece algumas pistas a partir de seus estudos na América Latina, especialmente, na Nicarágua. Esse debate contribui para as fundamentações da tese acerca da importância das práticas sociais de resistência no espaço urbano.

### 3.1 REDISTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

O “reconhecimento” se impôs como um conceito-chave de nosso tempo. Herdado da filosofia hegeliana, encontra novo sentido no momento em que o capitalismo acelera os contatos transculturais, destrói sistemas de interpretação e politiza identidades. Os grupos mobilizados sob a bandeira da nação, da etnia, da “raça”, do gênero e da sexualidade lutam para que “suas diferenças sejam reconhecidas”. Nessas batalhas, a identidade coletiva substitui os interesses de classe como fator de mobilização política – cada vez mais a reivindicação é ser “reconhecido” como negro, homossexual ou ortodoxo em vez de proletário ou burguês; a injustiça fundamental não é mais sinônimo de exploração, e sim de dominação cultural (FRASER, 2015).

Com vistas a problematizar a perspectiva do reconhecimento, analisamos as reflexões de Nancy Fraser (2006) sobre *redistribuição e reconhecimento*, considerando as críticas feitas por Iris Young (2002; 2009) à sua produção sobre a dualidade destas categorias de análise, e a respectiva réplica de Fraser (2009). Também nos baseamos na cientista política feminista Anne Phillips (2009), que discorre sobre *desigualdade e diferença*. Este arcabouço de ponderações nos parece útil tendo em vista os argumentos utilizados para a desconsideração da perspectiva de gênero no urbanismo e se refere a um pretenso universalismo, a que o mesmo se enquadraria, a fim de atingir a justiça social e ampliar o que costumeiramente chamamos de direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), como se hipoteticamente a disciplina conseguisse em si abarcar políticas de *redistribuição e reconhecimento*.

Não é difícil assistir a um certo ‘seletivismo’ da política urbana promovido pelo Estado. Escudados pelo discurso da ausência de recursos ou da falta de estrutura institucional, é possível observar o direcionamento dos investimentos infraestruturais de uma cidade para bairros onde se localizam a classe média e alta. A consideração das particularidades de gênero e raça de forma mais ampla e não assistencialista não caracteriza as ações estatais. Desse modo, se mostra pertinente a apropriação das reflexões na contemporaneidade sobre *reconhecimento e redistribuição*, na perspectiva da justiça e da igualdade, a fim de não recair em erros analíticos quanto ao debate sobre o enfrentamento das desigualdades de gênero no espaço urbano.

A discussão travada por Nancy Fraser (2006) basicamente se baseia no que ela considera “dilemas da justiça numa era *pós-socialista*”, segundo conflitos

políticos que cercam questões relacionadas à identidade, cultura e classe. Neste contexto, afirma que pessoas sujeitas à injustiça cultural e econômica necessitariam de *reconhecimento* e *redistribuição*: quem procura promover a diferenciação do grupo tenderia à política do *reconhecimento*, e quem defende a sua desestabilização ou sua pulverização tenderia à política da *redistribuição*.

Fraser assume que a sua perspectiva de justiça se relaciona à *redistribuição* e ao *reconhecimento*, mas haveria segundo ela uma tensão neste debate, pois parecem ter, frequentemente, objetivos contraditórios:

Lutas por reconhecimento assumem com frequência a forma de chamar a atenção para a presumida especificidade de algum grupo [...] e, portanto, afirmar seu valor. Desse modo, elas tendem a promover a diferenciação de grupo. Lutas de redistribuição, em contraste, buscam com frequência abolir os arranjos econômicos que embasam a especificidade do grupo (FRASER, 2006, p. 233).

Como destacado por Phillips (2009), muitos autores têm apresentado análises que se distanciam de um imaginário político socialista, centrado na *redistribuição* como solução para as injustiças. O debate do reconhecimento surge a partir de um imaginário considerado ‘pós-socialista’, deslocando a caracterização da luta de classe para lutas de defesa de seus interesses, pelo fim da exploração e em prol da redistribuição. O perigo desta ‘suplantação’, identificada pela autora nas análises de Fraser, é o desacoplamento da política cultural em relação à social. Ao meu ver, Fraser não descola as duas dimensões.

Quando se analisa mulheres pobres que vivem em favelas, podemos associá-las ao que Fraser (2006) considera coletividades bivalentes, “diferenciadas como coletividades tanto em virtude da estrutura econômica-política quanto da estrutura cultural-valorativa da sociedade” (FRASER, 2006, p. 233). Por isso, tais coletividades necessitariam das duas para a busca da justiça. Nas tradicionais reflexões ditas marxistas, se evoca uma consciência de classe, como se tudo se submetesse a essa ‘consciência’, interesses, identidades etc. Porém, na contemporaneidade se mostram mais claros os limites desse pressuposto. Essa consciência não se localizam somente na classe onde os indivíduos se situam, mas outras variáveis são interferentes.

Em levantamento realizado no Censo 2010 do IBGE sobre o perfil socioeconômico de mulheres em *aglomerados subnormais* (para nós, as favelas), notamos que há número significativo de áreas em que registramos mais de 50% dos

domicílios sob a responsabilidade das mulheres (IBGE, 2010). Por outro lado, continuamos tendo rendimento inferior ao dos homens: em média, homens ganham R\$ 690,00 e mulheres R\$ 510,00. Num contexto de favela, por fatores econômicos, sobretudo, as mulheres acabam residindo em áreas mais precárias e sujeitas ao risco ambiental, por serem locais mais baratos. Essa distinção econômica não se determina pelo nível de instrução ou formação, mas sobretudo por seu gênero, já que ele fundamenta no sistema econômico a diferenciação de seus ganhos salariais. Foi possível constatar, através de entrevistas abertas, realizadas nas favelas da Babilônia, Chapéu Mangueira (Anexo 1) e Providência, que as áreas mais precárias, por serem menos valorizadas, são mais acessíveis às famílias chefiadas por mulheres. Neste caso, está claro como a divisão sexual do trabalho remunerado torna as mulheres mais vulneráveis a viver em condições precárias, ou seja, uma combinação de um problema *redistributivo* e de *reconhecimento*.

É necessário ressaltar que, institucionalmente, estes dados não são nem levantados em diagnósticos sociais para a implementação de projetos de urbanização e moradia. As únicas informações desagregadas por sexo, por exemplo, é o quantitativo de mulheres e homens nas áreas de intervenção. Nos termos de Fraser, este exemplo seria o resultado de “uma estrutura econômico-produtiva que engendra modos de exploração, marginalização e privação especificamente marcados pelo gênero” (FRASER, 2006, p. 4). Além disso, é fundamental destacar que o fato de as mulheres se tornarem chefes de família não necessariamente modifica a estrutura valorativa das relações de gênero. Pelo contrário, as mulheres são mais pressionadas a ‘dar conta’ de múltiplas responsabilidades agregadas.

Sob o espectro da redistribuição, seria necessário eliminar as injustiças marcadas pelo gênero, abolindo a divisão sexual do trabalho e, com isso, as diferenças entre os gêneros, já que seria um problema de diferenciação econômico-política, negligenciando a diferenciação de valoração cultural que permite, também, enquadrar a problemática sobre o espectro do *reconhecimento*.

Na política urbana e no urbanismo, comumente, a consideração da dimensão de gênero surge apenas naquilo que reforça os seus papéis sociais tradicionais. Por essa razão, demandas por creches, posto de saúde, praça para crianças (isto é, aquilo que remete à sua responsabilidade doméstica e ao cuidado com a família) são utilizados nos discursos como reivindicação das mulheres, encarnando-as

somente como mães. Inclusive, quando do debate sobre violência urbana, as mulheres surgem como mães marcadas pela morte de seus filhos: Mães de Acari, Mães de Vigário Geral (chacinas de jovens na década de 90). Sendo assim, a invisibilidade e a desconsideração da necessidade de mudanças na valoração cultural de gênero em favelas, por exemplo, não encontra solução na *redistribuição*, mas no *reconhecimento* (PHILLIPS, 2009). Não vislumbro deixar de lado o papel das mulheres na maternidade. Contudo, é preciso avançar para outras dimensões das nossas vidas.

Um alerta de Fraser (2009) parece interessante para o exemplo de mulheres das favelas: não seria suficiente apontar quando há pressão pelo reconhecimento de diferenças culturais, se os que reivindicam esperam promover reestruturação econômica. O perigo em processos de participação social, no debate acerca da política urbana que se baseia, sobretudo, nos setoriais (a saber: planejamento territorial, habitação, saneamento básico, transporte e mobilidade), é o de reforçar lógicas de injustiça econômica entre as mulheres a partir do reconhecimento das suas demandas.

O Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, como acordado no processo de Conferência das Cidades<sup>25</sup>, preferencialmente concede a titularidade do imóvel às mulheres. Porém, é imposto um limite de renda de até 3 salários mínimos (Faixa 1) para acessar este direito. Isto quer dizer que mulheres com renda um pouco acima de 4 salários mínimos em diante não têm o direito, caso reclamem deter a titularidade em seu nome se forem casadas? (GOUVEIA, 2011, pp. 6-9). A escala de diferença de ganhos de possíveis beneficiárias do programa justificaria esta discriminação? Nesse caso, recair nos perigos sinalizados por Nancy Fraser acerca do dilema *redistribuição/reconhecimento*. A segurança da posse garantida a uns pode se caracterizar pela radicalização de injustiças para outras(os). Garantido entre aspas, porque sendo as mulheres mais vulneráveis economicamente, por fatores socioculturais, a venda ou o repasse deste imóvel por possíveis dificuldades no provimento de sua família impõe a ela o risco de residir em condições anteriores ou ainda mais precárias, haja vista uma cidade cuja pressão especulativa atinge tanto o mercado imobiliário formal como informal. Além disso, uma vez beneficiada

---

<sup>25</sup> Processo de debate com a sociedade civil organizada, que se inicia nos municípios e termina em debate nacional onde são eleitos conselheiros nacionais que discutem a política urbana no conselho ligado ao Ministério das Cidades. As conferências já estão na 5ª edição.

por políticas sociais, o acesso ao mesmo benefício se dificulta, devido ao cadastro conhecido como CadÚnico que, por sua vez, cria restrições à reincidência. Não considero relevante apontar critérios para o acesso às políticas sociais em programas de habitação. Contudo, estes não podem se basear exclusivamente no critério da redistribuição.

Sabe-se que em programas como o *Favela-Bairro*, na década de 1990 (era César Maia)<sup>26</sup>, análogo ao *Programa Morar Carioca* (era Eduardo Paes)<sup>27</sup>, os efeitos das melhorias urbanas das favelas também fazem com que famílias vendam suas casas a fim de incrementar a sua renda. Mas esta mudança, em muitas vezes, não reflete em melhoria das suas condições de vida e moradia. Este processo se radicaliza, quando são famílias monoparentais chefiadas por mulheres ou quando há a coabitação, ou seja, mais de um núcleo familiar vivendo em uma mesma casa. Diante disso, recai-se sobre os ombros das mulheres múltiplas responsabilidades e processos de opressão e, conseqüentemente, relações de gênero desiguais. Além da precariedade urbana a que estão sujeitas.

A desvalorização do trabalho doméstico, da violência doméstica e urbana sobre os corpos femininos, do mercado de trabalho, as representações banalizantes e humilhantes na mídia (expostas no espaço público das cidades) e a sujeição às normas androcêntricas impõem uma desqualificação generalizada do que se codifica como 'feminino', trazendo conseqüências em todas as esferas da vida, excluindo ou marginalizando. Danos de injustiça de *reconhecimento*, independentes da economia política, que não são meramente superestruturais (FRASER, 2006). A lógica do privilégio à masculinidade gera desprezo por um gênero, face à economia política que o insere na *redistribuição*. Mas contém ao mesmo tempo uma face cultural-valorativa no âmbito do *reconhecimento*. Então, não seria difícil concluir sobre a necessidade de nos concentrarmos nas duas tarefas, tanto na política urbana como em outras políticas públicas, pois nenhuma seria mais fundamental que a outra.

As indagações de Fraser dizem respeito à dificuldade deste ecletismo em relação aos 'grupos'<sup>28</sup> que sofrem ambas as formas de injustiça, como é o caso das

---

<sup>26</sup> Ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro que mais permaneceu no cargo: 1993 a 1997, 2001 a 2005 a 2009; tendo como seu sucessor e continuador do primeiro mandato o arquiteto Luiz Paulo Conde.

<sup>27</sup> Atual prefeito da cidade, desde 2009, sucessor de César Maia, atualmente vereador.

<sup>28</sup> Colocamos grupos entre aspas, pois não estamos considerando as mulheres como um grupo em termos estatísticos e populacionais, mas as qualificando no âmbito do debate teórico sobre as contradições de gênero, ou seja, relacional a qualidade valorativa (social, cultural e política) de homem, do masculino.

mulheres (PHILLIPS, 2009).

As injustiças socioeconômicas associadas a gênero e raça são mais bem corrigidas deixando-se de lado a raça e o gênero enquanto categorias: reestruturando a divisão do trabalho e a renda de modo que a posição das pessoas nas relações sociais e econômicas não seja mais ditada por seu gênero e raça (PHILLIPS, 2009, p.230).

Por isso, surgem tensões nas políticas de gênero e raça, como de: (i) estratégias que procuram desqualificar a importância de ambos e (ii) estratégias em que prevalecem o valor intrínseco de gênero ou da raça.

Neste exemplo, o resultado das ausências relativas às questões de gênero em programas de urbanização (assim como os problemas vivenciados por mulheres não são verbalizados e considerados nos processos de participação) é um ciclo vicioso, bem sintetizado nas observações de Fraser. A institucionalização das normas culturais sexistas e androcêntricas e a desvantagem econômica das mulheres impedem a sua participação igualitária na tentativa de interferir na formação de outra cultura, nas esferas públicas e na vida cotidiana. Os obstáculos materiais e simbólicos conjugados na relação com o Estado caracterizam a ausência na política urbana do *reconhecimento* de gênero, assim como a ausência do debate sobre seus interesses. Por mais que nas reuniões do sistema participativo do *Morar Carioca* na favela da Providência em que estive (dentre outras) tenha sido possível perceber a presença majoritária de mulheres<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Esta última questão adentra sobre o debate de representação que problematiza se a presença das mulheres garante na prática a disputa dos interesses estratégicos feministas. Preferimos não nos aprofundar nessa reflexão, apesar de apresentar reflexões sobre interesses estratégicos e práticos no capítulo 20.

Fotografia 1: Em audiência pública no Ministério Público Federal em 2011.



Fonte: a autora

Fotografia 2: Em reuniões organizadas pelo FCP na área portuária em 2011.



Fonte: a autora

O grande perigo da superficialidade do reconhecimento das injustiças é recair em processos de radicalização de desqualificações e estigmatizações, pelo não êxito de uma política. Na política habitacional e urbana, a titularidade prioritária aos imóveis passíveis de regularização fundiária, ou em programas de provisão de moradia, é anunciada como uma grande conquista, visto que a questão da propriedade privada, ou a segurança da posse, é algo ainda fundamental para inviolabilidade da moradia. Reconheço a importância das políticas redistributivas propostas e conquistadas pelo movimento de reforma urbana, como o Estatuto da Cidade. Contudo, está sendo de fato assegurado o direito à moradia às mulheres? O sistema jurídico garante a sua integridade física e autonomia através da segurança da posse? O caso da comunidade Vila Autódromo na zona oeste do Rio de Janeiro é bastante ilustrativo dos desafios.

A partir da luta pelo reconhecimento de direito a permanecer na comunidade,

moradores de Vila Autódromo, antiga colônia de pescadores às margens da Lagoa de Jacarepaguá, conquistaram a concessão de direito real de uso nos anos de 1980. Anos mais tarde, esse instrumento de regularização fundiária foi incorporado ao Estatuto das Cidades<sup>30</sup> em 2001, legislação federal considerada um marco na luta pelo direito à cidade no país. Foram 108 lotes em 1997 e, posteriormente, lotes às margens da lagoa em 1998 obtiveram a concessão. No entanto, esse direito está sendo ameaçado. Participando de fóruns, como o Comitê da Copa e Olimpíadas do Rio, nos seus primeiros anos de mobilização, e na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ (CDDHC/ALERJ)<sup>31</sup>, assisti à engenharia política e jurídica acionada pela Prefeitura para minar a resistência frente ao projeto Parque Olímpico, que segundo o projetado pela gestão abrange tanto o terreno do antigo autódromo da cidade como a área da comunidade. Mesmo com a posse formalizada e garantida legalmente, e com demarcação de parte da área como AEIS – Área Especial de Interesse Social – através da Lei Complementar nº 74/2005 (ou seja, mais uma proteção legal para garantia do direito à moradia a essas famílias), a prefeitura do Rio de Janeiro tem imposto um verdadeiro pesadelo para as(os) moradoras(es). Com o argumento de que a comunidade precisaria ser removida segundo acordo com o Comitê Olímpico Internacional, por conta da construção do Parque Olímpico, ameaças e pressão para negociações de indenização ou troca das casas por imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida. Instaurou-se um processo radical de vulnerabilidade social e urbana em Vila Autódromo. Mobilizadas(os), conseguiram em meados de 2012 se articular com acadêmicos para a construção de um Plano Popular<sup>32</sup> que propunha a urbanização definitiva da área, sem remoções. Ainda assim, a Prefeitura radicalizou suas investidas para que os moradores se desarticulassem, e por isso muitas famílias hoje já não moram na comunidade<sup>33</sup>. Os que permanecem são obrigados a conviver com escombros, falta

---

<sup>30</sup> “Estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. Cf. Lei 10257/2001. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Elaborada por conta dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal sobre a política urbana e os princípios da função social da cidade e da propriedade e a gestão democrática da cidade.

<sup>31</sup> Relatório produzido no âmbito da CDDHC/ALERJ sobre Vila Autódromo, resultado do acompanhamento das situações de violação dos direitos humanos, disponível em <<https://medium.com/@CDHAlerj/vila-autodromo-12d52ae00f5>>.

<sup>32</sup> O Plano Popular foi elaborado com apoio de professores e pesquisadores do IPPUR/UFRJ.

<sup>33</sup> 44 Em janeiro, era possível ainda perceber que 1/3 das famílias ainda permaneciam na comunidade. Recentemente a Cedae e a Light cortaram o fornecimento de água e energia justificado

de infraestrutura e muita poeira em função da obra olímpica que não poupou nem as árvores nativas preservadas pela comunidade.

Nesse contexto, as protagonistas do processo de resistência são as mulheres, muitas já avós, que buscam lutar por seu patrimônio, por sua história de vida e resistência. Algumas relatam a dificuldade, justamente por serem mais sujeitas ao assédio moral, de ambos os lados, moradoras(es) e poder público. Suas contribuições são marcadamente marginalizadas e deslegitimadas.

Fotografia 3: Foto de uma das ruas de Vila Autódromo às margens da lagoa com escombros de casas desapropriadas (abril de 2014).



Fonte: a autora

Além disso, hoje Vila Autódromo é um lugar inseguro, sobretudo, para as mulheres e adolescentes. Em 2014, uma das lideranças da Associação de Moradores relatou o medo que ela e sua filha sentem ao circular pela comunidade, como de assalto ou estupro, justamente pela presença constante de trabalhadores (homens) da construção civil devido às obras do Parque Olímpico. Outra liderança

---

pela crise hídrica atual, já que as ligações são irregulares. Contudo, sabemos que essa é mais uma tentativa de impor uma vulnerabilidade insustentável aos moradores e cedam às ameaças para se retirarem do local.

descreveu que seu percurso até sua casa é uma aventura, em virtude dos diversos buracos nas vias que antes eram preservada por moradores(as).

O discurso do poder público que justifica a constituição desse cenário está impregnado da perspectiva economicista de produção do espaço urbano que viola a perspectiva tanto da redistribuição quanto do reconhecimento da legitimidade da posse das famílias e do direito à moradia naquele lugar. Com uma política de troca, por indenização ou por imóveis, a Prefeitura ganha a disputa, em nome dos Jogos Olímpicos.

Portanto, ao meu ver, a ótica do reconhecimento associada à da *redistribuição* nos ajuda a ampliar a análise das diferentes experiências, práticas e interesses das mulheres nas cidades, pois políticas centradas nas demandas das mulheres a partir de políticas de *redistribuição* tendem a homogeneizar ou ‘estandardizar’ soluções políticas e programáticas para a garantia do efetivo direito à cidade. Igualmente, a visão reducionista das cidades, que se inclina ao viés econômico para explicar a crise urbana e os respectivos processos de desigualdades, arrisca-se a permanecer no lugar comum. E a evitar uma visão fragmentada da realidade social. Por mais que a perspectiva do reconhecimento pareça tender a um olhar mais particular e fragmentado da política social.

Assim, a noção de direito à cidade conduz à possibilidade e ao reconhecimento de influenciar no modo como as cidades são estruturadas e desenhadas. Para as mulheres, a conquista da independência econômica é apenas um passo. Dessa forma, se faz necessário construir também possibilidade de influência política e integridade física de seu corpo, e autonomia de seus interesses e práticas sociais, pois pode criar oportunidades para a construção do direito das mulheres à cidade.

### 3.2 DEBATE SOBRE UNIVERSALISMO

A construção do conceito *universal* na modernidade, historicamente, excluiu as mulheres que “são chamadas a se submeterem a uma definição de universal da qual não participaram” (VARIKAS, 2009, p. 268). O princípio da universalidade deveria corresponder à diversidade de experiências de opressão e injustiça, afirmando demandas particulares (como das mulheres) para finalidades políticas universais. Essa mesma modernidade que deixou na invisibilidade Eileen Gray,

arquiteta e designer parceira de Le Corbusier, assim como Denise Scott Brown, arquiteta e urbanista, esposa e parceira do arquiteto Robert Venturi. Ela não recebeu o Prêmio Pritzker em 1991, mesmo sabendo-se de seu papel fundamental no Venturi Scott Brown and Associates, especialmente sendo coautora do célebre livro *Aprendendo com Las Vegas* (VENTURI; BROWN; IZENOUR, 2003), que apresenta uma crítica sistematizada sobre o caráter dogmático e distante das contradições urbanas do modernismo.

Hoje, no entanto, a prática de arquitetos(as) urbanistas ainda se aproxima dos pressupostos modernistas, impulsionada principalmente pelos agentes especulativos e pelo próprio Estado. Como preconizado por Le Corbusier (1969; 1977), o princípio base da arquitetura e urbanismo modernista era racionalizar o espaço conforme um modelo de homem, o homem tipo, o homem síntese. A própria possibilidade de compor um padrão universal e totalizante, de ser humano ou urbano, demonstra a predominância da concepção totalizadora modernista e a desconsideração da diversidade social, cultural, geracional, racial e de gênero. Jane Jacobs (2000) em sua crítica ao modernismo, no célebre livro *Morte e vida de grandes cidades*, já aponta esse problema quando defende a diversidade como forma de combater a monotonia e a uniformidade do urbanismo funcionalista, em que só um tipo, uma forma de existência urbana seria possível. Segundo Anne Phillips (2009), os modernos se mobilizaram no sentido de promover análises de *classe* contra a política associada à *etnicidade* e *gênero*, justificado pelo menosprezo ao meramente cultural em um mundo suposta e unicamente estruturado pela exploração econômica.

No entanto, é importante salientar que grande parte dos modernistas eram socialistas e humanistas. Parte dos utópicos buscavam refletir os problemas sociais da sociedade para além da perspectiva econômica, se aproximando do reconhecimento do sistema de opressão das mulheres. Em 1947, o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho), projetado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy sob a supervisão da engenheira e urbanista Carmen Portinho, localizado no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, revela os princípios modernistas de Le Corbusier, mas também leva em consideração as preocupações de Charles Fourier (1772-1837)<sup>34</sup> manifestadas nos falanstérios em

---

<sup>34</sup> O socialista utópico francês, Charles Fourier (1772-1837), propôs as falanges, que corresponderiam a pequenas unidades sociais de aproximadamente 1500 hab, com um edifício

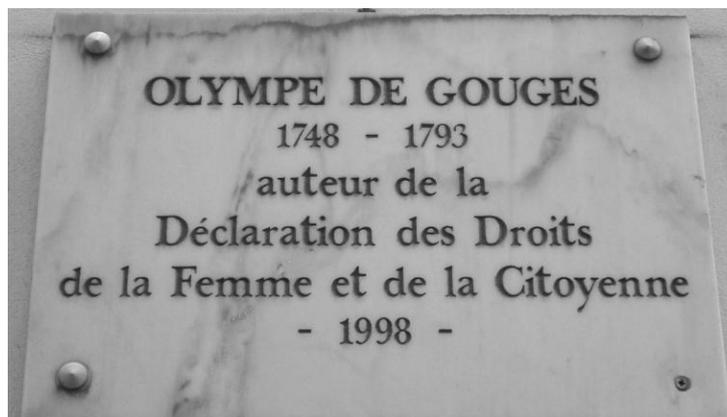
meados do século XIX (BARROS, 2011). É notória que a demarcação de espaços coletivos e compartilhados, como cozinhas e lavanderias coletivas, se relaciona à sua percepção de que famílias nucleares constituídas por um casamento monogâmico se transformariam em células egoístas e antissociais. Seus argumentos se assemelham às críticas que movimentavam o movimento feminista no século XX, quando associa a estrutura familiar da sociedade industrial como responsável pela escravização da mulher no espaço doméstico. A proposta dos espaços coletivos corresponde às suas duras críticas às desigualdades de gênero. Com isso, os falanstérios gerariam as condições para o compartilhamento de tarefas comuns a todos(as), incluso as crianças, de forma lúdica e educativa, evitando a ociosidade e a sobrecarga de alguns(as).

Essas ideias utópicas que surgem no século XIX se relacionam à percepção de um certo fracasso do alcance de uma sociedade igualitária, libertária e fraterna como proposto pela Revolução Francesa, diante da miséria que se instalava nas cidades industriais. Contudo, se tomamos a história da própria constituição da Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 1998), percebemos as contradições dos três lemas evocados. A declaração promulgada e adotada pelas Nações Unidas em 1948 tem como base a *Déclaration des Droits de l'Homme* da Revolução Francesa em 1789-1799. Podemos afirmar que é uma declaração em oposição ao documento proposto por Olympe de Gouges, pseudônimo de Marie Gouze (1748- 1793), intitulado de Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã. Durante a revolução, ela apresentou à Assembleia Nacional da França uma declaração para igualar-se à do homem, que não só fazia referência aos direitos das mulheres, como também à necessidade da abolição da escravidão. Por conta dessa sua ousadia, ela foi guilhotinada em 1793 pela condenação de mulher desnaturada e contrarrevolucionária. Essa história revela as bases pelas quais o universalismo francês se constituiu e se estruturou.

---

comum, o falanstério. Neste ambiente, os indivíduos teriam a oportunidade de revelar sua 'bondade natural', diferentemente da perspectiva de Marx e Engels a partir do Materialismo Histórico (BARROS, 2011).

Fotografia 4: Placa colocada em 1998 no endereço onde residia Olympe de Gouges – 20, Rue Servandoni, Paris.



Fonte: a autora.

O pressuposto da inferioridade feminina tem promovido ao longo da história a distinção entre homens e mulheres, forma mais hábil tanto da ciência moderna como da política de promover dualismos segundo um falso universalismo hegemônico, que torna as experiências dominantes em experiências universais (SANTOS, 2011). A partir daqui formulamos a seguinte questão: se o *universalismo* não tem dado conta das diferenças, o *diferencialismo* seria uma solução? Christine Delphy (2010) é cética quanto a esse raciocínio.

Porque os homens são homens, na medida em que eles exploram as mulheres; assim que as mulheres não podem, por definição, fazer como os homens, porque elas não têm ninguém para explorar; porque é preciso que elas deixem de ser exploradas para que sejam iguais aos homens; porque se os homens não tivessem mais mulheres para explorar e dominar, eles não seriam homens. Então, por definição, as mulheres não podem ser iguais aos homens como eles são hoje, porque 'tal como são hoje' pressupõe a subordinação das mulheres; por isso o medo infundado de algumas feministas diferencialistas de que a igualdade signifique o alinhamento das mulheres no modelo masculino (DELPHY, 2010, p. 318-319, tradução nossa)<sup>35</sup>.

A filósofa defende que há um 'falso universalismo' o qual define uma ideologia e que reproduz a estrutura diferencial de gênero, a partir do momento em que considera o feminino negativo e o masculino positivo, um mal e bom, as mulheres como diferentes e específicas e os homens como normais e abrangentes (DELPHY,

<sup>35</sup> Car les hommes ne sont des hommes que dans la mesure où ils exploitent des femmes; donc les femmes ne peuvent pas, par définition, faire comme les hommes: parce qu'elles n'ont personne à exploiter; parce qu'il faudrait qu'elles cessent d'être exploitées elles-mêmes pour pouvoir être à égalité avec les hommes; parce que si les hommes n'avait plus de femmes à exploiter, ils ne seraient plus des hommes. Donc par définition, les femmes ne peuvent pas être les égales des hommes tels qu'ils sont aujourd'hui, car "tels qu'ils sont aujourd'hui" présuppose la subordination des femmes; c'est pourquoi la peur de certaines féministes différentialistes que l'égalité signifie l'alignement des femmes sur le modèle masculin est infondée (DELPHY, 2010, p. 318-319).

2010, p. 318-319). Uma visão de mundo que penetra no senso comum, nas instituições formal e informalmente, sobretudo no direito (LOWY, 2009; DELPHY, 2010; SANTOS, 2011).

Diante disso, para o nosso debate acerca das cidades, há possibilidade de definir um sujeito de direitos universal? Como conformaríamos o direito à cidade (LEFEBVRE, 2004) diante de tamanha diversidade de interesses e práticas, assim como de um espaço urbano heterogêneo e desigual? Não há como negar que a forma e o espaço urbano são definidores de como se ‘acomoda’ o direito à cidade.

Mas não é possível afirmar que o modo como se produz o urbano (relação entre forma e conteúdo<sup>36</sup>) seja espontâneo ou mesmo neutro.

As necessidades determinadas pelo chamado sujeito de direitos parte de uma falsa neutralidade que mascara as premissas do androcentrismo e da heteronormatividade. O direito à cidade como ele é concebido parte das prioridades dos mesmos, tornando como referência o mundo público, a participação no mercado e os espaços atribuídos aos homens, ao passo que o espaço doméstico-feminino não está incluído nessa categoria (MARTÍNEZ, CASANOVAS, *et al.*, 2011). As assimetrias e as diferenças de como os grupos e pessoas são excluídos, sejam por razões econômicas, raciais ou de gênero, dificilmente são reconhecidas. A complexidade dessa realidade, em termos de consubstancialidade das relações sociais, permite uma abordagem que não coloca nenhuma relação social mais primordial que a outra, na qual se entrecruzam exploração, dominação e opressão (KERGOAT, 2012). Um modo de análise que permite a desconstrução de hierarquias e a naturalização das assimetrias das relações sociais e da produção do espaço urbano baseadas nas desigualdades.

Por outro lado, em um livro pouco difundido em nosso campo, do sociólogo de Henri Lefebvre, *Le Manifeste Différentialiste* (1970), ele defende o poder de resistência da perspectiva diferencial, do desejo de se tornar outro em relação a esse modelo. Partindo de uma análise filosófica, ele menciona o irracional associado a essa tendência da qual teríamos de nos diferenciar como uma forma de resistência “à racionalidade repressiva-opressiva, às estratégias de homogeneização baseadas no imperativo da indústria, da organização e do crescimento” (LEFEBVRE, 2004, p.

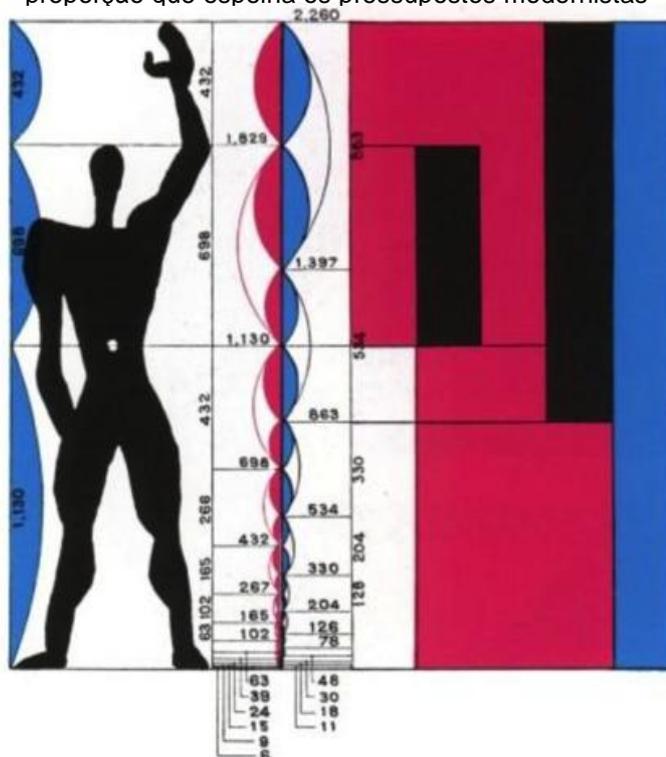
---

<sup>36</sup> Lefebvre (2004) no capítulo Sobre a forma urbana, problematiza que para entender a forma urbana é preciso compreender que existem formas para além da morfologia urbana que definem o conteúdo do urbano, como ele se revela de modo simultâneo e recíproco, mental e socialmente. “Uma unidade, indissolúvel e no entanto rompida pela análise, é conflitante (dialética)” (LEFEBVRE, 2004, p. 87).

51, tradução nossa)<sup>37</sup>. Por exemplo, as situações concretas e as desigualdades de gênero que se estabelecem no espaço e as reivindicações por direitos das crianças, dos idosos e das mulheres dão concretude ao direito abstrato que é o direito humano universal. No entanto, as particularidades liberadas ilusoriamente são atacadas, corroídas, destruídas, reduzindo a diferença à indiferença, em um duplo sentido: o indiferenciado e a indiferença (LEFEBVRE, 2004, p. 145).

Esse estado de ser *indiferenciado-e-indiferente* é problematizado numa das partes que acreditamos ser a mais poderosa do livro: o capítulo intitulado *Contre l'un-différence* (1970), quando Lefebvre discorre sobre a imitação e a identificação. A maternidade, por exemplo, estaria no campo da imitação, onde toda a particularidade desaparece; e a paternidade, na identificação, onde se mantém e se retém a particularidade e se naturaliza, pois se torna um modelo (particular), assim como o entendimento do caráter do ser feminino, ou mulher. São práticas perpetuadas através da “pedagogia cotidiana da sociedade” (entendemos como a relação entre senso comum e o poder simbólico) da tautologia e da analogia que se constituem no poder de reduzir, segundo ele, as diferenças e de estabelecer a indiferença.

Figura 1: Mulher de Le Corbusier e um sistema de proporção que espelha os pressupostos modernistas



Fonte: <http://www.fondationlecorbusier.fr>

<sup>37</sup> Il résiste à la rationalité répressive-oppressive, aux stratégies d’homogénéisations basées sur les impératifs de l’industrie, de l’organisation et de la croissance (LEFEBVRE, 2004, p. 51).

O que significa estas diferenças entre os indivíduos? Isto é sobretudo *des champs* sobre os quais e em relação aos quais as diferenças individuais podem fazer sentido. A redução do espaço cotidiano à homogeneidade sustenta o terrorismo que desde a infância destrói a espontaneidade do desejo. Na prática social, se combinam a força repressiva, a influência dos modelos, a importância das instituições. O poder repressivo é usado para cortar o excedente, aniquilar aquilo que escapa. Os "sujeitos" reduzidos à passividade; expropriados, continuam a obedecer imitando (de longe) os modelos ou a identificar-se (em uma falsa proximidade) com as formas propostas. Daí o dilema para os indivíduos, para os grupos e classes não dominantes, para povos inteiros. Ou estagnar-se, sufocar-se, apodrecer, morrer de uma morte lenta e miserável. Ou contestar e protestar, se descobrir, se afirmar, confirmando suas diferenças (LEFEBVRE, 2004, pp. 148-149, tradução nossa)<sup>38</sup>.

O mais significativo dessa análise é o fato de que podemos entender que o conformismo à uniformidade contribui para estabelecer o 'universal-androcêntrico-naturalizado' como o ponto de partida para a conformação não só das instituições e do direito, mas também dos padrões de conhecimento. Não há como se esquivar do falso universalismo a que Delphy se refere, como sendo o verdadeiro universalismo, fruto de um processo histórico. O universalismo da equidade entendido na perspectiva do reconhecimento à justiça de grupos e pessoas expropriadas de direitos, por não se encaixarem nesse modelo, nada mais é que um projeto, não existe, como reconhece a filósofa francesa.

Seria então o diferencialismo a chave para romper a pseudoneutralidade do modelo universal (sendo específico) normativo? A primeira questão é que diferencialismo, a nosso ver, não é comunitarismo (ou particularismo). Segundo aspecto é que a perspectiva diferencialista aponta para e pode representar um processo de resistência a esse universalismo real.

Estando de acordo com Lefebvre, o diferencialismo é a possibilidade de *ser* de outra forma. Como se não soubéssemos ainda como *ser* esse sujeito de direitos, frente às relações de poder e opressão sobre nossos corpos e mentes dos quais se estabelecem fortemente por esquemas simbólicos e naturalizados de dominação masculina (BOURDIEU, 1995). É um processo a construir, continuamente, como

---

<sup>38</sup> S'agit-il de différences entre les individus? Il s'agit surtout des champs sur lesquels et par rapport auxquels les différences individuelles pourraient prendre un sens. La réduction de l'espace quotidien à l'homogénéité soutient le terrorisme que dès l'enfance détruit la spontanéité, celle du désir. Dans la pratique sociale se conjuguent la force des tourniquets, l'influence des modèles, l'importance des institutions. Le pouvoir répressif s'en sert pour couper ce qui dépasse, anéantir ce qui lui échappe. Les "sujet", il les réduit à la passivité; après quoi, expropriés, ils continuent à obéir en imitant (de loin) les modèles ou en s'identifiant (dans une fausse proximité) avec les formes proposées. D'où le dilemme pour les individus, pour les groupes et classes non dominants, pour les peuples entiers. Ou bien végéter, s'asphyxier, pourrir, mourir d'une mort lent et misérable. Ou bien contester et protester, percer, s'affirmer en confirmant leurs différences (LEFEBVRE, 2004, pp. 148-149).

uma forma de resistência à homogeneização e naturalização impulsionados sobretudo pelo modo como o espaço urbano se constitui, no qual o urbanismo tem papel fundamental.

A diferença é informante e informada. Ela dá forma, a melhor forma resultando da informação ótima. Quanto à separação e à segregação, elas rompem a informação. Conduzem ao informe. A ordem que constituem é apenas aparente. Só uma ideologia pode contrapor-la à desordem da informação, dos encontros, da centralidade. Só um racionalismo limitado, industrial ou estadista, mutila o urbano dissociando-o: projetando no terreno sua 'análise espectral', os elementos disjuntos, cuja informação recíproca torna-se impossível (LEFEBVRE, 2008, p. 121).

O *modulor* de Le Corbusier, um modelo de proporção estático, sintetiza os pressupostos universalistas que precisamos romper, um modelo que não informa. Um urbanismo da possibilidade (informante e informada) a partir da proximidade e da sensibilidade aos processos de resistência invisibilizados que podem servir de instrumento catalizador de transformação do urbanismo.

Mesmo compreendendo os argumentos de Christine Delphy sobre o universalismo-que-não-atingimos-ainda, precisamos buscar teorias utópicas mais próximas de nossas experiências e práticas do que utopias idealizadas e distantes. A relação dialética entre o possível e o cotidiano nunca foi tão clamada pelas insurgências urbanas contemporâneas. O problema reside nas velhas utopias e visões de mundo viciadas. É estratégico construir uma epistemologia que questione as contradições de hoje, com chaves de interpretação de hoje, sem determinismo, pois podemos incorrer, em nosso caso, no que Boaventura Santos (2011) chama de *diferenciação desigual*, reproduzindo o dualismo onde se poderia estabelecer o poder de definição do outro, de atribuição do significado e dos padrões de diferença discriminatória, estereotipada e segregada.

Um urbanismo que considere o *diferencialismo* como pressuposto precisaria ser menos determinista e qualificar a diferença a partir da definição do outro, e não somente por suas preconcepções. Uma relação lateral, horizontal ao invés de vertical, tanto de cima para baixo como de baixo para cima, pois desse modo ressurgem contradições e desafios que carecemos enfrentar e transformar. Por isso, não há fórmulas, modelos e regras.

Neil Brenner (2014) apresenta um reflexão interessante baseada em Lefebvre (2008). Segundo o teórico, há um produto de tipo 'unidade' entendido como práticas

e estratégias políticas que definem o processo de urbanização a partir da destruição criativa do espaço político-econômico, sob o capitalismo. Seria uma força (capitalista) que de forma distinta se traduz no espaço urbano promovendo práticas e estratégias que vão resultar em caráter diferenciado do que se entende como urbano. Assim, não basta entender as contradições do espaço urbano a partir da prática, apesar de ser poderosa categoria de análise. As estratégias, que se configuram em forma urbana, estabelecem um processo de implosão-explosão<sup>39</sup> (nos termos de Brenner, destruição criativa) que não se limitam a uma escala, assentamento, lugar ou cidade; “gera uma ‘problemática’, uma síndrome de condições, processos, transformações, projetos e lutas emergentes, que se conecta a generalização desigual da urbanização em escala planetária” (BRENNER, 2014). Ao observar as contradições do capitalismo nas cidades, somos tentados a olhar o específico apenas para justificar generalizações a respeito das desigualdades que se apresentam no espaço urbano. Contudo, o que na verdade o sistema capitalista estabelece são desigualdades e subordinações em todos os territórios que se concretizam conforme aspectos sociais que ali se convergem de modo diferencial (classe, gênero, raça, geração, cultura e identidade). Por isso, as estratégias também se diferem. A perspectiva do *diferencialismo* pode penetrar em forma de estratégias e práticas para romper com a opacidade das relações de poder, permitindo uma maior força nas proposições que desafiam o universalismo real, opressor e heteronormativo. Nesse sentido, o urbanismo com perspectiva de gênero pode ser aquele que tem seus ‘poros abertos’, que permite a possibilidade de surgimento de práticas diferenciais, sejam elas estratégicas ou não.

O universalismo já é algo historicamente dado, não pelo seu valor utópico, mas pelo que o projeto de modernidade permitiu. Talvez seja o momento de a ciência permitir a emergência de novos paradigmas, uma nova racionalidade, que não está dada, mas é um processo ainda em construção. Esse é o grande precipício em que nos lançamos nessa tese. Correção ou transformação?

---

<sup>39</sup> Implosão-explosão se situa entre a cidade industrial e a zona crítica. Léfèèbvre qualifica, assim, como o momento da concentração urbana, êxodo rural, extensão do tecido urbano, subordinação completa do agrário ao urbano (LEFEBVRE, 2008).

### 3.3 INTERESSES PRÁTICOS E ESTRATÉGICOS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Fotografia 5: Trem da Supervia na Estação Triagem, no Rio de Janeiro (2014).



Fonte: a autora.

Esse debate foi um dos mais instigantes e ao mesmo tempo um dos maiores desafios no processo de construção desse trabalho. Compreender a importância da noção acerca dos *interesses das mulheres* no debate da teoria feminista apresentou pontos cegos e desafios metodológicos e analíticos. Inicialmente, pareceu centrar-se no debate sobre a sub-representação política das mulheres. Contudo, é possível perceber que essa problemática atinge profundamente a nossa questão: construir um urbanismo com perspectiva de gênero que não seja indiferente às mulheres. Maxine Molyneux (2010)<sup>40</sup>, socióloga paquistanesa, apresenta uma reflexão pertinente aos *interesses das mulheres* a partir da sua pesquisa realizada na Nicarágua Sandinista, nos anos 80. Ela estabelece algumas diferenciações importantes cuja análise é balizada pelo debate dos interesses práticos e estratégicos de gênero.

---

<sup>40</sup> Professora da UCL, passou sua infância na Índia e na América Latina, e desde os anos 80, tem pesquisado sobre as mulheres na Nicarágua pós-revolução sandinista, em julho de 1979.

Os *interesses de gênero* são aqueles em que mulheres (e homens) desenvolvem a partir do modo como são posicionadas socialmente, por meio de atributos de gênero, podendo ser estratégicos ou práticos, cada um direcionado de diferentes formas e envolvendo diferentes implicações para as respectivas subjetividades. Nesse processo complexo e por vezes conflituoso, é possível definir interesses gerais ainda que afetem de forma diferenciada em função do seu posicionamento social e identidade. Contudo, segundo Molyneux (2010), interesses práticos e estratégicos de gênero têm distintas derivações e envolvem implicações diferenciadas para a subjetividade das mulheres.

Para as feministas, de acordo com a autora, os *interesses estratégicos* das mulheres são avaliados como os verdadeiros interesses das mulheres, visto que são formulados a partir do que seria uma consciência de luta por emancipação feminina, ou seja, segundo formulações feministas. Um exemplo são as medidas que buscam garantir sob controle a fertilidade e proteção contra a violência masculina. O problema para a socióloga é que condicionar as mulheres a uma unidade de luta implica em solucionar os conflitos de classe. Apesar de as mulheres sofrerem discriminação de gênero e estejam cientes disso, sofremos diferentemente conforme nossa classe social e raça e etnia, afetando nossas atitudes frente à luta emancipatória. Com isso, mesmo que tenhamos uma agenda em comum, o processo para a conquista desses interesses pode se diferenciar.

Já os interesses práticos se relacionam às condições concretas do posicionamento das mulheres na divisão sexual do trabalho. Diferente dos interesses estratégicos, estes são formulados por mulheres que estão mais nessa posição do que fora. Por isso, são interesses que divergem quanto àquelas que procuram a emancipação ou a igualdade de gênero (MOLYNEUX, 2010). Aqui novamente, a classe social e a raça exercem diferenças. Por exemplo, quando a vida familiar está ameaçada, e o Estado não provém suas necessidades, as mulheres tendem a se organizar, normalmente as mais pobres, para mobilização de recursos, como é o caso das remoções que têm acontecido no Rio de Janeiro ou mesmo quando seus filhos(as) são vítimas da política de segurança nas favelas cariocas.

Interesses práticos não podem ser considerados distantes dos efeitos de classe. Além disso, estes interesses práticos não desafiam em si as formas predominantes de subordinação de gênero, mesmo que surjam diretamente fora delas. A compreensão disso é vital para o entendimento da capacidade ou o fracasso dos estados ou organizações em ganhar a

lealdade e apoio das mulheres (MOLYNEUX, 2010, p. 23, tradução nossa)

Considerando essas contradições entre os interesses de gênero, as principais conclusões acerca da experiência nicaraguense foi: (i) os sandinistas modificaram muito pouco os processos de subordinação de gênero, (ii) os interesses das mulheres não têm sido representados no Estado, (iii) e as mulheres são propensas a se voltarem contra essa situação. Primeiramente, vemos que mesmo com a instituição do Estado Sandinista, as mulheres se mantiveram marginalizadas e distantes do processo de emancipação. É importante lembrar que as mulheres compunham 25% da guerrilha contra Somoza no país e que um dos primeiros decretos, em 1979, após a revolução, foi a garantia de direitos iguais às mulheres (ZIMMERMANN, 2006). Ou seja, mesmo que as mulheres tenham tido participação significativa no processo revolucionário na Nicarágua, quando os sandinistas chegam ao poder, o mesmo continua a se caracterizar por estruturas desiguais de gênero onde os interesses das mulheres na sua perspectiva emancipatória são postos de lado. Os homens continuavam a pautar as estratégias a partir de seus interesses. Nesse caso, a relação entre a aplicação da perspectiva emancipatória (interesses estratégicos) e pragmática (interesses práticos) das mulheres pareceu ser ainda distante. Talvez a palavra 'pragmática' seja polêmica justamente por significar que tais interesses não tinham relação com o horizonte emancipatório. Mas é possível que um seja desatrelado do outro? Essa é uma fronteira importante a ser discutida tanto na teoria feminista como na teoria urbana.

O urbanismo tradicionalmente atua conforme interesses práticos de uma sociedade ou grupo. Não é por acaso que recorremos ou a um modelo que traduza esses interesses, ou a produção de análises e diagnósticos que representem tais demandas, ao mesmo tempo que produzam um retrato da problemática urbana de um bairro ou área em questão. No entanto, a delimitação das manchas de intervenção assim como de seu impacto é um processo definido por fatores políticos, sociais e técnicos, do mesmo modo quando demarcam-se os lugares dos estudos urbanos.

a demarcação dos lugares urbanos sempre implica complexas manobras epistemológicas, políticas e cartográficas; se trata mais de "configurações multi-escalares heteroglóssicas para interações e interseções"<sup>41</sup> que de artefatos espaciais, discretos, pré- estabelecidos ou autônomos. Entretanto,

---

<sup>41</sup> BRENNER, 1998; SHMID, 2005; STANEK, 2011 apud BRENNER, 2014.

de uma maneira mais abstrata, a orientação teórica aqui desenvolvida sugere que o caráter urbano de qualquer local (desde a escala do bairro até a do mundo inteiro) só pode ser definido em termos substantivos, com respeito aos processos sócio-espaciais históricos que o produzem. Como se tem apontado, o urbano é então uma “abstração concreta”, na qual as relações sócio-espaciais contraditórias do capitalismo (mercantilização, circulação e acumulação de capital e formas conexas de regulação/impugnação política) são territorializadas (incorporadas em contextos concretos e, por fim, fragmentadas) e ao mesmo tempo se generalizam (estendidas ao longo de cada lugar, território e escala e, então, universalizadas) (BRENNER, 2014, p. 12).

Por esse ângulo, como Neil Brenner (2014) defende, os históricos processos socioespaciais que definem o caráter urbano de um lugar são determinados dialeticamente entre o geral e o específico, territorial e conseqüentemente especializado (tempo e espaço)<sup>42</sup>. Os interesses e demandas em jogo nos lugares sofrem a influência dessa ‘abstração concreta’ dialética, que tem como causa os processos históricos que produzem as características das práticas e relações sociais, assim com as estratégias elegidas ou pretendidas. Com isso, os ‘efeitos sociais’ são determinantes. Esse mesmo raciocínio pode ser aplicado às questões de gênero, assim como o entendimento da problemática urbana, posto que são parte do que chamamos de *efeitos sociais*.

Diante dos processos históricos os quais estruturaram as relações desiguais de gênero, quando falamos de ‘interesses de gênero’, podemos considerá-los como equivalentes aos interesses das mulheres, pois os ‘efeitos de gênero’ são um dos principais determinantes dos interesses das mulheres. Assim, a subjetividade das mulheres (real ou potencial) se estrutura por esses ‘efeitos’ que por sua vez se confrontam com os interesses dos homens. Apesar de ser confortável afirmar que as mulheres (como abstração) possuem interesses em comum, não há consenso sobre como se caracterizam e como são formulados. Isto porque “não há uma teoria casual, aplicável, universal e adequada que explique a subordinação das mulheres, assim como uma interpretação geral de como os interesses das mulheres podem ser interligados” (MOLYNEUX, 2010, p. 21-22).

Assim como a problemática urbana se diferencia desigualmente nos lugares, é fundamental reconhecer que há diferenciações no modo como as desigualdades de gênero se apresentam a fim de evitar justamente o debate que fizemos anteriormente sobre as contradições do universalismo, que tende a homogeneizar

---

<sup>42</sup> Nós nos baseamos nas reflexões de Milton Santos acerca da diferenciação entre território e espaço. O território é algo específico e com limites bem determinados que podem sofrer mudanças ao longo da história pelos conflitos que ali possam ocorrer. O espaço por sua vez é mais amplo e complexo, sem definições fixas: “a utilização do território pelo povo cria o espaço” (SANTOS, 1978).

inclusive as desigualdades. Desse modo, uma teoria dos interesses que tem aplicação no debate sobre a capacidade das mulheres em lutar por (e se beneficiar de) mudanças sociais, segundo Molyneux (2010), deve iniciar-se a partir do reconhecimento da diferença do que assumindo a homogeneidade.

Um segundo aspecto a ressaltar das conclusões sobre a experiência sandinista no poder é como as relações de poder que constituem o Estado são estruturadas tanto por efeitos sociais de classe como de gênero. Não é difícil entender porque os interesses das mulheres não são representados. Em geral, para os socialistas (mais ortodoxos) a luta de classes tem forte centralidade, deixando à margem quaisquer outras reivindicações, mesmo que reconhecidas como legítimas. Contudo, segundo Molyneux (2010), os sandinistas estavam cientes dos limites do marxismo ortodoxo e encorajaram o surgimento de novos movimentos sociais, inclusive o feminista.

A questão da participação e representação das mulheres na discussão da política urbana, além dos projetos urbanos, ou dos chamados projetos de urbanização de favelas, também precisa ser considerada em nosso campo como relevante, até porque se relaciona com os interesses práticos e estratégicos de gênero. É comum notar nos movimentos sociais de base, assim como em reuniões de apresentação de projetos em bairros pobres e favelas, a presença majoritária das mulheres. Isso não acontece por acaso, apesar de variações.

É verdade que as mulheres continuam se envolvendo mais amplamente nos movimentos sociais e partidos políticos, como um caminho para a participação política. Se analisarmos sob o prisma das relações de poder, a justificativa desse maior engajamento na base poderia ser sintetizada pela frase: “o que é pessoal é político”. Por exemplo, mulheres em movimentos sociais se iniciam em movimentos de mulheres, principalmente quando lutam por justiça ou igualdade social, como é o caso de mães que se organizam em função da morte de seus filhos em chacinas. Todavia, quando adentram aos movimentos feministas há experiências frustradas quando são solicitadas a atrasar ou deixar de lado suas demandas até a questão principal do movimento ser alcançado (KROOK e CHILDS, 2010).

Também é interessante analisar o engajamento das mulheres no processo de autoconstrução de moradias, ou mesmo em sistemas de mutirão e autogestão. Cada vez mais, as mulheres ganham maior protagonismo, seja pelo desinteresse dos homens, seja porque as mulheres são chefes de família, e por isso responsáveis e preocupadas com a provisão habitacional. Todavia, é notório o papel secundário dos

interesses das mulheres tanto na formulação quanto na estruturação da política habitacional autogestionária. São mencionadas como meras partícipes da autoconstrução. Quais os limites do seu envolvimento? Quais condições precisam ser asseguradas para que o processo de autoconstrução e autogestão não sobrecarregue as mulheres? Como se estrutura o processo de construção? Como garantir a moradia para as mulheres após a sua construção? O que significa o envolvimento delas nesse processo? São algumas questões que não são levadas em consideração, apesar de serem aspectos que permeiam as experiências das que se envolvem nesse movimento.

De fato, há uma contradição entre a reconhecida importância das mulheres na esfera pública, tendo em vista o recorde de mulheres eleitas ao redor do mundo, e a persistência da sua sub-representação na política. Feministas pós-modernistas, inspiradas em Foucault e Butler, que adotam a noção de política como manifestação das relações de poder, buscam explicar esse fenômeno a partir da linguagem e do modo como a representação política se estrutura. Mona Krook e Sarah Childs (2010) se referem também à interferência da globalização, combinada com a descentralização, sobre as quais impõem obstáculos às configurações tradicionais de organização política, criando novas oportunidades e constrangimentos para mudanças na perspectiva feminista. Deste modo, a política se torna uma entidade difusa que ainda não é bem compreendida. Para as autoras, olhar sobre os processos políticos formais e informais, a partir do recorte de gênero, pode contribuir para o melhor entendimento acerca da política. Além disso, acreditamos na possibilidade de fornecer elementos de compreensão dos interesses das mulheres, uma vez que a política não é associada em geral às mulheres, como parte de seus atributos ou instinto.

Em geral, não temos como negar que há o aumento de mulheres nas eleições e a inserção das questões feministas na agenda política. Em vários casos, estas questões surgem em momento de crise ou mudanças políticas significativas, quando se reclama maior interferência do Estado (KROOK e CHILDS, 2010). Nesse caso, enquanto a agenda de um movimento não incorpora a perspectiva feminista, as questões mais práticas ou pragmáticas ganham importância. É possível perceber que no movimento de reforma urbana, a partir do momento em que se conquista a preferência da titularidade às mulheres em projetos de regularização fundiária e provisão habitacional, o 'debate de gênero' se esvazia. Somado ao fato de os movimentos feministas mais tradicionais no Brasil não terem acumulado em sua

agenda a problemática urbana, poucos avanços têm sido feitos para além da agenda 'creche-escolas-praças-para-os-filhos'. Até porque, essa é a agenda percebida como majoritária pelas feministas que estão distantes das bases, ou que não acumulam debate político a partir dos interesses de mulheres que vivem em áreas precárias da cidade. Por isso, coletivos de feministas negras, inspiradas no *Black Feminism* dos EUA, têm surgido no Brasil como contraponto ao feminismo 'branco e elitista' que dificilmente reavalia sua agenda estratégica com base nos interesses das mulheres pobres e/ou negras.

A última e terceira conclusão de Molyneux (2010) refere-se ao fato de que as mulheres estão dispostas a se voltarem contra esse quadro. Ao nosso ver, apesar desse interesse, a perspectiva da luta é nebulosa.

Os sandinistas desenharam uma política de gênero com objetivos bastante audaciosos, incluída formação política; combate às desigualdades institucionais e legais; promoção do engajamento das mulheres no avanço tecnológico e cultural através do emprego; valorização do trabalho doméstico com suporte aos cuidados às crianças; e criação de laços de solidariedade internacional. Na prática, o Estado Sandinista diante de pressões contrarrevolucionárias e internacionais (políticas e econômicas) encontrou dificuldades para garantia dos compromissos à emancipação das mulheres. Medidas redistributivas focadas, por exemplo, na garantia à alimentação e a moradia e programas de cuidado às crianças (que fazem parte das preocupações tanto de classe como das mulheres, especialmente, as mais pobres), foram bem recebidas por elas: interesses práticos com efeitos de gênero e classe.

"Assim, a emancipação das mulheres não é apenas dependente da realização dos objetivos mais amplos, mas é exercida na medida em que contribui para a realização dessas metas" (MOLYNEUX, 2010, p. 26, tradução nossa). Com isso, seria importante que o movimento feminista fosse mais aberto para que as agendas estratégicas pudessem ser discutidas a partir das especificidades e que a luta por interesses práticos alimentasse a luta por interesses estratégicos, pois não é possível desatrelá-los da perspectiva de classe, seja no processo de solidariedade e luta, seja na construção das agendas políticas. Contudo, segundo Molyneux (2010), a forma como os interesses são formulados, tanto por mulheres quanto por organizações políticas, irá consideravelmente atravessar o espaço e o tempo, e podem ser formulados de diferentes formas de acordo com influências discursivas e políticas.

Tomemos o caso dos 'vagões rosas' ou exclusivos às mulheres no metrô e

nos trens em horários de pico. Além do Brasil, os vagões exclusivos são uma realidade em outros países que possuem altas taxas de violência contra a mulheres, como México, Índia, Japão, Egito, Filipinas, Indonésia e Tailândia. No Rio de Janeiro, a Lei Estadual 4.733/06, que institui os vagões exclusivos, de autoria do então presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB/RJ), sancionada pela governadora Rosinha Garotinho, à época, gerou muita polêmica. A polêmica se estendeu para Brasília e São Paulo, mas no caso paulistano o projeto de lei não foi à frente. Em 2014, mesmo depois de ter tido votos favoráveis ao projeto de lei do deputado estadual Jorge Caruso (PMDB/SP), o governador Alckmin vetou o projeto depois de conversa com o Conselho Estadual da Condição Feminina em meio a sua campanha eleitoral (RAMALHOSO, 2014), um veto considerado como vitória por parte das feministas.

São inúmeros os argumentos a favor e contra aos vagões exclusivos. Ao nosso ver, os principais argumentos contrários<sup>43</sup>, comum a grande parte dos movimentos feministas, são:

- A naturalização da violência masculina sobre o corpo das mulheres;
- A culpabilização das mulheres pelos assédios;
- Restrição aos espaços públicos às mulheres;
- A recusa de providências imediatas e legais quando os assédios ocorrerem em vagões mistos;
- A generalização de todos os homens como heterossexuais e potenciais estupradores.

---

<sup>43</sup> Encontramos dois sites que revelam dois posicionamentos diferentes. Argumentos contra, ver: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/cinco-alternativas-ao-vagao-para-mulheres-9971.html>>; <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI976573-EI306,00-Mulheres+criticam+criacao+de+vagao+exclusivo+em+trens+no+RJ.html>. Argumentos a favor: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2015/03/assedio-no-transporte-publico-e.html>>.

Fotografia 6: Interior do vagão rosa do Metrô Rio, na estação Carioca em hora de pico próximo às 18 horas (2015).



Fonte: a autora

Entre os argumentos a favor, mapeados entre usuárias dos vagões e militantes de movimentos de mulheres, selecionamos alguns.

- Alto índice de estupro e feminicídio em nossa sociedade;
- Grande parte das mulheres declaram já ter sofrido assédio sexual em ônibus, trens e metrôs;
- Vagões e carros lotados aumentam o risco de assédio e facilitam as agressões;

- “A segregação não é feita pelos vagões mas sim pelo machismo”<sup>44</sup>;
- Os vagões exclusivos não fazem dos demais um espaço que elas não podem acessar, pois proíbe os homens de usar o vagão feminino e não o das mulheres usarem os ‘mistos’.

A pertinência das alegações enumeradas, estimulou a realização de uma enquete na internet, já que as respostas à pergunta “quais seriam as soluções a curto e médio prazo?” não surgiram facilmente nos discursos mapeados contra os vagões. Em fins de 2013, através do blog Feminisurbana<sup>45</sup>, lançamos perguntas que pudessem mapear a opinião de mulheres. Durante 4 meses (novembro de 2013 a fevereiro de 2014), 330 pessoas acessaram o blog e responderam às seguintes perguntas (com os respectivos resultados):

1. Tipo de usuária:

- 64,72% não têm carro próprio e o transporte público é a única opção para deslocamento;
- 25,46% têm ou usam carro, mas também utilizam transporte público;
- 9,82% têm ou usam carro e utilizam muito raramente o transporte público.

2. Você já usou o vagão exclusivo para mulheres?

- 54,1% responderam não;
- 45,9% responderam sim.

3. O que você acha das áreas exclusivas para mulheres no transporte público?

- 42,12% são a favor, mas acreditam ser uma medida paliativa. Não resolve o problema. São necessárias outras medidas para mudar a cultura de abuso nos transportes;
- 40% são contra. Achar um iniciativa péssima, pois em vez de ensinar os homens a não abusar, segrega homens de mulheres como solução. São necessárias outras medidas que mudem a estrutura e a cultura de abuso nos transportes;
- 7,58% são contra, pois acreditam ser uma medida paliativa que não

---

<sup>44</sup> Lema proposto pelo MML (Mulheres em Luta) durante I Encontro Nacional do MML, realizado em outubro de 2013 em Minas Gerais. Texto disponível em: <<http://mulhereseemluta.blogspot.com.br/2015/03/assedio-no-transporte-publico-e.html>>.

<sup>45</sup> O blog Feminisurbana - [www.feminisurbana.wordpress.com](http://www.feminisurbana.wordpress.com) – é moderado pelas arquitetas e urbanistas Diana Helene e Rossana Tavares (autora desta tese).

- resolve o problema. E não acreditam que o governo tomará as outras medidas necessárias para mudar a cultura de abuso nos transportes;
- 5,45% são a favor. Acham uma iniciativa boa e necessária, já que as mulheres sofrem com os assédios no seu dia a dia, tornando sua vida urbana insuportável;
  - 4,58% são contra, pois criaria problemas para pessoas 'trans' ou que não são 'femininas' o suficiente para serem classificadas como mulheres na hora da divisão.

Certamente, através de uma enquete via blog não é possível ter certeza sobre o real perfil das pessoas que participaram, mas não deixa de ser revelador, pois demonstra que não há consenso sobre a iniciativa. De qualquer modo, mesmo levando em consideração o resultado dividido, os dois grupos, contra e a favor dos vagões segregados, apontam a necessidade urgente de outras medidas para acabar com os assédios nos vagões. Grande parte concorda com a necessidade de ações educativas e campanhas para um processo de conscientização dos homens com relação ao corpo das mulheres nos espaços públicos.

Entretanto, não deixa de ser válida a experiência. Para quem tem o transporte público como única opção de deslocamento, mora distante do trabalho e enfrenta longas distâncias em horários de maior movimento, os vagões segregados se apresentam como um 'conforto', mesmo que os vagões permaneçam superlotados em horário de pico. A maioria das mulheres que precisam enfrentar esse constrangimento cotidiano são as que vivem nas áreas periféricas e menos privilegiadas da metrópole. Ou seja, é uma realidade que se aproxima mais dos interesses práticos dessas mulheres do que das que habitam nos bairros mais centrais e de classe média, que conseguem acionar mais facilmente alternativas e têm maiores oportunidades simbólicas e materiais de disputar seus interesses estratégicos.

Em nosso blog, quando da divulgação dos resultados da enquete, apresentamos um pequeno texto de análise destacando *posts* em perfis do Facebook que levantaram o debate. O primeiro, escrito por uma militante, pondera que mesmo utilizando os 'vagões mistos', não desconsidera a importância dos 'vagões rosas'.

Nem todo mundo tem vocação pra Joana D'Arc". A briga pelo vagão não é (só) para mim, para vocês, mulheres, vadias, organizadas, em processo de empoderamento que se conscientizaram que não precisam sofrer assédio e tiram seu tempo para ir falar com a segurança do Metrô, fazer BO, etc. A briga é para que mulheres, mães, trabalhadoras (e não só) não tenham que brigar todos os dias e todos os momentos das suas vidas por algo que inevitavelmente vamos brigar em quase todos os dias e momentos das nossas vidas. Acreditar, e mais que isso, impor que o que eu acredito como luta deve ser feito por todas, o tempo todo, pra mim é agressão também. Nós mulheres escolhemos, diariamente, cotidianamente que batalhas vamos travar. Não existe a fuga da batalha. Ela está aí, todos os dias para nós. A ida e a volta do trabalho pode, e deve, ser um momento de descanso (não bastasse o caos desse sistema de transporte que obriga milhares de trabalhadoras a ficar 3 horas por dia no ônibus...). Se você quer brigar pelo seu direito, fique à vontade para ir num vagão misto e bancar essa briga (eu mesma faço isso sempre). Mas aí, querer obrigar que todas as mulheres o tempo todo tenham que em mais um espaço se impor, brigar, acho autoritário. E além disso, o óbvio: não acho que a inclusão do vagão cesse a briga por uma mudança de comportamento. Acho inclusive que escancara o conflito existente (A.M.R, em debate sobre o tema no Coletivo das Vadias de Campinas).

Em pesquisa<sup>46</sup> com pessoas moradoras da Baixada Fluminense, além de parentes e pessoas próximas, é frequente ouvir relatos de mulheres sobre suas estratégias de proteção, como o uso de agulhas na cintura, ou mesmo pagando mais caro em outros meios de transporte, ou ainda se arriscando em transportes clandestinos ou 'alternativos'. Algumas diaristas entrevistadas assumem que, por vezes, veem vantagens em dormir 'no serviço' por conta de sua experiência cotidiana no transporte público, o que pode parecer uma contradição já que historicamente essa relação entre trabalho e lugar da moradia para as domésticas estabelecem processos perversos de exploração da sua força de trabalho além de interferência na sua autonomia.

As horas dispendidas no percurso, a má qualidade e os perigos vivenciados por elas não são um fenômeno recente, como observamos ao longo do processo de urbanização da região metropolitana. As domésticas afirmam que as alternativas e suas estratégias de proteção são antigas e que, na verdade, cada vez mais precisam aprimorá-los. Sair em grupo ou acompanhada, buscar transportes alternativos, mesmo que informais, e o uso da agulha de costura no trem e ônibus lotado predominam entre os meios de defesa de seu corpo. É importante ressaltar que no universo das domésticas entrevistadas grande parte possui idade superior

---

<sup>46</sup> Pesquisa realizada em função da dissertação de mestrado e da produção de um artigo sobre a mobilidade das domésticas na região metropolitana. (TAVARES, , 2007; \_\_\_\_\_.2015).

aos 40 anos<sup>47</sup>.

Na época que eu morava em Niterói, eu só saía de casa com meu marido ao lado, principalmente quando eu estava grávida. No ônibus, ninguém respeitava ninguém. Quando ele entrava na Ponte (Rio-Niterói) era uma luta... Tinha assalto e o povo se aproveitava. Agora eu não passo mais por isso, graças a Deus! (*Fátima, doméstica, 39 anos, residente em Copacabana; seu marido é porteiro de um prédio vizinho de onde trabalha*).

- Hoje em dia está mais prático, porque saio de casa 4h30, aí tem um moço que trabalha em Copacabana, então ele traz a gente de van a 8 reais, tá entendendo? [...]. Mas antigamente era de ônibus, de trem. Aí já era mais sacrificado.

- Você gasta quanto tempo até o Rio?

- Olha...hoje eu cheguei bem cedo, mais cedo que de costume. Eu saí de casa às 4h30, quando deu 6h15 eu tava chegando. De ônibus são 3h de viagem, tanto de ônibus quanto de trem. É a mesma coisa, para ir e voltar.

- E como era de trem?

- Era superlotado [...] Pra mim não adianta nada.

- No trem você já vivenciou alguma situação de constrangimento?

- Teve vezes que eu já espetei (risos) com agulha, tá entendendo. Para não acabar acontecendo coisa pior, procurei outro meio de transporte (*Cleuza, 47 anos, moradora de Nova Iguaçu*).

Também levantamos depoimentos referentes às experiências e opiniões de mulheres que não se enquadram no padrão de heteronormatividade. Em geral, militantes *transfeministas* alertam para o fato que a separação gera espaços de humilhação para pessoas 'trans' e de gêneros fora dos modelos de feminilidade. Em Brasília, logo após a implementação dos vagões exclusivos no metrô, houve o relato de uma mulher expulsa do vagão por não parecer com o que se entende como mulher.

Eu queria desabafar com vocês hoje. Há alguns meses foi implantado o "Vagão da Mulher" no metrô DF [Brasília]. Em horários de pico, o primeiro vagão tem acesso exclusivo para mulheres e pessoas portadoras de necessidades especiais. Todo mundo achando lindo esse apartheid escroto em que se separa as "fêmeas dos machos" pra evitar o assédio sexual entre outras coisas. É bem mais fácil separá-los ao educar e conscientizar uma população sobre os traumas que o machismo causam todos os dias, ENFIM... Não sou a favor do vagão exclusivo nem o utilizo, mas hoje por motivos cotidianos me atrasei e a porta que fica mais próxima da escada é justo a do vagão. Entrei e me sentei como qualquer outra pessoa ali. Eu,

<sup>47</sup> Segundo dados do IBGE (2010), a grande parte das mulheres ocupadas tem mais de 40 anos.

lésbica assumida, cabelos curtos, moletom, alargadores e de mochila. Não me encaixo no padrão mais feminino do mundo, mas não deixo de ter traços e véstias femininas (percebe-se até por minhas fotos no facebook). Não sou uma Teresa, muito menos uma Thammy Gretchen da vida, nem as uso como “modelo”. Na estação seguinte, entraram dois seguranças homens no metrô, um deles olhou pra mim, se aproximou, parou na minha frente e começou a falar num tom alto no meio do vagão: – De acordo com as novas normas do Metrô DF, nesse horário o primeiro vagão é destinado às mulheres e pessoas portadoras de necessidades especiais. - O SENHOR é portador de alguma necessidade especial? Automaticamente, todas as mulheres dali começaram a me encarar. Algumas com olhares de dó, outras de deboche, algumas com asco, outras sorriam como se estivessem satisfeitas. Eu, sem reação olhei pro rapaz e disse: -Oi? Ele pegou no meu braço me tirando do vagão: - O senhor pode se retirar. Eu fiquei tão sem reação, me senti tão humilhada, tão injustiçada e escorraçada que não consegui olhar pra outro lugar a não ser pros olhos do rapaz. A sensação de ser retirada daquele ambiente e a forma como todas as pessoas me olhavam me fizeram sentir um lixo humano, uma ‘coisa’ que não se enquadrava em lugar algum. Não consegui gritar, rebater, nem falar nada pro rapaz enquanto ele me tirava dali com a mão no meu braço. O metrô fechou as portas e eu na plataforma da estação falei: – Eu sou mulher. Ele sorriu junto do outro segurança e num tom de deboche retrucou: – Ah é, desculpa. Se virou e continuou caminhando na plataforma. Não consegui fazer nada além de sentar e chorar depois daquela humilhação toda. Nunca fui vítima de preconceito dessa maneira. Não, eu não estava travestida de homem, tão pouco tenho traços de tal. Tenho seios e não os escondo nem me envergonho do meu corpo. Não tive a agilidade de me apegar ao nome do rapaz e mesmo que eu soubesse, quem ali iria testemunhar o que eu tinha acabado de sofrer? E se testemunhasse, o que eu poderia fazer pra alegar o preconceito e a humilhação que eu passei naqueles minutos? Que retorno eu teria levando em consideração a justiça lenta, sociedade homofóbica e machista que o Brasil tem? Enfim, não sei ao certo o que pensar sobre nem o que fazer com o sentimento de indignação que estou sentindo. Só queria desabafar mesmo” (D. no perfil do Facebook “Feminismo sem Demagogia”).

A pertinência desse último relato é a apresentação dos limites dos interesses práticos de um determinado perfil e grupo de mulheres, pois os vagões segregados desestabilizam a possibilidade de outro grupo de mulheres usufruir do mesmo direito, justamente por não se enquadrar nos parâmetros heteronormativos e machistas de qual corpo deve ser classificado como mulher e, conseqüentemente, a ser protegido. Como garantir interesses práticos de um grupo de mulheres, sem restringir o mesmo ‘interesse’ de outro grupo, entre as quais não estão enquadradas pela normatividade que garantiu as reivindicações do primeiro grupo? Lembrando que tais interesses se antagonizam aos interesses estratégicos de feministas (outro grupo de mulheres). Essa é a contradição central em que o consenso ainda é um desafio.

Para incrementar nossos pontos de referência, tomemos agora a questão dos banheiros públicos que em geral são divididos por sexo. No dia 12 de março de 2015, foi aprovada Resolução nº 12, do Conselho Nacional de Combate à

Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, cuja orientação se direciona às escolas e universidades para a garantia do acesso aos banheiros e vestiários de estudantes de acordo com sua identidade de gênero, assim como o reconhecimento de seu nome social na lista de chamada. Considerado um avanço no reconhecimento dos direitos por ativistas da causa LGBTTT, certamente a sua efetivação é um desafio. A relação entre interesses práticos e estratégicos os faz combinarem-se no âmbito desse grupo de pessoas<sup>48</sup>. Em diversos países, há movimentos recentes para a instituição de banheiros mistos ou 'neutros', especialmente em universidades. Em outubro de 2014, estudantes da Universidade de San Diego fizeram um protesto contra os banheiros segregados. A organização chamada Trans Action and Advocacy Student Coalition desafiou os participantes a não usar banheiros divididos para homens e mulheres durante uma semana. Cinco sanitários também foram colocados em um espaço externo da universidade onde as pessoas se sentavam para fazer 'selfies de higiene', com intuito de chamar atenção para a causa.

Não é raro ver situações de filas em banheiros femininos em contraposição à tranquilidade dos banheiros masculinos. As mulheres que ousam utilizá-los nesses casos são por vezes constrangidas.

Estava numa boate com meu namorado e resolvi ir ao banheiro. Só havia fila para o banheiro feminino. Um cara, vendo aquilo ao sair, ofereceu uma 'vaga' no banheiro masculino afirmando que não tinha ninguém lá. A primeira da fila disse que o xixi dela não desce em lugares 'estranhos'. Como as meninas ficaram se entreolhando, eu resolvi ir. Ainda ouvi um: 'Menina, aqui é o banheiro masculino' (perai, não tinha ninguém). Meu namorado entrou bem na hora em que saí e perguntou o que eu estava fazendo. Ele ficou irritado comigo justificando sua revolta com o fato de que não quer que a namorada dele seja alvo de gracinhas. Eu disse apenas 'Não vejo nada demais nisso'. Fiquei envergonhada de mim mesma porque foi uma situação boba e eu não soube argumentar (A.J. em pergunta no blog *Escreva Lola Escreva*/janeiro de 2014).

De fato, não é raro nos questionarmos por que não desafiamos essa divisão quando frequentemente nos deparamos com as filas nos banheiros femininos. Se as mulheres tendem a gastar mais tempo, ou demandam 'idas' ao banheiro de forma mais frequente, ao invés de propor banheiros maiores, por que não apoiar a implantação de banheiros mistos, para todos? A contradição dessa pergunta reside na segurança do corpo das mulheres. De fato, a maioria de nós se sente

---

<sup>48</sup> Mas se tomarmos o cerne das reivindicações emancipatórias feministas, deveríamos lutar pelo fim dos banheiros públicos segregados.

constrangida ou receosa de utilizar banheiros públicos não-segregados justamente pela possibilidade de assédio e violência sexual.

Muitas feministas podem acusar que a escolha por espaços públicos segregados coloca em xeque o próprio sentido do caráter público do espaço e deseduca as pessoas no sentido da convivência coletiva e democrática. Concordamos. Contudo, como ignorar subjetividades que constroem interesses práticos a partir da experiência cotidiana do espaço urbano? É possível o desenho urbano ser pensado de modo a provocar novos comportamentos e produzir transformações na subjetividade das mulheres e nas relações de gênero? Que arranjos o planejamento e o projeto urbano podem favorecer para a conjugação de ambos os interesses, práticos e estratégicos? Buscaremos ao longo dos próximos capítulos problematizar melhor essas questões.

#### 4 ESPAÇO URBANO PELA PERSPECTIVA DE GÊNERO

O objetivo desse capítulo é problematizar as reflexões de dois autores importantes sobre o debate acerca do espaço: (i) Gillian Rose<sup>49</sup>, geógrafa britânica, escreveu o livro *Feminism & Geography: The Limits of Geographical Knowledge* (1993), uma de suas obras mais conhecidas; e Henri Lefebvre, sociólogo marxista conhecido por três livros emblemáticos – *O Direito à Cidade* ([1968] 2004), *A Revolução Urbana* ([1970] 2008) e *La Production de l'Espace* ([1974] 2000). Ambos apresentam o espaço considerando suas controvérsias de abordagem e sociais. A primeira apresenta um conceito de *espaço paradoxal* como um caminho propositivo, ou seja, uma abertura analítica que ajuda a propor uma perspectiva emancipatória para as mulheres em todas as suas “generificações” (se assim podemos afirmar), diante das inúmeras expressões, identidades e subjetividades de gênero e sexualidade. O segundo define o *espaço diferencial* como um campo de possibilidades com o qual se opõe a homogeneidade, onde o debate sobre a apropriação do espaço urbano é central.

Para o Lefebvre, o espaço de possibilidades socialistas será um espaço de diferenças. Para os habituados ao ‘universalismo das políticas’, isso parece contraditório. Todavia, não é a diferença pela desigualdade, mas como base de uma práxis socioespacial em direção às mudanças no espaço.

Para Gillian Rose, o espaço paradoxal é um espaço de construção de possibilidade para as mulheres fora das caixas analíticas e da percepção cartesiana dos espaços segregados, reproduzindo uma visão binária e dualista acerca das contradições socioespaciais.

Aqui fica evidente que a intersetorialidade das análises ainda reduz a coexistência de processos de dominação e contradições. Por isso, elegemos esses dois autores, pois nos desafiam o olhar sobre a problemática de gênero para além da bidimensionalidade em que estamos habituados a nos localizar nas reflexões no âmbito dos estudos urbanos.

Apesar dos dois autores levarem em consideração princípios teóricos

---

<sup>49</sup> Gillian Rose é uma geógrafa britânica, professora e decana associada da Open University. Ela é mais conhecida por seu livro, “Feminismo e Geografia: os limites do conhecimento geográfico”. Escrito a partir de uma perspectiva feminista, estimulou uma série de debates dentro da geografia sobre o modo e as condições de como o conhecimento geográfico é construído. Ela discute também as diferentes escalas identitárias que podemos ter: do local ao global, que por sua vez podem também se diferenciar. Atualmente, ela tem se dedicado ao debate da cultura visual.

distintos, percebemos que os dois contribuem para fundamentação de nossos objetivos já que aqui buscamos uma combinação não só dos pressupostos materialistas como também culturalistas. Lefebvre se preocupa com a decodificação do cotidiano e se utiliza do debate espacial para aprofundar suas propostas analíticas conceituais. Seus textos apontam para uma crítica ao modo como o marxismo ortodoxo se constituía nos anos de 1960 e 70, e para uma teoria menos rígida, menos totalitária e menos autoritária. Ao nosso ver, a sua tríade teórica a respeito dos três níveis: vivido (corpóreo)/percebido (mental)/concebido (social)<sup>50</sup>, que determinam os processos de produção do espaço, e seu 'manifesto diferencialista' apontam para a possibilidade de analisar sua obra com a de Gillian Rose. A geógrafa considera também, à sua maneira, o vivido, percebido e concebido em termos de imaginação sobre o espaço, pautada por aspectos tanto materiais como notadamente subjetividades e identidades das pessoas e seus corpos no espaço. Suas preocupações dialogam relacionalmente às questões de gênero, na perspectiva feminista, com intuito de analisar as consequências materiais do regime discursivo dos homens e mulheres, assim como as descrições de espaços opressivos que as capturam (ROSE, 1993).

Nesse sentido, o corpo das mulheres e o modo como ele se movimenta e se apropria do espaço, suas práticas sociais, as temporalidades e subjetividades, frente às desigualdades de gênero, são centrais para a escolha da análise a partir dos dois autores, uma vez que para nós esses aspectos impulsionam interferências e as indicações de propostas que podem não ser verbalizadas em espaços políticos institucionais, mesmo os de participação popular. O discurso sobre esse espaço não é apenas o discurso falado, mas experimentado coexistencialmente.

Assim, esta parte do trabalho busca apontar teoricamente a construção do principal argumento da tese no que se refere a acentuar a análise das resistências como mecanismo propositivo para os estudos urbanos na perspectiva de gênero.

---

<sup>50</sup> O primeiro nível, o vivido, refere-se aos espaços de representação, afetivo, corpóreo, vivido e falado. O segundo nível, o percebido, refere-se às práticas espaciais, significações e questões sociopolíticas. Por último, o terceiro nível, o concebido, refere-se ao social, a representação do espaço, o escrito, o conhecimento (LEFEBVRE, 2000).

#### 4.1 ESPAÇO PARADOXAL EM GILLIAN ROSE

Diversos campos do conhecimento ao longo de sua história têm sido dominados pela perspectiva dos homens. Não é diferente tanto para o urbanismo como para a geografia. As feministas acadêmicas têm verificado que o conhecimento é estruturado justamente com vistas a garantir os interesses dos homens. A partir dessa constatação é que Gillian Rose (1993) constrói sua obra *Feminism & Geography: The Limits of Geographical Knowledge*. Baseado no trabalho de teóricas feministas a respeito da produção do conhecimento, interseccionalidade, subjetividade, as diferentes faces do machismo na geografia são discutidos em uma série de ensaios. A geógrafa também apresenta e discute criticamente as influências da teoria marxiana nas abordagens sobre o espaço e cotidiano, a noção de um senso de lugar e pontos de vista de paisagem. No último capítulo, central para o nossa questão, chamado de *A Politics of Paradoxical Space*, ela fundamenta a existência da multiplicidade de concepções e ideias sobre o espaço (*spatial imagination*), cuja reflexão se baseia no “objeto do feminismo” nos termos de Teresa de Lauretis<sup>51</sup>, que busca um sentido próprio de identidade a fim de evitar exclusões do que seria o objeto principal. Seu intuito é argumentar que a imaginação sobre os espaços, latente nas discussões feministas da política de localização, é um exemplo de uma geografia que não nega a diferença em nome de uma masculinidade universal.

“A construção do sujeito do feminismo é um projeto político – uma estratégia político-pessoal de sobrevivência e resistência que é também, ao mesmo tempo, uma prática crítica e um modo de conhecimento”<sup>52</sup> (LAURETIS *apud* ROSE, 1993, p. 181, tradução nossa).

A partir de uma perspectiva feminista, Gillian Rose (1993) considera a cultura e a identidade categorias de análise fundamentais para ‘entendermos o sentido de nós mesmos’. Sua tese parte da ideia de que o *espaço é paradoxal*, isto é, o espaço

<sup>51</sup> Teresa de Lauretis é uma prestigiada historiadora feminista que se baseia nos estudos de Michel Foucault, considerada uma das primeiras teóricas *queer*, apesar de rejeitar atualmente esse rótulo (*queer*) pois acredita que a ‘teoria’ perdeu sua força política. Já lecionou em diversas universidades do mundo, incluso no Departamento de História da Consciência da Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, mesmo local onde trabalhou Angela Davis.

<sup>52</sup> The construction of the subject of feminism is a political project – a political- personal strategy of survival and resistance that is also, at same time, a critical practice and a mode of Knowledge (LAURETIS *apud* ROSE, 1993, p. 181).

é mutuamente exclusivo tanto em seu centro, como na sua margem, se o observamos de modo bidimensional. São coexistentes de forma simultânea e em contradição.

Antes de adentrarmos nos argumentos de Rose acerca do espaço paradoxal, é preciso adentrar nos pressupostos de sua reflexão. Particularmente, o capítulo intitulado *Women and Everyday Spaces* (Capítulo 2 do livro) possui forte relação com o debate que temos feito até esta etapa da tese. A fim de questionar o aparente universalismo de corpos e espaços, a autora contrasta essa ideia heteronormativa com os corpos e espaços associados às mulheres, uma contradição importante para clarificar como o urbanismo poderia se tornar um instrumento de ruptura a essa lógica positivista.

Segundo Gillian Rose, as feministas já estão cientes há algum tempo da importância da estrutura espacial na produção e na reprodução das sociedades machistas. As rotinas cotidianas que ali se estruturam não são irrelevantes, mesmo que distantes dos interesses estratégicos ou emancipatórios, pois tais eventos são delimitados por estruturas de poder que forçam limites às mulheres e por sua vez o confinamento no espaço privado. Sendo assim, “comportamento e espaço são mutuamente dependentes” (ARDENER, 1981 *apud* ROSE, 1993, p. 28). Essa discussão do modo como espacialmente o patriarcado se estrutura faz parte de mais de dois séculos de luta do chamado ‘feminismo branco’, ou seja, protagonizados por feministas brancas, de países desenvolvidos.

O espaço privado diante dessa relação binária com o espaço público é uma espécie de prisão ideológica (MILLETT, 1969 *apud* ROSE, 1993) da qual as feministas buscam há tempos se desvencilhar. Nesse sentido, estamos cientes de que a estrutura básica do comportamento social reside na definição (ideológica) binária dos corpos e suas respectivas identidades. A feminilidade é definida comumente como irracional, emocional, dependente, privada/dentro, próxima mais da natureza do que da cultura, consumidora, sem poder, relacionada ao ‘lazer-prazer’; em comparação com as masculinidade dos homens: público/fora, trabalho, produção, independência, poder. As geógrafas feministas que levam em consideração o debate sobre identidades e subjetividades concordam como essa construção social é um limite.

Essa divisão binária está também profundamente implicada na produção social do espaço, a partir de pressupostos sobre o 'natural' e os ambientes construídos e nos conjuntos de regulamentos dos quais influenciam quem deve ocupar espaços e quem deve ser excluído (MCDOWELL, 1999, p. 11, tradução nossa)<sup>53</sup>.

Por conta dessa divisão, não é possível falar de um único espaço, experimentado por todas as pessoas de modo universal. Com isso, não é possível conceber o espaço de forma total, assim como a sociedade. Até porque as interações cotidianas entre as pessoas e objetos (definidoras dos modos de apropriação) suscitam um determinado tipo de conhecimento consciente, subconsciente e ideológico que promove ações que produzem e reproduzem a estrutura social, econômica, política e cultural (ROSE, 1993).

Ao mesmo tempo, a relação *tempo-espaço* para a geógrafa se mostra essencial para o reconhecimento dessas rotinas e práticas na estrutura social. Recorrendo ao estudo de R. Miller (1991, pp. 263-300) sobre a mobilidade de membros de uma família tradicional, Gillian Rose (1993) ressalta a pressão sobre as mulheres quando assumem as tarefas domésticas e emprego num curto 'espaço de tempo', e de como isso dificulta ou limita as viagens das mulheres ao seu trabalho pago e/ou doméstico. Quando as mulheres vivenciam um sistema familiar onde são as responsáveis pelo trabalho doméstico não-pago e cuidado de crianças, pessoas idosas, doentes ou deficientes, mesmo sendo também trabalhadoras remuneradas, suas práticas sociais e atividades reproduzem o sistema de dominação masculina, ou seja, o patriarcado. Ousamos afirmar que mesmo nos casos onde as mulheres são responsáveis pelo domicílio, tanto em famílias monoparentais quanto nas tradicionais (casal heterossexual), a maioria das mulheres são submetidas às responsabilidades e rotinas do espaço doméstico.

Recentemente, uma mulher escocesa de 109 anos (CATRACA LIVRE, 2015), idosa mais velha desse país, afirmou que sua receita para a longevidade é evitar os homens e nunca se casar! Jessie Gallan sempre trabalhou e se sustentou. Ela é um exemplo contemporâneo da consciência de que suas atividades banais do cotidiano, ao longo de sua vida, tenham sido pautadas mais por seus interesses e desejos do que pela determinação de feminilidade e domesticidade, sobretudo porque não teve filhos. Provavelmente, ela sofreu outras formas de opressão e

---

<sup>53</sup> This binary division is also deeply implicated in the social production of space, in assumptions about the 'natural' and built environments and in the sets of regulations, which influence who should occupy which spaces and who should be excluded (MCDOWELL, 1999, p. 11).

dominação, mas numa carga notadamente inferior àquelas que se submetem ao casamento heterossexual pautado pelas premissas patriarcais.

Por essa razão, não podemos reduzir nossas análises apenas a partir da divisão sexual do trabalho em que dois princípios organizadores a conformam: “o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um de mulher)”, tendo como consequência as mulheres restritas à esfera reprodutiva e os homens à produtiva (KERGOAT, 2009, p. 67). Atualmente os estudos feministas tendem a uma relação dialética entre as contradições da divisão sexual e suas variáveis. Há subjetividades e experiências contemporâneas que geram distintas condições de resistência e de submissão que precisam ser consideradas.

Outro aspecto que precisamos levar em consideração para os nossos propósitos neste capítulo é o fato de estar em xeque, na contemporaneidade, o sentido de *lugar* uma vez que a compreensão contemporânea a seu respeito cada vez mais o caracteriza como incerto, fluido e desterritorializado. Essa característica interfere na própria concepção de espaço, e por sua vez de espaço urbano. Em megacidades que tendem a conformar ‘não-lugares’, a partir de premissas de cidades-globais desurbanizantes, isto é, sem pessoas vinculadas aos lugares e seus territórios (SASSEN, 1991), os limites se apresentam fragmentados e interseccionados. Os limites e as fronteiras se estabelecem pelas relações de poder e, conseqüentemente, de exclusão; fronteiras que são ao mesmo tempo sociais e territoriais, definindo o lugar, a localidade da experiência das pessoas (MCDOWELL, 1999; MASSEY, 1991). Nesse sentido, o debate tanto da relação *tempo e espaço* como *corpo e espaço* ganham força para entender as contradições de gênero. Aqui, o debate sobre os corpos entendidos como representação das relações de poder num espaço se mostra relevante.

O que está em jogo no processo de desigualdade de gênero é o corpo das mulheres que na verdade é a representação de um corpo, um ‘corpo imaginário’<sup>54</sup>, instável, conectado e concebido a partir da imagem corpórea (*body-image*) de outros. Esse corpo concebido como conceito é basicamente um corpo naturalizado. Desse modo, há uma contradição posta entre o concebido, o percebido e o vivido

---

<sup>54</sup> Gillian Rose (1993, p. 43) cita o trabalho de M. Gatens no livro organizado por Allen e Patton (1983) *A critique of the sex/gender distinction*, onde ele define como ‘imaginary body’ o sistema de valores e significados sociais.

em termo de representação dos corpos femininos tanto por mulheres como por homens.

A noção do corpo como natural é vista como construção cultural, e os corpos são essenciais para [...] as feministas porque certas identidades e relações constituídas socialmente tornam-se naturalizadas quando sua origem se afirma ser o corpo. A construção de diferentes tipos de corpos – masculino e feminino, digamos – naturaliza a diferença social, com profundas consequências (ROSE, 1993, p. 43, tradução nossa)<sup>55</sup>.

Em vista disso, a exclusão das mulheres de determinados espaços se mostra 'natural', ordinária, lugar comum, já que esse significado cultural dos corpos legitima as relações de poder generificadas, ou seja, permeadas pelas questões de gênero. A ausência das mulheres em espaços de representação política, em espaços profissionais tidos como masculinos, ou ainda em espaços públicos de lazer, como praças e áreas esportivas, é exemplo de como se naturalizam as 'presenças e ausências'.

Num artigo intitulado *Public and Private, Power and Space* de Ted Kilian (1998), é dado um exemplo interessante para a compreensão da relação presença e ausência, poder e exclusão: os sem-teto, pessoas que são definidas fora do espaço público apesar de presentes. Comumente a presença constante e numerosa dessas pessoas nas ruas gera movimentos para o estabelecimento da ordem urbana, especialmente em praças e parques. Nesse sentido, a construção social do que deveria ser público no espaço urbano, a partir de relações poder, legitima a instalação de grades e limites a esses corpos indesejáveis e fora do cenário daquilo que se entende como espaço público.

A história do corpo masculino, heterossexual e burguês na Europa e nos EUA, segundo Rose (1993), pode ser definida por uma série de negações à corporalidade em que o status de corpo branco e hegemônico torna transparente a sua cor, em outras palavras, uma representação não só heteronormativa como também racista. Desse modo, se define como a personificação da negação do marginal. As consequências socioespaciais desse processo de negação são notórias nas cidades. Os corpos à margem desse centro (o corpo masculino

---

<sup>55</sup> The notion of the body as natural is seen as a cultural construction, and bodies matter to these feminist accounts because certain constituted relations and identities become naturalized when their source is claimed to be the body. The construction of different kinds of bodies – male and female, say – naturalizes social difference, with profound consequences (ROSE, 1993, p. 43).

hegemônico) estão sujeitos a negação ao espaço urbano, seja no espaço público e privado, seja na localização dos corpos na cidade. Os constrangimentos sociais, políticos, econômicos e culturais gerados também promovem segregação socioespacial.

Essa compreensão nos parece poderosa para a desconstrução do entendimento do espaço urbano como único. A própria relação dialética entre o público/privado e entre o marginal e o central, e suas variações na cidade, complexifica o próprio entendimento do espaço urbano. A relação do espaço público e privado em uma favela ou num bairro periférico é diferente do 'asfalto' e dos bairros centrais de uma cidade. Ao mesmo tempo, essa correlação se diferencia justamente na relação com outros lugares da cidade, o central ou o marginal. Uma geometria do espaço que foge das premissas duais (bidimensionais) com relação a análise do espaço.

Sendo assim, as presenças, ausências e invisibilidades geradas por essa relação entre o marginal e o central são definidas pela perspectiva de um modelo e onde ela se localiza. Quando Jane Jacobs (2000) fala dos "olhos na rua" e dos usos desejáveis e indesejáveis no espaço, é preciso formular as perguntas: quais olhos ajudam a manter a segurança do espaço público? A partir de qual perspectiva se define os usos e suas características espaciais? Por exemplo, podemos questionar por que o lugar da maternidade deveria ser necessariamente no espaço doméstico. O único lugar evidente do espaço público relacionado à maternidade são as praças e parques para crianças. Contudo, as mulheres são meras expectadoras e cuidadoras. O espaço é concebido para esse modo de apropriação. Concomitantemente, há olhos na rua as observando nesse papel de mãe e cuidado; há uma tensão às que buscam minimamente fugir desses padrões, ou mesmo quando as 'não-mães' se apresentam. Diferentemente, esses lugares poderiam se tornar lugares onde poderíamos desenvolver uma renegociação da noção de maternidade e da relação das mulheres com o espaço público – um espaço da possibilidade, de ressignificação.

Voltando aos termos de Rose (1993), se faz necessário levar em consideração o mal-estar que as mulheres têm com os espaços públicos posto que o senso de segurança é profundamente moldado segundo nossa inabilidade de garantir nosso direito de ocupar esse espaço. Os efeitos do medo de ser atacada e assediada são evidentes na mobilidade das mulheres na cidade. Diante da polêmica

dos vagões rosas no metrô e no trem, a segregação dos corpos femininos no sistema de transporte é a evidência de que os corpos masculinos não nos consideram legítimas no espaço público. Se confrontamos essa prerrogativa com a nossa presença, pagamos com nossos corpos. “Essa é a ameaça. Eles não te perguntam o que você está fazendo na rua, ele te estupram e mutilam seu corpo para que se lembre do seu lugar” (VALENTINE; PAIN *apud* ROSE, 1993, p. 49). Isso significa que se as mulheres estão no espaço público seus corpos estão disponíveis, uma vez que, nesta lógica, naturalmente eles deveriam estar no espaço doméstico. Contudo, tanto no espaço doméstico quanto no espaço público estamos sujeitas a violência. Dentro de casa, não é preocupação de ninguém, “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”; fora de casa, “merecemos”; esse é o discurso ainda muito difundido, mesmo com a instituição da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), que inclusive altera o código penal. Antes o crime cometido no espaço doméstico e no âmbito familiar contra as mulheres não era considerado grave. Por essa razão, parece até espantoso que na lei esteja descrito nos seus primeiros artigos:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput (BRASIL, 2006).

E mesmo assim ainda é preciso a proposição de legislações punitivas como “medidas educativas à sociedade” com relação à legitimidade do corpo das mulheres, como também é o caso da Lei Federal do Femicídio, recentemente sancionada, que “Altera o Art. 121 do [...] Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o Art. 1º da Lei nº 8.072, [...], para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos” (BRASIL, 2015).

Ao evocar as reflexões de Teresa Lauretis<sup>56</sup>, a geógrafa concorda que um dos aspectos que auxiliam na geração de tensões, no binarismo dos espaços e dos corpos, é ir além dos discursos dominantes de identidade e de seu posicionamento. Um discurso que alimenta o campo epistemológico machista e que reforça as diferenças sexuais. O feminismo, segundo as autoras, possui um sujeito que representa a si mesmo e essa autorrepresentação pode desafiar o machismo insistente para além do *status quo* discursivo. Não é um caminho alternativo, prescrito ou utópico frente às formas de organização do poder, mas uma noção, uma visão de mundo perceptível às mulheres e não representado pelo discurso machista (ROSE, 1993, p. 181). Assim concluímos que, ao invés de assumir os mesmos códigos e identidades hegemônicos e heteronormativos, o corpo das mulheres e a sua própria representação são um instrumento extraordinário para desestabilizar o modo de produção do espaço.

Gillian Rose argumenta que é central uma noção particular de espacialidade para construção de uma nova relação entre poder, conhecimento e subjetividade. Uma noção que não replique a exclusão dos 'Outros' (diferentes a) e dos 'Mesmos' (iguais a) que possa reconhecer a diferença dos outros (ROSE, 1993, p. 179-180), ou seja, é um projeto político de concepção e estratégias para a tolerância da resistência da constituição de possibilidades para as mulheres no espaço urbano.

---

<sup>56</sup> Gillian Rose introduz o último capítulo partindo das reflexões de Teresa de Lauretis. Basicamente a partir do seu artigo de 1986 *Feminist studies/critical studies: issues, terms and contexts* e em seu livro *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film and Fiction* de 1987.

Fotografia 7: Mulher idosa em ponto de ônibus (2013).



Fonte: a autora.

É um movimento entre o espaço (representado) e o que a representação deixa de fora ou, mais, incisivamente, faz irrepresentável. É um movimento entre o (representado) espaço discursivo das posições disponibilizadas pelos discursos hegemônicos e o *space-off*, o outro lugar, daqueles discursos... Estes dois tipos de espaços não são nem em oposição um ao outro nem fragmentado ao longo de um cadeia de significação, mas eles coexistem simultaneamente e em contradição. O movimento entre eles, portanto, não é o de uma dialética, de integração, de uma combinatória, ou de *différance*, mas é a tensão da contradição, multiplicidade e heteronomia (LAURETIS, 1987 *apud* ROSE, 1993, p. 183, tradução nossa)<sup>57</sup>.

<sup>57</sup> It is a movement between the (represented) and what the representation leaves out or, more,

Rose afirma que as feministas falam de um espaço, localização, lugar, posição, cartografia e paisagem de geometria radicalmente heterogênea, experimentada, sentida e vivida que articula argumentos específicos de poder e identidade. Nesse sentido, a noção de espaço paradoxal desafia as exclusões da geografia não-feminista (ROSE, 1993, p. 184).

Como o espaço urbano, sendo ele público ou privado, é um espaço de constrangimento, de limites, nosso corpo, modo de vestir, nossa cor, nossos circuitos, sazonalidade e localização são frequentemente postos em xeque, como um espetáculo de si mesmo (ROSE, 1993, p. 184)<sup>58</sup>. Não é difícil enumerar exemplos: quando caminhamos pelas ruas, sobretudo, à noite; quando entramos num ambiente majoritariamente masculino, como em campos ou estádios de futebol; no transporte público; nos bares e boates. Se levamos em consideração o posicionamento de classe e raça, além de sexualidade, os constrangimentos se radicalizam: desde entrar num shopping ou loja, até circular por bairros de classe média e alta, mulheres pobres, negras, jovens, adultas e idosas experimentam diferentemente seus corpos dito 'fora do lugar', como se fossem estranhas, uma alienígena. No espaço privado, a experiência também se diferencia. Enquanto para as mulheres de classe média, o espaço doméstico possa ser um lugar de confinamento e repressão, para mulheres que vivem em favelas pode ser um espaço de resistência, de sua afirmação e proteção do espaço público violento e segregado (HOOKS, 2000b), especialmente, se analisamos famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Ao mesmo tempo que pode ser também um espaço de repressão e dominação masculina, ainda que não haja um homem em casa.

Em pesquisa na cidade de Ponta Grossa, a geógrafa feminista Joseli Silva, considerada uma referência brasileira no debate sobre espaço e sexualidade, buscou compreender as contradições de gênero no âmbito das famílias chefiadas por mulheres<sup>59</sup>, constatando que a maioria delas empobreceram. A razão não se

---

pointedly, makes unrepresentable. It is a movement between the (represented) discursive space of the positions made available by hegemonic discourses and the space-off, the elsewhere, of those discourse... These two kinds of spaces are neither in opposition to one another nor stung along a chain of signification, but they coexist concurrently and in contradiction. The movement between them, therefore, is not what of a dialectic, of integration, of a combinatory, or of *différance*, but is the tension of contradiction, multiplicity and heteronomy (LAURETIS, 1987 *apud* ROSE, 1993, p. 183).

<sup>58</sup> Reflexões presentes em RUSSO, 1986.

<sup>59</sup> Em Ponta Grossa, município do sul do país, de acordo com o censo do IBGE/2001, 58,3% das mulheres responsáveis por domicílios se enquadram na faixa salarial de zero a dois salários, já a

limita ao fato de terem se tornado chefe de família, mas pela separação conjugal, e pela dedicação de “seu tempo de existência em determinados campos da vida, como a maternagem e o cuidado com a reprodução familiar, [deixando] de investir em sua formação profissional”, por exemplo (SILVA, 2007, p. 125). De modo geral, os homens não fazem esse tipo de concessão, já que possuem uma formação identitária do papel de chefe, diferentemente das mulheres. A subjetividade das mulheres não se modifica necessariamente em função desse acúmulo de responsabilidade, mas indica que experimentam uma possibilidade e, sobretudo, resistem diante da precarização de sua vida frente à incorporação de papéis vistos como masculinos.

Há um custo, segundo Gillian Rose (1993), pela insistência de experimentar, sentir, viver, interpretar esse espaço paradoxal, onde o simbólico e o material são coexistentes, assumidos cotidianamente. Uma complexidade diferencial onde se articula uma plurilocalidade em contradição. Um paradoxo que ocupa o centro e a margem, em que o território do ‘Mesmo’, nos termos de Rose, se diferencia pelo centro do ‘Mesmo’ e pela margem do ‘Outro’. Sendo que o ‘Outro’ não está fora do território discursivo do ‘Mesmo’.

Joseli Silva reforça que a geógrafa “nega a ordem de 'nós' e os 'outros' e cria as categorias centro e margem” (SILVA, 2007, p. 122). Esta concepção ilumina as possibilidades de transformação dentro da estrutura de dominação masculina. Ao invés de adotar a reprodução de práticas, Silva salienta que é na performance que se permite a criação do novo já que não há repetição do padrão idealizado pela normativa machista. Ao meu ver, é possível afirmar que as práticas sociais e espaciais quando realizadas como forma de resistência são instrumento de subversão do ideal de gênero, mas também podem ser a sua condição de sobrevivência. As performances são inerentes às práticas, não há como dissociar, uma se confunde com a outra no espaço. Os modos de apropriação e as performances que caracterizam as práticas de indivíduos e grupos ou até uma sociedade podem se reproduzir ou mesmo sinalizar processos de subversão e resistência. Rose caracteriza as mulheres nesse espaço paradoxal tanto como prisioneiras e exiladas, como dentro e fora (ROSE, 1993).

Quando somos resistentes, através de nossas práticas sociais e nossos

corpos, não desejamos ser as vítimas nem as perpetuadoras. Talvez esse seja o dilema político-epistemológico da perspectiva emancipatória através dos processos de resistência.

É preciso encontrar um lugar que é crucial para ambos, mas também negado pelo 'Mesmo'; e deve encontrar um lugar tanto definido por esse 'Mesmo' e sonhando como algo muito além do seu alcance. Espaço paradoxal, então, é um espaço imaginado, a fim de articular uma relação conturbada com os discursos hegemônicos machistas (ROSE, 1993, p. 208, tradução nossa)<sup>60</sup>.

Assim, o espaço paradoxal é um espaço de possibilidade de desconstrução e de construção a partir da imaginação; um ponto de partida, uma geometria da diferença. Um espaço de aprendizagem política e epistemológica, sem modelos e fórmulas preconcebidas. Um processo fundamental para a construção de um lugar da diferença, e não do homogêneo, do universalmente hegemônico.

Fotografia 8: Estação de trem da Supervia, em São Cristóvão, durante performance teatral da Cia. Marginal da peça IN\_TRANSITO, em 2014.



Fonte: a autora

<sup>60</sup> It must locate a place which is both crucial to, yet also denied by, the Same; and it must locate a place both defined by that Same and dreaming of something quite beyond its reach. Paradoxical space, then, is a space imagined in order to articulate a troubled relation to the hegemonic discourses of masculinism (ROSE, 1993, p. 208).

## 4.2 ESPAÇO DIFERENCIAL EM LEFEBVRE – UMA COMPARAÇÃO

Ao longo de uma série de livros e artigos sobre a problemática urbana, o sociólogo francês Henri Lefebvre, aborda a questão do *espaço diferencial*. Esse conceito se constrói dentro de uma perspectiva crítica das abordagens redutoras e parciais do que ele chama de ideologias totalizadoras do planejamento e das representações do espaço econômico (LEFEBVRE, 2008). Como abordamos anteriormente, essa política que concebe o espaço como homogêneo e vazio produz a indiferença às diferenças.

A coerência dessa análise dialética se baliza pela sua própria definição de urbano, ou seja, sociedade urbana.

O urbano [...] define-se [...] não como realidade acabada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o *possível*, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele (LEFEBVRE, 2008, p. 126).

Apesar disso, há uma tendência a qualificar essa força como uma desordem a ser ordenada. “A rua é a desordem? Certamente” (LEFEBVRE, 2008, p. 126). Ela produz uma outra ordem que informa e surpreende, que permite a apropriação do espaço e, por sua vez, a construção de lugares (tempo-espaço).

A rua também é o lugar singular da repressão. Os limites à permanência na rua são inúmeros, seja através do constrangimento, seja através de normativas. Deste modo, quando nos remetemos às reflexões de Jane Jacobs sobre “os olhos na rua” é preciso estar atenta às formas impositivas de interdição à permanência e reunião, e igualmente de passagem. Como o automóvel, é o ‘sujeito’ privilegiado, e os pedestres de forma diferenciada sofrem as imposições do poder que pressiona para a conversão da rua em simples espaço de consumo. O tempo dessa rua-vitrine é o “tempo-mercadoria”, segundo Lefebvre, “o tempo de compra e venda, o tempo comprado e vivido” (LEFEBVRE, 2008, p. 28) onde se adquire tanto o aspecto como a importância de uma estética e de uma ética. Nesse sentido, ele caracteriza esse processo como uma “*colonização do espaço urbano*” em que os sistemas de objetos se tornam símbolos e espetáculo, como o carnaval e shows, uma autorização caricata de apropriação e reapropriação da rua, autorizada pelo poder.

O uso ressurgue em forte conflito com o [valor de] troca no espaço, porque implica apropriação e não de propriedade. Logo, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e prática. Quanto mais um espaço é funcional, mais ele é dominado por agentes que o manipulam, tornando-o unifuncional, menos passível à apropriação (LEFEBVRE, 2000, p. 411, tradução nossa)<sup>61</sup>.

O poder necessariamente implica na abolição das distinções, ou seja, força a homogeneização de quem está dentro e de quem está fora, reduzindo-se na indiferença do “visível-legível” (o poder universal).

No livro clássico *La production de l'espace* (2000), o sociólogo discorre sobre sua tese acerca do espaço diferencial a partir das contradições do espaço. Uma contradição que é comumente caracterizada como centro-periferia, resultado da dialética *globalité-parcelles* (globalidade-parcelada) que define determinadas densidades que, na verdade, são “propriedades” (*propriété*) do centro. Em seu entorno, cada espaço e intervalo, vetor de constrangimentos, se carrega de normas e valores. Esse espaço indiferenciado, desintegrado e fraturado por necessidades e funções, assim como pelas exigências da divisão social do trabalho, divide os corpos em imagens, particularmente os corpos femininos cujas partes são separadas e de certo modo desumanizados (LEFEBVRE, 2000).

A questão da diferença é um tema importante para entender as contradições do espaço e a tendência à homogeneização de tudo: corpos, espaço, tempo, apropriações, etc., mesmo quando dos processos de segregação do espaço, por exemplo. Por essa razão, é fundamental saber diferenciar a diferença, da distinção, da separação e da segregação.

A diferença é incompatível com a segregação, que a caricatura. Quem diz ‘diferença’, diz relações, portanto, proximidade-relações percebidas e concebidas, portanto, inserção numa ordem espaço-temporal dupla: próxima e distante. A separação e a segregação rompem a relação. Constituem, por si sós, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade. [...] A diferença é informante e informada. Ela dá forma, a melhor forma resultando da informação ótima. Quanto à separação e à segregação, elas rompem a informação. Conduzem ao informe. A ordem que constituem é apenas aparente. Só uma ideologia pode contrapô-la à desordem da informação, dos encontros, da centralidade. Só um racionalismo limitado, industrial ou estatista, mutila o urbano dissociando-o: projetando no terreno sua ‘análise espectral’, os

---

<sup>61</sup> L'usage réapparaît en conflit aigu avec l'échange dans l'espace, car il implique appropriation et non propriété. Or, l'appropriation elle-même implique du temps et des temps, un rythme ou des rythmes, des symboles et une pratique. Plus un espace est fonctionnalisé, plus il est dominé par les agents qui l'ont manipulé en le rendant unifonctionnel, moins il se prête à l'appropriation (LEFEBVRE, 2000, p. 411).

elementos disjuntos, cuja informação recíproca torna-se impossível (LEFEBVRE, 2008, p. 121).

Como o modelo, o homogêneo é o centro para Lefebvre; o diferente é, conseqüentemente, o resistente e exterior, periférico. Quando o poder homogeneizador absorve a diferença, é porque se manteve na defensiva e se limitou apenas ao contra-ataque. O exemplo das favelas na América Latina é citado por ele como esse espaço de vida intensa traduzido em sua morfologia que permanece pela defesa e pelas lutas de resistência, apesar da miséria. A apropriação do espaço é a característica mais notável das favelas uma vez que revela uma organização espacial pela prática, conformando uma *dualité d'espaces* que traduz, segundo ele, “a dualidade do poder político: de um equilíbrio instável, de uma explosão rapidamente inevitável”, uma contradição em conflito que produz diferenças não previstas (LEFEBVRE, 2000).

Podemos especular que essa reflexão de Henri Lefebvre dialoga com a perspectiva do espaço paradoxal de Gillian Rose. Até porque uma das preocupações do sociólogo é incorporar, na epistemologia ocidental, os *corpos*. São eles os sujeitos e os objetos. São portadores de diferenciações, de apropriações e de resistências, assim como de homogeneização, de repetições e de poder. Ao meu ver, esse espaço do conhecimento, que é o *espaço diferencial*, nada mais é que a possibilidade da constituição do *espaço paradoxal*.

O espaço diferencial desafia o espaço abstrato (construído, tecnificado, dominado e homogêneo), excluindo as representações dominantes de espaço. Assim, os corpos têm o direito a sua privacidade e a publicidade para se autodefinir e se proteger de modo alternativo (KILIAN, 1998). Diferentemente de como o espaço abstrato (que é ao mesmo tempo heteronormativo) se define excluindo e determinando o caráter do feminino, sua conformação e localização (espaço privado e doméstico), em que a própria privacidade das mulheres se determina em relação a determinação do espaço público. Ou seja, o espaço privado não é (apenas<sup>62</sup>) o lugar de preservação, de restauração de si, de reflexão, mas também de dominação.

Um outro debate que se lança é sobre o urbanismo. Lefebvre coloca o urbanismo na berlinda, sobretudo, quando aponta seu duplo fetichismo: o da satisfação e do espaço. A primeira se refere a destrinchar as necessidades e

---

<sup>62</sup> Há casos em que a casa representa mais um espaço de opressão do que de proteção, mesmo que parcialmente.

respondê-las: interesses particulares e políticos, “entre os que decidem em nome do ‘privado’ e os que decidem em nome das instâncias superiores e dos poderes” (LEFEBVRE, 2008, p. 143); e um urbanismo que na verdade está comprometido com o neoliberalismo (programas e ações concertadas ou voluntárias) e o neodirigismo (ação à ‘livre empresa’), tratando a problemática urbana como um departamento, um fragmento de interesses às necessidades de mercado e especulativos, negligenciando as necessidades sociais. A segunda refere-se a criação do espaço e o modo como esse espaço é preenchido pelo urbanista. Ele continua afirmando: “O fetichismo do espaço implica contradições. Ele não resolve o conflito entre o uso e a troca, mesmo quando esmaga o uso e o usuário” (LEFEBVRE, 2008, p. 144).

O que o sociólogo quer nos alertar é que o modo como o urbanismo se estrutura não permite a construção de um espaço diferencial, um espaço da possibilidade do diferente, do que não está previsto. Um espaço de geração de conhecimento coletivo, de práticas sociais que permitem o previsível e o imprevisível. Um espaço em que as mulheres podem descobrir individual e coletivamente sua forma de resistir e propor. Um espaço em que possamos nos diferenciar e mediar interesses e conflitos com outros.

Comumente, o urbanismo é visto e praticado como uma ciência da divisão de formas e funções. A primeira diferenciada pelas organizações e instituições, e a segunda diferenciada pela sua disposição e geometria. Inclusive, Lefebvre na época questionava se haveria uma epistemologia do urbanismo, já que teria se tornado uma política ideológica e institucional. Uma realidade urbana gerada pelo urbanismo ocultada pela representações ideológicas e institucionais as quais criam uma cortina de fumaça a partir de uma prática redutora e parcial.

A política do espaço apenas o concebe como meio homogêneo e vazio, no qual se estabelecem objetos, pessoas, máquinas, locais industriais, redes e fluxos. Tal representação fundamenta-se numa logística de uma racionalidade limitada, e motiva uma estratégia que destrói, reduzindo-os, os espaços diferenciais do urbano e do “habitar” (LEFEBVRE, 2008, p. 51).

Nesse sentido, faço referência a cidade como sujeito, como uma espécie de agente que cria, que produz. Na verdade, é preciso pensar, nos termos de Lefebvre, que o urbano (onde se incluem as práticas) centraliza, aproxima a situação urbana em que “as coisas *diferentes* advêm umas das outras e não existem separadamente,

mas segundo as diferenças” (LEFEBVRE, 2008, p. 109). Contudo, vimos uma correlação de forças no modo de produção do espaço urbano que é indiferente a cada diferença que o constitui, *mas não a todas*. À medida que o urbano as reúne, não há completa indiferença. Os conflitos gerados por essas diferenças fazem parte dessa espécie de tensão em prol da concentração; o que dá sentido ao urbano. São as distâncias, no tempo e no espaço, que deterioram as relações e as práticas urbanas. Se não há simultaneidade não há criação de possibilidade no urbano de possíveis diferenças. Sendo assim, não podemos definir o urbano como um sistema, como objeto ou sujeito. Tampouco como uma forma sem conteúdo. Não há neutralidade, apesar de o urbanismo buscar a construção desses espaços como os lugares exclusivamente de passagem, indiferentes, e comumente organizem ou separem os lugares segundo determinados critérios ideológicos e políticos – os processos de segregação.

A segregação, inimiga das reuniões e do encontro, pode deter o movimento? O espaço homogêneo, sem “topias”, sem lugares, sem contrastes, indiferença pura, caricatura de relação entre o urbano e seus componentes, pode aprisionar a realidade urbana até sufocá-la? Certamente. Ele até pode parecer democrático. A democracia urbana implicaria a igualdade dos lugares, a participação igual nas trocas globais. A centralidade produziria a hierarquia, portanto a desigualdade. E, no entanto, a dispersão não acarreta a segregação? Os sobressaltos revolucionários podem romper os limites da realidade urbana? Às vezes, sem dúvida. O que mostra a importância de uma crítica radical da separação, da segregação, da política do espaço e, de modo mais geral, do urbanismo (LÉFÈBVRE, 2008, p. 115).

Mas é preciso não cair em algumas armadilhas analíticas. Assim como na teoria de Lefebvre é possível afirmar que as relações entre o urbano e a vida cotidiana são, dialeticamente, produtos e produção do espaço. Com isso, a segregação não deve ser analisada apenas como uma separação promovida somente por um lado, ou seja, dos dominadores. A segregação existe sim por exclusão de pessoas e coisas que pressionam e resistem para estar no centro. A segregação também é fruto desse movimento de concentração que o urbano favorece. Por essa razão, o espaço segregado também é resistência e não apenas subordinação. Se tomarmos o caso das favelas: são lugares criativos de resistência e proteção.

Se puxarmos os fios das contradições contemporâneas, chegaremos nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres onde seu espaço doméstico torna-se ao mesmo tempo lugar de proteção e lugar de resistência. Uma segregação do

espaço público que tende a violar seu corpo, mas que é também possibilidade. Nas favelas, por exemplo, no espaço público (que por vezes é bastante permeável em relação ao privado) surgem possibilidades de solidariedade e também de resistência. O espaço segregado não é necessariamente homogêneo. Esse é o paradoxo da vida cotidiana das mulheres na cidade. A segregação pode não ser necessariamente ruim para as mulheres diante dos processos de dominação em curso no espaço. A qualidade dos lugares para as mulheres depende de inúmeras variáveis, uma vez que os processos de dominação heteronormativa se reinventa segundo as tensões e resistências das mulheres. Variáveis temporais e espaciais que tornam um mesmo lugar restritivo e possível para nós.

Com isso, o espaço paradoxal de Gillian Rose (1993) ajuda a compreender e dialogar com a crítica do urbanismo a partir da qualidade do espaço diferencial de Lefebvre (2008), posto que, nele, diferentes subjetividades se articulam no tempo e no espaço por meio de um processo de mutualidade e reconhecimento de diferentes gêneros, classes sociais, raças, gerações, religiões e sexualidades, assim como espacialidades. Nesse sentido, as bases do urbanismo dificultam essas possibilidades pela tensão que gera em direção a um espaço abstrato, indiferente. O interessante da perspectiva de Rose (1993) é que ela nos dá uma luz no fim do túnel reconhecendo que no território do conquistador há também o conquistado, que por sua vez não é passivo. A força de resistência do 'dominado' dá sentido ao poder exercido, gerando uma relação simultaneamente contraditória/complementar de dependência, já que a prática do poder só se justifica pela ação que resiste a ele. "Esta perspectiva é potencial para se constituir a visibilidade de grupos não hegemônicos, já que rompe com a visão universal do poder" (SILVIA, 2009, p. 84).

Ambos os conceitos de espaço facilitam os argumentos em nosso campo sobre a importância do corpo das mulheres, suas subjetividades e interesses como ferramentas de construção do espaço diferencial, de diferentes perspectivas generificadas de resistência. O desafio que se coloca é: qual é o papel das(os) urbanistas? Algumas têm buscado trabalhar a partir de reflexões centradas na morfologia do espaço urbano que apontam soluções de 'cidades para as pessoas'. Mas não se coloca a questão: quais são as pessoas que ali resistem e quais são as que reprimem? Talvez afirmar, mulheres e homens, respectivamente, seria simplificar os processos e práticas sociais em jogo nesse espaço paradoxal!

### 4.3 PRÁTICAS SOCIAIS (E DE RESISTÊNCIA) NA ANÁLISE DO ESPAÇO URBANO

A epistemologia feminista tem contribuído para o surgimento de novos aportes teóricos, reinterpretando análises androcêntricas (masculina e heteronormativa) de diversas disciplinas, inclusive a dos estudos urbanos. Uma das questões fundamentais na teoria feminista e de gênero é a histórica imposição de um modelo de existência (BEAUVOIR, 1970) reinventado cotidianamente pelos processos de dominação, e questionado por feministas, não só através do discurso mas também através da busca de práticas transformadoras que colocam em xeque o ideal feminino (ou de mulher). A própria ideia socialmente construída de espaço urbano, de forma geral, coloca as mulheres em um lugar marginal e dito feminino: o espaço doméstico (espaço privado); enquanto os homens estão num lugar central, considerado naturalmente masculino: o espaço público, sinônimo de espaço urbano pela visão hegemônica dominante (COUTRAS, 1997; MCDOWELL, 1999).

Mas essa é uma visão simplista e binária que não leva em consideração espacialmente a análise das práticas sociais. A prática social é uma ferramenta de tensionamento cotidiano à qual as mulheres acionam (mesmo aquelas que não se consideram feministas), podendo “formatar novas formas de resistência como portadoras de mudanças potenciais no âmbito das relações sociais” (KERGOAT, 2012, p. 128, tradução nossa). Relações sociais<sup>63</sup> de gênero que se articulam, sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e operação.

Danièle Kergoat (2012) evidencia que as práticas sociais podem revelar dois tipos de resistências: (i) resistências para a manutenção da tradição ou do *status quo*, comumente aqueles que exercem o papel de dominação; e (ii) resistências ao estabelecido no sentido de gerar mudanças e transformações, comumente as(os) dominadas(os). Com isso, se estabelecem conflitos que geram consequências cotidianas e processuais no modo como o espaço urbano é produzido e reproduzido.

As mulheres “escreve[m] enquanto lê[em], ali onde a repressão falhou, onde o sistema se fragmentou, e onde ela[s] não deseja[m] ser reconstruída[s] descobrindo nele o reflexo de um sistema unitário, homogêneo, fechado” (AGREST, 2008, p.

---

<sup>63</sup> Na língua francesa, há uma distinção entre *rapport social* e *relation social* que em português seria igualmente traduzido como *relação social*. *Rapport social* é abstrato e opõe os grupos sociais em torno de uma questão. *Relation social* são imanentes aos indivíduos concretos, entre os quais aparecem (KERGOAT, 2012).

596)<sup>64</sup>. Isto quer dizer que procuramos as brechas para existirmos na cidade. Achamos brechas quando ousamos sair de bermudas nas ruas no início do século XX, ou mesmo de minissaias na década de 60. Ousamos votar, estar nas ruas trabalhando, ousamos ser donas de nosso sistema reprodutivo, ousamos falar, gritar e chorar em público por nossas perdas, pela violência que sofremos, ousamos existir segundo o que acreditamos ser a existência em nosso tempo. Isso nada mais é que resistir através de nossos corpos e práticas sociais.

Apesar das relações de poder entre opressores e oprimidos, há práticas sociais de resistência à exclusão promovidas pelas subjetividades dominantes. Esta constante tensão de quem está fora e quem está dentro depende de inúmeros elementos, como a identidade do grupo, o tempo, etc. entre os quais influenciam nas práticas sociais das mulheres, assim como dos homens. Nesse caso, a combinação de práticas sociais e performances permitem os processos de resistência e a possibilidade da criação da novidade, subvertendo o ideal de gênero e de heteronormatividade no espaço (ROSE, 1993; SILVA, 2007). No âmbito da teoria *queer* as práticas sociais são indissociáveis das performances das pessoas, que só são possíveis através de seus corpos. Essa é a principal chave para o questionamento à heteronormatividade.

A teoria *queer* nos auxilia a problematizar para além daquilo que comumente é associado: o debate da sexualidade. Sara Ahmed (2006) chama atenção que quando nos referimos ao *queer* estamos também nos reportando àquelas pessoas 'estranhas', isto é, fora dos padrões heteronormativos, mas não necessariamente restritos às sexualidades e suas expressões sociais. Se a mera presença desses corpos 'estranhos' desorienta e desestabiliza o espaço segundo os padrões dominantes de gênero, de práticas sociais e performances, esses corpos não se encaixam na heteronormatividade (AHMED, 2006). Podemos afirmar que isto ocorre não somente com pessoas que possuem orientação sexual não-hetero, mas também aos corpos fora dos padrões sociais masculinos considerados como 'normais' ou apropriados para um local, um espaço. Sendo assim, se estabelecem práticas e performances, que se refletem no processo de resistência de ambos, dominante e dominado, quem está no centro e quem está à margem – espaço paradoxal (ROSE,

---

<sup>64</sup> Diana Agrest, arquiteta argentina, faz uma análise das contradições do urbanismo moderno a partir de Le Corbusier, onde ela defende que a "cidade-moderna-dos-objetos" numa forma de uma máquina (máquina de morar, de trabalhar etc.) representa a ideologia do movimento ligada ao mecanicismo científico que necessariamente estabelece uma relação de repressão/supressão da mulher da cidade.

1993).

Não podemos nos furtar às contribuições de Michel Foucault (1984; 1987; 2010; 2011; 2011a) sobre as relações de poder e o corpo. Sua filosofia tem sido instrumento importante nas últimas décadas para aquelas(es) que questionam o poder, como é o caso das feministas. Notadamente, seu pensamento reverbera fortemente no movimento *queer* e, por conta disso, parte significativa dos estudos, cujos debates centram-se na identidade, exploram os fenômenos relacionados ao exercício do poder sobre os corpos, suas subjetividades, sexualidades e identidades.

Foucault (1984) refere-se aos aspectos temporais do poder sobre os corpos; de como foi preciso um investimento do poder para o exercício do seu domínio. Há uma batalha que não se resume a uma análise dialética hegeliana, segundo ele. A educação física e a noção de corpo saudável propagado pela medicina, por exemplo, são instrumentos do poder que produzem um efeito ao final que se volta contra esse mesmo poder, mas isso não significa que o poder deixou de ser exercido. Apenas se atualizam as estratégias de resistência de um lado e de outro.

Como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor. E, assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado... O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo... Lembrem-se do pânico das instituições do corpo social (médicos, políticos) com a ideia da união livre ou do aborto... Na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua (FOUCAULT, 1984, p. 83).

Foucault reivindica diante dessa conclusão que é preciso levar em consideração a materialidade do poder. A sociedade capitalista precisa do exercício desse domínio. Para ele, é que, diferentemente do século XVIII, quando surgem os modos disciplinarmente rígidos e densos de poder, na contemporaneidade ganham formas mais flexíveis, por isso a falsa impressão de determinados avanços quanto aos processos de resistência ao poder. Até porque ele está presente na construção de desejos e poderes. Diante dessa reflexão, podemos relacionar o debate que Ernesto Laclau (BUTLER; LACLAU; ZIZEK, 2000) traz sobre a lógica hegemônica da ideia de universalidade. Em resposta a Judith Butler, ele argumenta a pertinência de percebermos uma espécie de posituação do negativo, posto a necessidade de

sairmos do lugar inerte das condições negativas do poder. A tendência a produção de vazios significantes dificulta a condição política de mudança (LACLAU, 2000). Certamente, o poder limita e condiciona as possibilidades de resistência, mas também serve como possibilidade de tensão necessária a construção de resistências. Ou seja, não podemos fazer referência às relações de poder como mero mecanismo de repressão. Até porque foi nas cidades que tivemos a oportunidade antropológica de sermos diferentes e resistirmos ao poder hegemônico do Estado que estrutura historicamente as sociedades.

Nesse sentido, o processo de resistência alcançado pela variedade de práticas sociais (não normatizadas) faz os corpos *queers* tornarem-se estranhos e passíveis de serem violados ou mesmo menosprezados no espaço urbano. Um menosprezo que não o do esquecimento, mas de torná-lo invisível, menos importante e marginal para garantia da lógica de produção do espaço urbano. Foucault (1984) nos lembra que os múltiplos e periféricos corpos constituídos pelos efeitos do poder são sujeitos fundamentais para entender os processos de dominação, e, no nosso caso, como se espacializam e interferem material e socialmente no espaço urbano. Por essa razão, nosso objeto de análise é basicamente as mulheres de forma coexistensiva diante das desigualdades de gênero. Sabemos quais são as regras e normas, já que somos um efeito do poder, “pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 1984, p. 103).

Assim sendo, Foucault defende que o corpo é uma superfície a ser inscrita por práticas sociais, sugerindo que os corpos são postos em prática em ambientes institucionais discursivamente construídos. As relações de poder só se perpetuam porque há um ‘corpo produtivo e um corpo sujeito’ de perpetuação do poder (MCDOWELL, 1999). A partir dessa lógica, se inscrevemos práticas sociais contra-hegemônicas, podemos interferir no modo como os corpos se inscrevem e interferem no espaço, seja através das subjetividades e modos de apropriação, seja através da prática profissional.

O espaço urbano, espaço de atuação de arquitetas(os) e urbanistas, é um objeto em fuga, que nos escapa. Por isso a perpetuação de modelos mais rígidos ou menos rígidos. Romper com este modelo é questionar paradigmas hegemônicos e propor um novo olhar sobre as contradições sociais que estão em jogo nas cidades. A análise centrada nas práticas sociais contribui no sentido de romper com os

referenciais que homogeneízam tudo e a todas(os) pela linha reta, como o fez Le Corbusier (AGREST, 2010). Contudo, é importante estar atenta sobre a análise dessas práticas já que, devido aos processos históricos de dominação masculina, são praticadas por corpos inscritos por relações de poder, assim não recaímos nos pressupostos positivistas que naturalizam as práticas. O pressuposto da atuação como arquitetas(os) e urbanistas é trabalhar a partir de demandas e interesses do público-alvo (ou ainda de nossos clientes). Quando simplesmente perguntamos ou realizamos observação dos modos de apropriação no espaço urbano como instrumento base para a produção de proposições supostamente racionais e coerentes de projeto urbano, por exemplo, estamos aceitando a maneira como os corpos se ajustam e se limitam ao espaço.

Nesse sentido, precisamos levar em consideração que pela visão marxista prática é dialeticamente a materialidade da produção humana, das interações sociais e ideias individuais e coletivas. Por isso mesmo, ela é uma categoria importante para perceber como as práticas sociais são capazes de transformar objetivamente a realidade, ao contrário das ideias, que estão no plano da teoria. Para nós, as ideias, a imaginação e a tomada de consciência são fundamentais, pois alavancam as práticas. Na verdade, chamo atenção para o olhar sobre as práticas para sermos capazes de compreender como elas rompem com as contradições postas no espaço urbano, ou seja, como as mulheres ao mesmo tempo incorporam e rompem com o poder resistindo através das práticas sociais.

Porém, há um fator importante que é preciso reforçar: a localização das práticas sociais. A cidade é portadora de múltiplos significados e também resistências. O espaço é determinante de forma coexistensiva às relações de gênero e as outras dimensões sociais: classe, raça, geração. Não são apenas as características sociais que definem as práticas mas também sua espacialidade, ou seja, a localização é fundamental para compreensão das práticas sociais das mulheres e de qualquer outro sujeito.

Portanto, é importante que arquitetas(os) e urbanistas se concentrem na constituição de uma “orientação”, um “ponto de apoio existencial” às pessoas (NESBITT, 2010)<sup>65</sup>, onde o corpo das mulheres, espaço primeiro de exercício do

---

<sup>65</sup> No livro “Uma nova agenda para a arquitetura – antologia teórica 1965-1995”, Kate Nesbitt (2010) organiza uma série de artigos, entre eles o de Christian Norberg-Schulz “O pensamento de Heidegger sobre arquitetura” de 1983. O artigo é uma leitura da fenomenologia heideggeriana para

poder heteronormativo, possa interferir e se construir enquanto sujeito autônomo e ciente das desigualdades de gênero.

Com isso, o processo investigativo e participativo dos estudos sobre o lugar de atuação das(os) arquitetas(os) e urbanistas, na perspectiva de gênero, precisa tanto reconhecer as diferenças produzidas pelo sistema de poder (heteronormativo) que opera as desigualdades de gênero (FRASER, 2006), quanto estar atentas(os) às práticas sociais que acreditamos ser orientadas: (i) pelas identidades urbanas, (ii) pela cultura do habitar e seu significado na vida de moradoras(es) e frequentadoras(es); e (iii) por interesses estratégicos e práticos das pessoas que podem estar associadas à dimensão política e social, assim como material e pragmática.

Inverter o pressuposto da análise e das propostas, em vez de de nos basearmos em normativas e preconceções que adentram as contradições universalistas e heterossexuais, permite que estejamos não apenas próximas(os) antropológica e sociologicamente da realidade das práticas sociais, como também das múltiplas necessidades, interesses que desafiam um olhar coexistensivo de classe, raça, geração e gênero, assim como dos aspectos relacionados à cultura e às subjetividades.

O próximo capítulo problematiza algumas armadilhas em que podemos incorrer quando partimos de pressupostos que provêm unicamente de uma perspectiva totalizante e hegemônica, revelando uma visão sobre a cidade como grandes espaços abstratos e totalmente indiferentes.

## 5 URBANISMO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

O urbanismo é um urbanismo de classe. Quando o urbanista sabe disso, quando atinge esse grau de saber, torna-se cínico, ou se retira. Cínico, pode acabar por vender liberdade, felicidade, 'estilo de vida', vida social, até mesmo vida comunitária nos falanstérios para uso dos sátrapas modernos (LEFEBVRE, 2004, p. 145).

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma reflexão teórica das razões pelas quais o urbanismo, de um modo geral, ainda não incorpora a perspectiva de gênero, e apontar análises que ajudam a desconstruir a indiferença, levando em consideração o debate sobre espaço paradoxal em Gillian Rose e espaço diferencial em Lefebvre e as práticas sociais. Ao meu ver, é preciso desmistificar a perspectiva de gênero, apontando primeiramente os limites impostos pela heteronormatividade presente no urbanismo e no modo como analisamos o espaço urbano.

As relações de poder na sociedade e em nosso campo influenciam a constituição de modelos hegemônicos que só favorecem a perspectiva econômica das cidades, que por sua vez se balizam pela construção social, cultural e política. O contexto de transformações urbanas das principais cidades do mundo, incluso o Rio de Janeiro, com vistas a se tornarem uma cidade-global a partir dos pressupostos das tais *smart-cities*, na lógica do *city-marketing*, tem imposto um modo de produção do espaço urbano justificado pelo discurso do controle e da segurança, em detrimento da constituição de cidades mais justas (*fair shared cities*) (MADARIAGA; ROBERTS, 2013; SASSEN, 2005; MASSEY, 1991). A própria linguagem e o discurso adotado para legitimar essas práticas nos permitem refletir sobre as importações de modelos, em outra roupagem de períodos anteriores, como na difusão do modelo haussmanniano de Paris no século XIX e o modernismo.

No Rio de Janeiro, o Centro de Operações da Prefeitura é um exemplo desse processo. Na era da *internet*, a ordem é o controle, o programado, o previsível. A pergunta que fazemos é: quem controla, quem programa e quem prevê e para o quê? Para responder a essa pergunta, é preciso entender como se caracterizam as causas dessa ordem que o urbanismo contemporâneo busca estabelecer. Também, problematizar os aspectos que impõem limites às questões de gênero no urbanismo nos auxilia a desconstruir a ideia de normatividade e controle como condição *sine qua non* em nosso campo. Assim, a imposição heteronormativa, para uma ordem social de acordo com interesses hegemônicos, embaça a construção de uma nova

dimensão analítica que suscite uma transformação do urbanismo centrado nas pessoas e seus interesses e práticas. Inicialmente recorreremos não só a uma análise histórica e crítica da lógica econômica global imposta, como também das tentativas de construção de metodologias do urbanismo com perspectiva de gênero a partir da questão da segurança.

Fotografia 9: Presidenta Dilma Rousseff, o governador Sérgio Cabral e o prefeito Eduardo Paes durante visita ao Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2011.



Fonte: STUCKERT FILHO, Ricardo. Presidenta Dilma Rousseff, o governador Sérgio Cabral e o prefeito Eduardo Paes durante visita ao Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro, o debate da segurança. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/centrais-de-conteudos/imagens/viagem-ao-rio-de-janeiro/>.

Com a ampliação de questionamentos sobre o assédio às mulheres nas ruas, notadamente nas redes sociais e jornais, o debate da segurança sob o compo das mulheres ganha novos contornos e influencia os principais trabalhos propositivos com perspectiva de gênero. No entanto, para a realidade do Rio de Janeiro, iniciar as reflexões a partir desse espectro pode resultar em uma armadilha, uma vez que se centram basicamente nos aspectos materiais e de arranjo espacial em projeto urbano.

Assim, apresentamos uma análise do que chamamos de urbanismo normativo com intuito de desconstruir a ideia de que o nosso campo tem se reduzido a uma atuação estática e estatizante, correlacionando com a presença do debate sobre segurança em trabalhos de referência com perspectiva de gênero, especialmente de urbanistas espanholas e canadenses que têm tido significativo destaque. Ao fim desse capítulo, levantamos questões acerca da perspectiva processual e imprevisível do urbanismo, quando traduzido em projeto, como ponto de partida para

expor aquilo que chamamos de urbanismo da possibilidade, na qual a problemática de gênero no espaço urbano possa suscitar.

## 5.1 MODELO E URBANISMO NORMATIVO

Esta desumanização do objeto foi crucial para consolidar uma concepção de conhecimento instrumental e regulatória, cuja forma do saber era a conquista do caos pela ordem. Do ponto de vista do conhecimento emancipatório, a distinção é um ponto de partida e nunca um ponto de chegada. Correspondente ao momento da ignorância, ou colonialismo, que é nada mais nada menos do que a incapacidade de estabelecer relação com o outro a não ser transformando-o em objeto. O saber enquanto solidariedade visa substituir o objeto-para-o-sujeito pela reciprocidade entre sujeitos (SANTOS, 2011, p. 83).

Em grande parte dos trabalhos quando buscam tratar da questão de gênero no urbanismo o fato de historicamente, no meio profissional, ser muito rara a presença numerosa de urbanistas em destaque na profissão é mencionado. Mesmo no século XX, quando se observaram certos avanços, há uma disparidade na constituição de profissionais de referência (ROBERTS, 2013). Temos sido mais reconhecidas no meio acadêmico, notadamente as professoras da FAU/USP Raquel Rolnik e Ermínia Maricato, mas mesmo assim fazemos parte de um campo dominado pelos homens. A própria ideia de incrementar estudos urbanos na perspectiva de gênero amedronta os mais conservadores. Não foi raro escutar escárnios e observar certa intolerância ou mesmo desconfiança no percorrer do doutorado, tendo em vista um tema sem importância e marginal para muitos. Todavia, será que as arquitetas seriam capazes de propor cidades não sexistas?

Em parte, essa foi a questão que Dolores Hayden<sup>66</sup> se colocou nos anos 80 quando escreveu o artigo *What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work* (HAYDEN, 1980). Na época, a urbanista e historiadora estava preocupada em reivindicar a ruptura da divisão entre espaços públicos e privados nas cidades estadunidenses, como uma prioridade socialista e feminista no sentido de transformar a divisão sexual do trabalho. Sua análise parte dos subúrbios das cidades dos EUA onde se demarcava cada vez mais radicalmente a separação dos espaços de trabalho e os espaços domésticos. A localização, o espraiamento e a tendência a especialização do espaço público e privado são os

---

<sup>66</sup> Dolores Hayden é reconhecida pelo seu belo trabalho sobre os subúrbios nos EUA e as contradições de gênero nessas áreas das cidades estadunidenses (HAYDEN, 2003).

principais aspectos da crítica de Hayden.

Segundo ela, a especialização do território, a partir de um modelo tradicional de família, contribui para a segregação das mulheres no espaço urbano e o seu confinamento no trabalho doméstico. O modelo familiar é o casal heterossexual com filhas(os), preferencialmente branca, residente de uma casa isolada num lote único em um subúrbio, consumidora de bens (*commodities*), sendo a mulher exclusivamente destinada às tarefas domésticas e ao cuidado das crianças; a imagem do *american way of life*. “Os shoppings malls, as escolas e o transporte público são os serviços disponíveis nesta “boa” vizinhança” (HAYDEN, 1980, p. 175), para a garantia da conformação da sociedade de consumo dos EUA, vendida como a “felicidade ao seu alcance”; assim como nos filmes de Hollywood e nas propagandas de eletrodomésticos, atualmente repaginadas através das casas digitais neotradicionais. Creches e outros serviços, como lavanderias e restaurantes públicos, seriam mais úteis para dar suporte à vida doméstica, assim como pensado por Charles Fourier (1772- 1837) para os falanstérios, que serviram de inspiração para o familistério de Guise na França, em meados do século XIX. Esse modelo utópico de habitação, motivado pelas condições precárias de trabalho e de vida urbana das(os) operárias(os) nas grandes cidades, pretendia uma vida cooperativada cuja responsabilidade do trabalho reprodutivo não ficaria a cargo exclusivamente das mulheres, mas coletivizado. Com isso, as mulheres teriam o mesmo tempo disponível que os homens para o descanso, cultura e ócio (CASANOVA, 2012). Mas os ideais fourierianos não vingaram.

Figura 2: Pôster do condomínio Novo Leblon, na Barra da Tijuca, nos anos 1970, chamando atenção para as mulheres e seus interesses como mães.

**“Agora, vou dar a meus filhos o que eles nunca tiveram”**

**NOVO LEBLON**

Novo Leblon vai dar a seus filhos e devolve a mãe, tudo o que foram perdidos em muitos reflexos: a saúde, uma companhia, mais a grande tranquilidade de aprender, de rir, de amar, de crescer. É ser mãe para uma casa que nasce do sonho e do trabalho.

Mais filhos que poder e para a mãe e o pai, como na vida. Com o tempo, crescerem e aprender a lidar com o mundo exterior. Depois, e ainda mais, trabalhar, crescer em grandes empresas boas. Com toda a segurança e tranquilidade. Para eles e para você.

Novo Leblon tem um centro que a cidade precisa.

O Condomínio Nova Leblon é o único dentro da Barra que é planejado, com piscina, quadras de esporte e clube social.

A praia tem programação. O bosque oferece a sombra de um tempo tranquilo. Novo Leblon é um lugar perfeito. Barba, Tranquilidade. Comece tudo a uma distância, para ter uma vida mais tranquila e saudável.

**Visite e compre em Novo Leblon**

*Este é uma das casas de Nova Ipanema. Nos lotes e apartamentos do Novo Leblon você só terá vizinhos amigos.*

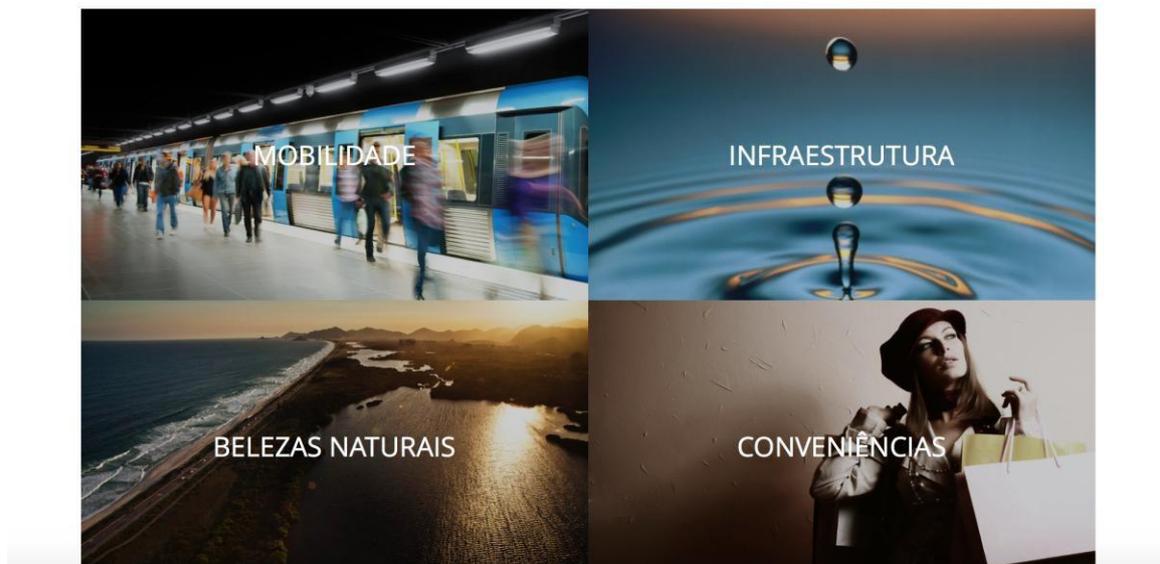
Fonte: Acervo O GLOBO. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/propaganda/as-transformacoes-do-rio-13964989>

Mulheres que fogem ao padrão patriarcal (solteiras ou divorciadas com ou sem filhas(os) e provedoras) se deparam com dificuldades de encontrar uma casa ou um apartamento ideal para atender tanto à sua necessidade de morar quanto de trabalhar, pois morar implica em se responsabilizar pelo trabalho doméstico não remunerado, além do seu trabalho remunerado. Ou seja, a cidade e os modelos de residência não levam em consideração quem está fora da ordem, quem precisaria compartilhar suas responsabilidades domésticas. Se observamos mulheres que residem em favelas e bairros precários em áreas periféricas, essa dificuldade é ainda mais evidente. Até porque fatores econômicos e simbólicos atuam mais radicalmente do que para mulheres de classe média e alta. Ser identificadas como mulher favelada, além de negra, impõe dificuldades que não são experimentadas pelas mulheres brancas residentes do ‘asfalto’, dos bairros bem servidos de infraestrutura e serviços.

Figura 3: Propaganda de empreendimento chamado Ilha Pura na Barra da Tijuca. Projeto de paisagismo elaborado pelo escritório Burle Max e projeto Vila dos Atletas pela Carvalho Hosken e Odebrecht Realizações Imobiliárias

## Cidade Sustentável

A região dos empreendedores visionários, da qualidade de vida e do desenvolvimento, atualmente é palco de grandes transformações que consolidam a Barra da Tijuca como um dos pontos mais desejados e valorizados do Rio de Janeiro.



Fonte: [www.ilhapura.com.br](http://www.ilhapura.com.br)

Retomando a crítica de Hayden (1980), podemos fazer uma analogia do sonho da casa própria na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, com o “sonho americano” nos subúrbios dos EUA. Muitos imóveis vendidos em outros bairros da cidade, ou mesmo em municípios da região metropolitana, se assemelham formal e funcionalmente às casas em condomínios fechados, inspirados nos subúrbios dos EUA. Esse modelo que é a própria negação à cidade do Rio de Janeiro e às suas múltiplas espacialidades e identidades urbanas que a caracterizam já se consolidava nos anos 90, sendo visto como uma alternativa onde se associavam a ideia de refúgio próximo à praia e de consumo de um modo de vida que outros lugares da cidade não ofereciam. Imaginário construído e reforçado pela violência urbana crescente em função do tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro.

O exemplo do bairro Barra da Tijuca é emblemático para ilustrar como o urbanismo serve a uma política pública que contribui fundamentalmente para estratégias de dominação dos espaços, a favor da constituição de uma cidade-mercadoria que se vende como uma cidade para as pessoas, mas que tem como

finalidade interesses hegemônicos em que as pessoas podem ser expulsas e conseqüentemente sua memória, suas relações sociais (SASSEN, 2014). Na manutenção da legitimidade desse processo, as mulheres têm importância fundamental na representação desses interesses. Como visto na Figura 14, a mulher têm centralidade na representação do significado da moradia e o ideal de cidade buscado. Atualmente, essa representação é sintetizada pelo chamado modelo de sustentabilidade. O discurso da cidade sustentável, como sinônimo de qualidade de vida, é um modelo no qual se legitimam práticas de gestão em que o interesse privado e especulativo (SÁNCHEZ, 2001) se sobrepõem aos interesses mais diversos.

Observando a Figura 3, um fragmento da página eletrônica do empreendimento *Ilha Pura*, na Barra da Tijuca, vemos que a mulher não é representada no 'seio da família', mas como consumidora. Um consumo não mais voltado aos utilitários domésticos, como em décadas anteriores, mas de artigos pessoais, "já que estaríamos vivendo no período pós-feminista..." Uma representação do consumo como prazer feminino. A mesma representação tradicional das mulheres: fora do processo produtivo.

Afirmar que estamos no pós-feminismo é o mesmo que dizer que o feminismo está superado. O que não é verdade. Vimos que os sistemas de dominação de gênero se sofisticam, pois apesar do advento do feminismo as mulheres ainda são vistas nos seus papéis tradicionais, e essa representação ainda é definidora no modo como somos impulsionadas(os) a conceber o espaço urbano.

O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder. O humanismo moderno se engana, assim, ao estabelecer a separação entre saber e poder. Eles estão integrados, e não se trata de sonhar com um momento em que o saber não dependeria mais do poder, o que seria uma maneira de reproduzir, sob forma utópica, o mesmo humanismo. Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder (FOUCAULT, 1984, pp. 80-81).

Isto significa que o urbanismo, em grande medida, é um mecanismo de poder, uma disciplina que como qualquer outra, nos termos de Foucault, é uma técnica de exercício de poder.

Barbara Hooper (1998) formula numa perspectiva foucaultiana em seu artigo sobre o corpo feminino na cidade haussmanniana de Paris do século XIX que a disciplina é um arranjo ordenado de corpos no espaço, físico, discursivo e

vivenciado. Gera-se uma separação hierárquica de corpos no espaço que corresponde à separação científica da ordem masculina no que ela chama de espaço discursivo. A localização de pobres em favelas, de criminosos(as) na prisão, e as atribuições das mulheres no espaço privado (doméstico), nada mais seria que: “a geometria da diferença vivenciada, um arranjo reificado dos corpos no espaço – separação entre razão e razão ordenada” (HOOPER, 1998, p. 237, tradução nossa)<sup>67</sup>.

Um exemplo das assimetrias produzidas pelos mecanismos de poder, e seu respectivo sistema de dominação, são as prostitutas. A prostituição é um dos aspectos interessantes da ordem masculina e patriarcal que nos traduz o que está em jogo nas cidades. Inclusive, concordamos com a conclusão de que a prostituição é uma metáfora do regime do urbanismo do século XIX, por exemplo, onde nas ruas se via a tentação, a ameaça, o medo da ordem masculina, da autodisciplina, da disciplina masculina na cidade (WILSON, 1991 *apud* SANDERCOCK, 1998a). Ou seja, aquilo que aparentemente parecia ser algo fora do lugar, uma falha do mecanismo de poder, na verdade faz parte da ordem pretendida, segundo os sistemas de dominação.

Por essa razão que os subúrbios para as ‘mulheres direitas’, no espaço privado, eram tão funcionais e convenientes. As mulheres públicas e ‘sexualizadas’ não tinham vez nesses bairros e vice-versa. Nesse sentido, o modelo haussamanniano de Paris, amplamente difundido e influenciador do modernismo, se tornou uma disciplina estratégica para separar aquilo que se entedia, por exemplo, como respeitável e perigoso para a ordem, estabelecendo diferenças (desigualdades) e controle, com vistas a evitar possíveis tensões e fricções (HOOPER, 1998).

A biografia das mulheres direitas de fins do século XIX e início do século XX, quando o urbanismo surge como disciplina, não é a mesma das mulheres públicas e das mulheres pobres. A historiadora Rachel Soihet (1989) através do livro *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*, trata da criminalidade feminina no Rio de Janeiro republicano, a fim de vislumbrar a possibilidade de trazer à tona a história das mulheres pobres que evidentemente predominam nos processos criminais, fonte principal de sua pesquisa. São mulheres

---

<sup>67</sup> It is the geometry of difference lived, a reified arrangement of bodies in space – the separation of reason from reason’s orders (HOOPER, 1998, p. 237).

moradoras de cortiços e de habitações coletivas que exercem atividade no setor terciário, ou seja, atividades menos remuneradas que as operárias da época (faxineiras, prostitutas, lavadeiras, artesãs, cartomantes, etc.). Apesar de muitas, conforme alguns registros de pesquisa, terem tido participação ativa na dinâmica familiar, inclusive contribuindo com recursos para a manutenção da casa.

A maioria dos casos estudados retrata situações de conflitos e violência em casas da região central onde ocorreu a famosa Reforma Urbana de Pereira Passos (ou a tentativa de haussmannização do centro) que visava, sobretudo, embelezar o Rio de Janeiro, vindo “botar abaixo” diversos cortiços e habitações consideradas insalubres no centro da cidade. Rachel Soihet refere-se aos autores que estudaram os processos de resistência a esta reforma urbana em que as mulheres das camadas populares tiveram papel de destaque, pois a mesma implicou em profunda violência contra elas. O objetivo do livro é desqualificar a ideia dominante de que as mulheres são um ser passivo, frágil e emotivo. O trabalho é o registro de um esforço de desmistificação dos estereótipos impostos pelos sistema de dominação que essas mulheres não incorporavam. Além disso, é possível extrair algumas conclusões de como o centro e as favelas da cidade se tornaram espaços urbanos de resistência aos próprios estereótipos burgueses e heteronormativos da época, quando a mulher no espaço público era pública, ou seja, disponível ou mesmo a antítese da ‘mulher direita’ burguesa e branca.

Atualmente, se tomarmos a imagem que a sociedade tem das mulheres de favelas cariocas, não se distancia do relatado por Soihet. A percepção sobre seus corpos e o lugar que eles ocupam no espaço urbano é profundamente estereotipado. A variação ocorre entre diferentes gerações ou mesmo a partir da religião, notadamente as neopentecostais.

A experiência urbana diferenciada cuja dimensão de classe, raça e geração estão agindo coexistencialmente ilustra a emergência de um urbanismo como política pública com perspectiva de gênero, para além da recomendação de um modelo alternativo. Até porque as cidades também são multiculturais, o que deveria ser visto como uma oportunidade e não uma ameaça contemporânea (SANDERCOCK, 1998a).

O medo do outro, do diferente, do desestabilizador da ordem têm imperado nas cidades, fato que tem justificado enclaves e radicalização de processos de segregação. O medo parece ser o novo desestabilizador das cidades. Um

sentimento traduzido em práticas que revelam preconceitos e discriminação. Terrorismo, tráfico de drogas, a violência urbana cotidiana gerada dos dois lados, pelos dominados(as) e dos dominadores. Neste contexto, está presente o medo do espaço urbano pela mulheres, tema preponderante entre os esforços contemporâneos de urbanistas feministas. Preocupações legítimas posto que o receio das mulheres é justificável pelo assédio cotidiano vivenciado por nós e a eminência do estupro. Possibilidade de violência tanto no espaço doméstico como no espaço urbano, seja ele privado ou público.

Entre os trabalhos que apresentam a problemática da segurança, destacamos o guia *Pour un environnement urbain sécuritaire: guide de aménagement*, coordenado por Anne Michaud (2003) a partir da experiência de Montreal no Canadá; Marion Roberts no artigo *Gender, fear and night-time city* (2013) e o conjunto de artigos do Col.lectiu Punt 6<sup>68</sup>, intitulado de *Construyendo entornos seguros desde la perspectiva de género* (2011).

Inspiradas na obra de Jane Jacobs, *Morte e vida das grandes cidades* (2000), vemos entre essas produções uma tendência a repetições de difusão de modelos de controle, apesar de mais abertos, assim como propôs a jornalista-urbanista estadunidense. Como problematizado no capítulo anterior, é preciso considerar quais “olhos estão na rua”. Para a perspectiva de gênero, não basta afirmar a necessidade de mistura de usos e presença de pessoas no espaço público. Quem são as pessoas e quais usos também precisam ser problematizados. Assim, analisamos a seguir as contradições, prós e contras desse caminho metodológico mais difundindo entre os estudos urbanos com perspectiva de gênero.

---

<sup>68</sup> São um grupo de profissionais de Barcelona de diferentes áreas (arquitetura, urbanismo e sociologia) que trabalha a partir de uma perspectiva de gênero, focado nas experiências cotidianas das mulheres. Ver o blog: <http://punt6.org>.

## 5.2 URBANISMO DO MEDO E O URBANISMO CONTRA O MEDO

Leoni Sandercock (1998a) argumenta como os dilemas das diferenças manifestadas cultural, social e espacialmente desafiam nosso pensamento acerca do papel do urbanismo, no sentido de valorizar um urbanismo insurgente frente às recentes teorizações, como é o caso da teoria feminista. Concordamos que são dilemas pois a dimensão sociocultural também carrega manifestações de poder e de diferenciação devido aos processos geradores de desigualdades sociais.

Tomemos o debate realizado por Teresa Caldeira, que analisa a fortificação das cidades no livro *Cidades de muros* (CALDEIRA, 2000). Chamado de “enclaves” pela autora, geram espaços privatizados, fechados e altamente monitorados, promovendo o abandono dos espaços públicos no seu sentido mais amplo, isto é, possibilidade do encontro, do inesperado e acesso livre aos lugares. Muros que separam as(os) amedrontadas(os) e as(os) vistas como perigosas(os), um padrão recente de segregação justificado pela violência urbana. No bojo desse processo evidente nas cidades brasileiras, como no Rio de Janeiro, reside a estigmatização de pobres, negras(os) e moradoras(es) de favelas, que reforçam justificativas de enclave, como se esses corpos fossem a encarnação da criminalidade.

A autora problematiza, a partir de entrevistas, que as mulheres e seus filhas(os) são vistas(os), no âmbito familiar, mais vulneráveis e mais suscetíveis aos riscos da violência. Caldeira (2000) destaca duas mulheres da classe alta e uma da classe trabalhadora que relatam abrir mão do trabalho para controlar as(as) filhas(os).

Elas se sentem desconfortáveis com isso. A mulher da classe trabalhadora sente que a carga para o seu marido é realmente pesada; e as mulheres da classe alta (uma das quais tem educação universitária) sentem a pressão de seu ambiente social, em que um número crescente de mulheres trabalha. Todas acham, entretanto, que seus sacrifícios são necessários para o bem-estar dos filhos. Elas e vários outros entrevistados sugeriram que mulheres que trabalham fora são responsáveis pelos eventuais desvios dos filhos. Assim, as mulheres que trabalham correm um risco maior de vê-los se tornarem criminosos e são mais responsabilizadas do que os pais pelos comportamentos criminosos de seus filhos. De acordo com o estereótipo compartilhado por muitas pessoas que entrevistei, as mulheres que trabalham abandonam seus filhos às ruas e não conseguem

mantê-los no caminho certo (CALDEIRA, 2000, p. 95).

Um modelo de controle e preservação que interfere sensivelmente nos interesses, nas escolhas e experiências das mulheres nas cidades, justificadas por aquilo que supostamente seria sua responsabilidade exclusiva: o cuidados com as crianças. Fica claro no relato de Caldeira que para todas as classe sociais há a tendência do enclausuramento de jovens e mulheres no espaço privado devido aos estereótipos, limitando sensivelmente a experiência das mesmas no espaço público.

Percorrendo favelas e bairros precários da região metropolitana do Rio de Janeiro não é difícil observar mulheres, mães solteiras ou casadas preocupadas com as(os) filhas(os) devido à criminalidade e a presença de policiais. Pode parecer uma contradição, mas a presença de policiais em favelas, até mesmo em favelas 'pacificadas' devido à entrada das UPPs<sup>69</sup> ou forças militares, não significa mais segurança. Pelo contrário, é mais um elemento que desafia a presença desses corpos no espaço público. É frequente no noticiário casos de crianças e jovens mortos 'por engano' ou por 'bala perdida', seja oriundos de traficantes, seja de policiais. Nesses lugares não é possível se esconder, impor muros, como no 'asfalto', ao passo que a criminalização da pobreza pelas ações policiais ou militares impõem mais vulnerabilidade à população.

É inegável que há um imaginário social, articulado principalmente pelos meios de comunicação tradicionais, que o identifica como um lugar de extrema violência, miséria e banditismo. Tais estereótipos são enfatizados pelo Estado, que ao invés de estar ausente da Maré, como advoga o senso comum, se mantém na favela com forte aparato militar de repressão ao varejo do tráfico de drogas e, no tocante aos serviços públicos, se destaca por sua precariedade (FRANCO; SOUZA, 2014, p. 37).

Diante desse cenário, a alternativa é a resistência, cada um à sua maneira. Vimos que evitar o espaço público e se enclausurar no ambiente doméstico faz parte da rotina de algumas(ns). Esse tipo de prática é muito comum em famílias evangélicas que preservam práticas tradicionais, aspecto que contribui para reforçar a alienação das mulheres ao espaço urbano. Entretanto, não é uma regra e essa prática não significa mais segurança às mulheres. O espaço doméstico ainda é um lugar perigoso para nós. Os dados de violência contra às mulheres no Brasil

---

<sup>69</sup> UPPs são Unidades de Polícia Pacificadora, fruto da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, iniciada em 2008 na favela Santa Marta, em Botafogo, inspirada pela experiência colombiana em Medellín e Bogotá.

assustam. O percentual de mulheres negras que foram vítimas de violência na própria residência é de 44,1% e mulheres brancas 41,7%. Em local público, percentual é semelhante: mulheres negras vítimas totalizaram 46,8% e brancas 51,6% (dados do IPEA) (CERQUEIRA *et al*).

Mesmo em um lugar que oferece risco eminente às mulheres que residem em favelas e bairros precários, muitas não se intimidam, não só se aventurando para trabalhar, saindo de madrugada de casa e chegando à noite, como também reivindicando direitos, em associações, coletivos locais ou também recorrendo à justiça quando são vítimas da violência, sobretudo por seus filhos assassinados.

A perspectiva da insegurança das mulheres tem ganhado cada vez mais notoriedade por diversos casos chocantes na cidade de violência e estupro<sup>70</sup> às mulheres, além do aumento considerável nas estatísticas. Apesar do aumento percentual de violência contra a mulher ter crescido nos últimos anos, atribuído especialmente ao incremento institucional no levantamento de informações sobre o crime<sup>71</sup>, a cada ano os números crescem. Tomando os dados do Dossiê Mulher produzido pelo ISP, em 2009, foram 4.120 casos de estupro registrados, em 2013 foram 5.885, dos quais 77,6% foram mulheres solteiras e 41,7% mulheres negras, com percentual elevadíssimo de adolescentes e jovens entre as vítimas (29,1% de 10 a 14 anos, 15,4% de 15 a 19 anos e 11,2% de 20 a 29 anos) Em 2014, foram registrados 5.676 casos, um decréscimo de 3%, mantendo o percentual elevado de meninas entre as maiores vítimas: entre 10 a 13, 21,5%. Nova Iguaçu, Nilópolis e Mesquita (AISP 20) foram os municípios onde se observou o maior número de vítimas em 2013, e, em quarto lugar, Duque de Caxias (AISP15). Um ano depois, os índices se mostram maiores em Seropédica, Itaguaí, Japeri, Queimados e Paracambi, ou seja, a Baixada Fluminense é a região do estado e da metrópole carioca mais violenta para as mulheres.

---

<sup>70</sup> “Com relação ao crime de estupro, os casos aqui tratados atendem à tipificação estabelecida pela Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009, que, dentre outras mudanças, revogou o tipo penal “Atentado violento ao pudor”, previsto no artigo 214 do Código Penal Brasileiro, e alterou a redação do artigo 213 do CP, que passou a incluir no rol das condutas previstas como estupro aquela que anteriormente era definida como atentado violento ao pudor, destacando-se que a partir de então tanto homens quanto mulheres podem ser vítimas de estupro. Nos totais analisados estão incluídos os casos tipificados como “Estupro de vulnerável”, através do artigo 217-A, que compreende os casos de estupro em que a vítima tinha idade inferior a 14 anos” (TEIXEIRA; PINTO, 2014, p. 7).

<sup>71</sup> A criação das DEAMs – Delegacia da Mulher – é considerada um dos principais responsáveis pelo incremento das denúncias e registros de tentativa e crime de estupro. Contudo, segundo o Dossiê Mulher de 2014, 8% dos registros foram realizados em DP C/ NUAM; 11,6% em DEAM; e 80,5% em outras DPs.

A violência contra a mulher é uma das problemáticas que mais afligem o nosso cotidiano. Por isso, não é por acaso que entre as urbanistas feministas esse tema é fundamental, assim como foi central entre as demandas dos grupos de mulheres nos anos 90 na cidade de Montreal. Por conta disso, o governo da cidade criou o programa *Femmes et ville* (Mulheres e cidade), com vistas a desenvolver um conceito de projeto urbano seguro (*aménagement sécuritaire*) do ponto de vista das mulheres. O esforço do governo se estende aos serviços municipais e aos parceiros públicos e comunitários ligados aos projetos no território da ilha de Montréal (MICHAUD, 2003). Segundo o próprio guia, diversos outros guias foram elaborados, a saber: *Guide d'enquête sur la sécurité des femmes en ville* (Pesquisa de orientação sobre segurança das mulheres na cidade), *le Guide d'aménagement sécuritaire des stationnements* (Guia de projeto urbano seguro em estacionamentos), *le Guide d'aménagement sécuritaire des ensembles résidentiels* (Guia de projeto urbano nos conjuntos habitacionais), e *la Grille pour l'aménagement des viaducs et le Bilan* (Guia pelo projeto urbano em viadutos e avaliação de caminhadas exploratórias). O esforço do guia aqui analisado, segundo a autora, é contribuir para a proposição de projetos urbanos que reduzam os casos de agressões e crimes contra as mulheres, além do sentimento de insegurança em relação ao espaço público. Contudo, revela os limites da abordagem já que são problemas complexos que necessitariam de soluções em diversos níveis (MICHAUD, 2003).

São apresentados os seguintes princípios: (i) saber onde está e onde vai – sinalização; (ii) ver e ser vista(o) – visibilidade; (iii) entender e ser entendida(o) – fluência; (iv) obter recursos – segurança e acesso a ajuda; (v) viver num ambiente próprio e acolhedor – projeto e manutenção dos lugares; (vi) agir juntas(os) – participação da comunidade. A partir desses princípios são apresentadas condições fundamentais, separadamente, para os chamados setores: setores residenciais, setores comerciais e industriais; além dos parques, espaços vazios e ciclovias, equipamentos recreativos, túneis, viadutos e pontes, estacionamentos e transporte público (transporte de superfície e metrô).

De forma geral, vemos que basicamente as propostas de Jane Jacobs (2000), assim como de Kevin Lynch<sup>72</sup> (1997; 2012) em menor intensidade, estão colocadas

---

<sup>72</sup> Kevin Lynch é um famoso urbanista e pesquisador que produziu estudos importantes para o nosso campo a partir de pesquisas empíricas sobre a percepção da paisagem urbana, numa perspectiva

para as condições do *l'aménagement sécuritaire*. Tanto a preocupação com “os olhos na rua”, a diversidade através do incentivo à permanência das pessoas no espaço público, o problema dos muros e guetos, centrais no livro de Jacobs; como a questão da legibilidade (LYNCH, 1997) e o controle através da participação dos usuárias(os) de Lynch estão presentes (LYNCH, 2012). Ao nosso ver, a diferença estrutural é a perspectiva de gênero, isto é, inspirada nesses autores, Michaud apresenta uma tradução desses princípios e condições a partir do olhar e da experiência das mulheres em Montreal.

Apesar de plausível o esforço metodológico, consideramos que há algumas contradições e limites. A primeira que ressaltamos é a setorização dos espaços e lugares da cidade. Inicialmente, a autora mostra a preocupação de que é preciso ver a cidade como um todo. Mas na análise fraciona o espaço urbano em setores, equipamentos e serviços não levando em consideração quais são as barreiras sociais, culturais e simbólicas, mesmo a partir dos princípios propostos.

Se tomamos o exemplo de equipamentos recreativos, não se atenta aos interesses recreativos das mulheres, quais tipos. Contudo, a questão da localização no bairro é um dos prós, por considerar que os equipamentos não poderiam ser implantados em espaços residuais, isolados, longe de outras construções e com poucas opções de transporte público. Isso seria uma condição para qualquer edificação, sobretudo residencial.

Para se obter afluência em espaços recreativos, parques e praças, as mulheres precisam ter tempo e parceiras(os), além de tempo para pensar nesse interesse, em espaços dominados por homens. Em diversas entrevistas, realizadas para essa tese, e conversas feitas com mulheres, tanto de classe média, como pobres, nenhuma conseguiu responder com clareza o que seria um espaço de lazer para elas.

Baseada nas entrevistas com domésticas<sup>73</sup>, moradoras de subúrbios cariocas, moram em bairros com melhores condições urbanas que as que residem na Baixada Fluminense, principalmente em relação ao entorno. Há mais opções de serviços e

---

que considera os processos históricos o modo como os ambientes nos afetam, com intuito de construir uma nova perspectiva de desenho urbano.

<sup>73</sup> Em função da chamada para artigos do Filme Domésticas, de Gabriel Mascará, foi produzido um artigo sobre as práticas sociais de domésticas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Por isso, foram feitas entrevistas com esse perfil de mulheres trabalhadoras. O título do artigo é *Corpos que chegam, que ficam e que vão*. Ver Anexo 1 onde consta a lista de entrevistadas com seus nomes verdadeiros preservados.

lazer, por mais que algumas ainda prefiram gastar seu tempo de folga em casa.

- Eu não posso me queixar do lugar onde eu moro, não é um lugar perigoso e tem tudo perto. Eu moro praticamente ali no Centro, pertinho do SESC Madureira. (...) Vou no Mercado, vou na loja comprar alguma coisa. Eu fico ali mesmo em Madureira. Mas eu pago para não sair.

- Tem alguma pracinha perto da sua casa?

- Tem, mas quase eu não vou. Só de vez em quando[...] Minha família mora toda em Campo Grande, aí final de semana quando eu posso, eu vou pra Campo Grande, entendeu? (*Teresa, 51 anos*).

Há outras que não dispensam a ‘cervejinha’, o *funk* ou o samba nos finais de semana. “Se eu não tiver isso, eu fico doida, enlouqueço” (depoimento de Roberta, moradora de Engenho da Rainha). Porém, segundo os relatos, são bastante discriminadas em função dessas práticas, nos bairros onde moram, pelas patroas; especialmente as mais velhas, acima dos 35 anos. Os discursos que predominam para recriminá-las é: “uma mãe de família trabalhadora tem que se dar o respeito...”

É muito comum observar no Rio de Janeiro e municípios da região metropolitana a presença majoritária de campos de futebol como alternativa de lazer aos espaços de permanência e mobiliário infantil e de ginástica para adultos e idosas(os). Um tipo de recreação esportiva associada aos homens e suas demandas e interesses. Por mais que o futebol seja um esporte também praticado por mulheres, dificilmente vemos mulheres praticando atividades esportivas, como o futebol, nas praças da cidade, pensadas basicamente para o lazer de crianças e dos homens jovens, adultos e idosos.

Talvez para a realidade de Montreal essas questões estejam superadas, já que interesses estratégicos de emancipação já estão mais próximos dos interesses práticos do cotidiano. Aliás, as características e a qualidade do espaço urbano de cidades do Canadá, assim como outras em grande parte dos países do norte, como na França, Espanha e Inglaterra, se diferenciam das cidades da América Latina, notadamente, as densas metrópoles latinas onde as favelas fazem parte significativa da paisagem urbana. Diferença de escala, densidade e problemática urbana e social fazem emergir outras contradições sociais e urgências materiais no cotidiano das mulheres, inclusive em termos de segurança.

O coletivo Col.lectiu Punt 6 levanta a questão da segurança no *Construyendo entornos seguros desde la perspectiva de género* apresentando artigos relacionados

a cada um dos princípios do guia canadense. Zaida Muxí Martínez e outras autoras apresentam uma análise a partir da realidade de cidades da Catalunha, além de propor indicadores qualitativos para cada princípio problematizado. Na introdução, Muxí (2011) entende que a garantia da segurança é uma resultante de uma complexidade de fatores e situações que se interpenetram. Valores, educação, visibilidade e respeito pelas diferenças, de forma transversal aos setores técnicos e políticos, seriam necessários para a mudança de paradigmas não só no urbanismo.

Diferentemente do trabalho anterior, as arquitetas e urbanistas trazem contribuições que evitam a perspectiva da setorização. Ao que parece, há um esforço de olhar para os princípios de forma mais ampla para a construção de um projeto urbano da segurança para as mulheres. Destacamos o texto intitulado *Un entorno visible* de Sara Ortiz Escalante (2011), que extrapola o conteúdo acerca da visibilidade, considerando a representação estereotipada e sexista das mulheres na mídia, igualada a uma mercadoria, presente em *outdoors*, pôsteres e bancas de jornais. Característica que reforça a percepção de maior insegurança por parte das mulheres. Porém, de modo geral, há reduzida relevância às barreiras simbólicas e aos conflitos nas relações de gênero no modo como o espaço urbano se estrutura e se apresenta. Temos a impressão que, nos estudos urbanos com perspectiva de gênero, tudo parece estar reduzido a organização do espaço, buscando promover apropriação das pessoas para a diversidade de usos, geração de proximidades, eliminação de áreas ou pontos cegos no espaço urbano (“os olhos na rua”), e melhorar o sistema de transporte público.

A participação e o envolvimento das mulheres nos projetos seriam fundamentais para considerar a perspectiva das diferentes realidades vividas que, segundo Zaida Muxí, resulta em diferentes experiências, e conseqüentemente diferentes pontos de partida para se abordar a resolução técnica do projeto (MARTINEZ, 2011). E esta questão não é explorada apesar de citada.

Aqui nos confrontamos com um paradoxo importante desta tese. Quando afirmamos um urbanismo de gênero como política pública estamos disputando o sentido de democracia urbana que se desenvolve através das práticas sociais, onde estão envolvidos direitos e responsabilidades; um processo dialético. As mulheres não são vítimas do modo como o espaço urbano é produzido. No entanto, não temos tido de fato a oportunidade de influenciá-lo, mesmo sendo evidente que experimentamos a cidade de forma diferenciada dos homens, de modo geral.

Redesenhar as cidades é o suficiente se não transformamos as relações de dominação e desigualdades de gênero? Qual seria a importância do espaço urbano nesse processo?

A sensação de medo do espaço urbano é algo que permeia nossa experiência urbana, especialmente, numa metrópole como o Rio de Janeiro<sup>74</sup>. Isso não podemos negar. Mas o sentimento de não sermos legítimos no espaço urbano coloca em xeque a relação de nossos corpos com a cidade. Como nos sentiremos à vontade no espaço urbano, mesmo que ele esteja desenhado conforme os “6 princípios de Montreal” se nosso corpo é delimitado por uma moralidade a que os homens não são submetidos? Uma moral que nos localiza na cidade. A questão tanto funcional quanto normativa do urbanismo exercem este poder de constrangimento.

A produção social dos medos sexuais [gênero] esquematizados pela oposição entre uma violência masculina e uma vitimização feminina é um elemento importante de processo de insegurança espacial. A relação desigual para fora de meninas e meninos assim representada é uma fonte de desconfiança interindividual desde a juventude. É aprendido sobre os meios de submissão e prevenção, peculato, fraude, e até mesmo revolta. É aprendido sobre os meios de dominação do outro sexo [gênero], perfilando uma potência ideal sobre todos os outros tipos. É, portanto, necessariamente criador de múltiplas tensões (COUTRAS, 2003, p. 82, tradução nossa)<sup>75</sup>.

Na França, nos anos de 1970 e 1980, iniciou-se um debate sobre o isolamento das mulheres nos chamados HLMs (conjuntos habitacionais franceses nos *banlieues*). Nesse período já eram percebidos como patologias urbanas e, por isso, muitos foram demolidos. Diversos conjuntos, segundo as premissas modernistas de Le Corbusier, foram construídos pelo país nos bairros periféricos das principais cidades francesas. A distância de centralidades urbanas, grandes espaços livres sem uso, abandono e exclusão social massiva delimitavam a percepção sobre o modelo modernista de habitação social experimentado no país<sup>76</sup>. Somando o

<sup>74</sup> Apesar de sermos conhecidos(as) como grandes apropriadores do espaço urbano se comparados(as) aos moradores(as) de São Paulo e Minas Gerais.

<sup>75</sup> La production sociale des peurs sexuées schématisée par l'opposition entre une violence masculine et une victimisation féminine est un élément important du processus d'insécurité spatiale. L'inégal rapport à l'extérieur des filles et des garçon ainsi représenté est source de méfiance interindividuelle dès le plus jeune âge. Il apprend à la une des conduites de soumission et d'évitement, de détournement, de ruse, voire de révolte. Il apprend à l'un des conduites de domination de l'autre sexe, profilant un idéal de puissance sur tous les autres quels qu'ils soient. Il est donc forcément créateur de multiples tensions (COUTRAS, 2003, p. 82).

<sup>76</sup> Nos anos 2000, iniciou-se um debate sobre a patrimonialização do HLM na França. Cf. *La Revue*

isolamento provocado pela relação de dominação no espaço doméstico e às características dos HLMs e sua própria localização, mulheres pobres, muitas imigrantes de origem africana e árabe, vivem enraizadas num isolamento e invisibilidade que nos ajuda a problematizar a presença do corpo das mulheres no espaço urbano. Corpos não desejados pela normatividade masculina que não precisam de notoriedade. Colocá-los à margem reflete as diversas camadas de poder a que são submetidas. Desde a reprodução da dominação na microesfera de poder, na relação familiar, até a relação com a sociedade em que está inserida. Mesmo quando trabalham, há uma articulação infernal entre a vida familiar e profissional (BULOT e POGGI, 2004) que se radicaliza pelas características do urbanismo modernista: espaço uniforme, estéril, asséptico, vazio de história, memória e sentimento de pertencimento, apropriação, ou seja, um espaço imposto. Um urbanismo sem-cidade que o modelo do programa habitacional Minha Casa Minha Vida atualmente tem imposto nas cidades brasileiras. Em nome dessa norma dita universal, as mulheres são forçadas a permanecer na invisibilidade ou negar sua diferença. Ao mesmo tempo que os homens devem se recusar a compartilhar sua prerrogativa, “sob pena de se perderem” (COUTRAS, 2003).

Figura 4: Foto da revista francesa sobre os conjuntos habitacionais dos anos 70 na França.



Fonte: Revista Urbanisme nº 388

Os corpos de mulheres que não correspondem à heteronormatividade burguesa são muito mais vulneráveis e regulados. Ao mesmo tempo que resguardam estereótipos: erotização e pobreza. Isso também ocorre no Rio de Janeiro. A presença dessa população nas principais centralidades urbanas serve apenas para o trabalho. A sua permanência é vista com desconfiança no espaço urbano. Os jovens negros são vistos como potenciais assaltantes ou traficantes e as

jovens negras como disponíveis e públicas, ou seja, para satisfação sexual.

Quando residem em favelas, outras barreiras se impõem, seja pelas suas responsabilidades domésticas em casa ou como chefes de família, seja pela busca em se enquadrar a alguma regra masculina heteronormativa dessas múltiplas localidades da cidade. Algumas escolhendo adentrar nas fileiras do tráfico, ou se diferenciando como mães jovens, ambas se submetem para sobreviver. Certamente, essa não é a regra geral, mas diante da violência urbana, a resistência perpassa pelo enquadramento, mesmo que parcial, às formas vigentes de dominação no território. São estratégias tomadas individualmente, regidas por normas impostas a todas.

Nesse sentido, um urbanismo contra o medo que vise pensar o espaço como um instrumento de redução das desigualdades de gênero perpassa pelo debate da apropriação do espaço urbano, tanto público quanto privado. Uma apropriação que é ao mesmo tempo individual e coletiva. Homens e mulheres não podem fazer o seu próprio espaço, se encontram os valores e as normas pré-definidos. A geógrafa francesa Jacqueline Coutras (1996), em seu livro *Crises Urbaines et Espaces Sexués*, nos adverte que os locais não podem ser apropriados individualmente, mas sim se o forem coletivamente. Então, podem seguir em frente, investidos de valores morais conquistados que se tornam símbolo e são reconhecidos por todas(os).

É preciso admitir que a forma urbana definida não é o suficiente para que as pessoas mudem seu comportamento. Nem mesmo suficiente que se garanta os serviços urbanos de qualidade. Não é porque nós mudamos as rotas ou horários de transporte público que temos trabalhado para a igualdade de gênero na cidade. É necessário que "as mensagens ideológicas" contidas na forma urbana se transformem. Sendo assim, a dimensão cultural e identitária são a dimensão oculta do espaço (COUTRAS, 1996, p.20) que precisam ser considerados antes de qualquer debate sobre projeto e desenho urbano. Mesmo em áreas centrais de cidades europeias onde se concentram diversidade e intensidade de usos, vemos o modo de vida substituído por modo de consumo, ou seja, o urbanismo tem sido pensado não para facilitar modos de apropriação do espaço urbano, mas sim o consumo do espaço, uma cidade-mercadoria.

Com isso, um espaço urbano seguro é aquele em que as mulheres individual e coletivamente constroem sua identidade urbana, sem constrangimentos e de forma

autônoma. Num lugar em que suas demandas e interesses são legitimamente reconhecidos, debatidos e materializados. A construção hegemônica do gênero feminino enfatiza que o corpo das mulheres é vulnerável e reforça a ideia do espaço público como um espaço perigoso (LIVHOLTS; BRÄNSTRÖM ÖHMAN, 2002 apud HUDSON; RÖNNBLÖM, 2008), contribuindo para legitimação da imagem de vítimas. Com isso, é sugerido às mulheres que abracem as normas masculinas dessa cidade-mercadoria. Não há lugar seguro para nós, seja no espaço público, seja no espaço privado, por isso a importância de proposições que abarquem as contradições do espaço urbano de forma mais ampla e dialética. O desenho urbano nesse sentido precisa ir além da rua, mesmo consciente de que a materialidade do espaço urbano interfira significativamente na experiência das mulheres diante das desigualdades de gênero. Um urbanismo da possibilidade na qual as mulheres tenham capacidade de ser também agentes de transformação através de práticas de resistências. A possibilidade do imprevisível, pois as pessoas se descobrem e se transformam no processo, e não na definição, nos limites externos, ao mesmo tempo a interlocução com as práticas, os interesses e as contradições sociais de gênero expressas no espaço urbano parecem ser fundamentais para a consideração desses aspectos.

Nesse sentido, apresentamos a seguir uma reflexão sobre a relação entre a imprevisibilidade e as possibilidades que podemos considerar no campo de urbanismo a partir da perspectiva de gênero.

Fotografia 10: Conjunto faixa 1 do Minha Casa Minha Vida, em Nova Friburgo, modelo de projeto que se repete por todo o país.



Fonte: a autora.

### 5.3 IMPREVISIBILIDADE E URBANISMO DA POSSIBILIDADE

O urbanismo é uma disciplina que trata o espaço como algo a ser encerrado, fechado, congelado no tempo. Apesar das evidentes transformações e processos que produzem o espaço urbano e a sua forma (e conteúdo), e as suas incertezas históricas e contemporâneas, tendemos a compreender as dinâmicas urbanas como passíveis de previsibilidade e de enclausuramento em uma forma urbana. Inspirada nas reflexões de Moema Loures (2006; 2011), que articula o conceito em seus estudos sobre a dialética da forma e conteúdo de Henri Lefebvre, a urbanista associa a dialética à previsibilidade e à imprevisibilidade, respectivamente. A previsibilidade como a criação da forma pura e a imprevisibilidade como o meio (o conteúdo). “A forma dá acesso ao conteúdo; a forma só tem realidade no conteúdo; quanto mais pura a forma mais esta se separa do conteúdo; separando-se do conteúdo a forma se separa do concreto” (LOURES, 2006, p. 2).

O debate sobre imprevisibilidade é uma questão contemporânea que tem sido abordada de diferentes formas, sobretudo diante das incertezas, liquidez e riscos, qualidades problematizadas por aqueles que buscam compreender aquilo que para alguns se chama de pós-modernidade. “Na sociedade pós-tradicional, as pessoas andam na corda bamba entre a arte e a artificialidade” (BECK, 1997, p.45). Esta afirmativa de Beck chama atenção por ela resumir quase que poeticamente aquilo que Santos (2002, p.41) define como *sociedade intervalar*, ou uma *sociedade de transição paradigmática*, ou seja, a ideia de estarmos em trânsito, instalados em incertezas paradigmática, desassossegados pela inquietude.

O exercício do projeto sempre evoca a previsibilidade de um conteúdo predefinido segundo uma visão de mundo (LOURES, 2006). A ordem, a racionalidade e os princípios dos direitos fazem parte dessa tríade na qual a modernidade se construiu. Contudo, o sentimento de indeterminação e os questionamentos acerca do sujeito universal na contemporaneidade, incluso na teoria crítica feminista, tem colocado a imprevisibilidade como conteúdo de uma forma que chama para a confrontação entre determinações e possibilidades. Nesse sentido, a noção de risco ganha força para dois extremos: tanto serve para justificar uma regulação extrema quanto para relativização de tudo.

Beck (1997) trabalha com o conceito de *modernidade reflexiva* onde haveria uma “auto-confrontação” no período de transição da sociedade industrial para o que

ele designa como sociedade de risco cujas bases são a produção de ameaças e questionamentos à sociedade industrial. Ou seja, “*modernidade reflexiva* significa auto-confrontação com os efeitos da sociedade de risco que não podem ser tratados e assimilados no sistema da sociedade industrial” (BECK, 1997, p. 160, não como reflexo mas como reflexão<sup>77</sup>). Neste sentido, a sociedade moderna estaria sendo confrontada ao limite, frente ao seu próprio modelo, até a estabilidade e esgotamento de possibilidades de perigo. Este conceito para Beck reverberaria (i) nos modos de vida culturais, como a família nuclear baseada no papel social diferenciado entre os sexos; e (ii) nos recursos do trabalho social, como por exemplo, o trabalho no espaço privado da casa que “convencionalmente não tem sido reconhecido como trabalho, ainda que tenha sido ele em primeiro lugar, que possibilitou o trabalho assalariado do marido” (BECK, 1997, p. 18). Além de abalar a ordem social convencional e significados socioculturais coletivos e de grupos, transformando o “processo de individualização” não para o sentido de libertação iluminista, mas para a turbulência da sociedade de risco global. A desintegração da família nuclear, de comunidades de classe e grupos sociais, por exemplo, imporiam ao indivíduo, diante das oportunidades e ameaças, construir soluções individuais (*self*). Mesmo havendo desigualdades crescentes, o *self*, detentor de direitos e obrigações, não encararia, segundo Beck, as desigualdades e nem a consciência de classe como centrais na sociedade. Ou seja, o processo de construção de solidariedade e reconhecimento das desigualdades estariam ameaçados.

Dialogando com as reflexões de Boaventura Santos (2002), seria quase um abandono do sentido de solidariedade, construído pela teoria crítica moderna<sup>78</sup>, que tem sido corroída neste período de transição. Uma das razões seria a de que “sociedade dominada por aquilo que São Tomás de Aquino designa por *habitus principiorium*” (SANTOS, 2002, p. 32), proclamou princípios para não ter de viver segundo eles, corroendo possibilidades de resistência e de alternativa. Ele não chega a definir o conceito de individualização como parte deste momento de transição paradigmática da sociedade, mas reconhece que a modernidade assentou

<sup>77</sup> No Dicionário Aulete, reflexivo quer dizer “1. Que reflete, que cogita, medita (pessoa reflexiva); 2. Concentrado nas questões voltadas para si mesmo (personalidade reflexiva); PENSATIVO; 3. Que demonstra reflexão, ponderação (ar reflexivo)”, in: <[http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete\\_digital&op=loadVerbete&pesquisa=1&palavra=reflexivo](http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbete&pesquisa=1&palavra=reflexivo)>, acessado em 31 de janeiro de 2012.

<sup>78</sup> O socialismo teve papel fundamental na tentativa de construção de um consenso pretensamente universal.

parte dos seus princípios na noção de comunidade, ligado à (i) lógica do Estado, que consistiria na obrigação política vertical entre cidadãos e o próprio Estado, (ii) e a lógica do mercado, que consistiria na obrigação política horizontal solidária entre membros da comunidade e entre associações. A pós-modernidade desafiaria novos modos de emancipação seja através de subjetividades conformistas seja através de subjetividades rebeldes que se contraporiam a esta noção de comunidade totalizante e universal. Beck (1997) problematiza que na sociedade de risco, por exemplo, vê-se a resistência *self* de comunidades diretamente afetadas por indústrias químicas, vias expressas, etc., fato que promove um confronto das(os) especialistas sobre aquilo que seria planejado racionalmente (no paradigma da modernidade) em benefício para todas(os), com o que se torna uma praga, um malefício para alguns (BECK, 1997).

Harvey (2006) acena sobre o pensamento pós-moderno também como um período marcado pela fragmentação, indeterminação e intensa desconfiança dos discursos universais ou totalizantes, numa acentuação da indeterminação (a teoria da catástrofe e do caos, a geometria dos fractais), no que ele denomina “mudança na estrutura do sentimento”. Uma conformação de um sentimento de fragmentação, efemeridade e mudança caótica em contraste à visão totalizante modernista. Para ele, o modernismo “foi um período em que as tensões sempre latentes entre internacionalismo e nacionalismo, universalismo e política de classe foram levadas a uma contradição absoluta e instável” (HARVEY, 2006, pp. 21 e 41). Uma das contradições apontadas por Harvey foi a aplicação de técnicas modernas e princípios estéticos do modernismo de Bauhaus por Hitler nos campos de concentração, ou mesmo, podemos afirmar que adequadamente apropriado (segundo seus interesses) por construtoras e agentes da especulação imobiliária. Para ele, o modernismo que proclamava uma realidade de base complexa e unificada permaneceu na obscuridade por ter assumido uma perspectiva e um relativismo múltiplo com sua epistemologia.

Na obra *A revolução urbana*, mesmo que Lefebvre não examine este período de transição paradigmática, quando conclui sobre as estratégias urbanas, declara o paradoxo do urbanismo e do próprio entendimento do *urbano*. Isto estaria relacionado à identificação do silêncio dos “usuários”. As razões desta passividade estariam na *fragmentação do fenômeno urbano*. Vejamos que ambos os marxistas, Lefebvre e Harvey, mostram um “incômodo” diferente ao de Boaventura Santos

sobre a dimensão totalizante das abordagens modernas. Lefebvre em sua defesa afirma que o paradoxo do fenômeno urbano:

só pode ser considerado como totalidade, e seu caráter total não se deixa apreender. Escapa. Ele está sempre alhures. Pouco a pouco esse paradoxo foi elucidado. Ele quer dizer: centralidade e dialética da centralidade. Quer dizer: práxis urbana. Quer finalmente dizer: revolução urbana. Esse triplo caráter, recusado pela ideologia e pela pseudocientificidade “positiva”, justifica a mais extrema fragmentação, motiva os recortes mais cínicos. Alguns pseudoconceitos, que ao mesmo tempo parecem precisos (operacionais) e globais, legitimam tal fragmentação e recorte (LEFEBVRE, 2008, p. 167).

Estratégias individuais, passividade, fragmentação e totalidade, pressão, vertigem, opressão, regulação, resignação, poder, densidade e apropriação (consciente ou não) nunca antes vivenciados pela sociedade. Para o nosso debate, dimensão quase perceptiva e sensorial, da qualidade do *político* (e não motivação política), de escolhas diversas, aparentemente dispersas, a partir de uma racionalidade que foge ao ideal de universalidade do iluminismo com as suas diversas contradições é que permite a construção de possibilidades diante de imprevisibilidade dos conteúdos propostos pelo urbanismo.

A ciência está sendo provocada a repensar e propor novos paradigmas. A dicotomia, a polarização da tecnocracia moderna, impediria, segundo Beck, *alternativas*. As instituições e organizações da sociedade civil e do Estado neste ambiente de *risco* perturbariam a “autorreferencialidade indiferente dos sistemas sociais”, tornando-se sujeitos à ordenação, e, como as classes sociais, “também se desvanecem no despertar da modernização reflexiva, a depender de decisões e legitimação, sendo sujeitas às mudanças”. Assim como a transição da cientificação simples para reflexiva, a questão ecológica e a penetração das orientações feministas nas várias profissões e campos da atividade ocupacional afetaram enquanto *atividade alternativa* as “fileiras da racionalidade especializada” (BECK, 1997, p.64). Não há como negar e ignorar, tomando o ponto de vista destes autores, a capacidade neste período transitório, iniciado em meados do século XX, que a crítica feminista teve e ainda tem de balançar as estruturas das verdades modernas. Proporcionalmente a outros consensos construídos neste período, pouco se rompeu com a lógica da dominação patriarcal e com os papéis sociais ditos como da mulher na sociedade que se perpetua há séculos.

Os instrumentos que as(os) urbanistas têm em mãos numa escala macro é a regulação através do planejamento, e numa escala micro, o projeto urbano, de modo que consigam dominar e enquadrar, conforme princípios tidos como racionais, um objeto sempre em fuga, a cidade. Nesse caso, para o sociólogo francês, implicaria na intervenção de um poder, mais do que um conhecimento, o poder do Estado, cuja lógica é o de “separar, dispersar, abrir amplos vazios à sua imagem, a da força e da coação” (LEFEBVRE, 2008, p.145). No entanto, ele avança afirmando que o urbanismo impediria uma reflexão sobre o possível e sobre o futuro que pudesse enfrentar uma reflexão crítica frente à ideologia reformista e à contestação ‘esquerdista’. Décadas mais tarde, Boaventura Santos provoca, numa crítica ao determinismo moderno e da exacerbação da resignação pós-moderna<sup>79</sup>, que seria necessário “um excesso de presente em relação ao passado quer porque se pretende efêmera, quer porque o futuro que visiona é inevitavelmente catastrófico” (SANTOS, 2002, p. 33). Ou seja, é preciso compreender quem somos no presente, dissecando-o, consequência do nosso passado, para podermos construir o futuro no presente, pois a modernidade criou uma ideia de futuro que muito se relaciona a *resignação*, a dicotomia *espera/esperança* na máxima indeterminação do risco. “O que é novo, no contexto atual, é que as classes dominantes se desinteressaram do consenso, tal é a confiança que têm em que não há alternativas às ideias e soluções que defendem” (SANTOS, 2002, p. 35). Neste contexto, as instituições, o Estado e o direito são alegorias que são suporte aos interesses de uma minoria, mesmo que o discurso seja voltado à maioria. Um exemplo típico no Brasil é o sistema de participação, institucionalizado, regulado e desconsiderado. Na prática, legítimos interesses privados, numa suposta gestão participativa, na confiança de, seguindo minimamente o que está regulado, o sistema jurídico o suportaria institucionalmente, seja no discurso, seja através da lei. A sociedade moderna reproduziu em sua história a tentativa de legitimar o poder social, cultural e político dominante através do poder institucional.

Deslocando a problemática a partir da esfera pública para a discussão sobre o espaço público, tomando os termos de Lefebvre (2000), a análise sobre dominação e poder no urbano pode ser debatida a partir da contraposição do que ele chama de *espaço dominado* e *espaço apropriado*. O *espaço dominado* seria aquele em que se

---

<sup>79</sup> Em contraposição à tentativa de constituição de consensos na teoria crítica moderna (SANTOS, 2002, p. 33).

concentram instrumentos que norteiam as práticas urbanas e sociais; e o *espaço apropriado* aquele em que, mesmo inserido num contexto de dominação, utiliza e se reproduz socialmente de forma diferenciada daquelas preconcebidas pela *sociedade urbana*.

Aqui a analogia possível, pensando a problemática das desigualdades sociais no espaço urbano, é que tanto o espaço urbano da cidade dita formal como as favelas se caracterizam pela dominação e apropriação. Por isso, o discurso da integração da favela à cidade seria redundante pois favela é cidade, e faz parte e é determinante para as contradições urbanas que são postas no modo capitalista de produção do espaço.

O princípio base da arquitetura e urbanismo modernista era racionalizar o espaço conforme um modelo de homem, o homem-tipo, o homem síntese. Em que a dualidade era parte constituinte do modelo: por exemplo, lugar do trabalho, lugar da moradia, etc. A própria possibilidade de constituir um padrão universal e totalizante, digamos assim, de *ser humano* ou *urbano*, demonstra a predominância da concepção totalizadora modernista e a desconsideração da diversidade social, cultural, geracional, étnico-racial e de gênero. Como se a destruição de cidades e/ou a construção de outras fossem a “única maneira de representar verdades eternas”, que segundo Harvey “é um processo de destruição passível de, no final, destruir ele mesmo essas verdades” (HARVEY, 2004, p.26). Dominação, imposição e opressão do homem judaico-cristão branco, ocidental, rico e heterossexual: esta é a face do poder da nossa sociedade que gera a máxima indeterminação do risco ou vulnerabilidade às mulheres, principalmente, jovens, pobres e negras.

Desse modo, concordamos que para a construção de uma cidade de possibilidades para as mulheres na contemporaneidade virtuosamente, é preciso levar em consideração algumas rupturas. Moema Loures (2006) propõe algumas para dar espaço à imprevisibilidade: a relação do projeto e linguagem e a relação entre ordem e certeza. As formas de construção e de representação dos projetos através de desenhos como método são limitadores e afinados à ideia de ordenação e regulação. Assim como a ausência de previsibilidade desestabiliza a noção de ‘vida humana adequada’, ou mesmo de qualidade de vida. Iris Young, quando pontua a importância da vida urbana como uma normativa ideal em seu artigo *City Life and Difference* (YOUNG, 2003), capítulo de seu livro *Justice and the politics of difference* (1990). Ela chama atenção para o fato de que um ideal normativo da vida

da cidade deve começar com as nossas experiências dadas e vivenciadas nas cidades, definindo um ideal como possibilidades latentes do real. Ela propõe quatro virtudes dessas possibilidades através das relações sociais: (1) diferenciação social sem exclusão; (2) variedade; (3) erotismo; e (4) publicidade.

A diferenciação social sem exclusão seria a possibilidade de conviver com as diferenças onde há afinidade ou simplesmente convivência sem exclusão; em que é possível a expressão livre das múltiplas identidades de grupo. O erotismo relaciona-se a possibilidade do prazer, da excitação, da surpresa, do encontro com o novo e com o estranho, aquilo que torna as cidades interessantes para se divertir, visitar, ou mesmo tornar-se familiar. Por fim, a *publicidade* quando a cidade proporcionaria importância ao seu caráter público onde todas(os) têm possibilidade de acessar, interferir, se expressar e compartilhar (YOUNG, 1990).

Desse modo, se pensamos pela perspectiva de gênero, as mulheres teriam a oportunidade de criar e inventar um espaço de possibilidade segundo seus interesses e necessidades, seja permeado por suas subjetividades e cultura, seja pelo desejo de emancipação e apropriação do espaço urbano de forma mais livre e sem constrangimentos. Nesse sentido, a predeterminação da forma e seu conteúdo não seria fundamental, mas sim o processo de construção e constituição de ambos por elas, como exercício de múltiplas formas autônomas de existência como mulher na relação com outras identidades de gênero e sexualidade, em que uma perspectiva essencialista e dual sobre o seu corpo não dão conta.

Diante dessa proposta, o corpo, suas performances e práticas sociais são determinantes para que se estabeleça esse urbanismo da possibilidade. Moema Loures (2006) cita o concurso da Euralille<sup>80</sup> de Rem Koolhaas, que é concebido como uma hipótese em que se é confrontado por condições, em certo grau, desconhecidas quando, nos termos do arquiteto, “é preciso explorar e analisar, uma situação apaixonante. De outra parte, é frustrante, porque nunca temos o domínio definitivo sobre o Projeto” (LOURES, 2006, p. 15). Assim, o urbanismo torna-se um campo também experimental, de soluções ensaiadas, e quem as definirão? São os corpos das pessoas que interferirão nesse espaço. E para que as desigualdades de gênero não condicionem o espaço às mesmas relações de poder determinadas pela

---

<sup>80</sup> O projeto de Euralille abrange uma estação para trens de alta velocidade próxima ao centro de Lille, ligando a França à Bélgica, Alemanha e Holanda. Além de um centro de convenções e edificações, áreas públicas, áreas de conexão e apropriação, com a participação de outros arquitetos.

heteronormatividade, as virtudes propostas por Iris Young nos parece essencial para que se estabeleçam condições de resistência das contradições de gênero.

## 6 CIDADE INDIFERENTE E DE POSSIBILIDADES

Fotografia 11: Vista do bairro do Leme na Favela da Babilônia (2012).



Fonte: a autora. Crédito do grafite: Mauro Neviré (junho 2012).

Seria forçoso afirmar que este capítulo é definido como a parte empírica da tese. Apesar de concentrar análises e conclusões acerca de um caso específico, que é a favela da Providência, na área portuária do Rio de Janeiro, o processo de construção dessa tese é mediado não apenas por essa experiência, mas por inúmeras. Tanto as experiências como mulher residente na metrópole do Rio de Janeiro, como também pesquisadora e profissional. Como essa tese é um esforço de organização dessas experiências, ela pretende ser um trabalho de reflexão teórica que busca explicitar as resistências de gênero com base em tais práticas e experiências, dando ênfase ao trabalho como observadora participante (e apoiadora)<sup>81</sup> no FCP, espaço de organização e resistência das(os) moradoras(es) dos bairros portuários, notadamente, da favela da Providência.

<sup>81</sup> Quando estive participando do Fórum Comunitário do Porto, além de ser observadora participante, pois já estava organizando o projeto de tese de doutorado, era apoiadora como técnica e educadora popular da ONG FASE, onde trabalhei de 2004 a 2012.

Nesse sentido, primeiramente realizo uma análise sucinta sobre aquilo que entendemos como relevante a respeito da problemática urbana no Rio de Janeiro para os objetivos deste trabalho, apresentando alguns aspectos de como se lidou historicamente com as mulheres no espaço urbano: prostituição e o urbanismo higienista, as remoções nas favelas, as UPPs, etc. Além disso, para melhor entendimento das contradições problematizadas neste capítulo, é abordado o paradoxo dos megaeventos esportivos e a reprodução histórica de formas de segregação social, com foco nas mulheres, em que o urbanismo surge como elemento estruturador desses processos.

Também são discutidos os fatores que me levam a assumir as favelas como categoria que ajuda a pensar a forma como os estudos urbanos podem assumir as reflexões da teoria feminista, para uma nova forma de encarar as cidades, com a finalidade de desconstruir as indiferenças às diferenças e desigualdades sociais de gênero. Uma indiferença produzida pela tensionamento ao qual as mulheres são submetidas, a permanecer à parte, atreladas a sua casa, como é ilustrado no muro da favela da Babilônia na zona sul do Rio de Janeiro (Fotografia 11).

Posteriormente, são apresentadas as motivações pelas quais escolhemos enfatizar a problemática das favelas cariocas e as questões que envolvem o Programa Morar Carioca na Providência como elementos importantes para o entendimento dos limites e as possibilidades que podemos construir no âmbito do urbanismo com perspectiva de gênero. O objetivo é caracterizar e analisar as resistências encontradas e vivenciadas diante do projeto de urbanização imposto às inúmeras favelas<sup>82</sup> e suas(eus) moradoras(es). Aqui, apresento os argumentos que conectam a pertinência do debate acerca das favelas com as pretensões teóricas que se relacionam, evidenciando a importância das práticas sociais e do corpo das mulheres como meio fundamental do processo de transformação do modo de produção do espaço urbano, permitindo confrontar o ideal universalista, a tendência a homogeneidade, e estigmatização dos quais o urbanismo tende a ser ferramenta poderosa de perpetuação.

E por último trato das implicações da resistência e da luta por interesses práticos e estratégicos das mulheres no âmbito do FCP na favela da Providência, ilustrando a partir de algumas entrevistas e análises fundamentadas pela

---

<sup>82</sup> A previsão inicial da Prefeitura do Rio de Janeiro era atingir 815 favelas com um orçamento de R\$ 8 bilhões, inclusos recursos do Governo Federal e do BID (IAB, 2011).

observação participante quais os aspectos do projeto urbano produzido, no âmbito do Morar Carioca, suscitaram práticas sociais (e espaciais) de resistência às propostas de intervenção urbana, ao assédio da Prefeitura e à ausência de um processo participativo efetivo. Ademais, procuro identificar como os interesses das mulheres foram responsáveis por esse processo e interferiram na resistência ao projeto.

Nesse sentido, entendendo que o urbanismo contemporâneo se expressa também segundo o modo como ele se expressa e se aplica no cotidiano e no espaço urbano, busco compreender como esse projeto de urbanização de favelas transparece a ausência de uma articulação política entre redistribuição e reconhecimento para a garantia da justiça social na perspectiva do direito à cidade, que reverbere na consideração dos interesses das mulheres. Pautado pela lógica de produção do espaço urbano fortemente associada à especulação imobiliária, disputa pela terra urbana e a construção de uma imagem de cidade aos moldes internacionais da chamada cidade-global (SASSEN, 1991), é possível afirmar que o Morar Carioca é a expressão de um modelo excludente que culmina na manifestação heteronormativa de gestão urbana. Por outro lado, impulsiona resistências pela disputa por múltiplos interesses, em que os interesses de moradoras da favela se articulam entre os interesses das(os) moradoras(es) (interesses de gênero), diante das(os) agentes do Prefeitura e do Estado, tencionando o enfrentamento ao modelo de cidade heteronormativo.

O propósito é evidenciar as consequências de um urbanismo associado à heteronormatividade do modo de produção do espaço urbano, com intuito de expor argumentos que apontam para o capítulo final deste trabalho. Nele é apresentado o seu conceito-chave: *espaços generificados de resistência*, mecanismo propositivo para os estudos urbanos a fim de instigar um processo de construção de um urbanismo de possibilidade frente à tensão de vários interesses explicitados por práticas espaciais de resistência no espaço urbano.

## 6.1 A PROBLEMÁTICA URBANA DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Quando a ideia do Rio de Janeiro de sediar a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016 se torna uma realidade, um projeto de cidade já em curso começa a se evidenciar mais brutalmente. Nesse contexto, abriu-se a possibilidade de a cidade se transformar numa mercadoria. Não estamos nos referindo apenas a terra e a paisagem urbana, mas a própria vida das pessoas. Referências socioculturais, que fazem parte do cotidiano delas, tornam-se passíveis de serem fragmentadas apenas com o objetivo do lucro para alguns. Peter Hall (2009) contribui com a análise das evidências desse processo quando identifica como, nos anos de 1960, as intervenções urbanas nas cidades de Boston e Baltimore eram uma tradução de um processo de produção de locais para o espetáculo com a promoção de uma urbanização comercial, em grande escala, através da manipulação de fundos federais e privados e de apoio público. Hall aponta como ambas enxertaram nas suas áreas portuárias combinações de edifícios e armazéns restaurados, convertidos em lojas, restaurantes, hotéis e restauração de antigas áreas residenciais.

À semelhança desse processo, a área portuária carioca vem sendo modificada através do Projeto Porto Maravilha (CDURP, 2011), após décadas de abandono do Estado, a fim de desempenhar um novo papel de reconversão da propriedade do solo urbano local para atender a uma visão de empreendedorismo urbano baseado na cooperação entre os empreendedores públicos e privados. Isso porque o setor público se torna responsável em flexibilizar legislações urbanísticas e ambientais e articular a utilização de terra pública para viabilizar esse novo projeto de cidade. No caso específico do Porto Maravilha, podemos citar dois fatores. A promulgação de uma lei complementar (nº 101, de 23 de novembro de 2009) que modifica o Plano Diretor Decenal da Cidade (1992) e autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada<sup>83</sup> (OUC) da Região do Porto do Rio. Isto quer dizer que foi publicada uma normativa que ‘passa por cima’ de um instrumento de planejamento aprovado (que pressupôs diálogo com a população), quando ainda

---

<sup>83</sup> Operações urbanas consorciadas é um instrumento do Estatuto da Cidade (Lei 10257/2001) que permite intervenções sob a coordenação do poder público “com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental”. É possível delimitar uma área para elaboração de um plano de ocupação, no qual estejam previstos aspectos tais como a implementação de infraestrutura, alterações de usos, densidades, etc.

estava sendo elaborado o processo de revisão do plano, iniciado formalmente a partir do Decreto do Executivo nº 25.247/2005.

Somado a essa questão, boa parte das terras públicas disponíveis na área portuária não são destinados à habitação de interesse social, como determina a lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Ao contrário, é possível perceber que a prioridade é garantir empreendimentos imobiliários de interesse privado, como hotéis, escritórios etc. É preciso ressaltar que mais de 70% dos bairros portuários (Gamboa, Santo Cristo, Saúde e Caju) são terras públicas, na sua maioria da União<sup>84</sup>. Além disso, a gestão da área é feita pela CDURP (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto) uma pessoa jurídica promulgada pela Prefeitura, sob a forma de sociedade, por ações, na modalidade sociedade de economia mista, em que o município se torna parceiro do capital privado na gestão dos bairros portuários. Por conta disso, a região é um desses lugares da cidade onde aquelas(es) que ainda vivem ali não sabem o que vai acontecer com suas vidas até os Jogos Olímpicos de 2016. Esta captura da vida das pessoas é um dos aspectos mais perversos desse modelo de planejamento estratégico que tem promovido inúmeras violações de direitos humanos.

A partir do discurso da melhoria da qualidade de vida e em prol de um noção neoliberal de sustentabilidade, o planejamento estratégico legitima práticas de gestão em que o interesse privado e especulativo se sobrepõe ao interesse público (SÁNCHEZ, 2001). A lógica do empreendedorismo urbano no planejamento (HARVEY, 2007), para colocar o Rio de Janeiro nas fileiras das cidades-globais, ganha força significativa. Mas este projeto de cidade-global não é algo recente. A construção da política urbana tem sido pautada há algumas décadas pela lógica da competição de fluxos de capital internacional que territorialmente se materializa pela mercantilização das dinâmicas sociourbanas: expressões culturais, identidades urbanas, modos de apropriação e de moradia das cidades, entre outras (SASSEN, 1991).

Quando a era César Maia (1993-2008) deu lugar ao Planejamento Estratégico em vez do Plano Diretor da cidade (1991), que traduz um modo de planejar mais convencional com a utilização de regulamentos de controle do crescimento e do uso

---

<sup>84</sup> Essa é uma informação difundida nos documentos de denúncia do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio, do FCP, movimentos sociais urbanos que tiveram a oportunidade de participar de conselhos e comitês ligados à SPU (Secretaria do Patrimônio da União) e Ministério das Cidades.

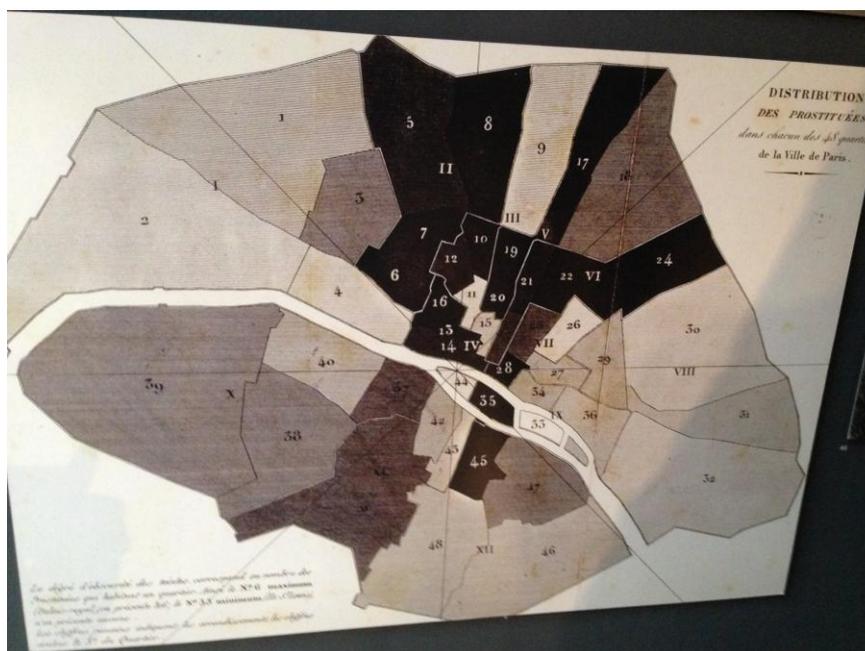
e ocupação do solo (ARANTES, 2009), deixou-se claro que a lógica empresarial e de resultado rápido iria imperar na gestão municipal. Alguns se referem a esse período como o da desconstrução do espaço urbano carioca no qual os projetos pontuais de remodelação e reurbanização de bairros e favelas da cidade se pautam pelo cidadã(ão)-consumidor(a). Por isso, a produção do espaço se volta à padronização do consumo (RIBEIRO, 2009) e não à valorização das dinâmicas e modos de apropriação urbana particulares a cada local e bairro. Na era Eduardo Paes (2009-2016), por conta dos megaeventos esportivos, essa forma de gestão ganha contornos mais visíveis. Avalio que as principais características e impactos sociais desse modelo de planejamento são o reducionismo das dinâmicas urbanas, a discriminação social promovida pela radicalização da segregação socioespacial e uma política estratégica de remoção de famílias pobres de áreas a serem elitizadas, que culminam notadamente em locais *gentrificados*, ou seja, quando as mudanças urbanas através de projetos e operações urbanas em uma área empobrecida e precária provocam valorização imobiliária, encarecimento do custo de vida e, conseqüentemente, mudanças do perfil social.

Otília Arantes (2009) caracteriza esse fenômeno urbano como gentrificação estratégica, um processo que produz um mecanismo de subordinação de um espaço público ao controle privado em que

redesenha-se o local; programam-se eventos culturais; abre-se um café ou coisa que o valha igualmente *chic*, completando-se o serviço com uma pequena horda de seguranças. E por aí se vai, a cada unidade mais complexa de intervenção, até se alcançar quem sabe toda a cidade que importa, seu enclave propriamente dito global (ARANTES, 2009, p. 36).

Essa concepção de planejamento atual serve de instrumento poderoso para viabilizar as condições de reprodução do capital (HARVEY, 2006). Para tanto, o executivo torna-se agente potencializador de um modo de produção do espaço urbano que favorece não só processos especulativos da terra urbana, mas também a construção de uma imagem de cidade que pasteuriza a paisagem e a vida urbana, facilitando a constituição de superficialidades e a fragmentação em prol da mercantilização da cidade. O discurso da desordem urbana ganha relevo para justificar a articulação desse processo.

Figura 5: Mapa de Ambroise Tardieu – *Distribuição das prostitutas nos 28 bairros da cidade de Paris.*



Fonte: Exposição *Paris la Nuit* no Pavillon de l'Arsenal – Paris, 2013.

O debate da desordem urbana revela a normativa que restringe e delimita o modo de apropriação do espaço urbano, associado principalmente à violência e à pobreza que, a meu ver, radicaliza as contradições de gênero uma vez que se associa aos princípios heteronormativos de produção do espaço.

De modo geral, sobre as consequências desse discurso, é comumente evidenciada pela academia e pelos movimentos sociais e coletivos urbanos a problemática das remoções, precarização dos services e militarização de áreas estratégicas para os eventos (CPCO, 2014), mas mulheres têm sofrido os seus efeitos de modo diferente. A questão da prostituição, por exemplo, tem sido atingida sensivelmente, sobretudo, quanto a sua criminalização<sup>85</sup>. Esse processo tem uma associação histórica com o urbanismo higienista, ligado aos princípios do urbanismo francês de Haussmann, conhecido como o artista-demolidor.

Em Paris do século XIX, as prostitutas foram sistematicamente deslocadas pela cidade, de forma mais evidente com as intervenções haussmannianas (HOOPER, 1998). A prostituição era algo meticulosamente estudado, como é possível observar no mapa de distribuição das prostitutas pela cidade, revelado na

<sup>85</sup> É importante reforçar que a prostituição é uma ocupação reconhecida pelo Ministério do Trabalho desde 2002.

Figura 5. No Rio de Janeiro não foi diferente.

Com intuito de transformar a cidade tida como colonial e inadequada, a nova república promulgada buscava a construção de uma cidade mais europeia e mais francesa. Perante esse desejo, a Reforma Pereira Passos (1902-1908), uma das principais expressões do haussmannismo no Brasil, promoveu transformações para embelezar o Rio de Janeiro, vindo “botar abaixo” diversos cortiços e habitações consideradas insalubres no centro da cidade, justificadas pelos pressupostos higienistas do século XIX. As consequências dessa reforma urbana se expressou no aprofundamento de problemas sociourbanos, sobretudo, pelas remoções promovidas no centro e área portuária para a abertura de vias e remodelamento da região. Um projeto de cidade considerado mais adequado pela burguesia carioca emergente do período, caracterizado por um forte discurso de criminalização da pobreza.

Todavia, diante desse contexto, não devemos incorrer na caracterização das mulheres como vítimas diante das desigualdades de gênero na cidade. Rachel Soihet (1989) em seu livro sobre as mulheres pobres dos cortiços do centro e área portuária do Rio de Janeiro, entre 1890-1920, sobretudo, no período Pereira Passos, captura a importância histórica do papel da mulher na sociedade na época. São mulheres moradoras de cortiços e de habitações coletivas que exerciam atividade no setor terciário, ou seja, atividades menos remuneradas que as operárias da época, como prostitutas (além de faxineiras, lavadeiras, artesãs, cartomantes, etc). Mulheres que se apropriavam intensamente do espaço público da cidade, diferentemente da mulher burguesa.

A historiadora aborda elementos que submergem do cotidiano, do mundo privado onde estavam em jogo violência, ordem urbana, conflito, relações de gênero, assim como nos dias atuais. Vários aspectos<sup>86</sup> nos auxiliam a avançar na importância da análise das práticas sociais e seus interesses. Um deles se refere a análise de conflitos e violência na cidade do Rio de Janeiro. Havia diversos subterfúgios sociais, jurídicos e criminais que visavam estabelecer uma ordem urbana para dar “mostras de civilização aos capitais e homens estrangeiros” que a

---

<sup>86</sup> Nas camadas populares, era comum observar algumas mulheres compartilhando os gastos da vida familiar com seus maridos, ou ainda, optando pelo concubinato, já que, diferente da burguesia que se casava por conveniência, a única coisa que estariam compartilhando seria a pobreza e reduzirem suas vidas ao espaço privado familiar. Além disso, isto permitia a troca de parceiros com mais facilidade. Apesar dessa autonomia, no senso comum da época, a identificação do trabalho feminino de um núcleo familiar era qualificada como ajuda.

cidade pretendia atrair. O esforço de ‘afrancesar’ a capital estabeleceu o artigo 399 do Código Penal sobre vadiagem, restringindo o espaço social do centro da cidade, empurrando as(os) populares para regiões distantes, além de inibir manifestações culturais e a prostituição. O conflito se estabelecia, pois a rua era como uma casa para uma parcela desta população, onde comiam, dormiam e extraíam seu sustento. Estar na cidade, inclusive para mulheres que viviam na rua, tornou-se a condição de sua sobrevivência. Muitas vendiam seus quitutes ou se prostituíam. Para se diferenciar dessas trabalhadoras, as mulheres burguesas não permaneciam no espaço público (SOIHET, 1989).

Com intuito de ‘depurar’ o centro por conta da Reforma de Pereira Passos, a historiadora encontrou diversos depoimentos nas delegacias que ilustram essa tentativa de expulsão de pessoas não desejáveis nas ruas. A permanência das mulheres era tão ofensivo à sociedade da época que vale destacar um caso que Soihet (1989) relata no capítulo Não querem deixar a gente andar na rua:

Lídia de Oliveira, preta, natural da cidade do Rio de Janeiro, com 19 anos, solteira, sabendo assinar o nome, residente à Travessa do Oliveira, segundo a denúncia, foi presa por estar proferindo “palavras ofensivas na Praça da República à moral pública” tendo resistido tenazmente à prisão e produzindo lesões corporais nos guardas-civis que procuraram torná-la efetiva. [...] Os depoimentos na delegacia referem-se da forma mais áspera ao comportamento da acusada que é chamada, entre outros, de “mulher vagabunda”. [...] Lídia de Oliveira diz que nada fez para ser presa. Veio da Festa da Penha e estava se divertindo no Campo de Santana, quando foi maltratada pelos guardas-civis que a trouxeram, os quais deram-lhe pancadas. Que é lavadeira e onde reside nunca foi a delegacia. O delegado, por sua vez, em seu relatório reforça o quadro negativamente com relação à Lídia [...] Na pretória, uma das testemunhas, o guarda-civil Reginaldo de Oliveira, termina por esclarecer o verdadeiro motivo de toda a questão ao afirmar que Lídia na Praça da República foi: “convidada a retirar-se dali, porque existe ordem do delegado de não permitir a permanência de mulheres ali, não atendeu a essa ordem e começou a dizer palavras obscenas...” (SOIHET, 1989, p. 163-165).

Soihet reforça que a tentativa de civilizar as cidades sofreu resistência, inclusive das mulheres “que desfrutava[m], palmo a palmo, o seu direito ao espaço urbano” (SOIHET, 1989, p. 165). Ao mesmo tempo em que o seu direito de estar na cidade era condição de sobrevivência. Ademais, havia forte coerção às iniciativas culturais, como era o caso da Festa da Penha e das reuniões no Campo de Santana. Por isso, existiam inúmeros conflitos por conta da repressão do governo com intuito de empurrar a população pobre da região para lugares mais distantes.

Fotografia 12: Mãe e filha em cortiço na Rua do Livramento (2011).



Fonte: a autora.

Outro processo que podemos destacar se refere ao Plano Doxiadis<sup>87</sup>, plano de remodelação urbana publicado em 1965. Apesar de parcialmente implementado, indiretamente foi responsável pelo desaparecimento da Praça Onze, local de prostituição da cidade. A área era estratégica para a viabilização do plano de mudanças viárias por conta do Túnel Santa Bárbara e a formação de estoque de terra nos bairros do Catumbi, Mangue e Cidade Nova (antiga Praça Onze). Em 1966, Negrão de Lima, o então governador do estado, através da SEPE (Superintendência Executiva de Projetos Especiais) propõe o Projeto Cidade Nova: “primeira renovação urbana tecnicamente preparada no Rio de Janeiro” (SANTOS<sup>88</sup> *apud* ABRANHÃO, 2008). Em função disso, a Vila Mimosa, na Praça da Bandeira, se tornou a zona de prostituição.

---

<sup>87</sup> O Plano Doxiadis foi elaborado pelo arquiteto grego Constantino Doxiadis, encomendado por Carlos Lacerda quando era governador do Estado da Guanabara. Também conhecido como Plano Policromático basicamente propôs uma reformulação do sistema viário da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>88</sup> Carlos Nelson dos Santos era arquiteto e professor UFF, tendo coordenado o Centro de Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). É conhecido por suas experiências inovadoras de urbanização participativa nos anos 60 em Brás de Pina, a partir de sua aproximação com a Associação de Moradores do Catumbi que se mobilizaram contra a construção da Linha Lilás, proposta no Plano Doxiadis. Em função dessa experiência, foi produzido o documentário Quando a Rua Vira Casa.

Fotografia 13: Vila Mimosa nos anos 80.



Fonte: Página eletrônica do Geo-Demo/UFF<sup>89</sup>

Apesar de ser espalhado pela cidade<sup>90</sup>, podemos considerar que há uma cronologia de deslocamento das 'zonas' pela cidade. Como o Projeto de Estruturação Urbana (PEU) da Tijuca<sup>91</sup> e os projetos de revitalização em curso na zona central da cidade, nesse contexto de transformações urbanas motivadas pelos megaeventos esportivos, provavelmente a prostituição na Vila Mimosa será deslocada. Não por acaso, já que se encontra muito próximo ao Maracanã e na área de influência do Projeto Porto Maravilha<sup>92</sup>.

Por essa razão, a falta de transparência e de participação na construção do planejamento é conveniente para abrir espaço a um tipo de regulação urbana que precisa tanto da gestão local quanto do engajamento do aparato institucional do

<sup>89</sup> Disponível em < <http://www.geodemo.uff.br/?p=1256>>.

<sup>90</sup> É possível localizar algumas áreas de prostituição da cidade, mesmo que de forma sazonal, como São Cristovão, área portuária e Copacabana.

<sup>91</sup> Projeto de Estruturação Urbana da Tijuca.

<sup>92</sup> É importante destacar que quando falamos de prostitutas estamos abarcando as mulheres no seu sentido mais amplo, no âmbito das relações de gênero. Transexuais, travestis, transgêneros que se identificam com o gênero feminino também estão sujeitas à violência institucional, como também física e simbólica no espaço urbano. Assim como as mulheres 'reconhecidas' pela normativa heterossexual, são pessoas que precisam elaborar múltiplas formas de existir, recorrendo às práticas sociais e performances de resistência, tanto políticas como do cotidiano. Até porque a naturalização da prostituição como o lugar dos transgêneros, especialmente as travestis, impõe dinâmicas diferenciadas de resistência no espaço. Contudo, do mesmo modo que as mulheres, a violência não se restringe ao seu local de trabalho. Segundo o último relatório publicado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, Relatório de Atendimento – Centros de Cidadania LGBT, 44% das denúncias ocorreram na zona norte do Rio de Janeiro, 30% na zona oeste e 11% no centro, o mesmo percentual da zona sul. Sendo que 27% das ocorrências ocorreram no ambiente familiar e 16% na via pública.

Estado para a reprodução do capital em escala global. Essas medidas têm sido justificadas historicamente para conter a 'desordem urbana' conforme uma concepção associada principalmente à violência, pobreza ou usos indesejáveis de pessoas que não compõem o cenário heteronormativo, por mais que a sua presença seja conveniente, como é o caso das prostitutas.

A criação da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP) é o retrato significativo da necessidade da atual prefeitura de regular o espaço conforme uma imagem e uma noção positivista de ordem pública. Seu principal objetivo, segundo a Prefeitura, é o de ordenar os espaços públicos e fazer valer as legislações municipais, inclusive o Código de Postura da cidade<sup>93</sup>. Contudo, a prioridade de ação da Secretaria se aproxima do chamado como urbanismo higienista.

Hoje, os pressupostos higienistas do período Pereira Passos (1902-1906) são revisitados através das práticas do atual prefeito, Eduardo Paes. É evidente que, nos últimos 5 anos, quem está no caminho de seus desejos de ordenamento e criação de uma paisagem urbana adequada às imagens internacionais de cidade- global é removida. O Porto Maravilha é uma das principais evidências desse processo. Em razão desse projeto, centenas de famílias já foram removidas da região, não só da Providência e dos casarões antigos, mas também de ocupações organizadas em antigos prédios abandonados<sup>94</sup>.

As remoções de comunidades pobres das cidades é uma das faces mais perversas quando se promove transformações urbanas como as que têm ocorrido no Rio de Janeiro. Diante dessa lógica, para as(os) expulsas(os) só restam os lugares 'sem cidade', sobretudo quando são famílias residentes em favelas de áreas centrais<sup>95</sup> do Rio de Janeiro. Para aquelas beneficiadas pelo programa habitacional Minha Casa Minha Vida, a única opção dada (à maioria) é o reassentamento a mais de 40 km de distância de seu bairro de origem, infringindo a Lei Orgânica do Município, que garante através do artigo 429 "o assentamento em localidades próximas dos locais da moradia ou do trabalho, se necessário o remanejamento" (RIO DE JANEIRO, 2010).

---

<sup>93</sup> Cf. Decreto nº 29.881, de 18 de setembro de 2008

<sup>94</sup> Desde 2010, sete ocupações foram removidas pela Prefeitura do Rio: Machado de Assis, Zumbi dos Palmares, Quilombo das Guerreiras, Flor do Asfalto, Carlos Marighella, Casarão Azul, Mariana Crioula, além de famílias que residiam em antigas casas e cortiços, notadamente na Rua do Livramento. (CPCO, 2014)

<sup>95</sup> Consideramos áreas centrais tanto o centro da cidade como os bairros que se configuram como centralidades nas regiões onde se localizam.

Um aspecto a ser ressaltado refere-se ao fato de que grande parte dos relatos ligados à problemática dos megaeventos no país, quando se preocupam em evidenciar as mulheres, há uma tendência de enquadrá-las como mães, que têm o seu direito à moradia violado, principalmente devido às remoções forçadas. Há um discurso ainda muito presente que reforça a naturalização do papel social das mulheres vinculadas à reprodução e ao cuidado com a família. Percebemos que essas mulheres que não se enquadram nesse padrão sofrem de forma ainda mais violenta os impactos desse processo. Em áreas mais precárias das cidades brasileiras, sobretudo em favelas e periferias, é evidente o percentual elevado de mulheres que são as únicas responsáveis economicamente pela casa onde residem, principalmente em locais vulneráveis jurídica e urbanisticamente, o que as submetem a um maior risco de expulsão de suas casas. Os dados mais recentes do IBGE (2010) revelam que em diversas favelas do Rio de Janeiro o percentual pode ultrapassar os 50% das residências recenseadas. Apesar disso, outros tipos de violação vêm acontecendo e não são focadas na maioria das pesquisas e denúncias<sup>96</sup>, além da própria política urbana, como o impacto da atual política de segurança na vida das mulheres, moradoras de favelas ‘pacificadas’.

Aos olhos do executivo municipal, percebemos que o interesse de moradoras(es) impactadas(os) pelas transformações urbanas, em função dos megaeventos esportivos, se torna invisível e toda a legislação que garante seus interesses também. O não reconhecimento e a invisibilidade dada às reais demandas da população mais atingida pelos processos de violação desencadeados têm rebatimento perverso, sobretudo às(aos) que já são invisibilizadas(os), como é o caso das prostitutas e mulheres chefes de família despejadas das comunidades removidas nos últimos anos. Como vimos no caso da Vila Autódromo e Providência, nos processos de resistências que culminam em práticas de mobilização política, as mulheres ganham destaque. Suas casas e seus corpos tornam-se fortalezas de resistência, como retratado na Fotografia 14, da casa de uma liderança de Vila Autódromo que permaneceu residindo em sua moradia por meses, mesmo sob o

---

<sup>96</sup> Entre as organizações e grupos sociais que se dedicam a se mobilizar e produzir denúncias de violação de direitos relacionados aos megaeventos esportivos, é possível encontrar nos dois últimos dossiês do Comitê da Copa e Olimpíadas do Rio um pequeno *box* dedicado à situação das prostitutas segundo pesquisa realizada pelo Observatório das Prostitutas (<http://www.observatoriodaprostituicao.ifcs.ufrj.br>). Contudo, tendo participado da articulação do comitê em 2011 e 2012 e acompanhado suas discussões desde então, esse tema não é discutido nas reuniões e entre os(as) seus(uas) participantes.

risco de desmoronamento em função das obras do Parque Olímpico no antigo terreno do Autódromo da cidade.

Por isso, escolhemos olhar mais atentamente esses múltiplos processos de resistências através de práticas sociais ligadas à mobilização política de seus corpos onde seus corpos e suas casas servem de suporte e de justificativa para a constituição de espaços de resistências de forma articulada e solidária.

Fotografia 14: Casa de moradora de Vila Autódromo, uma das principais lideranças e resistentes, antes de seu despejo no mês de julho de 2015.



Fonte: a autora.

## 6.2 ESTUDO SOBRE FAVELAS, LUGAR DE RESISTÊNCIAS

Favela, morro, comunidade são denominações de um lugar da cidade do Rio de Janeiro que, segundo o Censo IBGE de 2010 (IBGE, 2010), totalizam cerca de 760 onde residem 22,03%<sup>97</sup> das(os) cariocas. Apesar de ser um “fenômeno” iniciado em fins do século XIX, ainda resguarda muitos mitos e distorções. A quem diga que a *favela* está na moda. Têm sido destacadas suas origens, sua estética, realidade social e cultural, seus problemas e soluções urbanas e arquitetônicas. Controvérsias e contradições fazem parte do debate sobre favelas. Apesar de ser um fenômeno mundial, no Brasil a problematização das favelas do Rio de Janeiro, pelo seu elevado valor simbólico, resguarda grande relevância pública, tanto pelo interesse turístico quanto pela violência e pelas intervenções urbanas.

A primeira questão a ser ressaltada é que as(os) habitantes das favelas não se inserem como um grupo à parte na cidade, pelo contrário. Todavia, o imaginário acerca da favela as(os) colocam à margem, bem como os seus limites espaciais, como um lugar sem memória, sem relevância no contexto da cidade (SILVA, 2005). A própria dicotomia que prevalece nos estudos urbanos nas favelas coloca-as em oposição à cidade, do mesmo modo que se colocam as periferias em relação ao centro, no debate sobre segregação.

É preciso ressaltar que somente nos anos 90 as favelas figuraram nos mapas oficiais da Prefeitura do Rio de Janeiro. E no censo, passam a ser objeto de estatística apenas a partir de 1948, e assim mesmo sem padrões de levantamento e incompleta, apesar de terem surgido na paisagem carioca em fins do século XIX (ABREU, 1994). Isso é uma forma de ignorar as favelas e seus moradores, além de sua diversidade. Assim como as mulheres, não podemos nos referir às favelas no singular e de forma homogênea.

Falar da favela no singular tem implicações importantes. A adoção da homogeneidade como pressuposto e o desinteresse pela diversidade pode influenciar na análise de tal maneira que a diversidade das favelas se torna automaticamente secundária. Ocultam-se não só sua diversidade e vitalidade (JACOBS, 2000), como também a pluralidade das formas, das relações e das práticas sociais.

---

<sup>97</sup> São 1.393.314 pessoas vivendo em aglomerados subnormais de um total de 6.323.037 moradores do Rio de Janeiro.

A evolução sistemática de um tipo-ideal ou de um arquétipo é recorrente nos discursos sobre a favela carioca [...]. Assim, “a” favela é obrigatoriamente um morro, uma zona ocupada ilegalmente, fora da lei, um espaço subequipado, lugar de concentração dos pobres na cidade. Numa mesma denominação genérica, a palavra favela unifica situações com características muito diferentes nos planos geográfico, demográfico, urbanístico e social (VALLADARES, 2005, p. 152).

Além disso, a favela comumente é vista ou analisada em contraponto à cidade dita forma. Esse tipo de dicotomia não contribui para uma análise dialética das contradições sociourbanas que promovem as históricas práticas sociais de resistência nas favelas que, por sua vez, permitem a sua existência nos dias de hoje. Lembrando que considero as resistências nos termos de Kergoat (2013), que inclui os dominadores, neste caso aqueles que ditam as regras do modo de produção do espaço urbano (governos, empresários, especuladores, etc.) e as(os) dominadas(os), ou seja, das(os) faveladas(os).

Teresa Caldeira (2000), quando critica as análises estanques do legal/ilegal (e também do público/privado na cidade), nos ajuda a compreender a pertinência da perspectiva analítica escolhida nesta tese.

Essas dicotomias forçam distinções que não existem na vida social, onde frequentemente ocorrem simultaneamente e sobrepõem-se umas às outras. Essas dicotomias não captam o caráter essencialmente dinâmico e com frequência paradoxal das práticas sociais (CALDEIRA, 2000, p. 141-142).

Através do Morar Carioca, programa de urbanização da gestão Eduardo Paes, a Prefeitura do Rio de Janeiro impôs inúmeros processos de resistências que nos ajudam a compreender o protagonismo e a importância do debate de gênero para desafiar os estudos urbanos e o próprio urbanismo. Junto com o Morar Carioca foram anunciando inúmeros despejos (em mais de 200 favelas). A justificativa da remoção de 12.973 famílias das áreas beneficiadas, divulgada em 2010, seria a situação de risco ou os projetos de urbanização<sup>98</sup>.

Não é raro observar obras mal acabadas, não finalizadas ou que priorizam razões estéticas (como a pintura de fachadas de casas), ou melhorias de efeito a curto prazo (como a pavimentação, instalação de sistema de drenagem superficial), em vez de investir em intervenções de maior fôlego e de forma participativa. “Antes vivíamos sob o risco dos tiroteios, hoje vivemos sob o risco dos

---

<sup>98</sup> Segundo os dados da própria Prefeitura (MAGALHAES, 2010).

despejos e das obras”, como foi afirmado por Neuza, uma das moradoras resistentes da favela da Providência que convive com escombros do projeto de urbanização, em entrevista realizada em 2012. É importante ressaltar que as intervenções estariam no escopo do chamado legado social dos Jogos Olímpicos de 2016. Não é difícil entender a afirmativa do urbanista Mike Davis (2006) que em diversos países pobres ou em desenvolvimento, as(os) pobres temem os eventos internacionais de grande porte, como os esportivos. No Rio de Janeiro, já tivemos a Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo de 2014 e, em 2016, acontecerão os Jogos Olímpicos. Assim como outras cidades-sede, os governos promovem transformações da paisagem urbana demolindo favelas e despejando suas(eus) moradoras(es). A justificativa usada pelos governos para esse perfil de intervenção se relaciona ao antigo discurso sobre a favela associada à criminalidade, marginalidade e desorganização social e de uma visão ainda dicotômica da favela em contraponto ao ‘asfalto’.

No espaço urbano das favelas, o paradoxo das práticas sociais de resistência revela como é importante levar em consideração o contexto urbano, as dinâmicas sociais em curso, mas também as relações de poder e dominação que operam nas resistências que, conseqüentemente, interferem no espaço. Tanto para quem está à margem e para quem está no centro, nas diversas geometrias e escalas da cidade, os interesses práticos e estratégicos atuam de múltiplas formas. Por sua vez, as mulheres precisam articular práticas no cotidiano onde agem coexistencialmente as contradições de gênero, de classe, raça, geração no âmbito familiar, em casa, na vizinhança, na rua, no transporte público, no trabalho, na escola, na praça, no bar, na praia, etc, perante os diferentes interesses de gênero, de classe, etc.

Uma questão significativa no debate sobre favela e as mulheres são as diversas formas de segregação espacial vivenciadas. Nossa sociedade naturaliza o lugar das mulheres negras e pobres que habitam nessas áreas. Como se fosse normal que houvesse essa associação. Esta visão do lugar dos corpos dessas mulheres marca profundamente sua própria noção de direitos e a visão da possibilidade de uma cidade que considere suas necessidades e desejos.

Fotografia 15: Moradoras da Favela da Providência e policiais da UPP durante manifestação contra a construção do teleférico na extinta Praça Américo Brum - julho de 2011.



Fonte: Blog FCP. Autoria: Luiz Batar.

Em conversas com moradoras da favela da Providência (como também das favelas da Babilônia, Chapéu Mangueria e Colônia Juliano Moreira) vimos que esse aspecto é tão marcante em suas vidas que muitas afirmam nunca terem pensado ou conversado a respeito de como o lugar onde vivem poderia ser pensado para além da moradia (sobretudo habitabilidade e segurança da posse), ou mesmo para além das necessidades de suas(eus) filhas(os) (praças e áreas de lazer). Isto quer dizer, questões para outros, mas que influenciam a sua experiência na cidade.

Apesar do lugar da moradia ser bastante significativo para a sua experiência urbana, elas não se silenciam. O espaço urbano paradoxalmente, nas suas inúmeras geometrias e localizações e em contradição, serve para as práticas de resistências cotidianas e de mobilização na luta pelo direito à cidade frente ao Morar Carioca, por exemplo. Na Fotografia 15 de Luiz Baltar<sup>99</sup>, é possível perceber o ‘tipo’ de práticas de resistência que precisam operar, diante dos processos de transformação urbana em curso. A violência, no seu sentido mais amplo, faz parte do seu cotidiano.

<sup>99</sup> Ver <http://www.luizbaltar.com.br/biografia>.

Nesse contexto, as mulheres são tradicionalmente vistas como mães: mães de jovens mortos<sup>100</sup>, como Mães de Acari<sup>101</sup>, Mães de Vigário Geral<sup>102</sup>, ou ainda substitutas das mães da cidade ‘formal’, como babás, empregadas domésticas da classe média e alta. Ao mesmo tempo, a violência urbana relacionada à juventude, a pobreza, o trabalho doméstico, assim como a maternidade, são marcantes na identificação das mulheres que vivem em favelas. Como se esse conjunto de fatores as legitimassem como mulheres, numa cidade que estigmatiza profundamente as mulheres “não-brancas” e faveladas<sup>103</sup>. Estigmatização relacionada às desigualdades de gênero que se acentuam em bairros pobres violentos e nas favelas.

Ao longo da história dos estudos sobre favelas, a sua invenção como objeto de estudo, a simplificação do seu significado e os estigmas imperaram (VALLADARES, 2005). Ilegal, informal, desordenado, precário, violento, qualificações que legitimam violações e violência às(os) suas(eus) moradoras(es).

Convém acentuar, por outro lado, que, da mesma forma como no restante da cidade, os moradores das favelas, historicamente, se manifestam como sujeitos urbanos. Expressam-se com voz (e voto, em determinados períodos) e ativam a sua ação a partir de manifestações culturais, artísticas e políticas – como a resistência aos despejos, e posteriormente à remoção. Isto já fica visível em especial nos anos iniciais da década de 1930, quando se organizam comitês para reivindicar do Prefeito Pedro Ernesto (gestão de 1931 a 1936) melhorias urbanísticas e sociais, quando resistem aos despejos, e quando aparecem, institucionalizadas e com maior visibilidade as escolas de samba, as rodas, os ranchos, etc. (SILVA, 2009c, p. 32).

Igualmente os corpos das mulheres, o seu significado e papel social, as formas de representação, ao longo da história, têm sido controversos. Simone de Beauvoir (1970) revolucionou os estudos sobre as mulheres quando afirmou que *não nascemos mulheres, nos tornamos uma*. Mas ainda assim se naturalizam estigmas, se radicalizam o machismo e a heteronormatividade vigente, se tolera a violência sobre nosso corpo e mente, consequência maior das contradições de gênero em nossa sociedade.

<sup>100</sup> Na mídia eletrônica não é difícil achar notícias, editoriais ou blogs que noticiam pronunciamentos de políticos afirmando que as favelas são fábricas de marginais.

<sup>101</sup> Mães dos desaparecidos da Chacina de Acari de onze jovens da favela do Acari, ocorrida em julho de 1990, que ainda lutam por justiça (os corpos nunca foram achados).

<sup>102</sup> Chacina de 21 jovens ocorrida em 1993 na favela de Vigário Geral.

<sup>103</sup> Optamos por essa terminologia não como uma forma estigmatizada de identificar mulheres residentes em favelas, mas como um modo de solidariedade àquelas que fazem questão de reforçar sua identidade na cidade.

Por essa razão, é pertinente analisar como as práticas sociais (e espaciais) de resistência dessas mulheres atuam no espaço urbano.

### 6.2.1 Favela da Providência e o Morar Carioca

A favela da Providência está localizada em uma área da cidade onde há diversos registros da história e da memória da cidade, apesar de as intervenções urbanas terem escondido muitas dessas evidências. Não só em relação às atividades portuárias e do mercado de escravos, mas de um lugar de resistência às diversas ações da recente República, como a Revolta da Vacina, em que os bairros da Saúde e Gamboa foram foco de grandes conflitos na cidade.

A Providência é conhecida como a primeira favela da cidade do Rio de Janeiro<sup>104</sup>. Sua ocupação foi iniciada no final do século XIX, quando a cidade já enfrentava uma crise habitacional, agravada pelo processo de derrubada de inúmeros cortiços no centro, já que o governo não promoveu uma política de reassentamento ou mesmo abrigo das famílias despejadas. A preocupação era remodelar a cidade *à la Paris*.

Por volta de 1893, Abreu (1994) sinaliza que há indícios de que barracões já vinham sendo construídos no Morro da Providência. A construção destes barracões foi realizada após a destruição do cortiço à Rua Barão de São Félix, conhecido como Cabeça de Porco, localizado no sopé do morro. O dono do antigo cortiço também era proprietário de alguns terrenos de sua encosta, desta forma, permitiu que se construíssem barracos ali. Os entulhos dos diversos cortiços destruídos a partir de então serviram como matéria-prima para a construção dos barracos na Providência. Já em 1897, alguns soldados que retornavam da Batalha de Canudos receberam autorização militar para ocupar o local até o recebimento de suas recompensas pela batalha. Portanto, a ocupação do morro não se iniciou com os ex-combatentes, como muito se fala.

Assim como outros morros do centro do Rio, desde 1840, havia exploração da pedreira da Providência a fim de viabilizar os inúmeros aterros construídos em função dos projetos urbanos. A atividade perdurou até a década de 1970, marcando o cotidiano da favela, abrindo caminhos, gerando empregos, mas também sendo

---

<sup>104</sup> Apesar de registros históricos apontarem que os Morros do Castelo e de Santo Antônio abrigaram as primeiras favelas do Rio, as mesmas forma destruídas. Assim, a favela da Providência ficou com o título de primeira (ABREU, 1994).

responsável pela diminuição da sua área, por algumas remoções e por dois graves desabamentos em 1968 e 1975.

Em meados da segunda metade do século XX, a área portuária foi marcada por abandono, caracterizada pela subutilização e esvaziamento de seus bairros. Isto porque a utilização de contêineres para reserva e transporte de produtos para exportação, assim como de importação, diminuiu a necessidade de espaço e de mão de obra, tornando não só a área portuária do Rio mas outras também em diversas partes do mundo com o mesmo problema. As consequências foram a degradação física, esvaziamento populacional e de suas funções de origem, esquecimento do poder público, deslocando todas as atividades portuárias para um único bairro, o Caju.

Olhando para a Providência, já no final do século passado, a presença do tráfico de drogas marca profundamente a sua relação com o entorno e com a cidade, em uma área já segregada do Rio de Janeiro, apesar de se encontrar ao lado do centro. No entanto, em 2005, no âmbito do Programa Favela-Bairro, a área sofreu intervenção do Governo Municipal. O programa iniciado na década de 90 tinha como objetivo reurbanizar as favelas do Rio de Janeiro, levando infraestrutura básica (água, esgoto, calçamento e pavimentação). Mas as obras não foram concluídas. Uma das intervenções previstas era a implementação de um museu a céu aberto<sup>105</sup>, ideia resgatada no Programa Morar Carioca, com intuito de construir um roteiro turístico na favela a partir de uma ideia de patrimonialização da favela da Providência, na qual resguardaria a memória das favelas (MEDEIROS, 2006). Na proposta atual percebe-se uma tentativa de descaracterização do ambiente construído da favela. Na audiências promovidas pela Prefeitura em 2011, foi apresentado um material que propunha um projeto que parecia mais com a cidade de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, do que a própria favela (ver Figura 6).

Na favela da Providência<sup>106</sup>, o Morar Carioca foi iniciado em janeiro de 2011. Em seu escopo estava prevista a garantia do acesso à moradia, além de intervenções que beneficiassem as pessoas da favela e seu entorno. Tudo isso,

---

<sup>105</sup> O Museu a Céu Aberto da Providência foi idealizado pela arquiteta e urbanista Lu Petersen, no contexto do Favela-Bairro e do Projeto Célula Urbana. A proposta se caracteriza por mesclar a proposta de dois museus convencionais com espaços abertos, “em que narrativas próprias aos museus interagem com a paisagem para construir representações do patrimônio geográfico e histórico de localidades específicas” (MEDEIROS, 2006, p. 54).

<sup>106</sup> Considerada primeira favela existente no Rio de Janeiro, tem hoje mais de 12 mil pessoas, segundo dados do IBGE/Censo 2010.

segundo a Prefeitura, em diálogo com a população.

Figura 6: Perspectivas das propostas para área do Oratório na Providência.



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro.

No entanto, conforme percebi na observação participante no âmbito do FCP, desde a concepção do projeto, as(os) moradoras(es) não se envolveram. E mesmo sendo liderado por uma arquiteta<sup>107</sup>, a perspectiva de gênero não é uma questão. Aqui, se evidenciou a cumplicidade entre profissionais e a gestão pública. No processo de implementação, apenas se cumpriram ‘formalidades participativas’, ou seja, realização de reuniões e ‘audiências de fachada’.

Acompanhando<sup>108</sup> o processo tanto de ‘participação’ através de reuniões e audiências organizadas pela Prefeitura, pelo Ministério Público, Defensoria e outros órgãos, como de atividades de pressão e resistência de moradores por conta de violações de direitos humanos evidentes na favela, destaco algumas questões importantes que contribuem para indiferenças ao debate de gênero.

Primeiramente, (i) o processo de participação formal é fictício. As audiências realizadas apresentavam o projeto de urbanização já definido. Não houve nenhuma dinâmica de envolvimento de moradoras(es) na concepção e avaliação. Mesmo as reuniões informativas não apresentavam dados precisos sobre cronograma e

<sup>107</sup> Projeto de urbanização do Morar Carioca elaborado pelo escritório de Fernanda Salles foi um dos que não foram objeto de concurso público organizado pelo IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil) em parceria com a prefeitura do Rio de Janeiro.

<sup>108</sup> Como técnica em educação popular (2004-2012) pela ONG FASE ([www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)) e também como doutoranda, tenho assistido o processo de mudanças da área, além de ter participado do Fórum Comunitário do Porto que contribuiu para a resistência às violações de direitos humanos, sobretudo, na favela da Providência.

reassentamento de famílias. As sugestões de mudança não foram incorporadas, apenas o que se adequava às demandas da Prefeitura. Isso gerou um clima de incerteza sobretudo entre as mulheres, preocupadas com o seu destino, já que havia notícias de que, em outras favelas, as famílias estavam sendo reassentadas a 40 km de distância, longe de seus vínculos sociais de solidariedade e de identidade urbana; ou ainda indenizadas em dinheiro com valores inferiores ao do mercado imobiliário da região portuária. Com isso, a mínima possibilidade de pautar e construir um debate de gênero se perde, tendo vista a necessidade de pressionar pelo emergencial, pela garantia do mínimo conquistado.

Outra questão (ii) é o fato de não ter sido elaborado estudo de impacto de gênero como recomendado pela Relatoria por Moradia Adequada da ONU, que seria fundamental para acionar o reconhecimento político de trabalhar o projeto de urbanização com perspectiva de gênero. Apenas coletando dados do Censo 2010 IBGE (2010), é possível perceber que, em áreas mais precárias da favela, há número significativo de mulheres chefes de família. Na favela da Providência, 49,6% dos domicílios são chefiados por mulheres e, na Pedra Lisa, local considerado mais pobre da favela, são cerca de 83% dos domicílios. Só esses dados já seriam relevantes para considerar a importância de um olhar mais atento às questões de gênero.

Ao mesmo tempo, o quantitativo maior de mulheres que homens e percentuais significativos de mulheres responsáveis por domicílios particulares não se traduziu em maior relevância de seus interesses, seja nas relações sociais, seja nos processos de resistência. Pelo contrário, (iii) vimos como elas são mais vulneráveis ao assédio de técnicos da Prefeitura quando resistem a despejos que consideram injustos ou infundados, ou mesmo quando tentam pautar as contradições de gênero vivenciadas por elas.

Por último, (iv) destacamos ausência de critérios claros quanto ao reassentamento de famílias. Nesse sentido, as mulheres tornam-se mais vulneráveis por residirem em locais comparativamente mais precários. Podemos citar dois casos na favela da Providência para ilustrar: a Pedra Lisa, que foi o grande alvo do projeto de urbanização, além das casas que estavam no caminho da intervenção de um teleférico o qual não correspondia às demandas de melhoria na mobilidade e acessibilidade da favela. No prédio chamado “Apê”, na Ladeira do Faria nº125, próximo da estação do teleférico foram removidas dezenas de famílias, 21 mulheres

eram responsáveis dos 34 apartamentos mapeados. Todas foram para o aluguel social, benefício de R\$400,00 mensais que corresponde a 55,2% do salário mínimo. Na Pedra Lisa chegou-se cogitar a remoção completa da favela, fundamentada pelo discurso do risco ambiental. Mas segundo dados produzidos pelo Ministério das Cidades em parceria com a GEORio<sup>109</sup>, a Providência não apresenta riscos ambientais que justificassem remoções. Desse modo, concluímos que a decisão da remoção é direcionada aos locais onde se avalia haver menos resistência, justamente pelo nível de precariedade e vulnerabilidade social, e assim garantir os objetivos de ‘embelezamento’ da favela, ao invés de melhorias socio-urbanas reais para suas(eus) moradoras(es).

Sabemos que as remoções se justificam pelo própria concepção do projeto. Como denunciado no relatório chamado ‘contralaudo’ elaborado por técnicos que se engajaram no FCP, é possível perceber pelo material da própria Prefeitura as inconsistências das justificativas.

O relatório intitulado Relatório técnico sobre áreas de risco na Providência e Pedra Lisa (SANTOS; ASEVEDO, 2011) evidencia a fragilidade técnica dos documentos apresentados à população nos poucos encontros promovidos na favela pela SMH (Secretaria Municipal de Habitação), e qualifica dados do edital do projeto. Uma das questões mais intrigantes diz respeito às manchas de risco em que se qualificam áreas de alto e de baixo risco. Não há áreas de transição, de médio risco (ver Figura 7), e segundo os técnicos as áreas consideradas de alto risco não se justificam, pelo fato de as casas resguardarem distância de segurança conforme alambrados e limites já construídos em intervenções anteriores (como no período Favela-Bairro), além da presença de contenções e obras de engenharia consideradas suficientes. Outro aspecto problematizado pelo contralaudo são as remoções em função das obras de urbanização que fazem aumentar sensivelmente o quantitativo previsto de famílias a serem removidas da favela. Estimava-se que 351 domicílios na Pedra Lisa seriam removidos por conta de um suposto risco, ou seja, toda a área. Já na Providência estava estimado o número de 164 domicílios. Em função da urbanização seriam 317, totalizando 832 casas em um universo de 1.720. Não é difícil concluir que o foco da Prefeitura era o de mudar radicalmente as características socioespaciais, interferindo na dinâmica sociocultural e na

---

<sup>109</sup> Documento disponível em: <<http://www.sarj.org.br/uploads/documentos/42.pdf>>. Quando dos preparativos para o Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro.

preservação da memória coletiva de uma região de reconhecido valor histórico para a cidade. A estimativa de 2013 é que 140 famílias foram removidas, e atualmente moradores da Pedra Lisa se veem novamente ameaçados.

Figura 7: Mapa de Risco produzido pela Prefeitura do Rio de Janeiro em apresentação do projeto Morar Carioca da favela da Providência.



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro.

O discurso do risco surge aos moradores e moradoras da Providência através: (i) do boca a boca na vizinhança promovido por pessoas ligadas às obras, seja como empregados da empreiteira responsável pela sua execução, seja por relações de interesse político; (ii) das marcações nas casas a serem removidas com as iniciais da Secretaria: SMH; (iii) das abordagens de funcionários da Prefeitura, caracterizados pela pouca precisão das informações fornecidas, pela falta de oficialidade, por ameaças verbais, por notificações da Defesa Civil ou da própria Prefeitura para negociar no gabinete do prefeito o processo de remoção, desconsiderando os direitos das famílias; (iv) pela presença do próprio secretário de Habitação, à época, quando nos casos de maior resistência, principalmente aquelas famílias ligadas ao FCP que têm acionado a Defensoria Pública, o Ministério Público e publicizado através da imprensa nacional e internacional os diversos casos de violação de direitos humanos em função das ameaças e remoções; etc.

Em entrevistas (Anexo 1) com moradoras que resistem aos processos de despejos forçados, é evidente em suas falas o estranhamento quanto a tal discurso, uma vez que no período onde havia a presença de traficantes na favela o governo não promovia ações de retirada de famílias por conta do risco que sofriam devido à violência urbana eminente. Elas afirmam que há décadas atrás muitas famílias, residentes em prédios próximos às escadarias da Ladeira do Barroso, construídos entre os anos 30 e 50, pagavam aluguel formalmente às imobiliárias ou aos seus proprietários. Entretanto com o tráfico de drogas na Providência, muitos proprietários abandonaram seus imóveis. Aqui, vemos as contradições entre a própria percepção do risco e do sentimento de vulnerabilidade da população local, e da postura do governo frente aos problemas sociais da região.

Fotografia 16: Foto da antiga Praça Américo Brum quando as(os) moradoras(as) se preparavam para a manifestação contra a construção da estação do teleférico - julho de 2011.



Fonte: a autora.

O que assistimos hoje é um novo interesse pela área devido às transformações urbanas promovidas pelo Porto Maravilha, que anunciam um processo de gentrificação inevitável. Algo que hoje tem sido negado pela Prefeitura<sup>110</sup> mas que até 2013 era anunciado na mídia como algo positivo. É

<sup>110</sup> No segundo semestre de 2015, a Prefeitura do Rio de Janeiro enviou à Câmara dos Vereadores um conjunto de projetos de lei chamado Pacote Carioca Local, que foi anunciado como propostas de

possível perceber esse discurso na série de reportagem “Cidade em transe”, do jornal OGLOBO, em 2013.

Todas essas impressões-de-carioca-que-mora-fora-e-volta-para-casa tem pedigree. Chama-se gentrificação, um fenômeno comum em países europeus e nos EUA, e que consiste na mudança de um bairro ou região, que se sofisticava e se modificava, alterando a vida dos moradores originais, com ou sem intervenção do poder público. Lá no início do estudo do fenômeno pelas ciências sociais, os acadêmicos só viam o aspecto negativo da coisa, que era a mudança dos moradores originais do local por conta do enriquecimento da vizinhança. Sem condições de bancar aluguéis e condomínios, eles se mudam para outras regiões. Hoje, o fenômeno não só é bem visto por muitos, como acalentado por políticas públicas, como acontece de forma dinâmica hoje em várias cidades, do Rio a Nova York (SCOFIELD JR, 2013).

Diante de um processo de informalidade e de negligência histórica do Estado na região, a Prefeitura encontra brechas jurídicas que têm facilitado as ações de despejos ou de negociação de remoções, principalmente através do aluguel social cujo valor não garante o direito a moradia digna.

As obras avançaram, mas hoje se encontram paralisadas em função de uma liminar<sup>111</sup> lançada em 2012 pelo Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria do Estado do Rio de Janeiro em que o Município está impedido de praticar qualquer ato de demolição ou ingerência no direito à posse e permanência nos imóveis marcados pela SMH enquanto não forem realizados o Estudo de Impacto Ambiental, Estudo de Impacto de Vizinhança e audiência pública para prestação eficiente do direito à informação. No entanto, a única praça de lazer foi destruída para dar lugar à estação do teleférico. Casas em seu entorno ou já foram destruídas ou foram indiretamente afetadas pela escavação e vibração das máquinas.

Perante a síntese aqui apresentada, do modo como o Morar Carioca foi estabelecido, o teleférico sintetiza, a meu ver, o perfil de projeto urbano que se

---

aplicação de instrumentos urbanísticos para evitar o processo de gentrificação na cidade. Estudando as propostas, avalio que estão sendo usados instrumentos do Estatuto da Cidade para disfarçar o fomento à mudança de perfil e promoção de determinados tipos de uso mais adequados a esse processo, como cafés, hostels, etc., assim como voltados ao turismo. Cf. SCHMIT, Selma. Prefeitura lança medidas para incentivar projetos em áreas ociosas. OGLOBO. Rio de Janeiro, 23 ago 2015. Rio. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-lanca-medidas-para-incentivar-projetos-em-areas-ociosas-17275842>>. Acesso em 23 ago. 2015.

<sup>111</sup> Processo nº 0115786-70.2012.8.19.0001, que paralisa as obras do Morar Carioca na favela da Providência de responsabilidade no NUTH/Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. No Anexo 5, apresento a minuta da liminar lançada pelo NUTH para paralisação do processo de remoções na favela da Providência.

pretendia aplicar. Aterrissar um teleférico na Providência é o mesmo que destruir Identidades espaciais construídas ao longo da história das(os) moradoras(es), sem levar em consideração os seus interesses, sem reconhecer a importância de valorizar a qualidade desse espaço urbano. A violência é o meio pelo qual a Prefeitura utiliza para fazer valer seus planos para a Providência no contexto do Porto Maravilha, que por sua vez se caracteriza por transformar a área portuária numa imagem hegemônica de cidade-global totalmente divergente da realidade urbana atual.

No bojo desse processo, é preciso fazer referência à UPP (Unidade de Polícia Pacificadora). A unidade do Morro da Providência foi a sétima instalada no Rio de Janeiro, recebida em 26 de abril de 2010. É mais um elemento significativo de controle militarizado do espaço urbano, assim como parte fundamental no tensionamento social dentro da favela, a favor de um modelo de projeto impositivo de pacificação, distante dos anseios da população local. Uma lista de reivindicações apresentadas em relatório de denúncia produzido pelo FCP encontra-se no Anexo 5. Apenas para ilustrar as contradições dessas unidades, apesar do discurso da segurança tanto nas favelas quanto no entorno onde se localizam, segundo o Dossiê Mulher 2014 elaborado pela ISP (Instituto de Segurança Pública), foi registrado número significativo de mulheres vítimas de estupro. Cerca de 56 casos na região central e área portuária, além do aumento 4 vezes maior da taxa de vítimas em 13 favelas com UPPs, incluindo a Providência<sup>112</sup>. É possível também citar casos de estupro promovidos por policiais, como foi noticiado em 2014 na favela do Jacarezinho, zona norte da cidade (G1, 2014), comuns também em outras favelas. O problema se complexifica quando o estuprador é o policial, pois muitas se intimidam em fazer a denúncia com medo de retaliação.

Apesar do discurso de transformação para a inclusão e integração urbana e social, “implantando infraestrutura, equipamentos públicos e serviços, além da regularização urbanística e fundiária nas comunidades carentes”<sup>113</sup>, hoje é possível afirmar que o Morar Carioca se resumiu a ações para viabilizar a implantação de

---

<sup>112</sup> A taxa média por mês e comunidade por 100 mil hab. de vítimas de estupro pré-UPP era de 1,35, e pós-UPP, 4,84. As vítimas de violência doméstica e familiar também tiveram aumento significativo de 27,12 para 84,66.

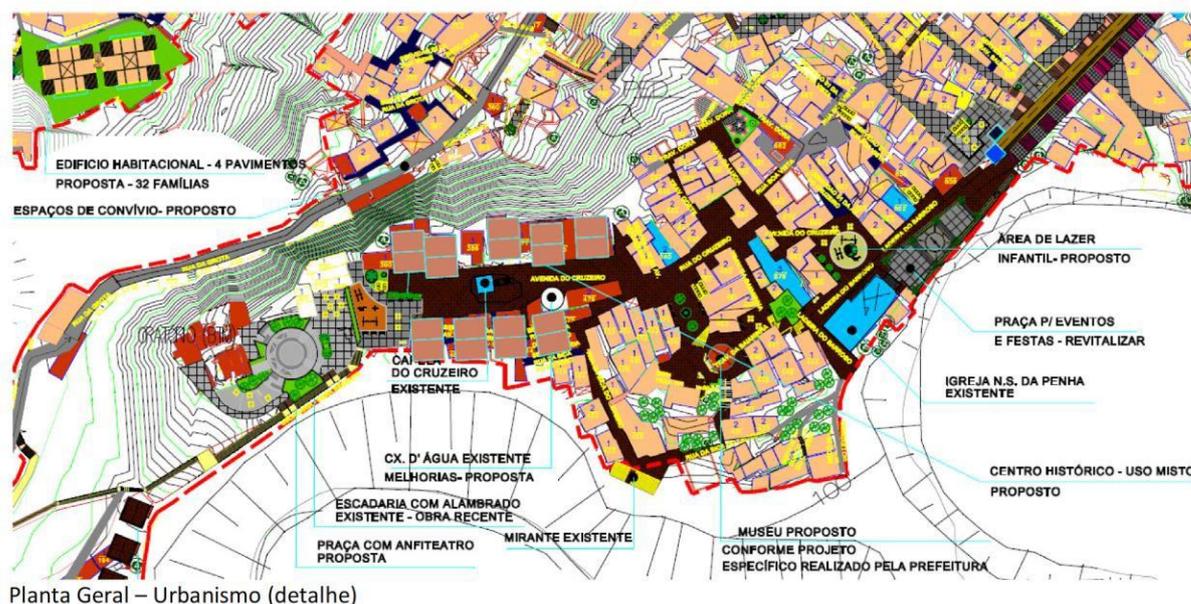
<sup>113</sup> Cartografia do risco quantitativo de escorregamentos em setores de assentamentos precários na cidade do Rio de Janeiro disponível em: <<http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/morar-carioca/>>

um teleférico cujo benefício se aproxima mais aos interesses especulativos e turísticos em jogo na área portuária do que aos da população da favela.

Remoções de famílias, assédio moral, precarização das condições de habitualidade por conta das obras, geração de conflitos sociais, incremento da violência urbana e institucional e pouco diálogo com a população local são o saldo de um modelo imposto que assume a indiferença às diferenças, incluso as de gênero, de modo normativo e coercitivo. Um sistema que viabiliza um projeto definido tanto pelo que inclui quanto pelo que exclui ou reprime, num espaço onde coexistem espaço de repressão (AGREST, 2010) e de resistência, revelado por práticas sociais.

Desde 2010, é possível perceber como as intervenções urbanas têm objetivos de mudança da paisagem com vistas a adentrar nas fileiras das cidades ditas globais. A relevância dada à construção de uma imagem de cidade segundo padrões internacionais hegemônicos revela a tendência a um pensamento único que captura discursos, legitimando “revitalizações, requalificações, revalorizações” que só revelam eufemismos para a reconquista do espaço urbano (ARANTES, 2009) a favor de novas exigências de acumulação capitalista. É importante salientar que a pressão por esse modelo dominante de catálogo, uma cidade-mercadoria, perpetua inúmeras estruturas de gênero antigas, nutridas por novas dinâmicas (SASSEN, 2010). Percebemos que essas estruturas de perpetuação das desigualdades de gênero revelam-se mais perversas em áreas como a favela da Providência onde as mulheres experimentam múltiplas contradições e desigualdades sociais: classe, gênero, raça, sexualidade, geração, simultaneamente.

Figura 8: Planta geral de intervenção do projeto Morar Carioca da Providência.



Planta Geral – Urbanismo (detalhe)

Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, nos parece fundamental compreender as práticas sociais que alimentam as dinâmicas urbanas que conformam os espaços de resistência. Um espaço invisibilizado que precisa ser evidenciado para proposição de novas chaves teóricas e metodológicas para os estudos urbanos.

### 6.2.2 As implicações da resistência e da luta por interesses práticos versus estratégicos

Ao longo do trabalho, foi identificada a pertinência das práticas sociais de resistência, no que concerne os interesses de gênero, a compreensão de como se estabelecem dialeticamente os modos de apropriação e dominação no espaço urbano e como as resistências que ali operam podem se tornar chaves importantes de construção de metodologias no campo dos estudos urbanos, que contribuam para a mediação de interesses práticos e estratégicos das mulheres frente às desigualdades de gênero.

Levo em consideração a afirmativa de Lefebvre, “prática social também é prática espacial”, já que ela depende do espaço para se desenrolar. Esse espaço percebido, ou prática espacial, destila e define seu espaço, que segura e lentamente produz o espaço, dominando-o e se apropriando desse espaço (LEFEBVRE, 2000). Ao mesmo tempo, “a prática espacial deve ter um certa coesão, o que não quer dizer

uma coerência (intelectualmente elaborada: concepção e lógica)” (LEFEBVRE, 2000, p. 48) como parece ocorrer nas favelas, aos olhos estrangeiros. Assim, mesmo diante de limites impostos historicamente às práticas espaciais às(os) moradoras(es) de favelas, sobretudo, às mulheres que experimentam a dominação masculina, vemos esses espaços como múltiplas possibilidades de criação que se estabelecem pela resistência cotidiana e política. Um modo diferenciado de construir estratégias que tornam o lugar um espaço de representação, ou seja, um espaço vivido que tende a símbolos e signos mais ou menos coerentes, que acompanham seus moradores e remetem a apropriação materializada no cotidiano (LEFEBVRE, 2000, p. 48). Contudo, mesmo que não representem de fato tais símbolos e signos, as favelas se ‘arquitetam’ através de atribuições de significado, seja no seu interior, seja no seu exterior.

Poderíamos decifrar dois blocos de resistência no contexto do Morar Carioca: por interesses práticos e estratégicos. Quando nos referimos às mulheres não organizadas ou organizadas por conta de uma agenda específica, como o da luta pelo direito à moradia, esses interesses se confundem. Ademais, é importante considerar a dimensão de classe, como vimos em capítulos anteriores. Problematizo a seguir as implicações desses interesses na luta e resistência na Favela da Providência.

Nas favelas, o processo de construção das moradias, assim como os espaços destinados ao uso público, se confundem. Trata-se de um processo em que a relação tempo e espaço se torna fundamental. Também se trata de um paradoxo que se estabelece na relação entre os espaços público e privado. Mesmo assim, o espaço privado materializado pela moradia serve como uma espécie de concretização da resistência das mulheres no sentido de buscar algumas garantias, como a estabilidade social.

Ana, uma das moradoras entrevistadas, ao relatar a sua história em sua casa atual, ameaçada há quase 5 anos de despejo em razão do projeto de urbanização na Providência, nos revela sobre como veio morar num apartamento na Ladeira do Barroso.

Foi através de imobiliária. Aluguei, aí fiquei pagando aluguel um bom tempo. Fiquei pagando, pagando, até que tem 9 anos que parei de pagar aluguel. Porque parei pagar aluguel? Porque descobri que a gente tava pagando aluguel e eles não nos davam atenção, a gente precisava de atenção na parte externa do prédio. No outro lado do prédio, tava horrível. O que

adiantava? Eu fazia melhora dentro da minha casa e eles não davam nenhuma assistência pra gente. Aí fomos ficando sem pagar o aluguel. Quando a bomba queimava, eu que corria atrás pra arrumar pra concertar e colocar no lugar. Uns moradores colaboraram, outros não. Daí você cansa, eu cansei. Inclusive hoje as pessoas falam: 'Esta mulher que é a dona do prédio'. Não sou a dona do prédio. Eu só não me encostei (Ana, moradora da Favela da Providência).

Ana é moradora da Favela da Providência há décadas. Mas sua última casa, de modo diferente do que ocorre comumente nas favelas cariocas, detinha de formalidades imobiliárias. Segundo ela e outras vizinhas, como Cláudia (também moradora do prédio) e Neuza, diante da presença cada vez mais ostensiva do tráfico de drogas, nos anos 1990 e 2000, muitos agentes imobiliários que gerenciavam casas e prédios próximos às áreas mais informais da favela começaram a abandonar os imóveis. Todos imóveis antigos que provavelmente foram construídos em meados do século XX, já que muitos possuem vigamentos, janelas de madeira e características arquitetônicas que remetem ao período.

Fotografia 17: Casa ameaçada na Ladeira do Barroso em função da construção do teleférico e de um prédio para moradia popular (fev. 2012)



Fonte: a autora.

Fotografia 18: Fachada dos fundos de casa na Ladeira do Barroso e demolição de casa vizinha (fev.2012)



Fonte: a autora.

Desde 2011, Ana vinha recebendo ameaças formais da prefeitura e sendo sistematicamente assediada por pessoas ligadas à gestão municipal, empreiteiras e moradores 'simpatizantes' das ações na favela, em função do Morar Carioca. Ela, Cláudia, Neuza e outras moradoras têm sofrido o mesmo tipo de ameaças e assédios ao longo dos últimos anos, mesmo sendo pessoas que legitimamente detêm do direito à posse de suas casas, como garantido pelo Estatuto da Cidade<sup>114</sup>.

A minha mãe nasceu no Morro da Providencia, lá no Alto Cruzeiro, ela se criou neste Morro. Há 86 anos, ela mora na Providencia, só que houve uma época que ela morou em Vaz Lobo, 2 anos, 3 anos, não aguentava pagar aluguel e voltava porque aqui na Providencia ela tinha residência. Todas vezes que ela encontrava dificuldade na vida, separava do meu pai, voltava morar aqui. Agora aqui, que é Ladeira do Faria, 125 da casa 4. O Apê tinha 3 prédios e aqui tem dois endereços. Ladeira do Faria 179 e 125. E este lado onde moramos hoje há mais que 30 anos, aqui, é uma vila de casa. Tem a casa 1, 2, 3, até casa 9. Então, neste lugar minha mãe mora mais de 35 anos, só aqui. Porque neste lugar aqui a minha outra irmã, o marido dela foi zelador aqui, quando era um condomínio fechado, era tudo organizado. Em 1980, alguma coisa assim começou virar bagunça porque o homem que veio receber os aluguéis que dizia ser o advogado do dono não veio mais receber. Tem aqui o nome no carne do IPTU... (Neuza, moradora da Favela da Providência).

Neuza e sua família têm estabelecido um processo dinâmico de práticas espaciais de resistência que extrapolam a Favela da Providência. A relação de sua

<sup>114</sup> O instrumento do Usucapião poderia ser aplicado para o caso dessas moradoras.

mãe com a favela é de proteção e de resistências às dinâmicas urbanas na cidade que minimizaram, ao longo dos anos, a sua vulnerabilidade, mas também das contradições nas relações de gênero no âmbito de seu casamento, por exemplo. A casa ganha significado material de resistência, para além da moradia.

Fotografia 19: Apê prédio demolido onde antes havia uma vila que fazia parte da mesma propriedade (fev. 2012)



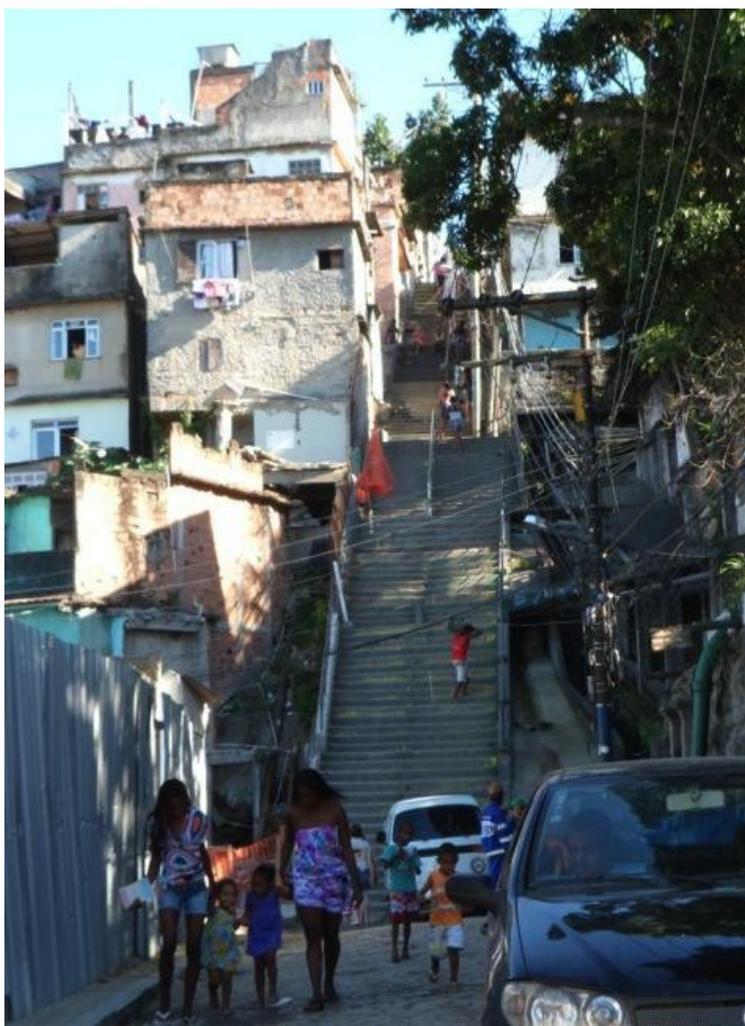
Fonte: a autora.

Analisando a história de Neuza e das favelas do Rio de Janeiro, é possível afirmar que a favela é *locus*, processo e resultado de uma resistência que, ao mesmo tempo é individual e coletiva. Desde a forma arquitetônica das casas até o modo como o tecido urbano se desenrola, releva os interesses de diversas dimensões. A casa é essa expressão significativa das práticas espaciais de resistência que nos fazem entender as razões pelas quais as mulheres tornam-se protagonistas na resistência contra os despejos.

Outro aspecto que revela a conformação dos interesses das mulheres mobilizadas no FCP, foi a resistência em torno da proposição de um plano inclinado nas escadarias da Ladeira do Barroso (Figura 20) com a justificativa de melhoria da

acessibilidade. As(os) moradoras(es) mobilizadas(os) foram, desde do momento da apresentação da proposta, contra a intervenção. A importância da escadaria se relaciona aos acessos às casas marginais, ao valor histórico, uma vez que teria sido construídas pelos primeiros moradores da favela, ex-escravos em fins do século XIX.

Fotografia 20: Escadaria Ladeira do Barroso (fev. 2012)



Fonte: a autora.

Por mais que a questão da acessibilidade seja algo fundamental para favelas em morros, como é o caso da Providência, ainda se prefere uma alternativa que preserve a tal escadaria. Como esse é o acesso principal para a parte mais alta, o projeto não levou em consideração a dimensão e a nuance desses interesses, direcionando-se apenas aos aspectos práticos e tidos como funcionais. Ademais, no caso do Morar Carioca da Providência, não é possível afirmar que é apenas uma dimensão metodológica do nosso campo. O projeto surge como instrumento de materialização dos interesses econômicos e especulativos em voga na cidade,

especialmente turísticos, como o revelado inúmeras vezes no discurso do prefeito sobre a Providência.

Tenho certeza que este lugar se tornará um novo ponto turístico da cidade, além de beneficiar a população, que já vive numa comunidade pacificada. A vista daqui é sensacional. De um lado temos a ponte Rio-Niterói e as montanhas do interior do estado e de outro o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor,

disse o prefeito (CARPES, 2012).

Por outro lado, a experiência de analisar os impactos do Morar Carioca também em outras favelas do Rio de Janeiro (ANEXO 1)<sup>115</sup>, permitiu compreender que a questão da acessibilidade atravessa diversas dimensões dos interesses das mulheres. Podemos enumerar desde a questão da segurança, devido ao perigo da violência e de assédios, até a funcionalidade e conforto ao longo do percurso. Se trabalhamos somente a partir do processo de participação (que na prática se tornou apenas 'depósito de demandas'), por exemplo, para levantar esses fatores, é possível que se perca a dimensão real desses interesses e podemos incorrer numa metodologia que se assemelhe a dos manuais canadenses, como já analisado anteriormente. Assim, o processo participativo não bastaria para a perspectiva aqui defendida.

---

<sup>115</sup> Ver Anexo 1: fragmento do relatório produzido como consultora da ONUHABITAT/ONUMULHERES sobre o Morar Carioca e a perspectiva de gênero nas favelas da Babilônia, Chapéu Mangueira e Colônia Juliano Moreira (2012).

Fotografia 21: Marcação de casas que foram sujeitas aos despejos de famílias na Favela da Providência – julho 2011.



Fonte: a autora.

Esse paradoxo se relaciona ao modo como o espaço urbano se constitui para as mulheres perante os processos de resistências, já que elas se localizam dentro das contradições e das desigualdades de gênero e urbanas, coexistencialmente. Assim, a participação torna-se controversa, pois opera segundo regras e situações onde as desigualdades de gênero tencionam as práticas das mulheres. A postura das instituições envolvidas e dos homens, moradores que também participam das atividades de mobilização, ou nas reuniões institucionais, interferem e determinam as práticas. Não foram raras as situações de conflito com agentes do governo ou mesmo com algum morador na disputa do protagonismo no processo, ou pela falta de apoio prático às mulheres que estavam em situação mais vulnerável. Era perceptível, a partir dos relatos que surgiram nas reuniões do FCP, que as(os)

representantes da SMH e empreiteiras eram mais incisivos e insolentes com as mulheres do que com os homens. Desse modo, é possível perceber caminhos já constituídos que não são evidentes nos mecanismos da política urbana, assim como para as heteronormativas hegemônicas, apesar de reconhecermos que os seus interesses também estão tencionados por eles.

Para evitar generalizações, sabemos que a resistência às ameaças ao direito à moradia não é dado. Quando vimos os casos de moradoras que resolveram ceder às pressões para sair de suas casas (que não se justificavam de fato pelo risco ambiental, apesar do discurso da prefeitura)<sup>116</sup> a maioria não estava mobilizada em torno da resistência. Elas se mostravam passivas e abertas às negociações, diferentemente das que permanecem. As 'resistentes' se caracterizam por um discurso mais contundente e por ausência de intimidação diante das ameaças, mesmo por parte do poder público. Isso tem sido um dos fatores importantes nesse processo.

Segue o depoimento de Ana sobre as abordagens de uma agente da SMH e o relato de sua reação.

Na segunda convocação, apareceu aquela moça que se dizia da prefeitura. Não tinha nada que dissesse que era da prefeitura. "Olha, você tem que ir lá, você tem que ir lá na prefeitura, você tem que conversar." Falei: "Filha, não perdi nada na prefeitura." Porque quando a Marli veio fazer as marcações das casas com aquela sigla, que meu número é 1568 aquela sigla SMH. Eu falei pra ela que eu não faço parte daquela época de Hitler, porque o Hitler fazia aquilo. Marcava aquelas casas daqueles que estavam prestes a morrer. Ela falou: "Não é nada disso não, a senhora tá muito nervosa". Falei: "Não vou!". E acabei não indo. Até hoje. Aí depois disso tudo começou os tipos de ameaça. Passava e apontava. (Ana, moradora da Favela da Providência).

---

<sup>116</sup> Para convencer as(os) moradoras(es) a abandonar os seus imóveis, a prefeitura através da SMH utiliza o discurso do risco ambiental. No entanto, analisando de forma mais cuidadosa o projeto, na verdade a razão se refere tão somente, em grande parte dos casos, aos arranjos de projeto.

Figura 9: Matéria do jornal OPOVO sobre as remoções na Providência.

# O progresso não ouviu a voz de quem mora no morro

**D**esprezando a realidade, a Providência não conseguiu adaptar sua estrutura física ao crescimento da favela. Para isso, a Prefeitura de Nova Friburgo, que vem lutando contra a remoção de favelas, teve que se apoiar da Prefeitura de Rio de Janeiro, o que permitiu que o poder municipal e o corporativo de um município, um município, não fossem os únicos responsáveis pela situação de precariedade da população local. Vinte e duas famílias foram deslocadas para o bairro de São Francisco, em um terreno que não era adequado para a construção de casas habitacionais. O projeto foi financiado pelo governo federal e estadual, mas não conseguiu ser executado devido à falta de recursos locais. Vinte e duas famílias foram deslocadas para o bairro de São Francisco, em um terreno que não era adequado para a construção de casas habitacionais. O projeto foi financiado pelo governo federal e estadual, mas não conseguiu ser executado devido à falta de recursos locais.

seu estado, mas que os moradores da Providência reclamam de nunca terem sido ouvidos. Eles exigem que o poder municipal e o corporativo de um município, um município, não fossem os únicos responsáveis pela situação de precariedade da população local. Vinte e duas famílias foram deslocadas para o bairro de São Francisco, em um terreno que não era adequado para a construção de casas habitacionais. O projeto foi financiado pelo governo federal e estadual, mas não conseguiu ser executado devido à falta de recursos locais.

interior, começou a ser demolido em uma operação que causou grande revolta local. "Nós estamos nos movendo, mas quem não quer sair do morro não consegue se mudar", diz o professor de arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Paulo de Paula. Para ele, a Prefeitura de Nova Friburgo não conseguiu ouvir a voz dos moradores. O projeto foi financiado pelo governo federal e estadual, mas não conseguiu ser executado devido à falta de recursos locais.

de remoção de favelas, teve que se apoiar da Prefeitura de Rio de Janeiro, o que permitiu que o poder municipal e o corporativo de um município, um município, não fossem os únicos responsáveis pela situação de precariedade da população local. Vinte e duas famílias foram deslocadas para o bairro de São Francisco, em um terreno que não era adequado para a construção de casas habitacionais. O projeto foi financiado pelo governo federal e estadual, mas não conseguiu ser executado devido à falta de recursos locais.

de remoção de favelas, teve que se apoiar da Prefeitura de Rio de Janeiro, o que permitiu que o poder municipal e o corporativo de um município, um município, não fossem os únicos responsáveis pela situação de precariedade da população local. Vinte e duas famílias foram deslocadas para o bairro de São Francisco, em um terreno que não era adequado para a construção de casas habitacionais. O projeto foi financiado pelo governo federal e estadual, mas não conseguiu ser executado devido à falta de recursos locais.

de remoção de favelas, teve que se apoiar da Prefeitura de Rio de Janeiro, o que permitiu que o poder municipal e o corporativo de um município, um município, não fossem os únicos responsáveis pela situação de precariedade da população local. Vinte e duas famílias foram deslocadas para o bairro de São Francisco, em um terreno que não era adequado para a construção de casas habitacionais. O projeto foi financiado pelo governo federal e estadual, mas não conseguiu ser executado devido à falta de recursos locais.

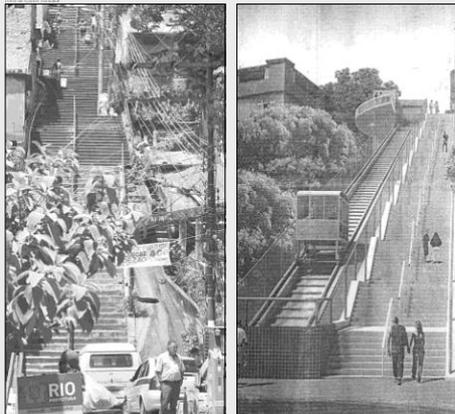
de remoção de favelas, teve que se apoiar da Prefeitura de Rio de Janeiro, o que permitiu que o poder municipal e o corporativo de um município, um município, não fossem os únicos responsáveis pela situação de precariedade da população local. Vinte e duas famílias foram deslocadas para o bairro de São Francisco, em um terreno que não era adequado para a construção de casas habitacionais. O projeto foi financiado pelo governo federal e estadual, mas não conseguiu ser executado devido à falta de recursos locais.

de remoção de favelas, teve que se apoiar da Prefeitura de Rio de Janeiro, o que permitiu que o poder municipal e o corporativo de um município, um município, não fossem os únicos responsáveis pela situação de precariedade da população local. Vinte e duas famílias foram deslocadas para o bairro de São Francisco, em um terreno que não era adequado para a construção de casas habitacionais. O projeto foi financiado pelo governo federal e estadual, mas não conseguiu ser executado devido à falta de recursos locais.

de remoção de favelas, teve que se apoiar da Prefeitura de Rio de Janeiro, o que permitiu que o poder municipal e o corporativo de um município, um município, não fossem os únicos responsáveis pela situação de precariedade da população local. Vinte e duas famílias foram deslocadas para o bairro de São Francisco, em um terreno que não era adequado para a construção de casas habitacionais. O projeto foi financiado pelo governo federal e estadual, mas não conseguiu ser executado devido à falta de recursos locais.



Plano inclinado vai destruir parte da escadaria histórica do Morro da Providência erguida por escravos com pedras vindas de Portugal



Projeto de plano inclinado e teleférico é considerado obra para turistas e é alvo de críticas de urbanistas e arquitetos

de remoção de favelas, teve que se apoiar da Prefeitura de Rio de Janeiro, o que permitiu que o poder municipal e o corporativo de um município, um município, não fossem os únicos responsáveis pela situação de precariedade da população local. Vinte e duas famílias foram deslocadas para o bairro de São Francisco, em um terreno que não era adequado para a construção de casas habitacionais. O projeto foi financiado pelo governo federal e estadual, mas não conseguiu ser executado devido à falta de recursos locais.



Moradora teme que destruição de casa destrua compromisso sem fim de remoção

Fonte: OPOVO, 21 e 22 de janeiro de 2012.

Sonia, moradora da Pedra Lisa, relatava que o FCP contribuiu para que ela continuasse resistindo e também mobilizasse e orientasse as pessoas dessa parte da Providência. Ela sempre relatava que prevenia às(os) moradoras(es) a não deixar ninguém entrar nas residências se não fosse por ordem judicial, que ninguém era obrigado a assinar papéis que não fossem oficiais, e que nas reuniões organizadas pela prefeitura era importante a mobilização de todos para pressionar por informações e discutir o projeto. As abordagens 'oficiais' realizadas na casa das famílias marcadas para serem removidas, as(os) agentes se apresentavam sem identificação, com documentação sem nenhum valor legal, sem nenhuma possibilidade de questionamento ou negociação. Por conta disso, se instaurou um clima de insegurança entre as(os) moradoras(es). Ninguém sabia quando e o quê

seria feito, mas que os moradores da Providência reclamam de nunca terem sido ouvidos. Eles exigem que o poder municipal e o corporativo de um município, um município, não fossem os únicos responsáveis pela situação de precariedade da população local. Vinte e duas famílias foram deslocadas para o bairro de São Francisco, em um terreno que não era adequado para a construção de casas habitacionais. O projeto foi financiado pelo governo federal e estadual, mas não conseguiu ser executado devido à falta de recursos locais.

poderia acontecer com elas(es) de fato.

A Pedra Lisa seria uma das áreas mais impactadas pelo projeto. Sempre que o FCP conseguia articular uma reunião, inúmeras mulheres apareciam, muitas com seus filhos, aflitas com as ameaças da SMH. Todas muito assustadas com a situação, mas não se mobilizavam para além das convocatórias do fórum. Sonia tinha sido uma dessas 'espantadas' nas primeiras reuniões do FCP, das quais participou, mas aos poucos era visível a sua firmeza e a clareza de seus interesses, apesar do medo de perder a casa. Sua participação foi importante na tentativa de articulação da população no debate em torno do projeto Morar Carioca e de seus impactos.

As relações de solidariedade também foram fundamentais para a resistência. Na série de reportagens publicadas pelo jornal O POVO em janeiro de 2012 (Figura 9), grande parte dos casos relatados era de famílias chefiadas por mulheres que haviam cedido às pressões da prefeitura, seja pela situação precária que as obras impuseram, seja por problemas de saúde, ou mesmo por medo. A fonte do jornalista Felipe Martins, responsável pela matéria, foram as mulheres do FCP que mapearam os casos para que a reportagem pudesse ser feita, na expectativa de que a publicidade dos casos pudesse gerar algum tipo de constrangimento público à prefeitura e, assim, reverter a situação dessas moradoras. Todavia, nada aconteceu.

É importante ressaltar que, dentre os homens mobilizados no FCP, nenhum cedeu a pressão da SMH para sair de suas residências. Inclusive, poucos eram aqueles que traziam em seu discurso durante as reuniões situações de assédio como os praticados contra as mulheres por parte de algum funcionário do governo ou das empresas responsáveis pelas obras. Esse dado reforça a hipótese de que as mulheres são mais vulneráveis a esse tipo de prática de coação.

Outro exemplo que contribui para a problematização da prática e das respectivas performance e interesses das mulheres, refere-se à manifestação (julho de 2011) contra a estação do teleférico na Praça Américo Brum, onde havia uma quadra esportiva, tendo sido um importante ponto de encontro e referência da favela. Apesar da presença dos policiais da UPP, ficou evidente o protagonismo das moradoras na resistência contra o Morar Carioca. Do discurso à clareza dos argumentos, ficou evidente a importância da performance das mulheres. Além de estar em maior número (cerca de 40 pessoas participaram), foram elas que buscaram dar visibilidade às suas reivindicações com a mídia presente, e

dialogaram com as autoridades a fim de buscar uma alternativa. Nessa ocasião, prática e performance, nos termos de Gillian Rose (1993), ficaram evidentes, uma inerente à outra, pois seus corpos se revelavam nesse espaço paradoxal como dominados e ao mesmo tempo libertos e instrumentos de possibilidade (Fotografias 22 e 23).

Fotografia 22: Moradora discutindo com policiais da UPP em função de um protesto contra o teleférico (jul. 2012)



Fonte: a autora.

É importante ressaltar que, nessa manifestação, não houve grande cobertura da imprensa, apenas de um veículo da imprensa (Anexo 2)<sup>117</sup>. Por essa razão, era uma manifestação ‘invisível’, sem palco, apenas práticas de resistência de moradoras(es) de um lado, e de outros policiais e trabalhadores das empreiteiras que mantiveram as obras iniciadas na praça naquele dia 19 de julho, protegidos por funcionários da SMH e da PM<sup>118</sup>.

A violência simbólica, psicológica, institucional, cujas consequências se refletem no corpo dessas mulheres, torna-se instrumento de remoções não só desses corpos e suas casas, mas de suas práticas espaciais e, conseqüentemente, de suas resistências, construídas no espaço da favela ao longo de sua história. Hoje, mesmo aquelas que permanecem na Providencia, diante de tanta violência, amornaram suas práticas de resistência política e de exposição de suas vidas através de inúmeros documentários, reuniões, audiências e manifestações que se

<sup>117</sup> Ver Anexo 2 sobre matéria produzida pela UOL Notícias em 19 de julho de 2011.

<sup>118</sup> Em nenhum momento, arquitetos e urbanistas responsáveis pelo projeto de urbanização buscaram diálogo, mesmo depois da manifestação.

mobilizavam em torno do FCP. Essas são descontinuidades com consequências importantes na favela. Uma resistência que se mantém pela permanência na favela e, provavelmente, por suas práticas espaciais cotidianas, mas que se limitam agora pela presença mais ostensiva do tráfico de drogas de forma concomitante com a UPP. As moradoras que se destacavam nesse contexto agora circunscrevem sua ação à relação com a defensoria pública através do NUTH, que atua na defesa das(os) moradoras(es) ameaçadas(os) na Providência.

Fotografia 23: Outra moradora discutindo com policiais da UPP em função de um protesto contra o teleférico (jul. 2012)



Fonte: Blog do FCP. Autoria: Edmilson de Lima/Favela em Foco<sup>119</sup>.

Um fator importante na compreensão da pertinência da luta pela permanência na favela e de que elas eram sujeitos importantes de transformação de suas realidades, se relaciona com o surgimento do FCP. Esse coletivo, que se forma a partir de lideranças locais, pesquisadoras(es), professoras(es), profissionais liberais, ONGs, com apoio de outros coletivos urbanos e culturais, de movimentos sociais e parlamentares, desperta a possibilidade de organização e resistência política de um grupo de moradoras(es) cuja participação feminina tinha grande destaque, como uma espécie de materialização de suas resistências cotidianas segundo suas práticas espaciais. No entanto, esse coletivo, apesar de se mobilizar levando em consideração os interesses práticos daquelas(es) ameaçadas(os) pelo Morar

---

<sup>119</sup> Fotografia editada pela autora da tese a fim de preservar a identidade da moradora.

Carioca na Favela da Providência e área portuária, a perspectiva da luta para as(os) apoiadoras(es) era o de atingir seus interesses estratégicos: do direito à cidade. Isso, inclusive, se tornou objeto de conflitos no interior do FCP.

A despeito do grande esforço realizado ao longo dos anos de existência do FCP de ambas as partes, é possível perceber um desgaste por parte das moradoras. Embora houvesse a presença de homens no coletivo, foram elas que mais se expuseram<sup>120</sup> e vivenciaram as dificuldades de lutar por seus interesses práticos, assim como os estratégicos que foram construídos ao longo do processo, justamente por essa relação com as(os) suas(eus) apoiadoras(es). A lista de reivindicações elaborada no âmbito do FCP (Anexo 5), encaminhada ao MPF, à SMH e à imprensa revelam que esse caminho foi traçado. Houve momentos em que buscaram fortalecer a sua luta se solidarizando com outras, como foi o caso de Vila Autódromo, na zona oeste do Rio de Janeiro. Ali, percebi que havia se iniciado uma possibilidade mais ampla e estratégica de mobilização delas(es) em torno do direito à moradia na cidade. Contudo, frente às situações de violência da SMH para a viabilização das remoções em Vila Autódromo, e em outras comunidades da zona oeste, além da violência na qual estavam já vivenciando na Providência, paulatinamente se voltaram aos seus interesses práticos. Ou seja, os limites impostos às práticas sociais de resistência voltadas à mobilização política contra as violações que estavam sofrendo, em função dos interesses da prefeitura, estabeleceram um paradoxo importante. Algumas descobriram que suas práticas sociais, realizadas conscientemente a partir de seus interesses, transformaram objetivamente a sua realidade, permitindo ir dos interesses práticos aos estratégicos, mas este último mais difícil de ser alcançado. Por isso, houve o recuo.

Quando relatavam suas histórias do passado e do presente, esse aspecto se revelava. “Como vou abandonar minha casa, depois de ter passado por tudo que passamos?”, questionaram Neuza, Ana, Carla, Elza e tantas outras, fazendo referência às suas histórias pessoais na favela. Histórias que também se desvendam no presente diante das históricas contradições urbanas no Rio de Janeiro. São pessoas que aproveitaram as brechas, o local onde a repressão falhou, em que a luta pelo direito à moradia expõe práticas, símbolos, tempos, subjetividades e

---

<sup>120</sup> Em uma rápida pesquisa na internet, não é difícil assistir e ler inúmeras reportagens, notícias e documentários em que as moradoras da Favela da Providência aparecem de forma mais evidente que os homens.

identidades inerentes ao modo como se apropriam do espaço urbano e o produzem. Incorporando ou rompendo com o poder, resistindo através das práticas, como já problematizado teoricamente em capítulos anteriores desta tese. Resistências que transformaram a própria história e o destino da Providência e de suas(eus) moradoras(es), assim como o dessas mulheres, que apesar de cansadas, também se transformaram, não só porque conseguiram impedir as inúmeras remoções e transformações anunciadas, mas porque também atinge as subjetividades e as possibilidades de interesses. Portanto, as práticas sociais enquanto práticas espaciais de resistência no espaço urbano se mostram uma 'ferramenta' significativa quando os interesses práticos não podem ser mais pautados pela luta política na esfera pública.

O exercício da política se torna fundamentalmente prática espacial e performance no espaço urbano, segundo suas subjetividades e identidades urbanas com vistas a resistir ao modo de produção hegemônico e heteronormativo. O exemplo das mulheres protagonistas da luta pelo direito à moradia na Favela da Providência nos chama a atenção para os limites e possibilidades quando disputamos uma concepção de cidade e, conseqüentemente, de um modo de produção do espaço. Por isso, a pertinência de um olhar mais sistêmico a respeito das desigualdades de gênero na cidade, para articular possibilidades de construção mais amplas de um urbanismo de possibilidades.

## **7 ESPAÇOS GENERIFICADOS DE RESISTÊNCIA: POR UM URBANISMO DA POSSIBILIDADE E NÃO DO PODER**

Vimos, ao longo da tese, que estamos diante de uma concepção de cidade que se espacializa de forma perversa e contraditória, pois submete as pessoas a uma lógica de produção do espaço urbano que transforma espaço e pessoas em mercadoria, buscando desconectar as pessoas do espaço urbano, pois são encaradas como consumidoras e não como cidadãs. Dentro dessa lógica, não são fundamentais para a cidade, para seus bairros e para as dinâmicas urbanas em jogo. Essa tensão produz uma brutalidade que alisa não só os territórios, mas os espaços urbanos, as práticas sociais e as possibilidades de resistência para a construção de identidades urbanas, vínculos sociais e produção de memórias, que considero essenciais para vivenciarmos uma cidade mais justa. Alisar e normatizar o espaço e as práticas que ali se estabelecem é um modo mais fácil de perpetuação do poder. E, assim, a heteronormatividade se estabelece de forma mais eficaz, inclusive quando somos pressionadas a pautar nossos interesses pelos mesmos fundamentos praticados por quem está no poder. Perante essa conjuntura de produção heteronormativa do espaço que o urbanismo se relaciona, os(as) profissionais acabam por não recorrer a possíveis ferramentas políticas e teóricas para romper com essa lógica, saindo do papel de vítimas do mercado. Coloco também no debate os interesses estratégicos e práticos de arquitetas(os) e urbanistas que se protegem no exercício profissional pelo discurso da neutralidade do método ou do seu lugar como profissional no processo de elaboração de projetos e estudos.

A relevância e o reconhecimento dos direitos e interesses das mulheres no espaço urbano em uma cidade, onde tudo é passível de se tornar mercadoria, nos desafia à formulação de caminhos teóricos que contribuam para que essa problemática venha à tona nos estudos urbanos. Vimos que as práticas sociais são uma ferramenta de tensionamento cotidiano que as mulheres acionam para a construção de mudanças, potencializadas por múltiplas formas de resistência. São brechas que comunicam possibilidades para o nosso campo. Na Favela da Providência, vimos como as práticas sociais de resistência frente ao Morar Carioca emergem essa possibilidade que pode favorecer uma perspectiva de mudança no cotidiano, tanto individualmente como coletivamente, por solidariedade mas com

base em interesse práticos significativos para o espaço que tencionam.

Outro aspecto importante é o fato de que não é possível falar de um mesmo espaço de forma unitária, total e universal. Os diferentes modos de apropriação provocam um tipo de conhecimento que se relaciona à ideologia e às práticas conscientes e inconscientes. Permitir que as mulheres possam se apropriar do espaço, marcando sua presença, desnaturaliza o seu corpo que é pressionado para permanecer à margem, constrangido e segregado.

A combinação de práticas espaciais, e também performances, permite que os processos de resistência se tornem possibilidades da criação da novidade, confrontando o ideal de gênero e de heteronormatividade no espaço urbano. Em lugares que comumente se desenrolam mais evidentemente tais normativas, eles podem se tornar locais de resistência, subversão e ressignificação dos ideais de gênero. A meu ver, perante as múltiplas experiências como mulher na cidade e observando práticas espaciais de resistência, a mera presença das mulheres confronta e ameaça as normativas hegemônicas e androcêntricas. Analisar de forma relacional os corpos e as práticas das mulheres, nos permite qualificar as múltiplas resistências como algo não fixo, móvel, instável, aberto, possível. A sua presença permite o surgimento (também móvel, instável, aberto) ou a manifestação de um espaço diferencial tensionado pelas contradições de gênero que é tensionado por uma geometria complexa e paradoxal, tanto à margem como ao centro. Assim, o tradicional debate de segregação espacial é colocado em xeque.

Portanto, apresento o conceito de *espaço generificado de resistência* como um conceito conclusivo da tese. Este não se caracteriza por determinado lugar. Por isso, não é fixo, uma vez que a *primeira dimensão do espaço generificado de resistência reside no corpo das mulheres* a partir de suas práticas sociais. No entanto, apesar do espaço generificado de resistência partir do corpo e de suas práticas, *é o espaço que suscita práticas generificadas de resistência*, diante dos processos de desigualdade, discriminação, exploração, opressão e segregação socioespacial que se especializam e tencionam os seus interesses e suas práticas.

Vimos que as favelas, paradoxalmente à cidade, são esses espaços que são construídos a partir de múltiplas resistências cotidianas, marcadamente pelas contradições de gênero que a cidade, em seu sentido abstrato, insiste em negá-las, segregá-las e excluí-las. O seu lugar de moradia é um ponto de partida das práticas espaciais. Por isso, podemos afirmar que o *espaço generificado de resistência* é

uma das camadas do modo de produção (coexistensivo) do espaço urbano, assim como outras que também se referem às formas dominantes e hegemônicas de produção do espaço. Se há práticas sociais (espaciais) de resistência frente às desigualdade de gênero, ali se constitui o *espaço generificado de resistência*, compondo de um lado a correlação de forças do modo de produção do espaço urbano, no caminho do reconhecimento e da justiça, e de outro, resistências para garantir práticas hegemônicas.

Claro que há limites para a resistência, pois considero que não necessariamente as resguardam para tal, como bell hooks (1990) caracteriza o caso das negras estadunidenses em relação aos seus lares e domicílios<sup>121</sup>, por exemplo, diante da segregação racial presente nas cidades, por mais que as casas sejam igualmente lugares de restauração e renovação de seus corpos e espíritos. Mas, no meu ponto de vista, as áreas favelizadas não oferecem segurança e proteção nos termos da autora. Contudo, permitem práticas espaciais importantes de resistência no contexto da cidade. Esse é um paradoxo importante.

Sendo assim, é fundamental uma noção de espacialidade para a construção de uma nova relação que articule poder (possibilidade), conhecimento e subjetividade, como propõe Gillian Rose (1993), sem que repliquemos a exclusão das(os) consideradas(os) diferentes e das(os) iguais onde possamos nos reconhecer e estabelecer práticas de solidariedade e tolerância. Com isso, tanto o material quanto o simbólico coexistem paradoxalmente. Precisamos projetar esse espaço de desconstrução e construção, de aprendizagem política e epistemológica, sem preconceções, para o reconhecimento das diferenças e de múltiplos interesses.

As favelas se caracterizam por um espaço urbano que, ao mesmo tempo, conjuga uma vida urbana intensa, práticas e morfologia que se associam às estratégias de defesa e resistência, tornando a vida urbana possível mesmo diante das precariedades. Não podemos mais nos referir às favelas apenas como espaços de miséria. Hoje muitas favelas conseguiram, mesmo com limites, certo grau de urbanidade, conquistada justamente a partir desses processos de construção de resistências. A apropriação intensa do espaço é a característica mais importante das favelas; não é apenas um lugar de circulação. Esse é um dos seus diferenciais. Trata-se de um espaço que se caracteriza por um equilíbrio instável, por conflitos

---

<sup>121</sup> No capítulo Homeplace: Site of Resistance do livro Yearning – race, gender and cultural politics (1990).

que produzem diferenças imprevisíveis (LEFEBVRE, 2000). Por essa razão, as favelas são um caso importante para fundamentação de nossa proposição analítica de espacialidade na perspectiva de gênero. Desse modo, a proposta, inspirada na realidade das favelas, é a de caracterizar e analisar o que chamamos de *espaços generificados de resistência*, como instrumento de contribuição ao debate sobre as desigualdades de gênero para os estudos urbanos.

Tendo em vista o debate travado neste trabalho, além da compreensão dessa espacialidade com perspectiva de gênero, proponho algumas premissas para que o urbanismo possa constituir um campo de possibilidade de rompimento das normativas androcêntricas, ou seja, a heteronormatividade, cujos processos de investigação teórica e empírica se baseiem nas práticas espaciais de resistência.

Enumero 6 (seis) princípios para a construção de processos propositivos, tendo em vista o debate apresentado ao longo dos capítulos.

[1] Reconhecer que, assim como a dimensão de classe, as consequências das desigualdades de gênero no espaço urbano são diversas, heterogêneas e policêntricas, é preciso estar atenta à perspectiva do diferencialismo como pressuposto das análises e das proposições;

[2] Atentar aos interesses práticos de gênero numa perspectiva estratégica de construção da autonomia e justiça através das práticas espaciais das mulheres, mesmo que estas pareçam contraditórias aos interesses estratégicos de emancipação feminina. Dar relevância, num primeiro momento, aos interesses práticos não desconstrói as possibilidades de constituição de estratégias emancipatórias feministas;

[3] Os espaços urbanos devem se constituir como espaços abertos às possibilidades, permitindo a hibridez dos lugares, em vez de sítios monofuncionais. A definição de funções e de uso do solo rígidas e estanques dificultam o imprevisível e a possibilidade de transformação, através das práticas espaciais já em processo, ou na 'provocação' de novas práticas de resistência e/ou emancipatórias na cidade. A partir desse princípio, evitamos proposições que levem em consideração de forma central o debate da segurança, assim como as práticas de cuidado de crianças e idosas(os), que recaiam majoritariamente sobre os ombros das mulheres; uma vez que podemos incorrer nos perigos de incidir nas premissas heteronormativas que isolam ou constroem espaços estigmatizados ligados às ditas 'práticas femininas';

[4] Enquanto espaços de possibilidade, os corpos das mulheres e suas

práticas espaciais devem ser considerados como mecanismo de interferência no espaço urbano. Assim como identificado por Sara Ahmed (2006)<sup>122</sup>, a simples presença dos seus corpos desorienta e desestabiliza o espaço segundo padrões dominantes, e esse aspecto pode suscitar processos de transformação do espaço urbano;

[5] O espaço urbano é portador de múltiplos significados para as mulheres. Através de experiências cotidianas e práticas espaciais, os espaços podem significar limites, fronteiras ou possibilidades, bem como a representação de identidades sociais. Com isso, precisamos gerar condições mínimas para que as mulheres possam desconstruir ou construir seu lugar no espaço urbano;

[6] Sendo corpos que não se restringem ao espaço privado ou ao lugar da moradia, as proposições devem levar em consideração interferências policêntricas e/ou extensivas no espaço urbano. Sendo assim, se permite estabelecer práticas e performances que reverberem pela cidade, onde se possa propagar uma perspectiva solidária de resistência, admitindo que as mulheres se coloquem como corpos visíveis e capazes de influenciar um novo modo de produção do espaço urbano.

Não estou propondo um modelo a ser seguido, mas sim pressupostos; diferentemente do que experimentei em oportunidade anterior, que consistiu em apontar ações com a perspectiva de gênero que deveriam ser tomadas nas favelas, objeto do Morar Carioca<sup>123</sup>. Esse caminho metodológico poderia minimizar as consequências das desigualdades vivenciadas pelas mulheres, mas não necessariamente permitiria que as mulheres construíssem a seu modo suas possibilidades. Na verdade, coloco em xeque, diante desta conclusão, o próprio papel da(o) arquiteta(o) urbanista enquanto protagonista das intervenções no espaço urbano. A esse profissional, proponho uma ruptura e um modo mais solidário e menos egocêntrico de atuação profissional onde a cidade de fato possa ser um lugar para as pessoas, conforme seus interesses e necessidades de forma autônoma e emancipatória.

Desse modo, acredito que, para o urbanismo fomentar novos comportamentos e produzir transformações na subjetividade das mulheres frente às

---

<sup>122</sup> Sara Ahmed problematiza a presença dos corpos *queers* ou 'estranhos' no espaço em seu livro *Queer Phenomenology: Orientations, Objects, Others* (2006).

<sup>123</sup> Trabalho de consultoria para avaliação do Programa Morar Carioca e a perspectiva de gênero, em função de um edital público da ONUHABITAT/ONUMULHERES, no primeiro semestre de 2012. Ver resultado parcial do relatório no Anexo 1.

desigualdades de gênero, é preciso que a(o) arquiteta(o) urbanista seja uma espécie de coadjuvante. Criar condições materiais para que sejamos autônomas e protagonistas na transformação do espaço urbano, de acordo com nossos interesses práticos e estratégicos, é um modo de desafiar a ideologia dominante no planejamento e, conseqüentemente, no projeto urbano. Defendemos sobretudo que o urbanismo, além de não ser indiferente a problemática de gênero, não force um modelo que aprisione os lugares e dificulte interferências pelas práticas espaciais. Que hipóteses possam ser propostas. As possibilidades materiais do urbanismo são apenas um aspecto dentre outros que influenciariam a qualidade do espaço urbano. Do mesmo modo que os processos participativos, que deveriam anteceder e balizar as proposições de projeto, por exemplo, não são suficientes para romper com os limites que ainda encontramos para alcançar a problemática urbana atual, tendo em vista o modo como eles se estruturam, mesmo nos modelos ideais preconizados pelo campo da reforma urbana. Precisamos ir além. Levar em consideração as subjetividades que constroem os interesses práticos e estratégicos também deve ser um elemento do processo participativo, mas não o único momento. É um processo que não se limita às intervenções em si.

O espaço urbano, espaço de atuação de arquitetas(os) e urbanistas, através da arquitetura ou urbanismo, é um objeto sempre em fuga que nos escapa onde tentamos, seja por modelos mais rígidos ou menos rígidos, adestrar. Romper com esse modelo é questionar paradigmas hegemônicos e propor um novo olhar sobre as contradições sociais que estão em jogo nas cidades. A análise centrada nas práticas sociais contribui no sentido de desfazer os referenciais que homogeneízam a tudo e a todas(os) pela linha reta, como o fez Le Corbusier (AGREST, 2010).

Por isso, reconhecer aquilo que caracterizo como os *espaços generificados de resistência* na cidade, sejam eles constituídos por práticas sociais ligadas aos interesses estratégicos, sejam eles ligados aos interesses práticos, é fundamental para nutrir o debate da política urbana para que se busque a constituição de uma cidade mais justa socialmente. Desta forma, a cidade não pode ser algo fechado e acabado. Ela deve ser aberta às interferências daquelas(es) que estão à margem, tencionando as(os) que estão no centro e na margem (ROSE, 1993), tanto por suas práticas sociais, que se caracterizam por formas distintas de apropriação do espaço urbano, quanto por práticas políticas de pressão e participação nas esferas públicas.

## REFERÊNCIAS

ABRANHÃO, Sérgio. **Espaço público**: do urbano ao político. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

ABREU, Maurício. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio De Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2008.

AGREST, Diana. À Margem da Arquitetura: Corpo, Lógica e Sexo.” In: NESBITT, K. (org) **Uma nova agenda para a arquitetura**: Antologia Teórica 1964-1995. São Paulo: Cosac Naify, p. 584-598, 2008.

AHMED, Sara. **Differences that Matters: Feminist Theory and Postmodernism**. Cambridge, Melbourne : Cambridge University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. **Queer Phenomenology**: Orientations, Objects, Others. Durham, London: Duke University, 2006.

ARAÚJO, Anete. Estudos de Gênero em Arquitetura: Um Novo Referencial Teórico para a Reflexão Crítica sobre o Espaço Residencial. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, Salvador, p. 11-22, 2006.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, Feminismo e o Enfoque De Gênero. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, p. 63-70, 2000:.

ARANTES, Otília. Uma Estratégia Fatal: A Cultura das Novas Gestões Urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E.(org), **A Cidade do Pensamento Único** - Desmanchando Consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p.11-74.

\_\_\_\_\_.; VAINER, C.; MARICATO, E.(org), **A Cidade do Pensamento Único** - Desmanchando Consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p.11-74.

BARROS, J. Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial: revisitando Charles Fourier. **Mediações**, Londrina, v. 16, n.1, p. 239-255, Jan./Jun. 2011.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: Fatos e Mitos. Difusão Européia Do Livro. Tradução: Sérgio Milliet . Vol. I. São Paulo, 1970.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva** – política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, p. 11-71, 1997.

BERENSTEIN-JACQUES, Paola. **Les Favelas de Rio**: Un Enjeu Culturel. Paris, Montréal, Budapeste : L'harmattan, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto - Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Presidência da República, 2015.

BRENNER, Neil. Teses sobre urbanização. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro, nº 19, ano 5, p: 6 – 26, Dez 2014.

BRYDON, L; SYLVIA, C.. **Women in the Thrid Word: Gender Issues in Rural and Urban Areas**. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1989.

BULOT, Christine; POGGI; Dominique. **Droit de cité pour les femmes**. Paris : Les Éditions de L’atelier/Les Éditions Ouvrières, 2004.

BUTLER, Judith. **Trouble dans le Genre – le féminisme et la subversion de l’identité**. Tradução: Cynthia Kraus. Paris: La Découvert/Poche, 2006.

BUTLER, Jutith; LACLAU; Ernesto; ZIZEK; Slovoj. **Contingency, Hegemony, Universality**. London, New York: Verso, 2000.

CALDEIRA, Teresa . **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CALIÓ, Sonia; SILVA Marina. Les femmes de la gamboa: prise de conscience et limites. In: HAIRNARD, François; VERSCHUUR, Christine (org). **Femmes dans les crises urbaines: relations de genre et environnements précaires**. Paris: Édition Karthala, 2001.

CARPES, Giuliander. Eduardo Paes faz primeiro teste no teleférico da Providência no RJ. **Terra**, Rio de Janeiro, 21 dez. 2012. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/eduardo-paes-faz-primeiro-teste-no-teleferico-da-providencia-no-rj,be16e8f57fdbb310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

CASANOVA, Roser. La gestión de la vida cotidiana en las colonias textiles catalanas. una aproximación de género. In: VALDIVIA, Blanca; CIOCOLETTO, Adriana. **Collectiu Punt 6**, 2012. Disponível em <<http://punt6.wordpress.com/publicaciones-punt-6/>>. Acesso em 13 jan 2015.

CATRACA LIVRE. Mulher de 109 anos diz que segredo para viver muito é nunca se casar. **Catraca Livre**. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/geracao-e/indicacao/mulher-de-109-anos-diz-que-segredo-para-viver-muito-e-nunca-se-casar/>>. Acesso em 1 maio 2015.

CDURP. Prefeitura do Rio. **Porto Maravilha**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://www.portomaravilha.com.br>>. Acesso em: 12 out. 2011.

CERQUEIRA et al. **Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha**. Texto para discussão - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2015.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo** - utopias e realidades. Uma antologia. 6ª Edição. Tradução: Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CPCO. Comitê Popular da Copa e Olimpíadas. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Dossiê, Rio de Janeiro, junho 2014.

CORBUSIER, Le. **Maneira de pensar o urbanismo**. Lisboa: Europa-América 1969.

\_\_\_\_\_. **Por uma arquitetura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

COUTRAS, Jacqueline. À propos de la construction sexuée de l'espace urbain. **Cahiers du Gedisst**. Paris: L'harmattan, nº 19, p: 77-94, 1997

\_\_\_\_\_. **Crise urbaine et espace sexués**. Paris: Ed Armand Colin, 1996.

\_\_\_\_\_. **Les peurs urbaines et l'autre sexe**. Paris: L'harmattan, 2003.

DASHMAR, J. San Diego students hold 's—t in' advocating for gender-neutral bathrooms. **The Washington Times**. San Diego, 30 out. 2014. Matéria disponível em: <<http://www.washingtontimes.com/news/2014/oct/30/san-diego-students-hold-s-t-in-advocating-for-gend/>>. Acesso em 17 jan 2015.

DE QUEIROS MATTOSO, Katia. **Les femmes dans la ville** – un dialogue franco-brésilien. Paris: Presses De L'université De Paris-Sorbonne, 1997.

DELPHY, Christine. **L'ennemi principal T. 2: penser le genre**. Vol. 2. Paris: Syllepse, 2013.

\_\_\_\_\_. **L'ennemi principal T.1: économie politique du patriarcat**. Paris: Sylleps, 1998.

\_\_\_\_\_. **Un Universalisme si Particulier: Feminisme et Exception Française [1980-2010]**. Paris: Ed. Syllepse, 2010.

DESENA, Judith N. **Gender In An Urban World: Research In Urban Sociology**. Bingley: Esmerald, 2008.

DORLIN, Elsa. Black Feminism Revolution! La Révolution du Féminisme Noir ! In: DORLIN, Elsa (org). **Black Feminisme**, Anthologie du Féminisme African-Américain, 1975-2000. Paris: L'harmattan, p. 9-43, 2008.

\_\_\_\_\_. **Black Feminism**. Anthologie du Féminisme Africain-Américain, 1975-2000. Paris: L'harmattan, 2008.

DURÁN, María-Ángeles. The Shared Cities. **Conference On Urbanism & Gender - A Necessary Vision For All**. Barcelona: Institut D'edicions De La Diputació De Barcelona, p. 65-78, 2005.

ENGELS, Magali. Prefácio. In: MATOS; Maria; SOIHET, Rachel. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. Unesp, p. 7-10, 2003.

FAINSTEIN, Susan. Feminism and Planning: Theoretical Issues. In: FAINSTEIN, S.; SERVON, L. **Gender And Planning**. New Brunswick, New Jersey, London: Rutgers University Press, p.120-140, 2005.

FINCHER, Ruth; IVESON, Kurt. Conceptualizing Recognition In Planning. In CAMPBELL, S; FAINSTEIN, S. **Readings In Urban Theory**. Chichester, West Sussex: Wiley-Blackwell, p.129-146, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Antropologia do Saber**. Rio De Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. **História Da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 21ª Impressão. Vol. 1. São Paulo: Graal, 2011.

\_\_\_\_\_. **História Da Sexualidade 2: O uso dos prazeres**. 13ª Edição. Vol. 2. São Paulo: Graal, 2010.

\_\_\_\_\_. **História Da Sexualidade 3: O cuidado de si**. 11ª Impressão. Vol. 3.. São Paulo: Graal, 2011.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Edição: Edições Graal. Rio de Janeiro, 1984.

FRANCO, Marielle, SOUZA, Renata. Maré: pacificação e/ou domesticação militarizada?. **Relatório da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania**. Rio de Janeiro: ALERJ, dezembro de 2014.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? dilemas da justiça numa era 'pós-socialista'. **Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP**, n.15 p. 231-239, 2006.

\_\_\_\_\_. Uma réplica a Iris Young. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, 216-221, jul/dez 2009.

\_\_\_\_\_. Le féminisme renaissant? Le féminisme, le capitalisme et la ruse de l'histoire. In: FRASER, Nancy. **Le Féminisme en mouvements: Des années 1960 à l'ère néolibérale**. Paris: Éditions La Découverte, 2012.

\_\_\_\_\_. **Le Feminism en mouvements** – des années 1960 à l'ère néolibérale. Paris : La Découverte, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Ed. Paz e Terra. Rio De Janeiro, 2004.

GEHL, Jan. **Cidade para as pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

G1. PM preso aponta que policiais estupraram jovens em favela do Rio. Rio de Janeiro, 6 de ago. 2014. **Portal G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/08/pm-presos-confirma-que-policiais-estupraram-jovens-em-favela-do-rio.html>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

GALSTER, Ingrid. Cinquenta anos depois de O segundo sexo, a quantas anda o feminismo na França?: uma entrevista com Michelle Perrot. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 11, n. 2, Dec. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0104-026X2003000200010&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em 06 Jan. 2014.

GOIRAND, Camille. **La politique des favelas**. Paris: Éditions Karthala, 2000.

GONZAGA, Terezinha. **A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero**. São Paulo: Ed. Annablume, 2011.

GOUVEIA, Taciana. Mulheres e direito à cidade: o sentido da liberdade. In: FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO. **A liderança feminina nas lutas urbanas: direito e política no caminho das mulheres**. Rio de Janeiro: ONU Mulheres/ONU Habitat, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mulheres: sujeitos ocultos das/nas cidades?**. Rio de Janeiro/Recife: FASE, 2004. Disponível em: <[http://www.forumreformaurbana.org.br/\\_reforma/pagina.php?id=1057](http://www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=1057)>. Acesso em 27 out 2007.

\_\_\_\_\_. **Ser, fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade**. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2008.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã** - uma história intelectual do planejamento e do projetos urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HAYDEN, Dolores. **Building suburbia: green fields and urban growth 1820-2000**. New York: Vintage Book, 2003.

\_\_\_\_\_. What would a nonsexist city be like? speculations on housing, urban design, And Human Work. In: FAINSTEIN, S.; SERVON, L. **Gender and planning**. New Brunswick, New Jersey, London: Rutgers University Press, P. 43-66, 2005.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**, São Paulo, Annablume, 2006

\_\_\_\_\_. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2007,

HELENE, Diana. A Marcha Das Vadias: O Corpo Da Mulher e a Cidade. **Corpocidade**, Salvador, n. 3, p. 68-79, 2013:.

HOLSTON, James. Spaces of insurgent citizenship. In: SANDERCOCK, L. **Making the invisible visible: a multicultural planning history**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, p. 37-56, 1998.

HOOKS, bell. **Feminism is for everybody: passionate politics**. London: Pluto Press, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Feminism theory: from margin to center**. London: Pluto Press, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais negras**. Estudos Feministas. Florianópolis ano 3 n.2, p. 464-478, 1995

\_\_\_\_\_. **Yearning race, gender and cultural politics**. Cambridge: South end Press, 1990.

HOOOPER, Barbara. The poem of male desires - female bodies, modernity, and paris, capital of nineteenth century. In: SANDERCOCK, Leonie. **Making the invisible visible: a multicultural planning history** . Berkeley, Los Angeles, London: University Of California Press, p. 227-254, 1998.

HUBBARD, Phil. **Cities and sexualities: critical introduction to urbanism and the city**. Oxon, New York: Routledge, 2012.

HUDSON, Christine; RÖNNBLÖM Malin. The women-made city feminist utopia or practical possibility? In: DENÈFLE, Sylvette. **Utopies féministes et expérimentation urbaines**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, p. 73-87, 2008.

IAB/RJ. **Morar Carioca**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.iabRJ.org.br/morarcarioca/>>. Acesso em: 01 jul. 2011

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais, informações territoriais**. Brasil: IBGE. 2010. Disponível em: <[http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd\\_2010\\_agrn\\_if.pdf](http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf)> Acesso em maio de 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.

KERGOAT, Danièle. **Se battre, disent-elles**. Paris: La Dispute, 2012.

\_\_\_\_\_. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA Helena, et al. **Dicionário crítico do feminismo**, São Paulo: Editora Unesp, pp. 67-75, 2009.

KILIAN, Ted. Public and private, power and space. In: LIGHT, A; SMITH, J. **Philosophy and geography II**, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, p. 98-118, 1998.

KROOK, Mona Lena; CHILDS Sarah. Women, gender and politics: an introduction. In: KROOK, Mona Lena; CHILDS Sarah (org). **Women, gender and politics**. Oxford: Oxford University Press, p. 3-20, 2010.

LAURETIS, T. Feminism studies/critical studies: issues, terms and contexts. In: LAURETIS, T. (org) **Feminism Studies/Critical Studies**. Macmillan, Londres, p. 1-19, 1986.

LABRECQUE, Marie France. Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres? **Rev. Estud. Fem.** v. 3, n. 18, p 901-912, dez 2010.

LACLAU, Ernesto. Structure, History and The Political. In: BUTLER, J. ; LACLAU E.; ZIZEK, S. **Contingency, Hegemony, Universality**. London, Neu York: Verso, p.182-212, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **Le manifeste différentialiste**. Paris: Ed. Gallimard, 1970.

\_\_\_\_\_. **La production de l'espace**. 4ª Edição. Paris: Anthropos, 2000.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. 3ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2008.

LOURES, Moema. Fronteiras do Projeto: Previsibilidade e Imprevisibilidade. **IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. São Paulo, Anais, p.1-24, 2006.

LÖWY, Ilana. Ciência E Gênero. In: HIRATA, H.; LABOIRE, F.; et al. (org). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, p. 40-47, 2009.

LÖWY, Ilana, ROUCH Hélène. Genèse et développement du genre : les sciences et les origines de la distinction entre sexe et genre. **Cahiers du genre**, p. 5-16, 2003:.

LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2012.

\_\_\_\_\_. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MADARIAGA, Inés; ROBERTS, Marion. **Fair Share Cities** - The Impact of Gender Planning in Europe. Ed. Ashgate. Surrey, 2013.

MAGALHÃES, Luiz. Prefeitura lança novo plano para favelas, que prevê controle, gabarito, conservação e choque. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 jul 2010. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-lanca-novo-plano-para-favelas-que-preve-controle-gabarito-conservacao-choque-2974915>>. Acesso em 28 jul 2010.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia (org). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Ed. Vozes, p. 121-192, 2009.

MARIE-ROSE, Lagrave. Recherches féministes ou recherches sur les femmes? **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, p.27-39,1990.

MARQUES-PEREIRA, Bérengère; RAES, Florence. Women's movement: from local action to internationalization of the repertoire. In: MARQUES-PEREIRA, Bérengère; RAES, Florence (org). **Women, urban housing, and rural movements**. Toronto: University Of Toronto Press, p. 66-96, 2005.

MARTÍNEZ, Zaida Muxi. **Ciudad próxima. urbanismo sin género**. 2006. Disponível em<<http://www.ciccp.es/revistait/textos/pdf/09zaida%20mux%c3%ad%20mart%c3%adnez.pdf>>. Acesso 10 jun 2011.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: Col.Lectiu Punt 6. **Construyendo entorno seguros desde la perspectiva de género**. ICPS. Programa Ciutats I Persones, 2011.

MARTÍNEZ, Z.; CASANOVAS, R.; CIOCOLETTO A.; FONSECA, M.; VALDIVIA, Gutiérrez. Qué Aporta la perspectiva de género al urbanismo? In: MOZO, M. **La arquitectura y el urbanismo con perspectiva de género**. Centro de Estudios sobre la Mujer de la Universidad de Alicante, Alicante, v. 17, p. 105-130, 2011.

MASSEY, Doreen. A global sense of place. **Marxism Today**, Londres, p. 24-29, junho 1991.

MCDOWELL, Linda. **Gender, identity and place**: understanding feminist geography. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1999.

MCDOWELL, Linda; SHARP Joanne. **A feminist glossary of human geography**. London: Arnold Publishers, 1999.

MEDEIROS, Bianca Freire. Favela como patrimônio da cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 38, p. 49-66, julho-dezembro de 2006.

MICHAUD, Anne. Pour un environnement urbain sécuritaire - guide d'aménagement. **Accueil Ville de Montréal**. Disponível em <[http://ville.montreal.qc.ca/portal/page?\\_pageid=3217,3793444&\\_dad=portal&\\_schema=portal](http://ville.montreal.qc.ca/portal/page?_pageid=3217,3793444&_dad=portal&_schema=portal)>. Acesso em 10 jan 2013.

MILLER, R. **Selling Mrs Consumer**: advertising and the creation of suburban socio-spatial relations, 1910-1930. *Antipode*, Londres, 21, p. 263-301, 1991.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, p. 150-182, Jan/Jun 2009.

MOLYNEUX, Maxime. Mobilization without emancipation? women's interests, the state, and revolution in nicaragua. In: KROOK, Mona Lena; CHILDS, Sarah (org). **Women, gender, and politics**: a reader. Oxford: Oxford University Press, p. 21-28, 2010.

NAPOMUCENO, Bebel. Mulheres negras – protagonismo ignorado. In: PEDRO, Joana; PINSKY, Carla (org). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, p. 382-409, 2012.

PARINI, Lorena. **Le concept de genre**: constitution d'un champ d'analyse, controverses épistémologiques, linguistiques et politiques. *Socio-Logos*, n. 5, 2010.

PEDRO, Joana. O feminismo de segunda onda - corpo, prazer e trabalho. In: PEDRO, Joana; PINSKY, Carla (org). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, p. 238-285, 2012.

PHILLIPS, Anne. Da Desigualdade À Diferença: Um Caso Grave De Deslocamento? **Revista Brasileira de Ciência Política**, N. 2 (Jul/Dez 2009), pp. 223- 239.

PINSKY, C.; PEDRO, J. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

RAMALHOSO, W. Alckmin veta projeto que previa vagas exclusivos para mulheres em SP. **UOL**, São Paulo, 12 ago. 2014. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/08/12/alckmin-anuncia-veto-ao-projeto-de-vagoes-exclusivos-para-mulheres.htm>>. Acesso: 15 ago. 2014.

RAIBAUD, Yves. Masculinité et espace publics: l'offensive des cultures urbaines. In: DENÈFLE, Sylvette. **Utopies féministes et expérimentations urbaines**. Rennes: Presses Universitaires De Rennes, p.141-152, 2008.

RIBEIRO, V.M.F. **A (des)construção do espaço carioca na 'era César Maia' (1993- 2008)**: reflexões sobre o modelo de planejamento urbano estratégico e o conjunto de objetos arquitetônicos denominados 'pentágono do milênio'. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

RIO DE JANEIRO. Lei Orgânica do Município. - 2. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município, 2010.

ROBERTS, Marion. Introduction: Concepts, themes and issues in a gendered approach to planning. In: MADARIAGA, Inés; ROBERTS, Marion (org). **Fair share cities** - the impact of gender planning in Europe. Surrey: Ashgate, 2013.

ROSE, Gillian. **Feminist & Geography**: The limits of geographical knowledge. Cambridge, Oxford: Polity Press, 1993.

ROSSI, Angela. Gênero e arquitetura: questões sobre a concepção no espaço da moradia. **51º Congresso Internacional de Americanistas** - Repensando las Américas en los umbrales del siglo XXI. Santiago do Chile, 2003, p. 111-126.

RUBIN, Gayle. **Surveiller et jouir**: anthropologie politique du sexe. Paris: Epel, 2010.

\_\_\_\_\_. The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex. In: REITER, Rayna R. (ed.). **Toward an Anthropology of Women**. Monthly Review Press. pp. 157-210, 1975.

RUSSO, M. Female grotesques: carnival and theory. In: LAURETIS, T. (org). **Feminist Studies/Critical Studies**. Londres: Macmillan, 1986.

SÁNCHEZ, Fernanda. A (In)Sustentabilidade Das Cidades-Vitrine. In: ACSERALD, Henri (org). **A Duração das Cidades**: Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 171-192, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na sociedade de classes** - mito e realidade. 3ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SANDERCOCK, Leonie. **Towards cosmopolis**: planning for multicultural cities. Wiley, Chichester: John Wiles & Sons, 1998a.

\_\_\_\_\_. Space of insurgent citizenship. In: SANDERCOCK, Leonie (org.). **Making invisible visible**: a multicultural planning history. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, p. 1-33, 1998b.

SANTOS, Boaventura. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 8ª Edição. Vol. 1. São Paulo, Sp: Ed. Cortez, 2011.

SANTOS, M; ASEVEDO, M. **Relatório técnico sobre áreas de risco na Providência e Pedra Lisa**. Fórum Comunitário do Porto. Disponível em: <[http://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia\\_final-1.pdf](http://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf)>. Acesso em 1 nov 2011.

SANTOS, Nelson. **Voltando a pensar em favelas por causa das periferias**. Rio de Janeiro: Ibam, 1981.

SASSEN, Saskia. **Expulsions**: brutality and complexity in the global economy. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

\_\_\_\_\_. Mondialisation et géographie globale du travail. In: FALQUET Jules; HIRATA Helena; KERGOAT Danièle. **Le Sexe de la mondialization**: genre, classe, race et nouvelle division du travail. Paris: Presses de Sciences Po, p. 27-42, 2010.

\_\_\_\_\_. The global city: introducing a concept. **Brown Journal of World Affairs**. XI, n. 2, p. 27-43, 2005.

\_\_\_\_\_. **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SCOFIELD JR., Gilberto. Cidade em transe. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 out 2013. Panorama Carioca Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/rio/cidade-em-transe-10548832>>. Acesso em 10 fev. 2014.

SCOTT, Joan W. Genre, Une catégorie utile d'analyse historique. **Cahiers Genre et Développement**, p. 41-67, 1988.

SILVA, Joseli. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, nº 44, p. 117-134, 2007.

\_\_\_\_\_. (org.) **Geografias Subversivas**: Discursos sobre Espaço, Gênero e Sexualidade. Ponta Grossa: Toda Palavra Editora, 2009a.

\_\_\_\_\_. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica." In: SILVA Joseli. **Geografias subversivas**: discursos sobre o espaço, gênero e sexualidades, Ponta Grossa: Toda Palavra Editora, p. 55-92, 2009b.

\_\_\_\_\_.; ORNAT, Jose; et al. O corpo como elemento das geografias feministas e queer - um desafio para a análise no Brasil. In: SILVA Joseli; ORNAT Jose; JUNIOR Alides. **Geografias Malditas**: Corpos, Sexualidades e Espaço. Ponta Grossa Ed: Toda Palavra, 2013.

SILVIA, Rachel Coutinho. **A cidade pelo avesso**: desafios do urbanismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Viana & Mosley Editora, 2006.

SILVA, Maria Lais Pereira; PAULA, Tainá. Iconografia das Favelas Cariocas. Uma história de omissão e de recuperação. **XI ENANPUR**, Salvador, Anais, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Favelas Cariocas 1930-1964**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005b.

\_\_\_\_\_. Favela: É geral? É particular? É urbano?. In: SILVA, Jailson de Souza (org.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, p. 30-35, 2009c.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e forma de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

STAEHELI, Lynn; MARTIN, Patricia. Spaces for feminism in geography. In WILLIAMS, Christine. **Feminist views of the social sciences**. Thousand Oaks: Sage Publications, v. 571, p. 135-150., 2000.

TAVARES, Rossana Brandão. **As várias Mesquitas de várias Baixadas**: vitalidade e desigualdade no território do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. 143f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. Forma urbana e as relações de gênero. In: GOUVEIA, Taciana (org). **Ser, fazer e acontecer**: mulheres e o direito à cidade. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2008.

\_\_\_\_\_. Uma Análise das Desigualdades de Gênero em Favelas do Rio De Janeiro: Perspectiva do Reconhecimento para o Urbanismo. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, v. 12, n.2, 2012.

\_\_\_\_\_. Uma cidade indiferente: espaço generificado de resistência à cidade-mercadoria. **XVI ENANPUR - Espaço, planejamento e insurgências**: Belo Horizonte, 2015.

\_\_\_\_\_. Corpos que chegam, que ficam e que vão. In: GUIMARAES, Vitor (org). **Doméstica**: coletânea de textos + filme. Desvia: Rio de Janeiro, p. 104-119, 2015.

\_\_\_\_\_; PONTE, Monica. Mulheres e o direito à cidade. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, nº 120, p.25-31, 2010.

\_\_\_\_\_; CARDOSO, A.L. O PAC e a habitação popular na Baixada Fluminense. In: LAGO, Luciana (org). **Olhares sobre a metrópole do Rio de Janeiro**: política urbana e gestão pública. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 155- 186, 2010.

TEIXEIRA, Paulo; PINTO, Andréia. **Dossiê Mulher 2014/Instituto De Segurança Pública**. Instituto de Segurança Pública (RJ)/Governo do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2014.

TELLIER, Thibault. À Quoi Révent-Elle? La Part des Femmes dans la Vie Sociale des Nouveaux Ensembles Urbains. Années 1960-1970. In: DENÉFLE, Sylvette *Utopie Féministes et Expérimentations Urbaines*, Rennes: Presses Universitaires De Rennes, p.35-46, 2008.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília, Unesco, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> Acesso em Junho 2013.

VALLADARES, Licia. **A invenção da favela: do mito de origem a favela**. Rio De Janeiro: FGV, 2005.

VARIKAS, Eleni. Universalismo e particularismo. In: HIRATA Helena; LABORIE et al.(org). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp, p. 266-270, 2009.

VENTURI, Robert; BROWN, Denise Scott, IZENOUR, Steven. **Aprendendo com Las Vegas**. Cosac Naif. São Paulo, 2003.

WELDON, Laurel. Intersectionality. In: GOERTZ, Gary; MAZUR, Amy. **Politics, Gender and Concepts**. Cambridge: Cambridge Press, p.193-218, 2008.

YOUNG, Iris. Categorias desajustadas: uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser. **Revista Brasileira de Ciência Política**, N. 2, p. 193-214, Jul/Dez 2009.

\_\_\_\_\_. City Life And Difference. In: CAMPBELL, Scott; FAINSTEIN Susan (org). **Readings in Planning Theory**, Malden: Blackwell Publishing, p. 336-355, 2003.

\_\_\_\_\_. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. **Justice and the Politics of Difference**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ZIMMERMANN, Matilde. **A Revolução Nicaraguense**. São Paulo: Ed. Unesp, 2006

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - Relatório final de avaliação do *targeting* do Programa Morar Carioca

CONSULTORIA para ONU-HABITAT/ROLAC

Projeto Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

Agosto 2012

Autora: Rossana Brandão Tavares

[parte do relatório produzido - p:39 a 60]

### 4. O MORAR CARIOCA: ANÁLISE A PARTIR DA DIMENSÃO DE GÊNERO

Colônia Juliano Moreira

Após ter se tornado oficialmente um bairro em 2009, recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e do Pró-Moradia foram mobilizados para implementação de melhorias das condições socioambientais e urbanas da comunidade. Concomitantemente as obras do Morar Carioca, a Fiocruz no SETOR 1 tem realizado ações de regularização urbanística e fundiária com a implantação do seu campus.

O escritório Fabrica Arquitetura participou e ganhou as duas licitações que correspondem às ações no SETOR 3 e 4A e SETOR 2, iniciando seu trabalho em 2007. O projeto estava inserido no programa de urbanização do PAC e agora está sendo considerado no programa “guarda-chuva” da SMH, o Morar Carioca. A favela Entre Rios já havia sofrido intervenção do Projeto Bairrinho em meados dos anos 2000, e foi finalizado recentemente, mas não fez parte do escopo do trabalho licitado.

Além de ações de regularização urbanística e implementação de infraestrutura, intervenções nas principais avenidas da Colônia também constam no programa - Av. Adauto Botelho e Sampaio Correa Favela. A readequação de edificações existentes para fins de moradia também foram previstos. Um já foi concluído, o Egas Muniz, antigo pavilhão ocupado precariamente por famílias que foram reassentadas no mesmo local e a construção de casas no Residencial Dois Irmãos.

Reassentamento de famílias em áreas de risco, principalmente à beira dos rios já foram iniciadas. Algumas estão no aluguel social e outras optaram por compra assistida ou indenização, conforme informações da SMH. Também foi prevista a construção de creches, áreas de lazer e praças.

Outro escopo do programa se refere à regularização fundiária e o trabalho social fiscalizado pela Caixa Econômica Federal, responsável pelo projeto (PTTS). Além de intermediar a relação das/os moradores com o programa, é responsável pela realização de reuniões locais nas áreas beneficiadas. Também participa do Comitê Gestor da Colônia Juliano Moreira, instancia de participação e debate antecedente ao Morar Carioca que tinha como objetivo principal discutir a “passagem” das terras da União para a prefeitura, exército e FIOCRUZ. Ainda hoje o comitê se reúne para discutir questões mais gerais onde há a participação da FIOCRUZ a ONG Fundação Bento Rubião (que tem projetos na área).

Uma das intervenções de implantação de infraestrutura que é tangente ao Morar Carioca é no Loteamento Nova Esperança. O movimento de moradia UMP/RJ com assessoria da Fundação Bento Rubião coordena um mutirão que tem o envolvimento destacado de mulheres, em que a contrapartida do município para o recebimento de investimentos do governo federal é a realização de obras de infraestrutura.

Para a nossa análise estamos nos atendo ao chamado SETOR 3 que abrange as favelas, Entre Rios, Vila Arco Íris, Vale do Ipê, Caminho da Creche (Antiga Creche), Parque Dois Irmãos, Vila André Rocha e Curicica.

As diretrizes que se destacam do projeto urbano da Colônia são a melhoria da acessibilidade e permeabilidade viária, reforçar e valorizar as áreas públicas existentes de encontro, resguardar as áreas próximas aos rios, implantando praças e limites para a ocupação, preservar as características ambientais e históricas das áreas e readequação dos pavilhões existentes para uso habitacional e educativo.

#### Babilônia e Chapéu Mangueira

De acordo com a SMH, o Programa Morar Carioca conta com R\$ 43,4 milhões, sendo que R\$ 4,3 milhões estão sendo investidos em melhorias de 250 residências. Especialmente nas comunidades da Babilônia e do Chapéu Mangueira, o programa é chamado de Morar Carioca Verde, pelo caráter sustentável e ecológico de suas intervenções.

Babilônia e Chapéu Mangueira foram uma das primeiras comunidades pacificadas pelo governo do Estado em parceria com a prefeitura, onde foi instituída a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora). O início das ações tanto da polícia como dos trabalhos sociais se iniciaram antes do Morar Carioca.

De acordo com as reuniões realizadas com a equipe social, não há interação relevante com estes dois trabalhos. A chamada UPP Social

O escritório que ganhou a licitação do plano de intervenção foi a Arquitraço. Diferentemente da CJM, o escopo não contava com a elaboração de um diagnóstico social e urbano. Foi utilizada parte dos dados do diagnóstico do Projeto Bairrinho para atualização das intervenções, mas as arquitetas responsáveis tiveram que pesquisar alguns dados uma vez que o produto se encontra desatualizado em relação à atualidade. A perspectiva de gênero e cor/raça também não permeou as diretrizes do projeto.

Ações de regularização urbanística e implementação de infraestrutura estão sendo realizadas, além de reassentamento de famílias em áreas de risco e APA. Outro fator de remoção é a abertura de vias para dar acesso aos veículos para coleta de lixo e ambulância, segundo as diretrizes do projeto produzido pela Arquitraço.

As diretrizes que se destacam é a melhoria das condições de acessibilidade, com abertura de vias para o acesso mais fácil dos serviços de coleta de lixo, ambulância etc., recomposição das áreas de proteção ambiental, ampliação e melhorias na infraestrutura urbana e das condições habitacionais locais. As intervenções urbanas que estão realizadas são a implantação de novas redes de abastecimento de água, de esgoto e drenagem, contenção de encostas, reflorestamento da APA, iluminação pública com lâmpadas LED, e asfalto feito com pneus triturados, entre outras ações.

É importante ressaltar que as duas favelas têm alguns grupos de mulheres que produzem artesanato, com destaque para o Galpão das Artes e Mulheres Guerreiras e muitas estão envolvidas nas atividades de reforço escolar ou nas ações das associações de moradores.

#### 4.1. Aspectos gerais das intervenções

O fato de não se considerar a dimensão de gênero no programa impacta diretrizes e ações que são apontadas nos projetos urbanos e de habitação, assim como a relação institucional da SMH com a população, principalmente no que se refere ao processo de participação. O estudo de impacto de gênero poderia contribuir e pautar a hierarquização de prioridades, qualidade da metodologia de participação social, método e diretrizes de projeto, planejamento das obras, cronograma, tipo de material utilizado e considerar questões específicas do cotidiano das mulheres que vivem nas áreas estudadas.

Ao que parece, os projetos de intervenção em favelas, como o Morar Carioca, refletem a naturalização do lugar das mulheres nas relações sociais de sexo e gênero, sobretudo, quanto ao espaço privado, no cuidado da casa, dos filhos e idosos, no processo de reprodução social. As

pesquisas realizadas tanto pela prefeitura como pelo IBGE não contribuem para avaliar e qualificar os impactos da pobreza urbana e das desigualdades socioespaciais na vida das mulheres pobres que vivem nas favelas cariocas, caracterizando a invisibilidade da perspectiva de gênero tanto nos aspectos mais locais quanto num contexto mais amplo da política municipal.

Quando politicamente ativas, estão sujeitas ou dentro da associação de moradores ou incorporadas às “equipes sociais” da SMH, à lógica imposta pela falta de planejamento e pelos limites institucionais, apesar de algumas expressarem as dificuldades e os limites do programa. O fato de serem lugares que há tempos sofrem com a ausência de políticas públicas, a simples presença do Estado ou da realização de obras é visto como positiva para a vida de suas famílias, e conseqüentemente, para elas. Até porque, moradores alertam que grande parte das casas em situação de risco ou precárias são chefiadas por mulheres.

Fica evidente que o espaço urbano destas favelas influencia na não autonomia das mulheres em um contexto de profunda demarcação da divisão sexual do trabalho, em uma sociedade com traços socioculturais machistas, principalmente, entre a população de baixa renda.

O senso de proteção e resguardo da casa e seu entorno é muito forte na fala das mulheres, por isso as sinalizações positivas a cerca do programa precisam estar contextualizadas. Além disso, muitas relatam nunca ter parado para pensar sobre como as políticas e projetos urbanos e de habitação poderiam ser elaborados considerando suas demandas e necessidades específicas.

A invisibilidade das mulheres na política urbana é uma realidade apesar da sua extrema importância nos processos de produção e reprodução social, assim como no processo participativo.

Neste sentido podemos destacar as seguintes questões sobre o Programa Morar Carioca, segundo informações da SMH, pontos observados e destaque de moradores e moradoras das áreas:

- A política habitacional e urbana não consideram explicitamente a dimensão de gênero e sua importância em suas diretrizes;
- Não foi feito estudo de impacto de gênero, mas a prefeitura conta com decreto que assegura a preferência da titularidade de imóveis de interesse social às mulheres, nos moldes do Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal que impõe limite de renda para o benefício;
- O tempo institucional do programa em cada área analisada é diferenciado, por serem intervenções que se caracterizam pela continuidade de gestões anteriores;
- O processo de cadastramento nas comunidades é distinto entre eles, além de servir apenas para processos de reassentamento emergencial conforme o andamento das obras, para a negociação caso a caso de aluguel social, indenização ou compra assistida. A falta de um procedimento padrão e de informações claras quanto aos direitos e legislações vigentes, tornam vulneráveis as famílias, principalmente, as mulheres, que podem se sentir ameaçadas quando da presença de técnicos da prefeitura, pelas abordagens e forma de condução das negociações;
- O processo de regularização fundiária já foi iniciado na Colônia, ao contrário da Babilônia e Chapéu Mangueira. No primeiro caso, ainda não foi fechado o cadastramento, de acordo com a SMH, e não há sistematização dos dados. Segundo os técnicos, as informações quanto ao perfil social não são desagregadas e não apresentam explicitamente a preocupação com a dimensão de gênero;
- Processo de participação frágil em ambos os casos, sendo que apenas a Colônia Juliano Moreira tem PTTS em andamento;

- Nas duas favelas, a participação majoritária em reuniões organizadas pela SMH é de mulheres, mas isto não se traduz em discussões específicas que considerem a dimensão de gênero;
- As demandas e mudanças propostas em reuniões, de modo geral, não têm sido incorporadas. As mudanças ocorridas referem-se às demandas da prefeitura, segundo os moradores;
- As reuniões organizadas para discutir o projeto são realizadas à tarde, em horário de trabalho;
- Nas áreas de risco e mais precárias, as casas existentes, em sua maioria, abrigam famílias chefiadas por mulheres, segundo lideranças locais. Este aspecto não é considerado nas ações;
- A falta de informações precisas sobre cronograma e quais famílias serão removidas, cria clima de tensão, principalmente entre as mulheres, por conta ou, de permanecerem sujeitas ao risco (incluindo a preocupação com sua família), de possíveis reformas na casa, ou de incerteza quanto ao ano escolar de seus filhos, além da insatisfação quanto ao tamanho das casas propostas para reassentamento.

*- Alguns aspectos relacionados aos problemas urbanos identificados in loco e às ações no Complexo Colônia Juliano Moreira*

Quanto aos principais problemas urbanos:

(a) problemas socioambientais decorrentes da presença de lixão no Caminho da Creche, contaminando o solo e os rios da região; (b) precariedade na coleta de lixo e entulhos, tornando o ambiente insalubre; (c) precariedade no esgotamento sanitário; (d) grande volume de esgoto e lixo é lançado nos rios; (e) mau cheiro e poeira; (f) áreas sujeitas a alagamento em períodos de chuva pela proximidade dos rios e pela ausência de urbanização; (g) problemas quanto ao abastecimento de água; (h) ausência de calçadas nas vias principais da região, além de iluminação pública que torne o trajeto noturno seguro e agradável; a presença de áreas verdes sem ocupação às margens das vias pode ser arriscada, principalmente para as mulheres; (i) poucas área de lazer.



**Figura 9 – Acúmulo de lixo em Parque dois Irmãos.**



**Figura 10 – Mulheres conversando em rua pavimentada por iniciativa da associação de Parque Dois Irmãos.**



**Figura 11 – Precariedade do sistema de abastecimento e esgotamento em Caminho da Creche.**



**Figura 12 - Avenida Adauto Botelho; destaque para a preservação de áreas verdes.**



**Figura 13 – Rua em Área Verde, local onde há incidência de alagamentos.**



**Figura 14 – Rio poluído em Vila Arco Íris, local onde recentemente houve despejos e destruição de casas por parte da SMH.**



**Figura 15 – Casa em Parque Dois Irmãos; destaque para os medidores e varal de roupas.**



**Figura 16 – Depósito de entulhos e terra em via de acesso à Área Verde.**



**Figura 17 – Iniciativa de morador para tapar buraco em Área Verde; precariedade do sistema de saneamento básico.**



**Figura 18– Via principal de Caminho da Creche: a esquerda terreno onde está previsto empreendimento do MCMV, com grande quantidade de lixo e entulhos.**



**Figura 19 – Muro que divide Parque Dois Irmãos e área de famílias de antigos funcionários da Colônia Juliano Moreira.**



**Figura 20 – Via de acesso em Parque Dois Irmãos.**



**Figura 21 – Lixão em Caminho da Creche, cenário de novela popular da televisão.**

(a) as mulheres reclamam de casas com dois pavimentos por conta da escada: grávidas, idosas e pessoas com mobilidade reduzida que não contam com parentes para auxiliá-las acabam fazendo da sala, um quarto; (b) mudanças constantes no projeto e no cronograma causando ansiedade e receio aos moradores quanto às intervenções, principalmente para as famílias cadastradas para o reassentamento; (c) implantação de educação ambiental onde ainda não está regularizada a coleta de lixo; (d) as creches e escolas previstas e já construídas não atendem a demanda local, assim como os equipamentos de saúde; (e) as áreas de lazer contemplam, em sua maioria, atividades tipicamente de homens, idosos e crianças (campo de futebol, parquinho, mesa de jogos), mas também consideram equipamentos de ginástica, áreas de descanso, quadra esportiva, churrasqueira, permitindo uso mais diversificado, possibilitando maiores oportunidades às mulheres de usufruírem destes espaços.



**Figura 22 - Cartilha do lixo utilizada pela equipe social do PTTS.**



**Figura 23 - Residencial Dois Irmãos.**



**Figura 24 – Praça próximo ao Residencial Egas Muniz.**



**Figura 25 – Casas do Residencial Egas Muniz.**



**Figura 26 – Intervenção às margens do rio em Entre Rios (fonte: material informativo da SMH).**



**Figura 27 – Praça concluída em Entre Rios e ao fundo uma EDI.**

- *Alguns aspectos relacionados aos problemas urbanos identificados in loco e às ações na Babilônia e Chapéu Mangueira*

Quanto aos principais problemas urbanos:

(a) presença de obstáculos nas vias: canos, lixos, ausência de pavimentação, largura inadequada; (b) ausência de latas de lixo para a disposição adequada; (c) as caçambas existentes estão nas partes mais baixas; (d) mau cheiro, presença de insetos e a dificuldade de acesso (distância horizontal e vertical) às caçambas são obstáculos às mulheres a utilizar este meio de disposição de lixo; (e) reclamações de falta d'água; (f) reservatório de água subdimensionado; (g) poucas áreas de lazer; (h) índice significativo de coabitação nas duas favelas, o que pode impactar profundamente nas responsabilidades domésticas das mulheres, assim como sua qualidade de vida e autonomia; (i) acessibilidade difícil principalmente nas partes mais altas; (j) presença de casas de pau a pique.



**Figura 30 – caminho improvisado para pedestres durante as obras.**



**Figura 28 – Parte da via pavimentada em Caminho da Creche.**



**Figura 29 – Parte da via pavimentada e problemas com a continuidade da obra.**



**Figura 30 – Área com marcação da SMH para remoção – Babilônia.**



**Figura 31 – Comércio perto do mirante – Babilônia.**



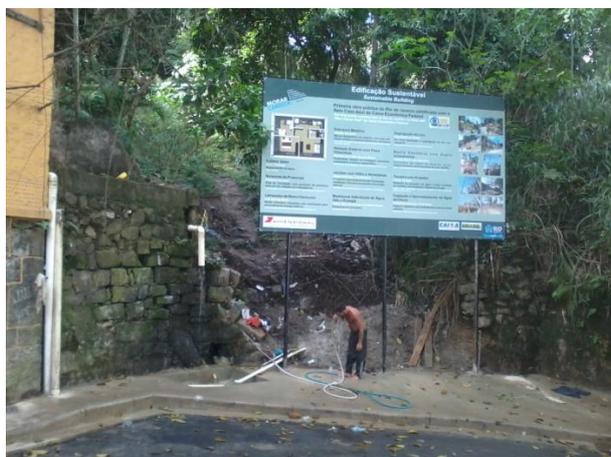
**Figura 32 – Tubulações de água em caminho na área limite da APA – Babilônia.**



**Figura 33 – Escadaria íngreme – Chapéu Mangueira.**



**Figura 34 – Saída de águas servidas – Chapéu Mangueira.**



**Figura 35 – Ladeira Ary Barroso – queda de água. Já houve a tentativa de tapar esta saída. Segundo moradores esta “fonte de água” já salvou vida em períodos críticos de falta de água.**



**Figura 36 – Caçamba de lixo próximo a passagem de pedestres – Babilônia.**

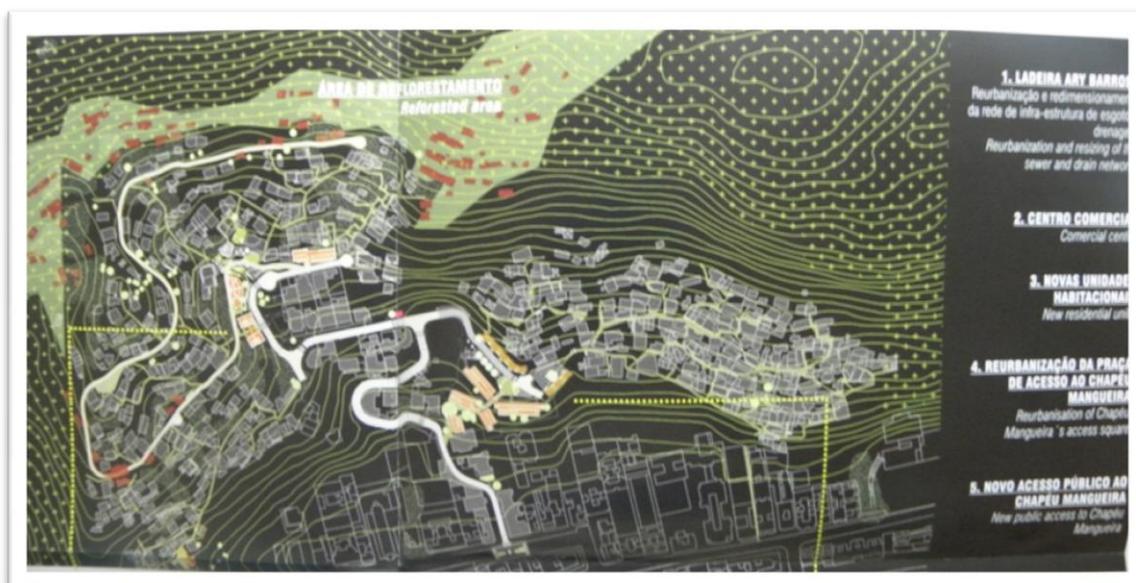


Figura 39 – Folder de divulgação do programa durante a Rio +20



Figura 37 – Casa de pau a pique – Babilônia.



Figura 38 – Vista da laje para o Leme/Copacabana.

Quanto às ações:

(a) moradoras não têm a informação de quais famílias estarão sendo reassentadas nos conjuntos habitacionais; (b) famílias também estão sujeitas a saírem de suas casas para abertura de vias. As mulheres parecem ser mais resistentes à remoção; (c) no cadastro para melhorias habitacionais, por enquanto 14 casas foram cadastradas: 8 são chefiadas por mulheres, e 2 a responsabilidade é compartilhada; chamando atenção para o perfil de famílias que vivem em situação habitacional precária; (d) quanto ao andamento das obras, o canteiro montado apresenta riscos à circulação de pessoas. Se pensarmos que as mulheres circulam mais dentro das favelas acompanhadas em muitos casos de idosos e crianças, elas estão mais sujeitas aos acidentes ou a prestação de socorro dos seus; (e) as obras de pavimentação e regularização das escadarias na Babilônia, conforme moradores, têm dificultado a mobilidade/acessibilidade, pois estão mais íngremes e não têm corrimão e apoios. Há relatos de pessoas, principalmente idosas, que não saem de casa ou de seus arredores pela dificuldade física de subir e descer as escadas; (f) em alguns pontos apesar da implantação de postes de iluminação, há 6 meses as lâmpadas não são repostas. Para as mulheres, este fator pode ser um impedimento para a sua circulação segura pela favela; (g) as praças e áreas de lazer consideram apenas o entretenimento típico de crianças e homens; (h) nem todas as casas estão tendo seu sistema de abastecimento e esgotamento reformados; (i) apesar da formação de pedreiras (SEBRAE), não foi visto nenhuma mulher trabalhando no canteiro de obras.



**Figura 40 – acesso pavimentado; paisagismo de iniciativa de moradores.**



**Figura 41 – Escadaria reformada (íngreme); precariedade da infraestrutura.**



**Figura 42 – Subida da Ladeira Ary Barroso, calçada estreita.**

#### 4.2. Algumas questões da perspectiva institucional sobre o Programa



**Figura 43 – Construção de Conjunto habitacional na Ary Barroso.**



**Figura 44 - Casa incluída nas ações de melhorias habitacionais.**



**Figura 45 – Obra de infraestrutura – Babilônia.**

Em contato com técnicos e técnicas, coordenadoras e o secretário municipal de habitação do Rio de Janeiro foi possível perceber a visão institucional a respeito do programa. Entre as questões mais marcantes, é o otimismo quanto aos resultados das intervenções nas diversas favelas da cidade, mas é admitido que o 2º ciclo está mais bem estruturado em termos técnicos e administrativos que o 1º. Foi possível perceber que já no início, as intervenções nas áreas de estudo ainda não tinham condições materiais e político-administrativas. Há uma expectativa interna de que na próxima fase as condições e os resultados poderão ser mais próximos do esperado.

A visão da SMH é que este programa é um salto de qualidade quanto à política habitacional nas cidades, devido à elaboração de diagnóstico social e físico, a consideração da dinâmica sociourbana diferenciadas das favelas em relação ao restante da cidade, a manutenção das características destas áreas, a implantação de serviços públicos e infraestrutura urbana, a recuperação de áreas de risco com o reassentamento de famílias, o estabelecimento das relações de convívio, principalmente devido à implantação da UPP, a construção de praças, equipamentos de cultura e educacionais, como creches, etc.

No entanto, há alguns pontos que são ressaltados: no caso da Babilônia e Chapéu Mangueira, apesar de haver recursos federais, atualmente as ações são tocadas apenas com recursos do município, diferentemente da Colônia Juliano Moreira, por esta razão não foi iniciado o processo de regularização fundiária e o trabalho social, conhecido como PTTS. Contudo, em ambos os casos as obras estão atrasadas e ainda estão previstas mudanças quanto ao projeto inicial proposto, ou seja, o fato da CJM contar com esta diferenciação, o programa tem apresentado as mesmas dificuldades.

É admitida a dificuldade na relação institucional com a COMLURB, LIGHT, CEG e CEDAE. Diversos moradores têm afirmado que a qualidade dos serviços das concessionárias e empresas públicas é aquém do satisfatório. Tem se observado a dificuldade de efetivação da tarifa social, de coleta de lixo, de manutenção dos equipamentos e fornecimento adequado dos serviços. O conservadorismo e uma visão estigmatizada quanto às favelas são a justificativa desta dificuldade. No entanto, a SMH afirma que estes problemas são mais comuns em áreas onde não há UPP.

A construção de creches, de praças e a titularidade preferencial às famílias nos programas de provisão de moradia são vistas como ações positivas para as mulheres, mas não é apontada nenhuma questão específica que ressalte a perspectiva de gênero, tanto nesta fase como na próxima.

Apesar de uma presença grande de mulheres no corpo técnico responsável em todas as esferas do

programa, notamos que a formação técnica das mesmas não é direcionada no sentido de se ter um olhar mais atento e crítico quanto à dimensão de gênero.

Por outro lado, a SMH se mostra predisposta a incorporar a problemática em suas ações, principalmente para a próxima fase do Programa Morar Carioca.



**Figura 46– Obras na Praça do Campinho, famosa pela brincadeiras de pipa das crianças.**



**Figura 47 – Obras de pavimentação e infraestrutura.**

## 5. RECOMENDAÇÕES

A partir das análises apresentadas, sugerimos as seguintes questões para programas de urbanização de favelas que pretendam valorizar a dimensão de gênero em suas ações:

- Realização de estudo de impacto de gênero, tirando da invisibilidade a perspectiva de gênero ao direito à moradia;
- Quanto às diretrizes do programa, deve se considerar a partir das demandas das mulheres, em ordem decrescente de prioridade: segurança da posse, habitabilidade, disponibilidade de serviços de infraestrutura e equipamentos públicos, localização adequada, adequação cultural, não discriminação e priorização de mulheres que estão em grupos mais vulneráveis, custo acessível;
- Constituir o sistema de participação quando da pesquisa sobre a área, a fim de que moradoras possam se organizar quantitativa e qualitativamente para o processo, assim como participar e contribuir com a elaboração de diagnóstico social e urbano. Os responsáveis pela formação do sistema devem destacar a importância da participação das mulheres, considerando paridade de sexo na representação das comissões e comitês temáticos;
- Divulgar amplamente entre beneficiários diretos e indiretos, as premissas do projeto quanto às diretrizes, ações previstas, custos, cronograma e projeto básico para que sejam objeto de debate entre moradores e nas reuniões do sistema de participação. No material de divulgação deve ser explícita a dimensão de gênero, especialmente sobre como o programa atenta para mulheres economicamente marginalizadas, chefes de família, idosas, portadoras de deficiência etc.;

- Qualquer pesquisa e diagnóstico elaborado deve servir de base para o monitoramento da implementação do programa, desagregando todos os indicadores por sexo;
- As informações devem ser claras e objetivas considerando o perfil socioeducativo e cultural da área. É importante a realização de atividades formativas e disponibilização de serviços de assistência jurídica gratuita que possam ampliar o acesso das mulheres ao seu direito à moradia;
- Priorizar ações de assistência social e jurídica, em áreas de risco socioambiental ou em situação grave de precariedade urbana. Nos estudos de casos analisados, moradores afirmam que grande parte das famílias que estão nesta situação são chefiadas por mulheres e são monoparentais;
- Em casos onde são previstos reassentamentos, as justificativas e as alternativas devem ser amplamente discutidas no sistema de participação, antes da negociação caso a caso. A presença de assistência jurídica ou de defensores públicos é fundamental para que não haja constrangimentos, pressões e falsas alternativas às famílias atingidas. Considerando o aspecto cultural das relações de gênero, as mulheres precisam se sentir seguras quanto à decisão a ser tomada;
- O ideal é que o processo de reassentamento seja a chamada “troca de chaves”, ou seja, que a prefeitura assegure que famílias chefiadas por mulheres residam em condições melhores que a de origem, respeitando aspectos socioeconômicos e culturais, garantindo o direito à moradia adequada;
- Priorizar melhorias habitacionais ao reassentamento a fim de que mulheres não percam seus vínculos sociais e culturais e sua rede de proteção entre vizinhos e familiares espacialmente próximos. No cuidado com os filhos para famílias monoparentais, este aspecto da localização e da relação de proximidade se torna mais fundamental;
- O processo de regularização fundiária deve preferencialmente prescindir de qualquer ação, identificando a situação socioeconômica e conjugal das mulheres e priorizando a titularidade a elas, independente da renda familiar;
- Posto de saúde, creches e escolas devem ser construídos dentro da área beneficiada ou próxima, não mais que 1 km. Sua capacidade deve estar de acordo com a demanda da população beneficiária. Para conciliar a vida no trabalho e familiar, nas creches deve-se considerar a implementação de turnos noturnos para facilitar o lazer/descanso das mulheres ou àquelas que pernoitam no trabalho; investir em infraestrutura e ações/atividades de reforço escolar já existentes; atividades extraclasse no contraturno das escolas, etc.
- Construção de equipamentos culturais como teatros e cinemas populares nas favelas para facilitar o acesso de mulheres a estes lugares pela questão da proximidade;
- A proximidade da delegacia da mulher e campanhas contra a violência doméstica devem ser consideradas;

- Possibilitar a mistura de usos e não a demarcação de espaços monofuncionais a fim de que as mulheres se sintam mais seguras e convidadas a usufruir e permanecer em diversos turnos do dia;
- Incentivar a instalação de mercados, mercearias, padarias, farmácias, açougues a fim de evitar grandes deslocamentos para supermercados e centros comerciais;
- Em vias que adentram parques e bosques, é importante a instalação de telefones públicos para emergência e ser restrito à circulação no período da noite. Quando não for possível, dentro da área deve-se prever meio de transporte público gratuito para a circulação, principalmente considerando a segurança de mulheres e crianças;
- Nos materiais informativos da prefeitura evitar o uso de ilustrações que reforcem visões estigmatizadas de gênero e étnico-raciais;
- As ações no tecido espacial da área não podem discriminar atividades religiosas existentes. Inclusive, o diagnóstico deve pesquisar se há demanda para espaços destinados a prática religiosa. Por exemplo, religiões afrodescendentes realizam seus cultos em áreas de mata. A regularização destas práticas é o caminho para evitar conflitos religiosos internos nas favelas que podem permear relações de gênero, ou acidentes como incêndios etc.;



**Figura 48 – Terreiro em Parque Dois Irmãos**



**Figura 49 – Presença marcante de comércio diversificado em Parque Dois Irmãos.**

#### Acessibilidade e mobilidade:

- são prioridades quando pensamos em como o espaço urbano pode contribuir para autonomia das mulheres e/ou facilitar o seu cotidiano. Em áreas de morro, as escadas e rampas devem ter inclinação confortável e quando possível, ter rampa e sinalização para as pessoas com mobilidade reduzida, deficientes e idosas. As mulheres foram as que mais reclamaram deste aspecto já que

acabam circulando nas favelas mais que os homens durante o dia (buscar filho na escola e na creche, ida ao trabalho, ao mercado etc.);

- quando possível construir áreas de descanso, com bancos e sombra;
- a instalação de corrimão é fundamental para facilitar a circulação de mulheres com dificuldades de locomoção;
- as vias e acessos devem ter largura mínima de 1,2m e não devem conter obstáculos, como canos, lixos, buracos, etc., a fim de evitar acidentes;
- declividades maiores que 10% devem conter patamares;
- priorizar a utilização de pavimentação permeável para não tornar o piso escorregadio em dias de chuva e contribuir para a absorção de água no solo, evitando poças, inundações ou ainda resguardando pessoas e casas em situação mais vulnerável. Normalmente as mulheres estão em maior número nesta situação, segundo as entrevistas;
- guarda-volumes nas partes mais baixas da comunidade ou sistema mecânico de transporte local de pessoas e/ou objetos, como compras de mercado, eletrodomésticos etc.
- quando for demanda/prioridade e se houver espaço e recursos para construção de plano inclinado, teleféricos e escadas rolantes, os mesmos devem priorizar rotas e fluxos mais utilizados pelas moradoras, e não, devem servir somente para fins turísticos. Um estudo a respeito deve ser previsto em diagnóstico urbano;
- construção de pontos de ônibus e vans que haja proteção adequada contra intempéries (chuva e vento), com bancos, apoios para objetos, acessibilidade, cabines telefônicas principalmente para caso de emergência, como estupros, assaltos e outros tipos de violência;



**Figura 50 – Via de acesso à favela Chapéu Mangueira**

- o deslocamento a pé ao transporte público não deve exceder aos 10 minutos;
- calçadas devem ter largura mínima de 1,0 m, sem obstáculo (postes, árvores, bancos) para que mulheres com carrinho de bebê ou com dificuldade de locomoção não estejam em risco nas vias de tráfego de automóveis;



Figura 51 – Ladeira Ary Barroso para Babilônia

#### Iluminação e energia elétrica:

- a distância dos postes de iluminação assim como sua altura deve ser adequada a boa iluminação da via, sem que haja pontos cegos a fim de evitar áreas propícias às ocorrências de estupros e outros tipos de violência a mulher;
- é importante estar disponível telefone acessível da empresa pública responsável de iluminação pública em caso de lâmpadas queimadas ou vandalismos para o reparo rápido;
- a regularização do fornecimento e a implantação de *tarifa social* contribuem para que famílias chefiadas por mulheres que normalmente possuem renda menor que os homens, possam ter assegurado seu acesso. Políticas de uso de energia solar também devem ser consideradas;

#### Abastecimento de água, esgotamento e manejo das águas pluviais:

- todo o sistema de saneamento básico deve regularizar as instalações internas e externas aos domicílios, a fim de evitar a intermitência ou a falta no abastecimento e o lançamento inadequado das águas servidas, orientando ao uso da caixa de gordura, e se possível, à captação das águas de chuva para usos não nobre, contribuindo para a redução da conta de água;
- as soluções técnicas devem servir para evitar o contato da população às águas servidas em caso de problemas, assim como impedir o mau cheiro;
- implantação de *tarifa social* para garantir o acesso aos serviços urbanos e evitar cortes por conta de inadimplência. A tarifa deve considerar o consumo conforme o número de pessoas em um domicílio, principalmente nos casos de coabitação;

Manejo de resíduos sólidos:

- deve-se evitar o uso de caçambas como meio principal de disposição do lixo;
- a coleta porta a porta é o ideal. Quando não há via de acesso para veículos para o recolhimento, a contratação de garis é uma alternativa;
- instalação de latas de lixo a cada 5 metros para evitar acúmulos em um só local e facilitar a locomoção das mulheres para disposição do lixo;
- incentivar a coleta seletiva e o uso de materiais recicláveis e reutilizáveis na produção de objetos e artesanatos para uso pessoal ou como fonte de renda, principalmente para as mulheres, potencializando iniciativas já existentes;



**Figura 52 – Área livre de lazer –  
Chapéu Mangueira**

- entulhos também devem ser objeto de separação para reutilização e reciclagem para a construção civil, em reformas, reduzindo o volume produzido, melhorando a ambiência urbana;

- para manter um ambiente limpo e acolhedor a coleta deve ser feita minimamente 3 vezes por semana.

Áreas de lazer:

- devem ser em local acessível e prioritariamente em áreas próximas ou entre as casas para que as mães possam vigiar seus filhos e se sentir protegidas quando usufruir do espaço;
- quando da construção de praças com equipamentos recreativos e de ginástica que os mobiliários sejam adequados à utilização de mulheres adultas e idosas, utilizando ilustração que identifique homens e mulheres na prática de esportes;
- quando da construção de quadras, priorizar as poliesportivas às de futebol. Também construir espaços livres de contemplação que possam ser utilizados para bazares, festas ou outras atividades coletivas, podem contribuir para o lazer das mulheres no espaço público.

### Habitação:

- o levantamento a cerca da coabitação é essencial para calcular o déficit habitacional qualitativo e quantitativo das favelas beneficiadas. Quando são as mulheres responsáveis pelos afazeres domésticos nestas condições, seu trabalho se torna mais extenso e cansativo, sujeitas aos conflitos e relações de poder mais perversas, além de não residir em situação ideal de moradia;

- priorizar o reassentamento de famílias monoparentais chefiadas por mulheres em casas e apartamentos térreos. A presença de escada pode se tornar um obstáculo para grávidas, mulheres com filhos pequenos e idosas;

- as áreas de serviço e cozinha devem considerar as dimensões ergonômicas de utilização de mais de uma pessoa a fim de facilitar o compartilhamento de responsabilidades domésticas;

- banheiros devem conter barra de proteção para mulheres grávidas e idosas;

- as escadas em apartamentos/casas duplex devem ter corrimão;

- a instalação de telefones públicos nas áreas de circulação comum (em todos os andares) é importante para casos de emergência;

- as portas e janelas devem ser seguras, evitando a utilização de materiais frágeis ou que não possam ser trancadas.



**Figura 53 – Área com concentração de comércio – Chapéu Mangueira**



**Figura 54 – Grafite na Ladeira Ary Barroso.**

**ANEXOS**

## ANEXO 1

### LISTA DE ENTREVISTADAS(OS)<sup>124</sup>

#### a. Lista de moradoras(es) da Providência e área portuária entrevistadas(os) entre janeiro de 2011 e maio de 2012

<b>Moradores</b>	<b>Localidade</b>
1. Ana *	Ladeira do Barroso
2. Neuza *	Apê na Ladeira do Faria
3. Elza	Cantão
4. Roseli	Rua da Grota
5. Sonia	Pedra Lisa
6. Carla *	Escadaria
7. Fátima	Rua do Livramento
8. Sara	Rua do Livramento
9. Alba	Ocupação Machado de Assis
10. Marcos	Santo Cristo
11. Renato	Escadaria
12. Cláudio	Sessenta

\* Entrevistas gravadas

- As outras foram realizadas durante as atividades como observadora participante do Fórum Comunitário do Porto.

#### b. Lista de domésticas entrevistadas (janeiro de 2014)

<b>Nomes</b>	<b>Bairro ou Município</b>
13. Teresa	Madureira
14. Maria	Copacabana
15. Cleuza	Nova Iguaçu
16. Roberta	Engenho da Rainha

- Não foram realizadas entrevistas de profundidade.

<sup>124</sup> Os verdadeiros nomes das(os) entrevistadas(os) é sigilo de pesquisa. São apresentados na lista de entrevistadas(os) os nomes fictícios a fim de resguardar as respectivas identidades. É importante ressaltar que não foram realizadas entrevistas de profundidade.

**c. Lista de moradoras(es) entrevistadas(os) na Babilônia/Chapéu Mangueira e Colônia Juliano Moreira (junho e julho de 2012)**

<b>Nomes</b>	<b>Localidade</b>
17. Rosangela	Babilônia
18. Samira	Babilônia
19. Perla	Chapéu Mangueira
20. Paula	Chapéu Mangueira
21. Carlos	Chapéu Mangueira
22. Geraldo	Colônia Juliano Moreira
23. Samira	Colônia Juliano Moreira
24. Armando	Colônia Juliano Moreira

- Não foram realizadas entrevistas de profundidade.

- Também foi realizada entrevista com o ex-Secretário Municipal de Habitação (SMH), Jorge Bittar (agosto de 2012), no contexto do trabalho apresentado no Apêndice 1 desta tese e técnicas da SMH.

## ANEXO 2

## Matérias de jornal e portal de notícias sobre as remoções na Providência

TERÇA-FEIRA  
24 DE JANEIRO DE 2012Povo  
DO RIO

RIO 3

# “Compra Assistida” pode deixar indenizada da Provi sem casa

Moradora desalojada do “Morar Carioca” descobriu que casa adquirida era de posseiro

Felipe Martins

A cozinheira Maria das Vitórias Ribeiro Silva, 35 anos, pode ter caído em um golpe fruto da falta de assistência da Prefeitura, após ser desalojada em função das obras do Morar Carioca da Secretaria Municipal de Habitação no Morro da Providência. Através de um programa do Município para realocação de moradores em assentamentos populares, o Compra Assistida, ela adquiriu com dinheiro público um novo apartamento. Porém, a cozinheira acabou descobrindo que o imóvel não pertence à pessoa que recebeu R\$41.600 pela compra.

O problema começou no meio do ano passado quando Maria das Vitórias foi informada que deveria deixar a casa onde morava, na Ladeira do Barroso. Segundo a cozinheira, ela entrou no programa de Compra Assistida com dificuldades para encontrar sozinha a solução para a aquisição do imóvel. De início, ela recebeu a proposta de R\$15 mil como valor a receber. Ela então contestou o valor e chegou aos R\$41.600.

O novo apartamento, também na Providência, fica na Rua do Monte. A mulher que seria a dona do imóvel até então, Jacilete dos Santos Fagundes, participou de todo o processo de compra e venda. Maria das Vitórias apresentou à reportagem um documento com o timbre da Prefeitura do Rio em que consta o nome das duas partes envolvidas na negociação do imóvel. As duas estiveram na Prefeitura para finalizar o processo de transferência.

O drama ficou evidente para Maria das Vitórias ao ser alertada por vizinhos de que Jacilete não era a dona, e sim uma posseira que ocupou a casa em uma invasão. A cozinheira procurou então o auxílio de uma advogada. A irregularidade então veio à tona. No Registro Geral de Imóveis da Prefeitura consta o nome de Adriano Afonso de Souza, que vem pagando regularmente o IPTU do apartamento. Desde a descoberta, Maria das Vitórias vive a insegurança de vir a ser despejada a qualquer momento pelo real dono do imóvel.

“Eu estou desesperada. Estou sem dormir. Já até gastei dinheiro com reforma, R\$-3.500. Minha casa encheu de água em todos os cômodos nessas últimas chuvas, ficou inundada”, contou.

Comissão para agente da Prefeitura

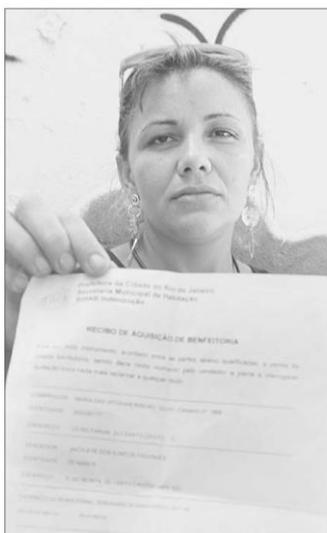
A cozinheira contou ainda que ouviu de moradores a história de que um agente de obras da Prefeitura recebe comissão de R\$5 mil do Município para “ajudar” na localização de imóveis na Providência. O tal funcionário seria, de acordo com a denúncia, um “corretor” para facilitar no processo de desocupação das casas a serem demolidas.

“Essa pessoa me procurou quando eu estava com dificuldades para encontrar um

Foto de Pedro Pantaja



Obras do “Morar Carioca” no Morro da Providência têm levantado polêmicas pois falta fiscalização no Programa de “Compra Assistida” aos desalojados



Dona de casa mostra documento de aquisição de nova casa



Defensoria Pública do RJ vêm acompanhando casos de moradores da comunidade

apartamento. É um funcionário da Prefeitura que trabalha na medição de casas. Depois que vocês da reportagem estiveram aqui ele me procurou negando tudo. Foi através dele que eu cheguei ao apartamento”, contou.

A responsabilidade da Prefeitura está explícita no decreto 3.5222 de 3 de outubro de 2011 assinado pelo prefeito Eduardo Paes, que trata da realocação de pessoas desalojadas para a “implantação de projetos de interesse público”. Diz o decreto:

1.6 - COMPRA ASSISTIDA  
1.6.1 - A avaliação das beneficiárias apresentadas para a compra assistida, com base no formulário definido no Anexo 3, obedecerá ao mesmo critério de avaliação definido no item

1.5.

1.6.2 - O valor para compra da beneficiária será definido com base na avaliação da que será demolida.

1.6.3 - A conclusão da negociação dar-se-á mediante a assinatura de recibo pelo beneficiário, bem como do Instrumento Particular de Compra e Venda, testemunhado por um servidor público municipal.

O defensor público do Estado, Eduardo Newton, do Núcleo de Terras e Habitação (Nuth) esteve ontem à tarde no Morro da Providência. O defensor já vem trabalhando na causa dos moradores da comunidade e classificou como “absurdo” o caso vivido pela cozinheira Maria das Vitórias.

“Teoricamente a gente sempre presume a boa-fé do

comprador, mas esse caso é um absurdo. O Município sabe quem é o proprietário. A Prefeitura sabe que tem dono e não foi o dono quem vendeu. Se fosse o certo a negociação seria envolvendo uma propriedade e não através de aquisição de beneficiária. Este decreto dá a entender que a Prefeitura admite comprar posse. Não há uma preocupação em garantir a segurança do morador. E o mais grave nisso tudo é que não é um imóvel que está abandonado. O IPTU vem sendo pago. Se o real dono aparecer, pode de repente cobrar aluguel da pessoa que fez a compra assistida. Eu nunca tinha ouvido falar em compra de posse”, comentou o defensor público.

O jornal POVO do Rio publicou no último sábado

uma reportagem especial contando o drama de moradores que estão sendo forçados a deixar as casas pela Prefeitura do Rio para a implantação do programa Morar Carioca. Dentre as obras previstas estão a implantação de um centro esportivo, uma creche, um centro profissionalizante e as jóias do projeto: um teleferico e um plano inclinado. Os moradores reclamam da arbitrariedade da ação da Prefeitura. Afirmam que não são ouvidos, nem informados sobre as demolições e sobre os direitos de quem é desalojado. Na reportagem, uma moradora via uma demolição acontecer na casa vizinha desocupada. As duas casas são parede com parede e a moradora estava com medo

de morrer soterrada caso a obra abalasse a estrutura de onde mora. Arquitetos ouvidos contestam o real intuito do teleferico e do plano inclinado, acreditando que tratem-se de projetos turísticos e não de melhorias para a população. As obras estão retirando da Providência moradores que estão há mais de 50 anos no local. Muitos recebem em troca o aluguel social de apenas R\$450.

Procurada pela reportagem do Jornal POVO do Rio, a assessora da Secretaria Municipal de Habitação informou que somente se pronunciaria dia de hoje. Segundo os moradores da Providência, o secretário da pasta, Jorge Bittar, estará pela manhã na comunidade.

19/07/2011 - 15:02 - Atualizado em: 20/07/2011 - 07:46

## Construção de teleférico no Morro da Providência gera polêmica entre moradores no Rio

FABIOLA ORTIZ  
ESPECIAL PARA O UOL NOTÍCIAS  
NO RIO DE JANEIRO  
Veja Álbum de fotos

News-image

Moradores do Morro da Providência, no centro do Rio de Janeiro, realizaram um protesto nesta terça-feira (19) na comunidade para evitar a demolição da praça Américo Brum, a principal da favela, que dará lugar a uma estação de teleférico a ser construído no local. As obras fazem parte do projeto Porto Maravilha que tem a iniciativa de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro. Contudo, muitos moradores criticam a falta de diálogo e informação sobre as obras e argumentam que o único espaço de lazer da comunidade será destruído.

“A Providência é um morro esquecido, só foi lembrado por tragédias. Uma coisa é revitalizar, outra é destruir. Aqui nunca teve nada, a área de lazer era essa aqui”, disse Maria Penha dos Santos, 65.

Já Rosiette Marinho, 50, liderança que integra o Fórum Comunitário do Porto –formado por moradores, associações e entidades para acompanhar as obras da zona portuária– define a intervenção na Providência como uma “invasão”. “Estamos sendo invadidos. Fomos avisados na última quinta-feira de que nós moradores tínhamos que nos despedir da praça. Isso espalhou de boca no morro. Eu pedi ao secretário de Habitação, Jorge Bittar, para apresentar o projeto, pois queríamos que a nossa praça fosse recuperada para ser entregue às nossas crianças. É a única praça que nós temos”, lamentou.

Moradora da rua da Grota, próxima à praça Américo Brum, Rosiette disse que há cerca de um mês agentes da prefeitura marcaram a sua casa com tinta e não informaram do que se tratava. “Eu vejo a minha história indo embora. Têm casas numeradas, outras que têm uma marquinha de círculo com um ponto.” Segundo a moradora, também não há informação para onde serão transferidas as famílias que terão as suas casas removidas.

Vizinho de Rosiette, Carlos Santos vive há mais de 10 anos com sua mulher e outras quatro pessoas na mesma residência, que também foi marcada com tinta. “Eles saíram marcando e quando vi a minha casa já estava marcada. Não falaram nada para gente, ninguém sabe de nada”, disse.

Bastante exaltado, Nélio de Oliveira, 63, chamou de “covardia” a intervenção que será feita na comunidade. “Nos falaram só de boato. Tem várias casas dentro da comunidade marcadas para serem demolidas. Primeiro marcam, depois avisam. Não há necessidade de tirar morador.”

### Remoção

Embora o anúncio das obras tenha sido feito há mais de um ano, segundo as lideranças comunitárias, ainda não foi apresentado aos moradores o projeto, o que gerou insegurança. Segundo estima o Fórum Comunitário do Porto, entre 300 e 400 casas já foram marcadas.

A arquiteta da ONG Fase, Rossana Tavares, que acompanha a polêmica entre moradores e a prefeitura, definiu como “ofensiva” a obra na Providência. “O que os moradores e as instituições que compõem o Fórum Comunitário do Porto querem é que se estabeleça um espaço de diálogo para se pensar num projeto alternativo que minimize os impactos sociais. Está sendo desconsiderada a vida hoje que existe na área portuária e na área da Providência.”

Rossana criticou ainda a forma de abordagem feita pelos técnicos da prefeitura, que “chegam sem avisar, não identificados e sem a documentação oficial”. De acordo com a arquiteta, as datas para a realização das obras não são informadas e tampouco os direitos da população em relação ao procedimento. “A casa da pessoa é pichada com um spray. A indenização, quando é oferecida, é um valor irrisório, varia de R\$ 5.000 a R\$ 25 mil.”

Atualmente, existem cerca de 20 mil moradores na Providência e, segundo Rossana, “quase metade da população será atingida pelo processo de remoção, que podem se transferidas, indenizadas ou receber um aluguel social (R\$ 400)”.

Na manifestação desta terça-feira, em frente à praça Américo Brum, estiveram reunidos cerca de 40 moradores e crianças.

### Outro lado

Segundo a Secretaria Municipal de Habitação, a prefeitura está realizando obras do programa “Morar Carioca”, que inclui a implantação de infraestrutura, a preservação do centro histórico da comunidade e também a construção de um plano inclinado que vai ligar a Cidade do Samba ao alto da comunidade e à Central do Brasil.

O investimento em todo o programa é de R\$ 131 milhões e, segundo o governo, deverá beneficiar 5.500 moradores e 1.720 domicílios. As obras de infraestrutura, de acordo com a assessoria de imprensa da secretaria, incluirão redes de água, esgoto, drenagem e ainda a construção de uma praça com anfiteatro na parte alta da favela, assim como a construção de uma creche.

O projeto de urbanização também prevê o alargamento de ruas, assim como a construção de 1.060 moradias no prazo de um ano e meio para reassentar as famílias que vivem em áreas de risco. Cerca de 200 unidades habitacionais já estão sendo

construídas no entorno da comunidade.

Serão construídas ainda três estações de teleférico –que fará um percurso de 665 metros e terá capacidade para transportar mil pessoas por hora. Haverá ainda um plano inclinado ligando a praça Américo Brum à parte mais alta da Providência.

Nesta semana, funcionários da prefeitura e da empresa responsável pelas obras estão fazendo um trabalho de sondagem na praça para reconhecimento do solo e projeção das fundações das bases do teleférico. Ainda não há previsão para o início efetivo das obras e da remoção das casas, mas a secretaria informou que ocorrerá num período de dois anos.

A prioridade de remoção será dos moradores da localidade chamada Pedra Lisa, que é tida como uma área de risco. Lá existem 350 famílias que devem ser reassentadas. A assessoria de imprensa informou ainda que convocou cinco assembleias com moradores e que há equipes de assistentes sociais fazendo uma abordagem individual com cada um, analisando ainda o que é contestado pelas lideranças comunitárias.

## ANEXO 3

### Carta produzida pelo Fórum Comunitário do Porto em 12 set. 2012.

#### Carta dos moradores do Morro da Providência à população do Rio de Janeiro

##### SOS PROVIDÊNCIA

##### Você sabia que a favela mais antiga do Brasil está sendo destruída?

Desde 2009 a região Portuária do Rio de Janeiro transformou-se num grande canteiro de obras das empreiteiras OAS, Carioca e Odebrecht. Juntas essas empresas invadiram a área com três projetos: 1º é o que eles chamam de “PORTO MARAVILHA”, um projeto de “revitalização” da Zona Portuária que está sendo coordenado pela CDURP – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária e financiado pelo dinheiro público (FGTS) e pela venda da terra pública existente na região (70% dos terrenos são públicos); 2º é o Programa de Urbanização MORAR CARIOCA do Morro da Providência que está subordinado a Secretaria Municipal de Habitação e orçado no valor de 119 milhões e o 3º é o Projeto PORTO OLÍMPICO que é parte das grandes intervenções urbanas de embelezamento da cidade para os Jogos Olímpicos de 2016. Contudo, muito antes desses projetos já existia na área portuária o MORRO DA PROVIDÊNCIA. Segundo historiadores essa é a favela mais antiga do Brasil, com mais de 110 anos de ocupação, patrimônio do povo brasileiro, remanescente da cultura afro-descendente e berço das primeiras escola de samba como a “Vizinha Faladeira” e dos primeiros grupos de pagode como o “Conjunto Nosso Samba”!

##### ATUALMENTE TODA NOSSA HISTÓRIA ESTÁ EM PERIGO!

Obras e mais obras pensadas pelo grandes empresários do setor imobiliário e do turismo estão destruindo a nossa memória, nossa história e toda nossa vida! A grande imprensa não divulga que as construções do Teleférico e do Plano inclinado do Morro da Providência estão sendo implementados de cima para baixo, sem nenhum tipo de participação social da comunidade e sem nenhum estudo técnico que comprove a necessidade da construção desses equipamentos de transporte! Mas será que eles realmente sevem para isso? Já sabemos que o teleférico do Complexo do Alemão está subutilizado e que não atende as necessidades dos moradores!!!

A mídia também não informa que o próprio projeto de Urbanização Morar Carioca prevê a remoção de 832 casas da Providência! Estas já foram criminosamente pixadas pela Secretaria Municipal de Habitação e, infelizmente, algumas delas já foram removidas! Sob o argumento de que 317 destas casas estão no caminho das obras e que 515 estão em área de risco (já temos um [contra-laudo](#) provando que na Providência a grande maioria das casas NÃO está em área de risco) a Prefeitura está aterrorizando moradores e oferecendo como contrapartida um aluguel social de 400 reais que não dá para pagar nenhuma casa digna para morarmos, ou uma compra assistida que também é uma roumada, ou ainda uma indenização fora da realidade do mercado. ([Veja matérias do Jornal O Povo](#))

Segundo a “Planta Geral de Urbanização do Projeto Morar Carioca” o número de unidades

habitacionais planejadas para serem construídas ao longo de dois anos é menor do que o número de remoções! São apenas 639 unidades habitacionais previstas! 58 unidades na Ladeira do Farias nº 91; 20 na Ladeira do Barroso; 4 no Centro Histórico; 131 na rua Nabuco de Freitas, 77 na rua Cardoso Marinho nº68; 349 na Aldomaro Costa nº83. Faltariam ainda 193 casas se considerarmos que em cada casa vive só uma família, no entanto, na comunidade a maioria das casas possui mais de uma família morando; famílias que construíram suas casas ao longo de muitos anos e com muito trabalho e que não querem sair dali!

Para a construção do Teleférico roubaram a nossa única área de lazer - **A Praça Américo Brum!** Para a construção de uma rua que vai ligar o Teleférico à Vila Portuária várias famílias da área da “Toca” já foram desapropriadas com valores baixíssimos! Para a construção de um centro esportivo, que também não nos consultaram sobre a necessidade, a área conhecida como AP na Ladeira do Farias foi demolida e desalojou cerca de 60 famílias de um dia para o outro. Nesse caso a Prefeitura demoliu casas ainda com pessoas dentro!!! Uma moradora ainda mora neste imóvel e vem resistindo a todo tipo de pressão, obrigando a prefeitura a suspender os trabalhos de um complexo esportivo. Ela mora no AP há 35 anos e tem direito de posse daquele imóvel! O nosso **Direito à Moradia** não está sendo respeitado!

Além disso, temos vivido de domingo à domingo em meio aos entulhos, buracos, lixos, atormentados pelo barulho das máquinas da obra que não param nem de noite e impedidos de transitar pela Ladeira do Barroso que é uma das únicas ruas que liga a Providência à Central do Brasil. Sentimos o impacto ambiental na pele e mesmo assim a obra foi liberada sem nenhum Estudo de Impacto Ambiental prévio! O impacto de vizinhança também não é considerado! Há pessoas que já saíram do Morro e que estão sem escola para os filhos, longe de parentes e amigos! O valor dos aluguéis já subiu! Daqui a pouco não conseguiremos mais pagar!

Gostaríamos que o povo da cidade do Rio de Janeiro soubesse que os moradores da Providência não são invasores nem contra a urbanização! Somos mulheres e homens que moramos aqui porque temos uma história aqui e precisamos sobreviver! A maioria dos moradores está aqui há mais de 20 anos, toda nossa vida é aqui, a dos nossos filhos, dos nossos netos! Tudo é perto, escola, hospitais, trabalho, mercado, lazer etc. Acreditamos a Prefeitura é a principal responsável por todo esse transtorno e estamos unidos para garantir que nenhuma casa mais seja derrubada e que as melhorias nos beneficiem!

Para finalizar, o legado social da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 que queremos é permanência na Providência e a garantia de que também poderemos viver nesta cidade maravilhosa! **Pedimos** à população carioca que nos ajude a divulgar o que está acontecendo com a nossa cidade!

### **Comissão de Moradores da Providência e Fórum Comunitário do Porto**

Fonte: Blog do Fórum Comunitário do Porto

<https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/2012/09/12/carta-aberta-a-populacao-do-rio-de-janeiro/>

**ANEXO 4**

**1º Relatório de denúncia do FCP em função de audiência pública do MPF (24 mai. 2011)**

## FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO



**Relatório de Violação de Direitos e Reivindicações**

24 de maio de 2011

## V- PROPOSTAS E REIVINDICAÇÕES

**1. Compromisso imediato do governo municipal para a paralisação de todos os processos de remoção na região portuária.** Tendo em vista todos os argumentos aqui apresentados, é emergencial uma avaliação ampla e participativa do modo como os projetos urbanos implementados, em ocasião dos megaeventos esportivos na região portuária, estão sendo geridos, considerando as evidências de violação de direitos humanos e uma gestão urbana municipal pouco participativa. Antes de começar o planejamento de projetos e infraestrutura e urbanização é essencial avaliar com cuidado sua necessidade e adequação, se o projeto é indispensável, quem será beneficiado, seu impacto e se há alternativas que gerem menor impacto, sobretudo, social;

**2. Medidas mitigatórias à população atingida por processos de violação de direitos, sobretudo, o direito à moradia.** É preciso reconhecer que os moradores da região são pessoas instituídas de direitos e que a conduta e o amparo social devem considerar o caráter universalista das leis brasileiras e de direitos humano, e, ao mesmo tempo, as especificidades do perfil socioeconômico das famílias vulneráveis aos riscos socioambientais dos despejos forçados. A garantia de que esta população não volte a ocupar locais precários, de risco e desprovidos de serviços e infraestrutura urbana é papel do Estado;

**3. Ajuste de procedimentos e condutas da prefeitura e sua respectiva Secretaria Municipal de Habitação nos processos de remoção, segundo a legislação brasileira e internacional, explícito nas recomendações da Relatoria por Moradia Adequada da ONU, a fim de evitar violação de direitos da população local.** Os profissionais técnicos da prefeitura devem atuar segundo o código de ética de cada categoria e seguir todos os trâmites, prazos e recursos possíveis previstos em lei, sem discriminação à população atingida por projetos de remoção. Os moradores da região portuária exigem ser tratados como cidadãos, tendo seu direito a voz, a informação e ao diálogo com o poder público para que os prejuízos (psicológicos, econômicos e socioculturais) sejam os menores possíveis;

**4. Cumprimento da lei 11.124 de 2005 do Sistema Nacional de Habitação sobre a destinação das terras do poder público prioritariamente à habitação de interesse social, conforme as diretrizes da Política Nacional de Habitação em vigor (art. 4, II,**

c). Cerca de 65% das propriedades da região portuária pertencem a União e por isso há estoque de terra suficiente para resolver o déficit habitacional qualitativo destes bairros considerando a Lei Orgânica do município do Rio de Janeiro sobre o limite de 500 m de distância da nova residência de famílias atingidas por processos de reassentamento. Os terrenos de qualidade na área plana estão sendo unicamente destinados à classe média, numa lógica de mercado e não da função social da propriedade;

5. **Constituição de espaço institucional de mediação de conflitos.** Como é evidente o conflito de interesses e o desrespeito aos direitos humanos e de moradia na região, consideramos fundamental que a prefeitura componha um conselho, ou equivalente, de ampla representação da sociedade civil organizada que consiga deliberar e dar consequência as reivindicações da população sobre o destino dos bairros onde vivem há anos, aspecto que os resguardam enquanto posseiros em casos de irregularidade fundiária, e como tal são moradores com legitimidade jurídica;

6. **Acesso à informação a respeito dos projetos que tem como objeto a região portuária a fim de que a população local possa ter instrumentos práticos para debater e propor projeto alternativo.** É preciso advertir sobre segundo o Decreto n.º 31.185 de 2009 que institui a criação de um Grupo de Trabalho para promover ações e estudos capazes de identificar e mensurar os legados produzidos por cada megaevento realizado na Cidade do Rio de Janeiro. Segundo o decreto o GT seria composto pelos seguintes órgãos: Secretário Especial da Copa 2014 e Rio 2016 – SERIO Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP, Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU, Secretaria Especial de Turismo – SETUR, Secretaria Municipal de Fazenda – SMF, Secretaria Municipal de Transporte – SMTR e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC, sem menção à participação popular. Por isso, é primordial a instituição de um conselho que considere a participação popular para um amplo debate sobre qual legado queremos.

7. **Adiamento do leilão dos CEPACs.** Consta que a própria Comissão de Valores Mobiliários, que fiscalizará os leilões, teria alertado quantos aos riscos econômicos e financeiros dos CEPACs virtuais no próprio edital, pois não se pode comprar certificados previstos numa lei complementar, a qual pode ser alterada a qualquer momento. (<http://www.portomaravilha.com.br/canal-do-investidor/> edital do leilão de CEPAC's - págs 88 a 93 citado pela vereadora Sonia Rabello no Seminário IHGB, 17.05.2011). Além

disso, foi anunciado que a fim de não criar um mercado secundário dos CEPACS, a Caixa Econômica Federal compraria todos os CEPACS num único lote. Ocorre que a CEF tem dívidas a receber da DOCAS por meio de terrenos. O FGTS vai investir R\$ 3 bilhões e terá retorno deste investimento. Mas entende-se que a Prefeitura e/ou a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto-CDURP confundiram o instrumento de Outorga Onerosa com os CEPACS. A outorga onerosa, prevista no Estatuto da Cidade, seria concedida por lote, ao passo que os CEPACS se aplicariam à Operação Urbana Consorciada como um todo, isto é, na superfície da área total onde os Cepacs são efetivamente aplicáveis: 681.466,13m<sup>2</sup>, segundo o Estudo de Impacto de Vizinhança do Projeto Porto Maravilha. A companhia criada pela Lei Complementar 102 é uma empresa de economia mista, controlada pela Prefeitura, que tem como funções principais implementar e gerir a concessão das obras e dos serviços públicos na Região Portuária, e gerir os recursos patrimoniais e financeiros referentes ao Projeto Porto Maravilha. Há, portanto, uma superposição de funções. O Consórcio das empreiteiras OAS, Odebrecht e Carioca é também a Concessionária Porto Novo, que irá operar os serviços públicos durante 15 anos.

**8. Definição de zoneamento da área que garanta a constituição de uma ZEIS e AEIS, conforme o Plano Diretor do Rio de Janeiro em vigor.** Apesar das fragilidades do plano atual, é importante ressaltar pontos que podem beneficiar a aplicação da função social da propriedade a fim de garantir o direito à moradia da população. Na seção sobre área de especial interesse: "Área de Especial Interesse Social (AEIS) é aquela ocupada por favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais, destinadas a programas específicos de urbanização e regularização fundiária". Garantindo a instituição de legislação e programas específicos, seja para população que reside em favelas, seja aqueles que estão em ocupações de prédios e cortiços;

**9. Produção emergencial do EIA-RIMA e Estudo de Impacto de Remoção.** Diversos fatores impõem a necessidade da realização destes estudos: sabe-se que as atividades portuárias resultam em impacto ambiental considerável; as atividades portuárias assim como as intervenções também resultam em impactos socioambientais consideráveis; e o Porto Maravilha e o Porto Olímpico apresentam propostas de reconfiguração das características do patrimônio histórico cultural que consta em sua malha urbana e sua arquitetura. O estudo e a licença dos projetos também devem estar de acordo com a Lei nº 971/ 1987 SAGAS que institui a APA da área portuária. O Estudo de Impacto de

Remoção não deve observar os aspectos econômicos do impacto, mas também sociais e culturais, segundo a Relatoria por Moradia Adequada da ONU. Fatores como, condições de convivência pré-existente, traumas psicológicos, deterioração do acesso a serviços sobre os diferentes grupos, mulheres, crianças, doentes, grupos marginalizados etc. Reivindicamos que estes estudos sejam feitos para que se dialogue sobre as intervenções da região de forma participativa. Como os projetos em questão não estão na matriz de responsabilidade com COI e FIFA, os prazos dos megaeventos esportivos não podem servir de parâmetro para a aceleração das intervenções.

**10. Definição de compromissos quanto ao processo de reassentamento referente a prazos e garantias sociais aos moradores atingidos.** As opções oferecidas não resguardam os moradores aos riscos sociais. Sabe-se que o aluguel social não tem garantido segurança da moradia e os reassentamentos para conjuntos na zona oeste impõem aos moradores advindos de regiões sob a influência de grupos rivais de tráfico de drogas, uma situação extrema de risco.

**11. Reconhecimento do Fórum Comunitário do Porto como espaço popular e legítimo para a constituição de diálogos para a construção de propostas que atenda a função social da cidade e da propriedade, o direito à cidade e moradia digna e adequada.** Temos feito o esforço de articular ações de resistência e de diálogo com o poder público a fim de construir possibilidades e alternativas participativas para a construção de propostas de intervenção que de fato traga benefícios para os moradores e para toda a cidade.

Esta é uma oportunidade única do nosso país de utilizar em benefício da justiça social o grande volume de recursos que estão sendo mobilizados por conta da Copa e Olimpíadas e mostrar para o mundo que somos um povo que caminha para garantia do respeito e priorização dos direitos de todos, sem discriminação, de forma ampla e democrática.

## ANEXO 5

### **Minuta da liminar lançada pelo NUTH para paralização do processo de remoções na Favela da Providência**

Fonte: VEREADOR ELIOMAR COELHO. *Defensoria Pública barra demolições na Providência*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em < <http://www.eliomar.com.br/defensoria-publica-do-estado-barra-demolicoes-no-morro-da-providencia/>>. Acesso em 4 dez. 2012.

“A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro ingressou com a presente ação civil pública em face do Município do Rio de Janeiro, visando, em sede liminar, a concessão da medida para determinar que o Município réu se abstenha de praticar qualquer ato tendente à demolição ou turbação da posse dos imóveis ocupados pelos moradores do Morro da Providencia, enquanto não realizados o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental e Estudo de Impacto de Vizinhança bem como a realização de Audiência Pública e prestação eficiente do direito à informação.

Para tanto alegou a ausência de informações acerca de licenciamentos, estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental relativas ao Projeto ‘Morar Carioca’ em andamento no Morro da Providencia bem como o desconhecimento por parte dos interessados – moradores do local – dos projetos e cronogramas, inclusive das remoções, respectivos. Afirmou, ainda, a inexistência de informação sobre a realização do estudo e do relatório de impacto de vizinhança, do cumprimento do Decreto Municipal nº 3.800/70.

Em apenso, propôs ação cautelar, com pedido de liminar, com os mesmos fundamentos, notadamente a vulneração do direito de informação e a inobservância dos parâmetros legais para a promoção do projeto, visando à suspensão das obras no local. Naqueles autos foi deferido o pleito liminar, modificado, entretanto, em grau de recurso, condicionando-se o prosseguimento do projeto mediante as condições pactuadas e constantes de f. 309/311.

Foi designada, nestes autos, audiência especial visando a possibilitar que o Município réu apresentasse os esclarecimentos necessários, facultando-o, assim, a demonstrar o regular cumprimento do ordenamento jurídico vigente. Na data designada (f.199) o Município réu, representado pelos seus servidores indicados na assentada, não apresentou qualquer proposta, tornando inviável a conciliação. Limitou-se, por seu turno, a juntar documentos que não atendiam aos reclamos da inicial. inclusive um cd contendo supostamente o projeto impugnado, cujo conteúdo, entretanto, não se teve acesso uma vez que demanda para a sua leitura a prévia instalação de programa próprio (AUTOCAD).

Importa consignar que durante aquele ato se fizeram presentes diversos moradores da localidade, os quais narraram as dificuldades que têm enfrentado em razão da execução do projeto, notadamente a ausência de prévia informação acerca das demolições e a existência de entulhos de obra no local, dificultando, por vezes, o acesso às residências. Informaram, ainda, que aqueles que não anuíram com o desalojamento de suas residências são submetidos a toda sorte de inconvenientes, tendo uma moradora, inclusive, relatado a dificuldade para ingressar em sua casa em razão dos entulhos e, ainda, que quando da demolição da casa vizinha houve danos em seu próprio patrimônio. O servidor municipal presente, que informou ser o responsável pela obra no local, reconheceu a existência dos inconvenientes relatados, limitando-se, no entanto, a indicar o seu local de trabalho à moradora para que esta o procurasse se houverem outros problemas.

Enfim, resumidamente, o que se pode constatar quando da realização do ato, foi que efetivamente a administração pública municipal, amparando-se no fato de entender ser o projeto benéfico para a população local e para os eventos que ocorrerão no Município, olvidou-se de dar a devida atenção aos moradores do local. Cita-se como exemplo, conforme reconhecido naquela oportunidade pelo servidor presente – fato aliás, já amplamente divulgado pela imprensa – que os moradores apenas tinham ciência de que suas residências seriam demolidas, quando chegavam à noite do trabalho e se deparavam com a existência de uma marcação em suas portas.

O servidor, sobre este ponto, esclareceu que tal prática já havia sido, felizmente, abandonada pela administração. O teor da peça de defesa também corrobora tal fato. Não se nega, como inclusive não contestam os próprios moradores, dos benefícios que podem e devem advir em decorrência da atuação pública. Entretanto, impunha-se, com efeito, também a prévia participação da comunidade para a elaboração do projeto uma vez que diretamente atingidas pelo mesmo, observando-se o princípio da consensualidade que atualmente deve nortear a atuação pública, como ilustra a lição doutrinária a seguir transcrita: 'A atividade de consenso-negociação entre Poder Público e particulares, mesmo informal, passa a assumir papel importante no processo de identificação de interesses públicos e privados, tutelados pela Administração.

Esta não mais detém exclusividade no estabelecimento do interesse público; a discricionariedade se reduz, atenua-se a prática de imposição unilateral e autoritária de decisões. A Administração volta-se para a coletividade, passando a conhecer melhor os problemas e aspirações da sociedade. A Administração passa a ter atividade de mediação para dirimir e compor conflitos de interesses entre várias partes ou entre estas e a Administração. Daí decorre um novo modo de agir, não mais centrado sobre o ato como instrumento exclusivo de definição e atendimento do interesse público, mas como atividade aberta à colaboração dos indivíduos.

Passa a ter relevo o momento do consenso e da participação'. (MEDAUAR, 2003, p. 211)' A necessidade de prévia participação popular, in casu confessadamente desatendida pelo réu, resta prevista no artigo 6º da Lei Estadual nº 1.356/88. Ainda que a parte ré tenha, segundo consta da peça contestatória, realizado reuniões com os moradores, não há como entender superada a necessidade de atendimento ao comando legal. O interesse público que, conforme bem salienta a defesa, norteia a execução do projeto na comunidade, não exclui o respeito à dignidade dos moradores atingidos.

Neste ponto, cumpre consignar a legitimidade ativa da Defensoria Pública para a presente ação civil pública, na medida em que visa proteger não o interesse individual, mas sim o interesse coletivo daquela comunidade, de hipossuficiência econômica notória. O fato de vários moradores terem aderido à pretensão de desocupação de suas residências, não modifica a questão. Registre-se, por oportuno, que de acordo com os dados informados pelo próprio réu em sua defesa, a maior parte daqueles que serão afetados pelo projeto não anuíram ao mesmo.

A ausência de informação adequada à população atingida, não só previamente como também durante a execução do projeto, por si só já autoriza a concessão da liminar, a fim de que seja realizada não só a devida audiência pública com ampla divulgação, como também para que a administração mantenha canal de acesso adequado às informações acerca da execução da obra pelos moradores. Por outro lado, também se impõe a paralisação da execução do projeto, visando regularizar a ausência de prévia manifestação do órgão de tutela.

Com efeito, o Morro da Providencia, como bem salientou o nobre representante do Ministério Público, encontra-se inserido na Área de Proteção ao Ambiente Cultural instituída pela Lei Municipal 971/87. O local abriga a comunidade de origem mais remota da nossa cidade, tendo sido inicialmente formada, dentre outros, por soldados que participaram da Guerra de Canudos, imigrantes e escravos, possuindo, assim, relevância histórica a ser preservada. Do teor da documentação juntada pelo réu constam, inclusive, informações históricas mais precisas. Não se nega, como inclusive não contestam os próprios moradores, dos benefícios que podem e devem advir em decorrência da atuação pública. Entretanto, o descumprimento, in casu, do ordenamento legal neste aspecto determina a sanção da omissão apontada, sob pena de admitir-se gradação na tutela dos interesses coletivos. Portanto, também por este relevante motivo, impõe-se o deferimento da liminar para sanar a omissão apontada.

A questão relativa à ausência das licenças ambientais, entretanto, ainda se mostra controversa, motivo pelo qual entendo que somente com a manifestação dos órgãos de fiscalização respectivos, poder-se-á analisar adequadamente este ponto.

Por outro lado, para que não paire qualquer dúvida, a presente decisão não tem, como não poderia ter, o condão de impedir a atuação do poder público no local, notadamente naquelas situações consideradas de risco. Ademais, deverá a administração pública promover a devida limpeza

necessária (lixos, entulhos etc.), visando a proporcionar um ambiente saudável para os moradores. Considerando, assim, restar caracterizado o *fumus boni iuris*, ante a ausência do atendimento do disposto no artigo 6º da Lei Estadual nº 1.356/88, vulnerando o direito de informação e participação popular e, ainda, da fiscalização necessária em razão da Lei Municipal 971/87, demonstrado o *periculum in mora* decorrente da continuação da execução do projeto em detrimento da dignidade da população local e do patrimônio histórico cultural, se impõe a concessão, em parte, da medida liminar requerida. Saliento, por oportuno, que o prejuízo pela suspensão do andamento do projeto para a o poder público é o ônus que deve suportar em razão da sua conduta antijurídica. Ademais, ao adotar de forma pronta e célere as medidas aqui determinadas, poderá retomar o andamento do seu projeto, já devidamente sanadas as omissões aqui apontadas. Assim, determino a suspensão da execução do Projeto Morar Carioca no Morro da Providencia, devendo a parte ré providenciar a realização de audiência pública, nos moldes legais e, se necessária, a readequação do projeto original aos reclamos da população interessada. Deverá, ainda, providenciar a criação de mecanismos de amplo acesso a informação à comunidade acerca do andamento da obra, inclusive para resolver eficazmente eventuais reclamações dos moradores atingidos pela mesma, mantendo-os, ainda, informados sobre o cronograma para desocupação dos seus imóveis, sendo certo que seus moradores deverão ser previamente notificados. Por fim, deverá apresentar a devida autorização do órgão responsável em razão da preservação do ambiente culturalmente protegido para a execução do projeto. Tão logo adotadas as providencias ora determinadas, vindo aos autos à devida comprovação e dando-se vista às partes, será apreciada a conveniência da manutenção da liminar. Restam preservadas as execuções de intervenções em razão de riscos, nos termos já aqui mencionados. Na hipótese de descumprimento, incidirá em multa diária estipulada em R\$ 50.000,00. Intime-se com urgência. Após, dê-se vista a DP e ao MP.”

**ANEXO 6****Lista de entrevistadas(os) com os nomes verdadeiros sem identificação do local de moradia.**

Alessandra  
Amilde  
Claudia  
Eva Marcia  
Genivaldo  
Guelmar  
Hannah  
Laurinete  
Luciana  
Luzinete  
Marcia  
Regina  
Manoel  
Neuzimar  
Patrícia  
Percília  
Roberto  
Rosa  
Rose  
Rosiete  
Sandra  
Sidnei  
Sueli  
Sueli  
Zeneide